UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE PSICOLOGIA

THELMA PONTES BORGES

Os atores da economia solidária: estudos sobre personalidade ética

São Paulo

2014

THELMA PONTES BORGES

Os atores da economia solidária: estudos sobre personalidade ética

(Versão Corrigida)

Tese apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Psicologia.

Área de concentração: Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano

Orientadora: Profa. Dra. Maria Thereza Costa Coelho de Souza

São Paulo

2014

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catálogo na publicação

Biblioteca Dante Moreira Leite

Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo

Borges, Thelma Pontes.

Os atores da economia solidária: estudos sobre personalidade ética / Thelma Pontes Borges; orientadora Maria Thereza Costa Coelho de Souza. -- São Paulo, 2014.

184 f.

Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Área de Concentração: Departamento de Psicologia da Aprendizagem, do Desenvolvimento e da Personalidade) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

1. Economia Solidária 2. Personalidade Ética 3. Virtudes 4. Moralidade I. Título.

HM126

Nome: BORGES, Thelma Pontes

Título: Os atores da economia solidária: estudos sobre personalidade ética

Tese apresentada ao Instituto de Psicologia da
Universidade de São Paulo como parte dos
requisitos para obtenção do título de Doutor
em Psicologia.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Orientadora: Prof. Dra. Maria Thereza Costa Coelho de Souza

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. Yves de La Taille

Instituição: IPUSP

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. Luciana Caetano

Instituição: IPUSP

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. Airton Cardoso Cançado

Instituição: UFT

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dra. Heloisa Moulin de Alencar

Instituição: UFES

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Para Miguel, Davi e João

AGRADECIMENTOS

A elaboração de uma tese requer dedicação e apoio nos mais variados aspectos, e quando, então, para realizá-la é preciso enfrentar mais de quatro mil quilômetros semanais, torna-se necessário apoio infinito e constante. Assim, para percorrer essa jornada muitas pessoas, cada uma de uma forma diferente, foram essenciais, as quais agradeço imensamente:

À orientadora, Profa. Dra. Maria Thereza Costa Coelho de Souza, a quem respeito e admiro como pessoa e profissional. Possui um jeito doce e firme de orientar e sabe auxiliar na busca de caminhos, respeitando, contudo, a autonomia. Aprendi muito e espero ao longo dos anos me aproximar do que você é;

Ao Prof. Dr. Yves de La Taille, que, através de suas obras e das referências feitas por Maria Thereza, me inspirou nos momentos mais difíceis deste estudo;

Ao Prof. Dr. Esdras Guerreiro Vasconcellos, por ter sido um grande incentivador e pelas discussões proporcionadas em suas aulas;

À banca de qualificação, composta pelos Prof. Dr. Yves de La Taille e Prof. Dr. Airton Cardoso Cançado, pelo trabalho cuidadoso de leitura e pelas sugestões;

Aos demais professores e alunos do Instituto de Psicologia, que durante um período significativo participaram dos debates sobre este trabalho;

A todos aqueles que permitiram se expor, falando de si e de seus trabalhos, auxiliando, portanto, na realização desta tese: as mulheres da horta, os participantes das ONGs, os atores da ASCAMPA e da COOPERAM;

Ao Ayrton Alves Brauna, pelas mediações realizadas que permitiram realizar parte da pesquisa, e à Profa. Dra. Liliam Deisy Ghizoni, pelos contatos que viabilizaram o restante do trabalho;

À amiga Wania Maria Guimarães Lacerda, que, mesmo com a distância de tempo e espaço, sempre se fez presente;

Aos grandes incentivadores da minha vida, minha mãe e meu pai, que não medem esforços para que eu continue sempre a caminhar em busca de meus ideais;

Ao Miguel, grande companheiro, que se fez pai e mãe nas minhas longas ausências. Participou de cada momento deste doutorado, contribuindo emocional e intelectualmente, discutindo textos e livros, lendo o que eu escrevia, sugerindo formas diferentes de pensar e agir, além de apoiar e incentivar nos momentos difíceis;

Por fim, aos pequenos Davi e João, que ainda não possuem idade para compreender o quanto me inspiram.

Duas coisas bem distintas
uma é o preço, outra é o valor
quem não entende a diferença
pouco saberá do amor
da vida, da dor, da glória
e tampouco dessa história,
memória de cantador [...]
(El Efecto)

RESUMO

BORGES, Thelma P. **Os atores da economia solidária:** estudos sobre personalidade ética. 2014. 184f. Tese (Doutorado), Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

A economia solidária é pautada pela solidariedade nas relações de produção, elaboração e comercialização, portanto seus participantes precisam desenvolver a cooperação, o respeito e a generosidade a fim de garantir os princípios defendidos por ela. Por sua vez a Psicologia investiga como as pessoas desenvolvem virtudes e as incorporam em si, desenvolvendo uma personalidade ética. Dessa forma a pesquisa tem por objetivo averiguar as representações de si dos atores da economia solidária e verificar se possuem valores morais que nos permitam inferir uma personalidade ética. Para tanto foram realizadas vinte e duas entrevistas semi-dirigidas, gravadas e transcritas com participantes da economia solidária na cidade de Araguaína e Palmas - TO. Os resultados apontam para três grupos distintos: o primeiro, classificado como ‘personalidade ética’, em que aparecem elementos que nos permitem expressar uma trajetória de vida, de escolhas e de projeção de futuro ético, encontram-se nesse grupo as seguintes sub-categorias: 1) Fatores familiares e de origem de vivências comunitárias; 2) Escolhas solidárias; 3) Princípios solidários e sua incorporação a valores pessoais; 4) Relações Cooperativas; 5) Futuro ético. O segundo, chamado de ‘necessidades absolutas I’, em que as necessidades básicas de manutenção da vida se fazem presentes e prioritárias, não aparecendo referência a si ou aos demais de forma valorativa; nesse encontram-se as seguintes sub-categorias: 1) Fatores que derivam do outro e das necessidades básicas e de sobrevivência física e emocional; 2) Escolhas Necessárias ou única escolha; 3) Ausência de princípios solidários e de sua incorporação aos valores pessoais; 4) Relações Individuais; 5) Sem perspectiva de futuro. No terceiro grupo ‘necessidades absolutas II’, em que percebemos uma diminuição da fragilidade física e emocional e uma incorporação no discurso de princípios solidários, com as seguintes sub-categoria: 1) Fatores que derivam dos outros e das necessidades básicas físicas; 2) escolhas necessárias ou única escolha; 3) presença no discurso de princípios solidários, mas ausência de incorporação aos valores pessoais; 4) Relações individuais, mas com discurso cooperativo; 5) Futuro incerto. Concluimos que o estudo permite identificar características morais importantes dos atores da economia solidária, uma vez que seus princípios pedem por pessoas que tenham em sua vida aspectos morais que valorizem o ser humano em detrimento da lucratividade econômica.

Encontramos em nossa pesquisa, tanto aqueles que desenvolveram sua personalidade, pautados pela ética, quanto os que não desenvolveram e encontram-se ligados a necessidade de sanar suas necessidades mais elementares de sobrevivência. Nesse último grupo ainda identificamos que pessoas vinculadas a um grupo minimamente estruturado e que passou por processos de intervenção parecem apresentar características mais desenvolvidas de moralidade, fazendo crer que empreendimentos de economia solidária podem ser favorecedores de tal desenvolvimento. Assim acreditamos que tanto as incubadoras quanto as organizações que fomentam a economia solidária precisam conhecer e implantar em suas metodologias aspectos referentes aos estudos da Psicologia voltados à incorporação de aspectos morais na personalidade humana.

Palavras-chave: Economia Solidária. Personalidade Ética. Virtudes. Moralidade.

ABSTRACT

BORGES, Thelma P. **The actor of the solidary economy**: studies about ethic personality. 2014. 184p. Doctoral Thesis, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

The solidary economy is guided by solidarity in production relations, elaboration and commercialization, therefore, its participants need to develop the cooperation, the respect and the generosity in order to guarantee the principles advocated by the solidary economy. On the other hand, Psychology investigates how people develop virtues and incorporate them into the center of their personality by developing an ethical personality. Thereby, our research aims to investigate the representations that the actors of the solidary economy have about themselves, and ascertain if they have moral values that allow us to infer an ethic personality. Hence, we conducted twenty two semi-structured interviews, recorded and transcribed, among the participants of the solidary economy in the city of Araguaína/TO. The results indicate three distinct groups: the first one, classified as 'ethic personality', in which appears some elements that allow us to infer a life's trajectory of choices and a forecast of an ethical future; in this group, are the following subcategories: 1) Family factors and of community interactions; 2) Solidary choices; 3) Solidary principles and their incorporation into personal values; 4) Cooperative relations; 5) Ethical future; The second one, classified as 'absolute necessities I', in which the basic needs of life's support are present and prioritary, not demonstrating references to themselves or others in a valuative way; in this group are the following subcategories: 1) Factors that derive from the other and from the basic needs - physical and emotional survival; 2) Necessary choices or only choice; 3) Lack of solidary principles and their incorporation into personal values; 4) Individual relations; 5) No future prospects; and in the third group, 'absolute necessities II', in which we realized a reduction of physical and emotional fragility and an embodiment of the discourse of solidary principles, with the following sub-categories: 1) Factors that derive from others and from the basic physical needs; 2) Necessary choice or only choice; 3) Presence in the discourse of solidary principles, but lack of incorporation into their personal values; 4) Individual relations, but with cooperative discourse; 5) Uncertain future. We conclude that the study identifies important moral characteristics among the actors of solidary economy, since its principles need people who have moral aspects in their lives and also those who value the human being instead of economic profitability. In our research, we found both those who have developed their

personality guided by ethics, and those who have not develop it and are linked to the need to solve their most basic survival needs. In the latter group, we also identified that people linked to a minimally structured group which has underwent by intervention processes seem to present characteristics more developed of morality, making believe that solidary economy enterprises may be favoring such development. Thus we believe that both incubators and organizations that promote solidary economy need to know and implement within their methodologies aspects related to the studies of psychology focused on the incorporation of moral aspects in the human personality.

Keywords: Solidary Economy. Ethic personality. Virtues. Morality.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Distribuição da população nos perfis construídos	165
Tabela 2 - Nível de escolaridade e perfis	167
Tabela 3 - População pelo tipo de empreendimento.....	168

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Definição das categorias por tipos de personalidade	102
Quadro 2 - Apresentação e descrição das categorias de análise.....	106

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANTEAG	Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária
APATÓ	Alternativa para Pequena Agricultura no Tocantins
CEPH	Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos / Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo
COOPTER	Cooperativa de Trabalho, Prestação de Serviços, Assistência Técnica e Extensão Rural
COPPE	Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós- Graduação e Pesquisa em Engenharia
CPT	Comissão Pastoral da Terra
ECOSOL	Economia solidária
EFA	Escola Família Agrícola
ENAPEGS	Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos / Ministério de Ciência e Tecnologia
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITCP	Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra
NESOL	Núcleo de Economia Solidária
ONG	Organização não governamental
PT	Partido dos Trabalhadores
RURALTINS	Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins
SENAES	Secretaria Nacional de Economia Solidária
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFT	Universidade Federal do Tocantins

UNESP	Universidade Estadual Paulista
UNITINS	Fundação Universidade do Tocantins
UNITRABALHO	Fundação Inter-universitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	19
 <i>CAPÍTULO 1</i>	 32
 1 CONTEMPORANEIDADE E ECONOMIA SOLIDÁRIA	 32
1.1 CARACTERÍSTICAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA.....	32
1.2 ORIGENS HISTÓRICAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA E MULTIFACETAS DE UM CONCEITO.....	40
1.3 PRINCÍPIOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA	48
 <i>CAPÍTULO 2</i>	 57
 2 PSICOLOGIA MORAL E O CAMINHOS PERCORRIDOS	 57
2.1 O JUÍZO MORAL EM JEAN PIAGET	57
2.2 A TEORIA DE JULGAMENTO MORAL DE KOHLBERG.....	64
2.3 ABERTURA DA ÉTICA: AS IDEIAS DE CAROL GILLIGAN.....	68
 <i>CAPÍTULO 3</i>	 72
 3 VALORES E VIRTUDES	 72
3.1 VALOR E ESCALA DE VALORES.....	72
3.2 FORÇA DE VONTADE	75
3.3 VIRTUDES	77

CAPÍTULO 4	87
4 PERSONALIDADE ÉTICA E A CONSTRUÇÃO DE SI	87
4.1 PLANO MORAL E PLANO ÉTICO	88
4.2 REPRESENTAÇÕES DE SI E PERSONALIDADE ÉTICA	91
CAPÍTULO 5	97
5 CAMINHOS PERCORRIDOS: MÉTODO DE TRABALHO	97
5.1 PRESSUPOSTOS DA PESQUISA: OBJETIVOS, PROBLEMA E HIPÓTESE	97
5.2 PRIMEIRAS PROVIDÊNCIAS	97
5.3 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS - A ENTREVISTA	98
5.4 SELEÇÃO DOS PARTICIPANTES PARA O ESTUDO	100
5.5 DO PROCESSO DE COLETA DE DADOS	101
5.6 DO PROCESSO DE ANÁLISE DE DADOS.....	102
CAPÍTULO 6	103
6 RESULTADOS	103
6.1 ANÁLISES E DISCUSSÕES.....	103
6.2 GRUPO PERSONALIDADE ÉTICA: ENTREVISTA ANTONIO.....	108
6.3 GRUPO NECESSIDADES ABSOLUTAS I: ENTREVISTA MARIA	117
6.4 GRUPO NECESSIDADES ABSOLUTAS II: ENTREVISTA EDNA	126
6.5 GRUPO PERSONALIDADE ÉTICA: DEMAIS ENTREVISTAS	134
6.5.1 Fatores familiares e de origem de vivências comunitárias	134
6.5.2 Escolhas solidárias.....	135
6.5.3 Princípios solidários e sua incorporação a valores pessoais	138
6.5.4 Relações cooperativas.....	142
6.5.5 Futuro ético	145
6.6 GRUPO NECESSIDADES ABSOLUTAS I: DEMAIS ENTREVISTAS	147

6.6.1 Fatores que derivam do outro e das necessidades básicas	148
6.6.2 Escolhas necessárias ou única escolha	150
6.6.3 Ausência de princípios solidários e de sua incorporação aos valores pessoais	152
6.6.4 Relações individuais	154
6.6.5 Sem Perspectiva de Futuro	155
6.7 GRUPO NECESSIDADES ABSOLUTAS II: DEMAIS ENTREVISTAS	157
6.7.1 Fatores que derivam do outro e das necessidades básicas	157
6.7.2 Escolhas Necessárias ou Única Escolha	159
6.7.3 Presença no discurso de princípios solidários, mas ausência de incorporação aos valores pessoais	160
6.7.4 Relações individuais, mas com discurso de cooperativo	161
6.7.5 Futuro Incerto	162
6.8 OUTRAS POSSÍVEIS ANÁLISES	164
CONSIDERAÇÕES FINAIS	169
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	175
ANEXO	183

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Nosso trabalho tem por objetivo estudar características morais de pessoas que trabalham com economia solidária, especificamente verificar as representações de si e se essas trazem aspectos morais como centrais em sua personalidade, compondo, então, uma personalidade ética. Assim, neste primeiro momento, com a finalidade de apresentar nosso estudo, discutiremos a importância de se estudar a moralidade e, para tanto, recorreremos a estudos da Psicologia Moral e da Filosofia que oferecem suporte para se pensar no que características como generosidade, lealdade, cooperação e autonomia, entre tantas outras, favorecem o desenvolvimento e constituem a personalidade do ser humano. Após, apresentaremos as principais ideias acerca de economia solidária e as relações que estabelecemos entre Psicologia Moral e economia solidária. Optamos por introduzir, mesmo que brevemente, estes dois pontos de estudo a fim de clarear ao leitor familiarizado com apenas um dos eixos com que trabalhamos.

Consideramos as virtudes importantes não somente porque participam da gênese da construção moral mas também porque constituem parte integrante da personalidade humana e são definidoras de ações que se refletem de forma significativa nas relações interpessoais e na sociedade. Pais e educadores há tempos se preocupam em educar as crianças e fazê-las compreender a importância de se respeitar as regras sociais; ser obediente é o esperado para todas, contudo ser boa, generosa, agradável costuma aparecer de forma secundária nestes discursos. Ser educado não quer dizer ser virtuoso ou generoso com alguém, e adquirir tais qualidades é quase um bônus e, nesse sentido, obedecer deveres é necessário, ao passo que ter virtudes é desejado, mas nem sempre trabalhado e exigido. Segundo Comte-Sponville (1995, p.7), a virtude “é uma força que age, ou que pode agir”.

Dessa maneira, “a virtude de uma planta ou de um remédio, que é tratar, de uma faca, que é cortar, ou de um homem, que é querer e agir humanamente” (Comte Sponville, 1995, p.7). É a virtude de um homem que o humaniza, é ela que demarca caminhos ou o desvia deles, é ela a *força*, que Piaget (1953/1994) designa como valor. Desse modo, a auto-avaliação que se faz de si mesmo é definida pela valoração de si, gerando então representações de si mesmo, que, por sua vez, organizam um quadro de quem a própria pessoa é bem como de quem o outro é. Assim, estamos falando não somente de algo que é desejável, mas também que é importante enquanto constituinte de um eu, que traça parâmetros no reconhecimento de si e do outro e que define forças para (poder) agir. Os

estudos sobre as virtudes evidenciam a sua necessidade enquanto característica humana e também a nossa ineficiência em desenvolvê-las e, nessa direção, “pensar as virtudes é medir a distância que nos separa delas [...]” (COMTE-SPONVILLE, 1995, p.11). Nenhuma virtude é inata ou natural, é preciso, pois, tornar-se virtuoso. Para Aristóteles, é fazendo que se aprende a ser virtuoso, é sendo generoso que se aprende a ser generoso; é preciso, então, criar o hábito, e ir além, posto que não basta ter uma atitude bondosa, tem que querer o bem. Kant, por outro lado, entendia que tal desenvolvimento passa pela coerção externa (COMTE-SPONVILLE, 1995).

O modelo piagetiano de moralidade prevê a construção progressiva deste desenvolvimento mediante condições de inter-relações que garantam tal processo. Para Piaget (1932/1994), a moral passa pela construção de um sistema de regras na interação do sujeito com o objeto. A moralidade, neste caso, não é inata, dado que a criança nasce com ausência de regras e estas, por seu turno, passam a se desenvolver na relação do ser com o meio no qual se encontra inserido. A obediência ao adulto e a incapacidade de se deslocar de si mesma para pensar a partir de outras perspectivas, juntamente com o caráter exterior das regras sociais e seu pensamento pré-lógico, a caracterizam pelo que Piaget (1932/1994) denominou de moral heterônoma. Por bem, em termos de desenvolvimento, é esperado que a criança supere este tipo de moral e desenvolva uma *moral do bem*, ou autonomia moral. Conseguir coordenar pontos de vista, colocar-se no lugar do outro e utilizar a reversibilidade do pensamento lhe permite trabalhar pela ótica da construção de contratos sociais e, assim, demonstrar sua capacidade de compreender o uso das regras sociais, não como uma imposição, mas como algo necessário para a mediação das relações sociais em prol do bem estar maior.

Ainda é Comte-Sponville (1995) que nos leva a uma discussão interessante, segundo a qual mesmo respeitando as regras, ou a lei, nem sempre se faz justiça, quer dizer, a lei, ou a regra, nem sempre é justa, dependendo do contexto e da análise que se faz dela. A justiça em si, por sua vez, produz o respeito à legalidade e, seguindo esta direção, a justiça que privilegia a equidade e/ou a igualdade torna a justiça um valor, e a justiça como valor, então, se transforma em virtude, pois sua essência é virtuosa. Os estudos sobre as virtudes abrem caminhos para irmos além da Psicologia Moral e debatermos uma Psicologia da personalidade e do desenvolvimento, uma vez que o desenvolvimento do caráter passa necessariamente pelo desenvolvimento da ética e da moral (LA TAILLE, 2000, 2006; TAYLOR, 2011a, 2011b; TOGNETTA, 2009). Para corroborar com a discussão sobre a necessidade de se estudar as virtudes, apoiamo-nos em La Taille (2000, p.113), que diz:

[...] as virtudes remetem-nos as dimensões universais, pois essencialmente humanas, a saber: qualidade atribuída à pessoa, valor desejável e admirável, leitura ética da personalidade. Pensamos que isto já basta para avalizarmos um estudo psicológico das virtudes.

As características que descrevem a universalidade das virtudes demonstram aspectos interessantes quanto à incorporação das virtudes ao eu, definindo valores sobre si mesmo e determinando quais são desejados e apreciados. Se as virtudes definem quem é a pessoa, então a personalidade deve ser compreendida através do olhar da ética e, ainda, se são reconhecidas e produzem as leituras de caráter de si e dos outros, por conseguinte ela deve ser estudada tanto como parte da psicologia do desenvolvimento quanto como da psicologia da personalidade. Assim, precisamos ampliar a compreensão que se tem sobre desenvolvimento de virtudes e passar a tratá-las como essencial na compreensão do ser humano e da sociedade. Apesar da clareza que hoje se estabelece sobre a importância das virtudes, percebemos que nem sempre foi assim. É verdade que temos importantes trabalhos na Psicologia Moral, mas não é menos verdade que a maioria se interessou muito mais por aquilo que seguia uma tradição kantiana, ou seja, a preocupação centrava na justiça em detrimento de outros aspectos e, dentre esses estudiosos, podemos citar Piaget (1932/1994). Precursor nos estudos psicológicos sobre o desenvolvimento moral, Piaget fundamentou parte de suas ideias tomando como alicerce uma perspectiva kantiana, utilizando, para tanto, o arcabouço sobre justiça e imperativos. Trabalhou a moral como um conjunto de regras, resultando em deveres morais. Kohlberg (1990/2002), seguidor de Piaget, também elaborou suas pesquisas e teoria em torno da moral enquanto justiça.

La Taille (2000, 2006) nos mostra o quanto é intrincada esta questão e propõe que se faça um aprofundamento nas discussões acerca do conceito de moral e de ética, considerando que não é possível estudar as virtudes sem antes ter clareza de tais conceitos. A justiça impõe direitos e deveres para se fazer justa, contudo a generosidade ou outra virtude não passa pelo dever, pois, caso passasse, não seria virtude, posto que a virtude é marcada justamente pela não obrigatoriedade. Ninguém é obrigado a ser generoso, porém, se o for, será admirado e considerado moralmente bom. Dessa forma, a moral deixa de ser somente a moral da justiça, marcada por deveres e direitos, e se amplia para uma moral do bem, das virtudes, e o plano teórico, consequentemente, se altera, e a referência kantiana cede lugar à aristotélica, com as discussões acerca da felicidade. Aristóteles (2009) coloca que a finalidade humana é a felicidade, e esta não se fundamenta somente no prazer, mas também na capacidade do homem em se identificar com o viver bem e o fazer o bem. A felicidade não é uma

disposição, é uma atividade que exige dedicação, que só se fundamenta na virtude e, desta maneira, uma vida virtuosa possibilita a felicidade, que, por sua vez, é ação virtuosa e não divertimento, apesar do divertimento com moderação disponibilizar as pessoas para coisas sérias. Uma vida feliz é, portanto, aquela pautada nas virtudes.

Vemos aí uma mudança de prumo nas discussões sobre a moral, e o debate acerca das virtudes foge do campo dos deveres e direitos e constitui uma nova dimensão, que foi bem percebida e reivindicada por Gilligan (1982), que, apesar de diferenciar a moral a partir do gênero, segundo a qual os homens mais propensos à ética da justiça e as mulheres à ética do cuidado, consegue estabelecer um debate interessante acerca de uma moral do cuidado, pró-social, que preserva os relacionamentos e se responsabiliza por eles. Em seus termos: “as mulheres não apenas se definem num contexto de relacionamento humano, mas também se julgam em termos da sua capacidade de cuidar” (GILLIGAN, 1982, p. 27). Os estudos das virtudes ou da chamada moral pró-social são permeados por características do ser humano que constituem o eu, a personalidade, ou o *self*. Por isso entramos num terreno mais subjetivo, mais afetivo. A maneira valorativa como uma pessoa se vê e reconhece pode necessariamente passar pelo reconhecimento das virtudes, que, mesmo ausentes, se configuram como algo importante por demonstrar aquilo que falta a si e ao outro, a julgar que “a generosidade parece dever mais ao coração ou ao temperamento, a justiça, ao espírito ou a razão” (COMTE-SPONVILLE, 1995, p. 97). Assim, um estudo psicológico da moral pró-social auxilia na compreensão do desenvolvimento humano, da constituição da personalidade e, ainda, vai além, permitindo discutir tanto suas ações pessoais como aquelas na sociedade.

A Psicologia Moral, dessa forma, demonstra que, para além dos estudos sobre justiça ou virtudes, o que interessa é como as pessoas alocam na sua personalidade características referentes a valores morais. Assim, conhecer as representações que uma pessoa faz de si auxilia na compreensão e verificação de que patamares utilizou para constituir seu eu e se esses possuem aspectos morais evidentes. Demonstrados os aspectos importantes sobre a Psicologia Moral para o nosso estudo, iremos agora nos centrar na apresentação das principais ideias de economia solidária, que demarca o segundo ponto de discussão deste trabalho. Mostraremos que a conceituação e o debate em torno da economia solidária traçam aspectos para o funcionamento deste tipo de economia que, necessariamente, reclamam de seus envolvidos que tenham ou estejam dispostos a descentrarem de si mesmos, ao mesmo tempo, a desenvolverem e a praticarem ações que considerem o outro tanto quanto a si mesmos. Em outras palavras, acreditamos que só é possível de fato a ocorrência de uma economia

solidária, com todas as suas prerrogativas, se as pessoas envolvidas no processo tiverem desenvolvido uma personalidade ética (LA TAILLE, 2006; TAYLOR, 2011a, 2011b).

Cada vez mais vemos crescer grupos interessados em estudar, trabalhar ou participar de empreendimentos econômicos solidários, e a percepção disso ocorre com o aumento dos números de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, com a criação, no penúltimo governo, da Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES - e com as secretarias municipais em diversas cidades do país voltadas ao fomento à economia solidária. Contudo, sabemos que só ocorre economia solidária e organização político-social em grupos, associações e/ou cooperativas se o interesse brotar nas próprias relações sociais e não como políticas públicas impostas e se nascerem de processos solidários, tenham eles caráter econômico ou não. O aumento do interesse pela área se deve a uma busca, por parte dos sujeitos participantes, pela emancipação social e pela igualdade de direitos. No entanto, as vivências em situações sociais se definem pela complexidade, na busca de se conciliar necessidades individuais com coletivas, diferenças pessoais, gostos e pensamentos. Sobre isso, Demo (2005, p. 60) argumenta:

O termo sociedade igualitária condensa esta complexidade dialética de pessoas ao mesmo tempo iguais e diferentes, que são capazes de se doarem para a comunidade sem perder sua individualidade, ou que são capazes de construir oportunidades de desenvolvimento próprio sem destruir a dos outros.

A economia solidária surge ou pode ser conduzida a surgir no seio das comunidades e tem como pilar a plena participação e a emancipação de seus participantes. Tal emancipação pode ser pensada e entendida sob o ponto de vista social, político, emocional ou econômico e respeita os mais diversos saberes. A autogestão, um dos princípios dessa *outra economia*, se apresenta como uma alternativa à administração e às formas de gestão estratégicas, que impedem a emancipação de seus atores (CANÇADO, TENÓRIO, PEREIRA, 2011). A economia solidária tem como preocupação a promoção da cidadania e da democracia como fonte de decisões bem como a responsabilidade social (SINGER, 2002). A referência a esta área é o bem comum, que se estabelece como leme condutor das ações. Existem diversos estudos que consideram o bem comum como resultado de uma característica a ser desenvolvida no ser humano e que é viabilizada pelo desenvolvimento de virtudes morais (COMTE-SPONVILLE, 1995; TAYLOR, 2011b). O uso do bem comum auxilia não somente à autogestão como também os empreendimentos pautados pela economia solidária. O bem

comum preserva as relações sociais, respeita o próximo e se prende a ética. É pela via do bem comum que se garante que as decisões sejam tomadas em favor da maioria e não de alguns poucos, como fica bastante evidente no seguinte comentário: “[...] a ética da convivência igualitária guarda como referência maior o bem comum. Este não pode ser incompatível com preferências pessoais, mas estas não podem preponderar” (DEMO, 2005, p. 59).

Quanto à definição, pode-se assim compreender economia solidária: é marcada por um conjunto de atividades econômicas que se diferenciam pelo respeito ao próximo no que tange às formas de produção, pelo respeito ao ambiente, pelo preço justo e pela distribuição, entre outros aspectos, e envolve fatores como propriedade coletiva dos bens e/ou da mão de obra, participação democrática nos rumos da organização e distribuição igualitária de renda. Tem como um de seus princípios básicos e importantes a autogestão, que é marcada por processos coletivos e democráticos de decisão, permitindo, assim, que todos os participantes tenham voz e voto em assembleias coletivas de decisões (BRASIL/SENAES, 2004; SINGER, 2002). Os pressupostos da economia solidária nos permitem pensar que não é somente a economia que é solidária, mas que seus participantes também precisam desenvolver uma série de características pessoais de participação social bem como uma nova cultura que envolva os aspectos relativos à solidariedade humana e respeito ao próximo.

A economia solidária funciona por grupos informais, clubes de trocas, bancos comunitários, associações ou cooperativas que, por seu turno, preveem participação equitativa e democrática, ou seja, seus membros devem exercer o pleno papel participativo no debate, cooperando com as ideias e construindo coletivamente o ambiente social e de trabalho. É também marcada pelo bem comum, o que garante que os processos decisórios gerem aquilo que atenda a todos da melhor forma possível. Os integrantes desta forma alternativa de economia

[...] tem como valores fundamentais adesão voluntária e esclarecida dos membros, participação democrática em processos decisórios, autogestão, cooperação, intercooperação, promoção do desenvolvimento humano, preocupação com a natureza, preocupação com a comunidade, produção e consumos éticos, solidariedade (COETERGOSO, CIA & LUCAS, 2008, p. 28).

Essa atividade econômica segue princípios éticos diferenciados. Quanto ao nosso entendimento do que seja ética, compreendemos, tal como La Taille (2005, 2006), ser aquilo que é relativo à vida boa, ao bem viver, à felicidade. Assim, entendemos que a economia solidária apoia o bem viver, distanciando-se da lógica capitalista de produção e consumo,

garantindo trabalho e renda a setores excluídos socialmente, participando, portanto, da construção de uma cultura solidária com valores fundamentais. Na cultura solidária a valorização do desenvolvimento humano ocorre com ênfase nos processos educativos (OLIVEIRA, 2006; SINGER, 2002), e esta forma de pensar as organizações de trabalho repercute no social e se diferencia de maneira contrastante do meio de produção capitalista em que vivemos, pois este cria segmentação e desigualdade social, alienação das formas de produção e de vida e exclusão de grupos sociais com consequências desastrosas para a manutenção da vida e da cidadania.

No que se refere à autogestão, Cançado (2004, p. 58) a define como

[...] um modo de produção de organização de trabalho, onde não há separação entre concepção e execução do trabalho e os meios de produção são coletivos, sendo caracterizado como um processo de educação em constante construção na organização.

A autogestão delimita economia solidária e é ela que define o tipo de gestão que os empreendimentos terão. Alicerçada na noção de participação plena dos membros do empreendimento, a autogestão tem que garantir para seu funcionamento algumas características (SVARTMAN, et al., 2008). A primeira delas diz da necessidade de se instalar plenamente espaços de falas e negociações que permitam a participação igualitária, apoiada no fato de que não existem hierarquias legitimadas, uma vez que empreendimentos econômicos solidários são bens coletivos, o que permite a implicação de todos nos processos decisórios. Desta forma, o reconhecimento da diferença, a capacidade de ouvir o outro e o exercício do debate se tornam primordiais. Outro aspecto importante apontado pelos autores é que para haver autogestão se deve desenvolver o sentimento de pertencimento ao grupo, sentir que é parte do grupo, que sua participação faz diferença para o grupo bem como que o grupo faz diferença para si. A autonomia política parte do enraizamento coletivo e da possibilidade de se sentir seguro e alicerçado no grupo para mostrar seus pensamentos e engajamentos.

Neste respeito, Singer (2002, p. 21) escreve:

A autogestão tem como mérito principal não a eficiência econômica (necessária em si), mas o desenvolvimento humano que proporciona aos praticantes. Participar das discussões e decisões do coletivo, ao qual está associado, educa e conscientiza, tornando a pessoa mais realizada, autoconfiante e segura. É para isso que vale a pena se empenhar na economia solidária.

O envolvimento com uma forma diferenciada de economia propicia ao ser humano a possibilidade de desenvolver características pessoais para se inserir em uma nova cultura que respeita e valoriza a coletividade. Oliveira (2006), em seus estudos, demonstrou que nos empreendimentos solidários, marcados pela autogestão, surge uma cultura diferenciada, que é a da solidariedade. Lisboa (2010, p.3), ainda na mesma direção, escreve:

A novidade, a força e o diferencial da economia solidária gravita na ideia da SOLIDARIEDADE. Na economia solidária o elemento solidariedade não é um mero adjetivo: é central, reformata a lógica e o metabolismo econômico. A economia solidária incorpora a solidariedade no centro da atividade econômica (grifo no original).

Na história do cooperativismo e da economia solidária, por volta de 1844, surge uma série de princípios que se tornam mais tarde os princípios universais do cooperativismo e, entre eles, encontra-se o empenho na educação cooperativa (SINGER, 2002). A bibliografia especializada irá mostrar que esse princípio é fundamental para garantir todo o funcionamento restante, tanto das organizações solidárias quanto para criação de uma cultura igualitária. Singer (2002) nos chama atenção para o fato de que o maior perigo da prática autogestionária vem justamente da falta de formação democrática de seus membros. Owen (citado por SINGER, 2002), um dos principais fundadores das práticas cooperativistas, diz da necessidade de se educar não somente os cooperados como também o público em geral com relação a esta visão de mundo. Percebemos, assim, a importância dada ao processo educativo, considerando que sem ele se torna inviável qualquer espécie de trabalho que envolva a economia solidária e, por consequência, a autogestão, dado que crescemos em uma sociedade que valoriza e educa por princípios que lhes são discrepantes. A introdução na lógica e nas práticas sociais pautadas pela economia e pela cultura solidária é algo a ser desenvolvido, e, para isto, a educação torna-se a peça fundamental na construção de tais práticas. Singer (2002) foi muito feliz em expor como a prática educativa participa dos processos na economia solidária e em dizer o quanto ela é definidora de um empreendimento solidário.

Tendo em vista o já exposto, fica bastante evidente que tanto economia solidária e autogestão como as discussões acerca da Psicologia Moral demonstram que seus princípios, apesar de objetivos finais diferentes, visam à formação humana, à ética nas relações e o desenvolvimento individual, social e comunitário. A economia solidária possibilita a inserção política, social e econômica de seus participantes, pois garante a politicidade, o que Demo (2006, p.24) define como sendo a razão mais humana das humanas, posto que permite a conquista da autonomia e do próprio destino, uma vez que “politicidade descortina horizontes

sociais”. “Ser pobre não é somente não ter, mas ser coibido de ter” (DEMO, 2006, p.6) e, com esta citação de Demo, apontamos a importância da economia solidária, pois esta permite mostrar especificamente de que solidariedade, de que participação e de que igualdade estamos falando: da gestão permanente de conhecimento, que prima por surgir das necessidades coletivas de comunidades envolvidas, que pode gerar processos educativos e de autoeducação, que se firma nas próprias relações cotidianas. A autogestão, característica da economia solidária, aproxima seus princípios dos de uma personalidade ética, pois, ao lado da viabilidade econômica, os aspectos da comunidade envolvida têm igual importância, sendo as relações democráticas e igualitárias o norte de funcionamento.

Sabemos, porém, como nos aponta Sato (2002, p.3), que a autogestão não acontece sem conflitos; contudo, a presença permanente de embates nos processos produtivos, deliberativos e educativos é sinal claro e desejado de que ali se discute e debate, de que se faz “negociações cotidianas de significados, interesses e coisas, ocorre interação social com direito a voz e voto”. Seguindo esta direção, a psicologia nos auxilia a pensar a autonomia do ponto de vista moral, a aquisição de virtudes e a constituição de um *self* ético. Isto é importante por acreditarmos que a compreensão de aspectos relativos à personalidade dos atores da economia solidária pode favorecer o trabalho de educação e de incubação desses empreendimentos. Com relação à economia solidária, podemos perceber que: a) visa à emancipação da sociedade; b) trabalha com participação social e democrática, cujas tomadas de decisões ocorrem de forma coletiva; c) é transparente e, assim, garante acesso à informação necessária à participação política e à tomada de decisões; e d) segue princípios éticos de relacionamentos humanos, valorizando a argumentação. As principais características da autogestão são: a) todas as decisões são tomadas em assembleias; b) cada cabeça corresponde a um voto; c) as metas visam o bem estar coletivo; d) as relações são pautadas pela cooperação e igualdade; e) as formas de organizações são coletivas e/ou associativas; e f) não há separação entre a produção e o pensamento dos meios de produção.

Os aspectos trabalhados por esses conceitos pedem que seus participantes tenham desenvolvido características morais, afetivas e cognitivas, tais como reciprocidade, cooperação, respeito mútuo, descentração e *pequenas* virtudes, tais como a generosidade e a humildade; que tenham desenvolvido uma personalidade ética. Talvez a própria participação em empreendimentos do tipo possibilite tal desenvolvimento, uma vez que pesquisas demonstram que ambientes cooperativos favorecem a expansão tanto moral quanto de virtudes específicas (TOGNETTA, 2003, 2009; VINHA, 2009). Vinha (2009) escreve que para desenvolver a moralidade são necessárias experiências de vida social, pois nesta se

precisa discutir problemas e compreender as regras como algo estabelecido para o bem comum e para a melhor convivência de todos. O que os espaços coletivos gerados pela autogestão fazem a não ser propiciar justamente tais vivências? Dito isto, somos levados a perceber que a economia solidária com a autogestão oferece informações interessantes sobre formas de participação social com vistas a geração de mudanças, que, por seu turno, nos permitem vislumbrar, mesmo que de forma ideológica, aspectos científicos que estão à mercê do bem estar social e do homem enquanto ser individual participante de uma coletividade.

Esses conceitos oferecem o que Demo (2005) chama de autoridade do argumento, ou seja, as pessoas desenvolvem a capacidade de dizer coisas sobre as quais possuem base adequada e, por isso, seu argumento é válido e se sobrepõe à lógica de nossa sociedade, que é de ouvir somente a autoridade como argumento, e nesse sentido, “o que não pode ser contestado provoca a separação social e implica imbecilização ou subordinação” (DEMO, 2005, p. 57). Prestar atenção no que se fala e não em quem fala já seria um grande passo para que re-pensemos as relações sociais e qualifiquemos o processo democrático, pois se “qualifica o cidadão através de processos educativos adequados”(DEMO, 2005, p. 53). Para este autor, a ciência deve estar a serviço do homem e não de sua dominação, e o saber pensar deve estar a serviço da intervenção social, e Singer (2007, p. 58), por sua vez, escreve: “[...] o desenvolvimento tem que ser feito pela e para a comunidade toda.” Assim, propiciar o acesso ao argumento - conhecimento -, construir espaços sociais de mudanças coletivas e produzir novos conhecimentos é o que pretende a economia solidária. Estas mudanças são validadas pela emancipação dos cidadãos.

Ouvir o que se fala e não quem fala é um progresso da heteronomia para a autonomia moral, é a saída do realismo moral e o respeito ao outro possuidor da regra social a quem se deve respeito somente são garantidos quando o próprio desenvolvimento se faz presente (PIAGET, 1932/1994), posto que "o homem se emancipa quando se percebe enquanto indivíduo, com suas potencialidades individuais (*forces propres*) como motor das forças sociais, por fim, quando se percebe como ser político" (CANÇADO, 2011, p.187). Muitos irão considerar utópicas as possibilidades de alterações sociais, contudo vários trabalhos sobre a temática vêm aparecendo no Brasil, como os apresentados nos diversos encontros de pesquisadores das áreas de Cooperativismo, Gestão Social e economia solidária. Nascimento (2007:45) diz que “a utopia é a antecipação imaginária de um objetivo” e, assim sendo, considerar utópicas as propostas da economia solidária ou mesmo do desenvolvimento de virtudes e da constituição de uma personalidade ética é o mesmo que dar o ponta-pé inicial no processo de realizações possíveis; é colaborar com o horizonte da realidade, pois "Se

desistirmos das utopias, contentamo-nos com o pouco que temos. Assim, precisamos das utopias para nunca parar de questionar e buscar coisa melhor" (DEMO, 2006, p. 29).

Em revisão bibliográfica percebemos que existem inúmeros trabalhos na área de cooperativismo, gestão social, autogestão e economia solidária; contudo não encontramos nenhum que considerasse o sujeito em si, que fizesse uma análise do desenvolvimento daquele que participa dos empreendimentos, configurando uma situação em que se aplica bem o seguinte pensamento de La Taille (1994): estuda-se a guerra, mas poucos estudam os guerreiros. Queremos, então, ao contrário dos muitos, estudar os guerreiros da economia solidária, a fim de verificar se possuem características morais facilitadoras de suas práticas. Pela literatura especializada, participantes de ambientes cooperativos exercem a descentração, o respeito mútuo e outros aspectos que favorecem o desenvolvimento moral. A construção coletiva de regras, o desenvolvimento de bem estar em decorrência dos acordos feitos, inclusive das punições a serem adotadas, garantem a participação coletiva, a diminuição do egocentrismo e da unilateralidade nas relações sociais (LA TAILLE, 2006; TOGNETTA, 2003; VINHA, 2009).

A educação autoritária tende a formar seres humanos submissos, conformistas e seguidores de uma autoridade, o que caracteriza a moralidade heterônoma (PIAGET, 1932/1994). Tognetta (2003) nos mostra que crianças advindas de ambientes cooperativos, mesmo sendo mais novas, desenvolvem senso de solidariedade quando comparadas a crianças mais velhas frequentadoras de ambientes coercitivos, demonstrando, assim, que os tipos de relações sociais interferem diretamente no desenvolvimento da reciprocidade humana. Piaget (1932/1994), por sua vez, deixa claro que o que gera desenvolvimento não é o respeito por uma regra exterior e sim a participação mútua na construção das regras coletivas. Percebemos que o ambiente proposto nos empreendimentos solidários contempla as características favorecedoras do desenvolvimento humano. Levando em consideração todo o exposto, estabelecemos o seguinte como problema de pesquisa: os atores da economia solidária desenvolvem uma personalidade ética? Quais são as percepções de si dessas pessoas?

O nosso objetivo com este trabalho de pesquisa é verificar se os participantes da economia solidária desenvolvem valores morais e se estes aparecem como centrais em sua personalidade e, ainda, perceber que representações de si aparecem a partir da análise do *corpus*. A hipótese que tínhamos no início dos estudos era a de que, apesar de haver cooperação, coordenação de ideias, debates, decisões coletivas e democráticas nos ambientes pautados pela economia solidária e de sabermos que a literatura em Psicologia Moral descreve tais características como favorecedoras de desenvolvimento e de virtudes morais, tínhamos

dúvidas se as pessoas participantes desses ambientes desenvolviam tais características, pois existia, ao nosso ver, a possibilidade de as práticas democráticas e solidárias estarem circunscritas somente ao meio do empreendimento e de as pessoas se submeterem a esses ambientes muito mais por necessidades do que por convicções. Quanto à organização, dividimos nosso trabalho em seis capítulos com o propósito de elucidar melhor os conceitos utilizados.

No primeiro capítulo fazemos uma breve análise sobre a sociedade contemporânea, mostrando como suas características são contrárias e contraditórias ao aparecimento de uma personalidade ética bem como apresentamos melhor a economia solidária, buscando sua origem histórica, seu aparecimento e seu fortalecimento no Brasil, além de evidenciar seus princípios e as diversas análises sobre o tema. Mostramos nesse momento que as pesquisas e compreensões sobre a economia solidária permitem falar de uma variedade de olhares que se sobrepõem, oferecendo visões múltiplas sobre o assunto, quase todas complementares. No segundo capítulo apresentamos uma revisão teórica sobre Psicologia Moral, que inicia com os trabalhos de Piaget (1932/1994) e Kohlberg (1982), por acreditarmos que estes autores oferecem um arcabouço teórico que sustenta a maioria das pesquisas na área de moralidade. Ambos, centrados na noção de justiça, desenvolvem pesquisas que demonstram existir um desenvolvimento moral que parte de pontos elementares até alcançar características refinadas de análise. Em seguida, fazemos um contraponto com Gilligan (1982), que questiona a ética da justiça, como sendo a única, e apresenta trabalhos demonstrando a existência de uma ética diferenciada, a do cuidado, típica das mulheres, mas que pode se manifestar em ambos os sexos. As pesquisas de Gilligan (1982) auxiliam na ampliação dos estudos sobre a moral e abre espaços para se discutir outros pontos importantes referentes a moralidade, até então pouco explorados.

No terceiro capítulo introduzimos as discussões de Piaget (1953-54/1994) acerca das noções de valor e força de vontade, que derivam de seu trabalho sobre afetividade, além de apresentarmos uma discussão sobre virtudes. Esses conceitos se fazem importantes na compreensão de nossa pesquisa, uma vez que uma personalidade ética somente assim o será se valores morais estiverem alocados à frente em uma escala de valores e se os mecanismos de regulação dessa escala garantir que ela permaneça central na personalidade. Além disso, acreditamos que as virtudes precisam compor a personalidade para que se apresente como ética. No capítulo 4, sobre personalidade ética, apresentamos a diferenciação que La Taille (2006) faz entre ética e moral e como as representações de si participam da formação moral bem como, ainda, discutimos a integração entre os planos moral e ético e como os conceitos

apresentados anteriormente concorrem para a compreensão da personalidade, demonstrando, dessa forma, que a pessoa que possui representações morais sobre si mesma e as aloca como centrais em sua personalidade busca uma *boa vida* e a felicidade, unindo julgamentos com as ações morais. No capítulo 5 apresentamos a metodologia do trabalho, descrevendo o instrumento, a seleção dos participantes, a coleta de dados e o processo de análise das entrevistas. Logo após segue as análises dos dados com a construção das categorias trabalhadas, a saber, Personalidade Ética, Necessidades Absolutas I e Necessidades Absolutas II. A partir das análises foi possível verificar que, àqueles cujas personalidades são baseadas em princípios éticos, a economia solidária se coloca como um ambiente propício e acolhedor a seus ideais, e, àqueles cujas Necessidades Absolutas se fazem presentes, aspectos morais e éticos não aparecem; contudo notamos que uma vez organizados e tendo passado por processos educativos e de intervenção, ocorre avanços em seus discursos, podendo, então, identificar aspectos interessantes de desenvolvimento. A pesquisa realizada permitiu configurar perfis de personalidade do público dos empreendimentos solidários estudados e, mais que isso, possibilitou verificar que existe uma tendência ao desenvolvimento daqueles que passam por uma formação em economia solidária e autogestão.

CAPÍTULO 1

1 CONTEMPORANEIDADE E ECONOMIA SOLIDÁRIA

Dividimos este primeiro capítulo em duas partes: a primeira com o objetivo de explanar as características apontadas por alguns estudiosos sobre a sociedade atual, no sentido de mostrar o quanto “o andar errático da nossa sociedade” (LA TAILLE, 2009, p. VII) acaba por defini-la. A segunda aborda aspectos relativos à Economia Solidária, demonstrando que, pelos seus princípios, pode(ria) ser uma alternativa de organização ao mundo caótico que se instalou do ponto de vista ético e moral. Para tanto, faremos uma contextualização da contemporaneidade a partir de autores como La Taille (2009) e Bauman (1998, 2000) e, em seguida, apresentaremos a história e o debate que permeia hoje a economia solidária.

1.1 CARACTERÍSTICAS DA CONTEMPORANEIDADE

Da leitura dos jornais, passando pelas revistas semanais ou programas televisivos até as análises acadêmicas mais apuradas, percebemos que a conclusão a que se chega é uma só: nossa sociedade não está bem, parece ter perdido o rumo, e a juventude não tem direção ou objetivos claros. Especificamente em nosso país o principal aparece na necessidade de se ter objetos cunhados no seio do capitalismo e que aquecem a economia pelo viés do consumo. Hoje, a análise de La Taille (2009) sobre a cultura do tédio é bem pertinente assim como o é a de Bauman (2000) sobre a cultura do consumismo. Nas palavras deste, é

[...] como se não houvesse lugar para a cidadania fora do consumismo. É nessa e só nessa forma que os mercados financeiro e mercantil toleram a cidadania. E é essa forma que os governos do dia promovem e cultivam (BAUMAN, 2000, p.12).

Estamos falando de uma sociedade cuja cidadania se equiparou ao nada, a formas de valorização a partir de objetos de culto monetário e pouco ético.

Dois aspectos interessantes e complementares da sociedade se evidenciam: 1) uma sociedade do tédio, da falta de objetivos ou das atividades sem significação gera uma vida desprovida de vida, uma “vida longa demais porque pequena” (LA TAILLE, 2009, p.17). Uma vida triste, que se arrasta sem sentido; e 2) um cultivo político e social do consumismo, da possibilidade de preencher os vazios do tempo, da significação e da vida através da compra de objetos que se conectam com o mundo e oferecem temporariamente a sensação de preencher o tempo. Hoje é possível visualizar isso na necessidade das pessoas permanecerem frente às telas, conectadas às redes sociais, aos e-mails, aos sites de notícias, enviando comentários, curtindo, mandando mensagens, tudo quase ao mesmo tempo. A conectividade, portanto, oferece temporariamente a sensação de pertencimento ao grupo e de saída do tédio (LA TAILLE, 2009).

Para D’Aurea-Tardelli (2009, p. 81), a sociedade atual procura a felicidade no desfrute de bens de consumo, configurando “um estilo de vida ancorado no trinômio ter-produzir-consumir que se caracteriza pela ‘tirania do possuir coisas’ e pela ideia de que é preciso ganhar a qualquer preço [...]”, mesmo que para isso seja necessário impor mais individualidade e violência. O ciclo de felicidade que se impõe à sociedade é a busca incessante de bens, que gera temporariamente a sensação de bem estar, porém a necessidade de continuar a qualquer preço isola as pessoas e as deixa cada vez mais sozinhas, vazias e doentes. Como se não fosse o bastante, a internet, com as suas mais variadas possibilidades, preenche a lacuna produzida pela vida sem sentido, impondo cada vez mais objetos e padrões de socialidade. O isolamento do homem individual e do público acaba por aniquilar ou por não compor as características de alicerçamento de uma personalidade ética, cujo foco é o bem comum.

As políticas públicas fomentam, segundo Bauman (2000), a busca das liberdades individuais, via produtos que geram cada vez mais a autonomia humana. A liberdade individual vem destruindo aos poucos a potência da coletividade e, assim, o espaço público e o privado ficam desconectados, impossibilitando tanto que as questões públicas reflitam as angústias individuais quanto de se dizer o que é coletivo na individualidade. Podemos perceber isso nas manifestações de junho de 2013 em nosso país, quando, para adaptar ao nosso propósito as palavras de Bauman (2000, p.10) “as únicas queixas ventiladas em público são um punhado de agonias e ansiedades pessoais que, no entanto, não se tornam questões públicas apenas por estarem em exibição pública.” Conforme este autor, apesar de não se referir a esses eventos, faltam as pontes que nem sequer se constituíram para ligar vida pública e privada, o que se justifica, justamente, pela organização que se faz via bricolagem

de uma sociedade do tédio, que se torna mais fácil e manipulável frente às políticas econômicas do país. É justamente essa cultura do tédio e da sociedade que se liquidificou e perdeu sua capacidade política, no sentido de participação do espaço público, que definimos como uma das possíveis leituras de nossa sociedade atual.

A cultura do tédio é marcada pela vida sem significado, que envolve o fazer coisas sem significado e o nada fazer e, quando assim o dizemos, estamos falando em uma vida sem sentido e não apenas de atividades desprovidas de qualificação; vida assim descrita por La Taille (2009, p.17) : “não são apenas horas penosas a vencer, são anos a fio a suportar.” O tempo marca, e as pessoas se tornam suas escravas na tentativa de reverter esse processo e de se ocupar para diminuir o tédio, papel a que se ajusta muito bem as redes sociais, pois provocam a ilusão temporária de um sentido e de participação; ilusão, no entanto, que logo se desfaz pela falta de sentido. Esse autor nos alerta que a cultura do tédio gera deprimidos, infelizes e, conseqüentemente, a impossibilidade de qualquer forma de ética. La Taille (2009), inspirado por Bauman, se utiliza da metáfora do turista e do peregrino para explicar a contemporaneidade. Os dois estão em busca de novos lugares e experiências, porém, o que os move é inversamente proporcional, pois, enquanto o turista escolhe sua viagem através da moda e do dinheiro e seu ato é de consumo, demonstrado pelas malas e lembrancinhas adquiridas nas viagens, o do peregrino é um ato de fé; ele está em busca de si, de um sentido para a própria vida. O peregrino não quer lembrancinhas, quer memórias, quer fazer parte, mesmo que temporário, daquele lugar, quer levar um pouco do lugar em si mesmo; busca a própria identidade, quer responder perguntas existenciais, as mesmas do plano ético: quem eu sou? O que quero da vida?

O turista é a metáfora posta da contemporaneidade, e por conta disso o peregrino vive em uma sociedade que não o acolhe. A vida do turista e da contemporaneidade pode assim, então, ser descrita como fragmentada, posto que os espaços não se conectam e nem se cruzam, são vivências isoladas; passa-se a vida de um lugar a outro, não como num *continuum*. Da mesma forma o tempo, este aparece por fragmentos, e as férias como suspensão do trabalho, assim o fim de semana também. Suspende-se o tempo, ele não se relaciona. O que se faz durante a semana não o acompanha nos fim de semana. E, assim, da mesma forma, as relações se fragmentam, e, em muitos casos, aparecem mais on-line que na vida real, e, quanto às informações, estas são recortadas, e apesar de serem fáceis de se acessar, não se conectam, de modo a formar conhecimento. De modo sucinto: “tal fragmentação do tempo, do espaço, e também das relações humanas, do conhecimento, da afetividade, etc, é típica da contemporaneidade” (LA TAILLE, 2009, p. 28), e é por essas

características que Bauman escolhe a expressão *vida em migalhas* para nomear um de seus livros (LA TAILLE, 2009).

Outra característica importante apontada por La Taille (2009) e Bauman (1998, 2003) é o da urgência. Nos termos de La Taille (2009, p. 30): “pulamos de um evento a outro”, provocando um desenraizamento do social e do temporal. A urgência e a fragmentação provocam a falta de referência ao passado e ao futuro, uma vez que

O passado perde seu papel de referência exclusiva para a moral, para a verdade, para o belo, para a vida. [...] ele deixa de ser tradição, logo, fonte de autoridade. Para o homem moderno, o passado pesa e é preciso liberar-se dele (LA TAILLE, 2009, p.31).

Da mesma forma, a urgência impede o pensar e planejar o futuro, condição para o plano ético. Vemos isso nas políticas públicas, no cotidiano, enfim, na vida. Não se planeja o amanhã, deixando ele de ser referência para o hoje, pois o hoje se basta, ele é uma migalha, na vida que se sucede e, então, “o futuro advém, não é construído” (LA TAILLE, 2009, p.33). Como ainda diz o pensador social:

Fica o presente, que se torna única referência, fica esse fragmento de tempo que esquarteja o fluxo do tempo. A sociedade se torna hedonista, em busca desses fragmentos de alegria que são os prazeres. As pessoas se tornam consumistas: não herdam bens, os adquirem; não deixam bens, os consomem, como fogo (LA TAILLE, 2009, p. 36).

Podemos notar também que Maffesoli (2001) centra seus estudos na caracterização da sociedade a partir do que ele define como a *conquista do presente*, demonstrando que a sociedade atual, especificamente a brasileira, foca sua vida nas relações sociais cotidianas com o objetivo de conquistar o presente todos os dias. Textualmente:

Em resumo, o que vai predominar é um presente que vivo com outros em um dado lugar. Não importando a maneira que seja chamado, esse presenteísmo vai contaminar as representações e práticas sociais, em particular dos jovens. Trata-se de um *carpe diem*, de antiga memória, traduzindo bem um hedonismo difuso. O prazer não é mais adiado para hipotéticos amanhãs cantantes, ele não é mais transferido para um paraíso a chegar, mas vivido, bem ou mal, no presente (MAFFESSOLI, 2001, p. 25).

O autor nos apresenta como discussão a conquista do presente, como a possibilidade de viver o presente, sem passar por ele simplesmente em prol de um futuro distante e incerto, colocando a possibilidade de compreendermos as características da sociedade nas suas

multifacetadas e complexidades a partir das análises do cotidiano. Essas características amputam as possibilidades de futuro, de utopias e de progresso e, ao mesmo tempo, auxiliam na manutenção de políticas predatórias e pouco conectadas às questões sociais. Mesmo porque a vida em migalhas nos fala de uma vida de valores efêmeros e moldáveis ao momento presente, de um achatamento, portanto, de valores em que nada e tudo têm valor, impedindo, então, que se valorize a arte, o conhecimento e a busca em prol da valorização de tudo e do respeito ao diferente. O fim da hierarquia de valores, do ponto de vista político, é interessante, pois aceitar como de igual valor as produções da periferia e daqueles que produzem música e/ou literatura de qualidade reconhecida é assumir que não existe necessidade real de melhorar os processos educativos dessas regiões; afinal, o diferente tem o mesmo valor que o culto. No entanto, se o fim da hierarquia de valores favorece a política tacanha, ela elimina as balizas que dão sentido à vida e aos projetos de futuro. Podemos, assim, colocar mais essa característica como descritora da contemporaneidade.

Falamos de uma sociedade fragmentada, ociosa, sem sentido, sem valores, sem referência ao passado e ao futuro e, com isso, sem projetos de vida, sem ideologias, sem criações. Nessa perspectiva, falar de identidade ou personalidade ética é quase um contrassenso, talvez porque seja mais fácil encontrarmos as identidades *palimpsesto*, propostas por Bauman (1998). La Taille (2009, p.48) nos explica “(...) palimpsesto era um pergaminho reaproveitado: apagava-se o que fora escrito para escrever por cima”, ou seja, uma identidade em que as vivências são sobrepostas umas as outras, não criando uma unidade, mas, ao contrário, substituindo-se as anteriores. Evidente que, frente a esse cenário, as relações humanas também se fragmentam. Não temos mais relações de qualidades, mas quantidades expostas por números nas redes sociais, o que permite visualizar o seu grau de socialidade. La Taille (2009), mais uma vez apoiado em Bauman, chama a atenção para a liquidez das relações e à impossibilidade de se viver fora do mundo ilusório da comunicação. Trata-se de relações pautadas por quantidades de comunicação sem conteúdos, por estar junto, conectado e participante de um *enxame* global.

Ainda como característica dessas relações, La Taille (2009) aponta o quanto a razão vem perdendo lugar no controle do prazer. A vida hedonista ganha espaço, porém não produz pessoas felizes, mas somente momentos fugazes de felicidade. Temos, assim, uma sociedade do tédio com suas mazelas existenciais, por não se acolher o peregrino, o solitário, e, tão pouco, aqueles que contribuem com a manutenção da sociedade através da vida em *enxame*. A cultura do tédio produz *doentes*, pois o social assim também se encontra. Em síntese:

[...] o tédio é decorrência da falta de um sentido para a vida. Tal falta de sentido compõem-se de duas dimensões: a falta de uma direção e a falta de uma significação. Quando há falta de direção, nos sentimos fora do fluxo do tempo; quando há falta de significação, não sabemos muito bem quais são as formas de vida que valem a pena ser vividas, não sabemos bem o que tem valor e o que não tem (LA TAILLE, 2009, p. 86).

A cultura do tédio, apesar de gerar um mal estar permanente na sociedade, cerra-se sobre si mesma, uma vez que os poucos momentos de união são dados por instantes fugazes. Bauman (2000) cita eventos como a vitória numa Copa do Mundo ou a morte de alguém importante como fatores efêmeros de coletividade. Veja, neste sentido, as palavras a seguir:

E quando o ofuscante lampejo da união se extingue, os solitários acordam tão solitários quanto antes, enquanto o mundo que partilhavam, tão iluminado um momento antes, parece quando nada ainda mais escuro do que era (BAUMAN, 2000, p.11).

As análises da contemporaneidade nos mostram um horizonte sombrio e pessimista. Entretanto, tanto La Taille (2009) como Bauman (2000) nos apresentam alternativas para essa situação caótica, que se fundam em bases firmes de debate. Começamos com La Taille (2009), para quem o caminho para se converter a sociedade numa cultura de sentido depende do processo educacional, e que por essa via é possível resgatar o sentido da vida. As diversas apresentações e debates na mídia acerca da felicidade, da autoestima e do bem estar demonstram o quanto isso vem incomodando nossa sociedade. Nesse novo cenário, as escolas podem assumir o lugar de auxiliar as futuras gerações na construção de sentidos para a vida, “para a construção de ideias e ideais alternativos e que, por outro, dirigirão o planeta, tomarão decisões políticas e criarão as gerações subsequentes” (LA TAILLE, 2009, p.80). A educação é, então, apresentada pelo autor como a possibilidade de re-construção da boa vida, pela via das novas gerações, uma vez que a atual já se perdeu no individualismo. Esse trabalho educativo deve conseguir instalar a verdade como valor e superar uma série de dificuldades que o processo impõe, como as lacunas no conhecimento, a fragilidade dos instrumentos intelectuais e a ausência de virtudes. Nas três situações a escola pode e deve interferir sanando dificuldades, cabendo a ela propiciar acesso ao conhecimento e não somente a informações fragmentadas e desconectadas; E, mais ainda, que esse conhecimento seja amplo e auxilie no pensar e na construção de ideias.

A escola deve, ainda, constituir um ambiente que permita processos adaptativos geradores de estruturas cognitivas e, por fim, trabalhar o desenvolvimento de virtudes pela via da aprendizagem. Estaríamos assim garantindo operações, procedimentos, conhecimento e

virtudes, todos eles essenciais para o desenvolvimento de uma cultura de sentido (LA TAILLE, 2009). O autor vai além e chama atenção para a necessidade dos adultos cuidarem das crianças e as tirarem da cultura do tédio, através da busca pela verdade, do resgate da memória e do conhecimento; mais que isso, por relações de cooperação que permitam se descentrarem, constituindo equipamentos cognitivos. Todos esses aspectos se colocam como necessários para se pensar a *boa vida*, que deve estar presentes para se constituir como ética, num projeto de vida que inclua a si mesmo e os outros. Esse projeto deve responder as seguintes perguntas: *que vida eu quero viver? Quem eu sou?* Isso implica em definir a identidade de si mesmo.

Centramos nossa análise no plano ético proposto por La Taille (2009), uma vez que, segundo suas proposições, o plano ético - *que vida quero viver?* - se relaciona ao plano moral - *como devo agir?* -. O plano moral se refere às regras a serem seguidas, e, nesse plano, La Taille (2009) nos apresenta a cultura da vaidade como definidora, ou seja, nesse ponto os comportamentos ocorrem pela heteronomia, o que significa que o sujeito precisa ser reconhecido pelo outro para se sentir percebido. A vaidade ainda é representativa da aparência, da superficialidade, do vazio. A cultura da vaidade permite a utilização de objetos cultuados pelo sistema capitalista com o objetivo de aumentar a percepção de si pelo outro. Não é a pessoa que tem valor, e sim o carro no qual anda, ou a bolsa que utiliza. Esses objetos são representativos de valores monetários significativamente altos quando vinculados a seu valor social e não a sua função. Vive-se uma vida imaginária, em que são mais importantes as celebridades do que as autoridades, a forma do que o conteúdo. Esses aspectos são bem explorados pelo marketing: *você é o que você veste, o tênis de todas as estrelas*, ou do cartão que diz: *mais pessoas vão*.

Vivemos o culto aos vencedores, e as práticas e os deveres, por conta disso, se distanciam dos deveres morais e se aproximam cada vez mais de práticas de culto à vaidade. Porém, da mesma maneira que La Taille (2009) propõe a superação da cultura do tédio, diz também que é possível transformar a cultura da vaidade em uma cultura de respeito de si. Bauman (2000) igualmente aponta saídas para a superação dos problemas da sociedade atual. Em seu livro *Em Busca da Política*, o autor nos apresenta como a conquista e o aumento das liberdades individuais coincidem com o aumento da impotência coletiva. Sem espaços públicos para ancorar as angústias e transformá-las em causas comuns, a sociabilidade se torna flutuante e sem âncoras, podendo se manifestar de formas explosivas e fugazes como grandes eventos de caridade ou contra grandes inimigos públicos. Nas palavras do sociólogo polonês:

A chance para mudar isso depende da Ágora – esse espaço nem privado nem público, porém mais precisamente público e privado ao mesmo tempo [...] para procurar alavancas controladas e poderosas o bastante para tirar os indivíduos da miséria sofrida em particular, espaço em que as ideias podem nascer e tomar forma como ‘bem publico’, ‘sociedade justa’ ou ‘valores partilhados’ [...] As velhas Ágoras foram ocupadas por empreiteiras e recicladas como parques temáticos, enquanto poderosas forças conspiram com a apatia política para recusar alvarás de construção para novos espaços (BAUMAN, 2000, p.11-2).

Seria, para este autor, a capacidade perdida da política, alimentada pelo liberalismo econômico que aceita a cidadania somente pela via do consumismo, o grande gerador do sofrimento humano e do mal estar da sociedade moderna. A perda da legitimidade da política e dos políticos é apresentada como perigosa para a democracia e o bem estar. A ação coletiva depende da política, da capacidade de se usar a palavra em prol da coletividade. A conquista da liberdade individual não culminou com o pensar em uma sociedade melhor para todos. Dessa forma, Bauman (2009) nos indica o caminho: a Ágora - somente a busca pelos espaços públicos politicamente administrados e a reconquista política do ser humano poderá auxiliar na constituição do bem público; mas não somente isto, apresenta também todos os problemas a serem superados na tentativa de recriá-la, entre eles o conformismo, fruto das mudanças de governos - tanto de direita quanto de esquerda - que praticam sempre a mesma política liberal, provocando a descrença, a insegurança e a incerteza do futuro. Bauman entende que esse processo gera um ciclo, a insegurança, fazendo com que cada um se volte para si mesmo e não se arrisque na ação coletiva, até pela incerteza de seus resultados.

Bauman (2000) nos alerta para o fato de que é mais fácil apontar problemas, mas se arrisca a dizer que o caminho é a busca pela política, com todas as suas prerrogativas que pode oferecer, e que o percurso da liberdade individual somente pode ser conquistado pela via da coletividade. É interessante notarmos que tanto La Taille (2009) quanto Bauman (2000) nos apontam saídas que, por sua vez, buscam por relações sociais cooperativas e guiadas pelo bem comum. O primeiro pela via da educação e o segundo pela constituição de espaços públicos que permitam o encontro entre aquilo que é individual e o que é coletivo. Precisamos ressaltar que numa sociedade com tantos problemas as saídas acabam aparecendo pelas vias mais diversas e isso se faz talvez pela busca de *peregrinos* insatisfeitos com as condições do mundo ou por idealistas ou utópicos; ou até por aqueles que, sem saber, acabam por procurar outras formas de viver pelo simples fato da vida ter lhe negado as condições mínimas de sobrevivência, conforme veremos ao longo do nosso trabalho.

É neste ponto que queremos introduzir as discussões acerca de economia solidária, pois seus pressupostos, posto que ideológicos, podem aparecer como possibilidades tanto educativas quanto de construção de *Ágoras*. A economia solidária atende a outro quesito apresentado por La Taille (2009, p. 86), quando diz:

Não há cultura de sentido possível se a miséria persiste e cresce. [...] Não há cultura do sentido possível se não houver uma política de distribuição de renda equitativa e se não houver possibilidade de trabalho para todos. Não há cultura de sentido possível se não houver condições mínimas de se criar projetos de vida, e isso depende de um mundo humanamente viável.

A Economia Solidária surge justamente como uma das alternativas à diminuição, à crise do trabalho e do emprego instalada no mundo a partir da década de 1980. A Economia Solidária traz pressupostos tanto de trabalho quanto de vida pautada por uma ética nas relações humanas. Vejamos então.

1.2 ORIGENS HISTÓRICAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA E MULTI-FACETAS DE UM CONCEITO

Neste espaço abordaremos as discussões que temos hoje em relação ao conceito de economia solidária - Ecosol -. Para começar, faremos uma breve definição, a partir de um dicionário especializado, para demonstrar aos poucos que o conceito abrange uma variedade de facetas e designações; além de apresentar um leque de leituras as mais diversas sobre o papel da Ecosol em nossa sociedade, a saber, de reguladora de mercado, de coexistente ao capitalismo, de redentora social e de princípio de uma mudança que culminaria no socialismo ou, apenas, de um modo de produção e de vida. Não nos cabe posicionar ou defender algum dos lados, apenas alertar para o fato de que as ideias se formam, não a partir da superação das anteriores, mas por sobreposição, apresentando diversos aspectos sobre o mesmo tema. Ainda para nos situarmos com relação ao assunto, faremos uma revisão histórica do aparecimento da economia solidária no Brasil, sem ter a pretensão de apresentar todos os dados ou influências, apenas com o objetivo de delinear o terreno no qual trabalhamos. A seguir, abordamos os princípios propostos para a Ecosol a partir de informações disponibilizadas no site do Ministério do Trabalho e Emprego, que sintetiza de forma clara no que se pauta tal prática. A descrição e o debate acerca da Ecosol deixam claro que para se atingir seus princípios, se faz

necessário o desenvolvimento de uma personalidade ética e a necessidade de se abordar e incluir os conhecimentos produzidos pela Psicologia Moral nos projetos de fomento e incubação da economia solidária.

No dicionário especializado sobre a *Outra Economia*, Laville e Gaiger (2009, p.162), definem economia solidária como uma série de atividades econômicas que tem como fundamento a solidariedade em contraponto ao individualismo utilitarista. O conceito se fortalece a partir da década de 1990, quando despontam vários empreendimentos pautados pelos “princípios de cooperação, autonomia e gestão democrática”, podendo ser encontrado em atividades de cantinas populares, clubes de trocas, na agricultura familiar e em muitas outras que se articulam pela superação da individualidade e pelo estabelecimento do bem comum como aquilo que rege as relações econômicas e os ganhos pessoais, conforme se pode ver na citação que segue:

A solidariedade é promovida entre os membros dessas iniciativas, que estabelecem entre si um vínculo social de reciprocidade como fundamento de suas relações de cooperação. Ao mesmo tempo, a solidariedade é estendida aos setores sociais expostos a maiores necessidades, principalmente via mobilização de trabalhadores desempregados e via serviços de atenção prestados a pessoas em desamparo (LAVILLE e GAIGER, 2009, p.162).

Nesta definição percebemos alguns princípios que permeiam o termo economia solidária, todos eles considerando a necessidade de se estabelecer relações pautadas pelo respeito e pela reciprocidade, pensando-se sempre num bem maior coletivo. Laville e Gaiger (2009) ainda dizem que a economia solidária acaba por se fazer presente nas discussões sobre saúde, educação e outras temáticas, garantindo, deste modo, maior proximidade e dialogicidade, estabelecendo uma democracia direta que pressiona o atual modelo por representatividade de forma eficaz e legítima. Andion (2005) define empreendimentos econômicos solidários como aqueles que, além das preocupações econômicas, trazem internalizadas as preocupações com a solidariedade e com a transformação social, garantindo também contatos interpessoais, interna e externamente à organização; diferenciadas, portanto. Inclui, ainda, em sua definição, que a preocupação com as relações e os seres humanos é anterior aos interesses econômicos e de mercado. Vemos já nessas primeiras apresentações que a Ecosol é um contraponto interessante não somente a um modelo econômico capitalista neoliberal como também a uma sociedade marcada pela *cultura do tédio*. Esses aspectos

podem ser evidenciados na importância dada à literatura com relação aos aspectos de solidariedade e cooperação.

França Filho (2002) diz que a economia solidária, assim como a economia popular ou o terceiro setor, se coloca como intermediária entre o mercado e o Estado. Apresentando-se no fosso criado pela ineficácia desse em gerar renda e trabalho a todos os membros da sociedade, aparece como uma alternativa ou, conforme outras leituras, como um “ajustamento de um sistema capitalista que se renova”(FRANÇA FILHO, 2004, p.1). Surge, assim, como um regulador que oferece o bem estar social, uma vez que o Estado faliu em sua missão. Singer (2002) é outro estudioso que nos chama atenção para a ideia de que a competitividade e a desigualdade não são algo natural por si só, são, ao contrário, resultados de atividades econômicas e dos modos de produção e, para que o bem estar social possa assumir lugar de destaque em nossa sociedade, precisamos de relações econômicas que se estruturam de forma igualitária, por meios de associações, de maneira que seus participantes se unam para produzir, comercializar e consumir. Quando a produção é gerida pela cooperação, a solidariedade se estabelece e as desigualdades diminuem e podem, dependendo de seu alcance, até desaparecer. Por essa razão, Singer (2002, p.10) escreve que a economia solidária “é outro modo de produção, cujos princípios são a produção coletiva ou associada do capital e o direito a liberdade individual”; modo de produção pautado, portanto, pelo bem comum.

A economia solidária pode ser compreendida através da ideia de algo antigo e novo ao mesmo tempo. Como algo antigo remonta aos precursores do cooperativismo e, como novo, aparece com força a partir da década de 1990. Contudo, não se pode, em sua história, gerar desvinculo dos princípios cunhados pela história do cooperativismo, e há, inclusive, autores que remontarão sua origem como similar à do cooperativismo (CUNHA, 2012; FRANÇA FILHO, 2002; SINGER, 2002). Dessa maneira, as primeiras propostas surgem das contradições impostas pelo próprio capitalismo industrial, que não permite a participação de todos no processo, impondo cada vez mais que menos pessoas ascendam financeiramente, isso a partir da exploração de uma massa que mal se sustenta. Foi em meio à exploração exagerada e desmedida de boa parte dos membros da sociedade, incluindo mulheres e crianças, que um grupo esclarecido de empresários propôs mudanças nas relações de trabalho. Apesar de movimentos diferentes, o cooperativismo e a economia solidária aparecem como formas de trabalho associado capazes de gerar propostas para diminuir os problemas gerados pela exclusão social, que é fruto do sistema econômico que se baliza pela exploração máxima do capital. Ghizoni (2013) afirma que a Ecosol e o cooperativismo popular apresentam valores semelhantes de cooperação, autonomia e respeito, mas que ambas trazem

contradições. A primeira por se colocar contra o capitalismo, porém dentro de sua estrutura, e a segunda por não se representar pelos sistemas oficiais de cooperativismo.

Singer (2002), em seu livro sobre os princípios da economia solidária, apresenta a origem desta a partir da história do cooperativismo, que se inicia com Robert Owen que, em 1817, como tentativa de sustentar aos pobres, propõe ao governo britânico a construção de aldeias cooperativas que se autosustentariam, produzindo o necessário para a existência e trocando os excedentes com outras aldeias. A proposta de Owen era economicamente interessante, haja vista que retirava as pessoas do ócio forçado e da necessidade do governo de subsidiá-las, contudo enfrentou grandes resistências e não foi implantada, pois fora considerada um perigo do ponto de vista da instalação de uma nova ordem social e da manutenção das empresas capitalistas. O intento de Owen de fazer uma aldeia cooperativa vingará somente em 1825, nos Estados Unidos, onde suas ideias se alastraram e pequenas organizações cooperativas começavam a aparecer. O movimento cooperativista entrou em ascensão baseado no que passou a ser chamado de owenismo, e ganhou o apoio dos sindicatos, pressionando com mudanças nos objetivos das greves, que, a partir de então, abriam mão da luta por melhores condições e salários em prol de uma mudança de gestão que permitisse a autogestão, garantindo, assim, a tomada de decisões coletivas e em favor da maioria. É a radicalização do movimento sindical que pede por um socialismo baseado no owenismo (SINGER, 2002).

Em 1833, o movimento chega a seu auge, com a volta de Owen à Inglaterra, quando assume a liderança e propõe a construção de uma grande cooperativa de construtores, para desbancar as grandes empreiteiras do país e tomar as indústrias em suas mãos. Singer (2002, p. 33), a este respeito, escreve:

Eis que o cooperativismo, em seu berço ainda, já se arvorava como modo de produção alternativo ao capitalismo. O projeto grandioso de Owen equivalia ao que mais tarde se chamou de República Cooperativa, e ele a propôs, não à moda dos utópicos da época aos mecenas para que patrocinassem, mas ao movimento operário organizado, que ainda estava lutando por seus direitos políticos. Foi um curto mas inolvidável momento da história da Grã-Bretanha e também do cooperativismo, que vai, deste modo, ainda imaturo, à pia batismal da revolução.

A luta de Owen e dos trabalhadores logo repercutiu e, em pouco tempo, antes de conseguirem se organizar completamente, as indústrias passaram a demitir aqueles vinculados à cooperativa nacional e, posteriormente, todos os sindicalistas. Diante de ataques sucessivos, em 1834, a grande cooperativa fechou. Entretanto, as bases da luta por relações sociais mais

equitativas estavam lançadas e, segundo Singer (2002), a origem histórica da economia solidária construída. É importante ressaltar que tanto Engels, que colaborou com a imprensa owenista, quanto Marx beberam de suas fontes e se inspiraram em suas ideias e atuações (SINGER, 2002). Na França outro movimento, proposto por Charles Fourier, também fez ascender e balizar as ideias cooperativistas. Sua proposta de comunidades autogeridas permitiu pensar no quanto o Estado pode se tornar dispensável, sendo, por isso, considerado um pré-anarquista. São, pois, Owen e Fourier, ao lado de outros, considerados os clássicos do Socialismo Utópico. São também de Owen os pensamentos fundamentais que subsidiaram a fundação dos princípios cooperativistas dos Pioneiros Equitativos de Rochdale, tais como: a riqueza é fruto do trabalho e, por isso, os trabalhadores devem deter a riqueza e não receber migalhas dela; e deve-se viver em comunidades baseadas na ajuda mútua, na posse comum e nos direitos iguais. Essas propostas, e outras, se propagaram e, em 1844, um grupo de 28 tecelões se organizou, boa parte deles vindo do movimento owenista, criando, assim, o que são até hoje os princípios do cooperativismo. Todos da cidade de Rochdale, tradicional na tecelagem, seus participantes haviam operado em movimentos, incluindo os de Owen e de grandes greves, não tendo sido, porém, bem sucedidos (SINGER, 1998).

Os Pioneiros de Rochdale resolveram investir o pouco que recebiam do sindicato em uma loja cooperativa, alimentando, como objetivo, construir casas para os sócios e fábricas para os desempregados; porém, com o tempo, os inquilinos não conseguiram pagar pelas suas propriedades e as fábricas autogeridas foram sendo compradas por acionistas. Enfim sua proposta fracassou, contudo continuaram incentivando o cooperativismo. Apesar da derrocada tiveram seu auge e chegaram a experimentar o sucesso, passando de 28 sócios, em sua fundação, para 390, em 1949, chegando a movimentar uma quantia considerável de valores (SINGER, 1998). De toda organização e experiência, os Pioneiros elaboraram o que se tornou os princípios do cooperativismo no mundo todo e que orientam a constituição das cooperativas. Apesar de os princípios não se apresentarem como novidades, são eles os responsáveis por sua organização e divulgação. Vejamos os oito princípios: 1) a gestão deve se pautar pela democracia, permitindo que cada membro tenha direito a um voto; 2) portas abertas - quem quiser participar da cooperativa será aceito desde que entre com uma cota mínima -; 3) divisão dos excedentes, desde que parte seja destinada para um fundo da cooperativa; 4) a distribuição do excedente é proporcional às compras; 5) vendas à vista, para evitar problemas financeiros; 6) venda de produtos de boa qualidade; 7) investimento em educação cooperativista por parte dos sócios - demonstra já em sua origem a preocupação na

participação plena, garantindo que os sócios tenham acesso a conhecimento sobre cooperativismo -; e 8) neutralidade política e religiosa (OLIVEIRA, 2006).

Temos aí o marco fundante do cooperativismo e, a partir de Rochdale, o cooperativismo traça seus caminhos históricos. França Filho (2002) considera que a economia solidária é uma reatualização histórica do cooperativismo inicial. E, mais do que isso, que ela, a economia solidária, irá se firmar muito mais pelo seu caráter político do que econômico, uma vez que sua forma de atuação atende a dois aspectos cruciais. O primeiro engloba um hibridismo econômico, incluindo aspectos mercantis - venda de produtos -, aspectos não mercantis - recursos públicos em função da importância social - e recursos não monetários - por conta do voluntariado -. O segundo, porque só se produz aquilo que a realidade local demanda, e não aquilo que gerará o máximo em lucro. É evidente que enquanto um fenômeno, a economia solidária se fortalecerá em função da exclusão social e das consequências desta, tal como o assolamento da condição humana em decorrência da falta de suprimentos essenciais para a manutenção da vida. A impotência do Estado em garantir necessidades absolutas a todos os seres humanos abre espaço para que esse novo modo de fazer economia se instale. França Filho (2002) propõe que se a compreenda como um mecanismo de regulação da sociedade, a partir da falência do Estado ou, ainda, ampliando um pouco mais a visão, como resultado da crise do trabalho assalariado. Dessa forma, esse autor marca como origem da economia solidária na Europa, principalmente na França, o retorno ao socialismo utópico que se reformulou frente a uma crise instalada no seio do capitalismo.

Demonstramos que a economia solidária é herdeira de outras iniciativas históricas, como o cooperativismo e o associativismo, e que se estabelece recuperando diversos princípios constituídos por esses. É interessante apontar, como faz França Filho (2004), que, se a economia solidária na Europa deriva do solidarismo Francês, no Brasil e na América Latina de uma forma geral, surge a partir da economia popular, que, por seu turno, se caracteriza por formas das mais variadas e criativas maneiras de sobrevivência frente às precariedades socioeconômicas. França Filho (2004) ainda demonstra que essa economia popular repousa sobre uma solidariedade típica das relações cotidianas e informais e apresenta três tipos: a primeira - do trabalhador informal, que hoje passou a ser incentivado a se legalizar através do programa empreendedor individual -; o segundo - uma forma alternativa de geração de renda baseada também nas relações sociais, o tráfico de drogas -; e por último - aqueles advindos de fato da economia popular, ancorados em relações de reciprocidade para geração de renda, que se organizam desde trabalhos domésticos até organizações como associações e cooperativas -. Para esse autor, parece que a nossa economia solidária deriva,

também, dessa última forma de organização e acaba por ser responsável pelo sustento de boa parte da população, excluída pelo próprio sistema capitalista, dos meios de produção.

A economia solidária, como se pode ver, surge de diversas experiências organizacionais pautadas pela solidariedade, em contraposição, contudo, às políticas de Estado, valorizando mais o bem estar coletivo e as formas comunitárias de estabelecer relações econômicas como o Estado o faz. Neste respeito, França Filho escreve (2001, p. 247): “na medida em que ela emana de um comunitarismo muito mais escolhido como referência coletiva a um bem comum do que imposto pelo costume”. O autor ainda entende que essas empresas sociais ganham muito mais força à medida que os mecanismos de regulação do Estado falham em sua missão. Os motivos para o surgimento da Ecosol no Brasil remontam aos problemas históricos e econômicos que se instalaram no país desde a sua criação e consolidação. Não vemos necessidade de buscar as crises instituídas, principalmente pós-ditadura, que culminaram na crescente exclusão social, no desemprego, na inflação e desvalorização dos salários, nem de retomar algumas estratégias político-sociais dos últimos governos na tentativa de diminuição desses problemas que culminaram em distribuição de renda mínima em massa sem o devido trabalho de emancipação social e cidadã. Podemos, então, com base no que foi apresentado, dizer que a economia solidária no Brasil é herdeira histórica do movimento que vem desde os socialistas utópicos, mas que, aqui, em solo brasileiro, se apoiou em características próprias, como no caso da economia popular.

Lechat (s/d) expõe que o primeiro trabalho de economia solidária publicado no Brasil data de 1993, organizado por Gadotti – *Economia de solidariedade e organização popular*. Entretanto, foi somente em 2005 que brasileiros passaram a escrever se referindo à Ecosol. Lechat apresenta dois eventos como cruciais para o despontar da área; o primeiro, em 1995, no VII Congresso Nacional da Sociedade Brasileira de Sociologia, cujos trabalhos foram organizados e publicados por Luis Inácio Gaiger, em 1996, ressaltando as propostas de empreendimentos solidários, e o segundo, em 1996, que ocorreu no III Encontro Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária – ANTEAG -, também organizado em livro e prefaciado por Paul Singer, que apresenta a economia solidária como uma alternativa importante. A ANTEAG surgiu em São Paulo, em 1994, a partir de sindicalistas militantes vindos da Secretaria de Formação dos Sindicatos dos Químicos de São Paulo (LECHAT, s/d). Lechat (s/d) também nos lembra que, em 1996, Paul Singer havia escrito um editorial na Folha de São Paulo defendendo a economia solidária como uma arma contra o desemprego e, que, neste mesmo ano, as propostas da Ecosol faziam parte do programa de campanha eleitoral do Partido dos Trabalhadores - PT - para as eleições do

município de São Paulo. Essa mesma autora afirma que propostas similares já pipocavam nas campanhas dos partidos de esquerda do Estado do Paraná. Vale ressaltar que o conceito de autogestão aparece no Brasil antes desse período, e que diversas iniciativas para debater essa ideia flertavam com as discussões sobre cooperativismo e economia solidária.

Em 1995, o Centro de Pós-Graduação das Engenharias da Universidade Federal do Rio de Janeiro - Coppe/UFRJ -, atendendo a pedidos, criou a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares - ITCP - com apoio financeiro da Financiadora de Estudos e Projetos / Ministério de Ciência e Tecnologia – FINEP - e do Banco do Brasil, dando início à criação de diversas outras incubadoras que se espalharam pelas universidades do Brasil, fomentando a economia solidária e o cooperativismo. O primeiro núcleo de estudos apareceu em 1996, na Universidade Estadual Paulista - UNESP/Marília -, que organizou um encontro em 1998, o II Simpósio Nacional Universidade: Empresa sobre Autogestão e Participação, que congregou pessoas dos mais diversos setores, da academia, das cooperativas, do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra – MST - e da ANTEAG. Por conta desse Simpósio, o professor da Universidade de São Paulo – USP -, Paul Singer, se uniu ao grupo de pesquisa da UNESP/Marília. Em 1997, a Fundação Inter-universitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho – UNITRABALHO - organizou um grupo de pesquisa que engloba pesquisadores do Brasil todo, angariando visibilidade acadêmica e possibilitando o despontamento de nomes à época como Paul Singer, Luis Inácio Gaiger, Armando Lisboa, Euclides Mance e muitos outros bem como, também, o aprofundamento cada vez mais na problemática da economia solidária.

Em 2001, no I Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, foi realizada a articulação da economia solidária a nível nacional envolvendo os mais diversos setores. O que fez com que o II Fórum Social Mundial, em 2002, tenha tido como temática central o assunto, buscando uma unidade política nas diversas práticas constituídas no Brasil (FBES, 2013). Cançado (2008) diz que a organização em fóruns e redes possibilita uma ação mais bem estruturada e conjunta e, por isso, foi criado o Fórum Brasileiro de Economia Solidária, que influenciou na constituição, em 2003, da Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES -, vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego – MTE -, sob o comando de Paul Singer, quando, segundo Lechat (s/d), a Ecosol passou a ser reconhecida e digna de interesse, uma vez que seus canais de comunicação política aumentam sobremaneira. Digno de nota é que a criação da SENAES foi realizada no primeiro mandato do governo do PT, que trazia em seus projetos eleitorais essa ideia desde 1996, atendendo, assim, a uma demanda de suas bases. Contudo, nas falas dos atores da economia solidária aparece um tom de decepção, posto que a proposta

era culminar em um Ministério próprio, porém não foi a isso que os caminhos políticos levaram, chegando, inclusive, a se propor que a economia solidária fosse vinculada às políticas da micro e pequena empresa.

Esse novo rumo levou o Fórum Brasileiro de Economia Solidária a realizar uma grande mobilização no Brasil no ano de 2011, através de audiências públicas, esclarecendo as diferenças marcantes entre a economia solidária e a micro e pequena empresa, o que culminou na retirada, por parte do governo, do Projeto de Lei – PL - 865, que pretendia unificar as políticas em uma só estrutura. No ano de 2013, o Fórum comemorou dez anos de existência com a campanha *Envolve-se para o Bem viver*, que articula uma série de estratégias tanto de resgate histórico quanto de novas lutas a serem empreendidas. Carneiro (2007) divide a história da economia solidária em três momentos, e enquadra o primeiro como de latente/visibilidade em que o cooperativismo revolucionário se faz presente através dos utópicos e dos Pioneiros. Num segundo momento, coloca a economia solidária como secundária e paliativa de pontos do mercado capitalista e, dessa forma, ela era vista como uma maneira de sobrevivência, não equivalendo a uma forma diferente, ou nova, ou revolucionária de produzir bens e serviços. Num terceiro momento, que se refere ao que vivemos hoje, ela é dividida em dois polos que se entrecruzam: o primeiro aparece como um movimento diferenciado de produção e socialização, que gera contrapontos ao modelo hegemônico capitalista, criando valores próprios e uma ética econômica diferenciada, que funciona à parte do capitalismo ou como coexistente a este; o segundo entende como uma lógica vinculada ao capitalismo, sem, contudo, questionar a lógica deste.

Cançado (2007) argumenta, de maneira um pouco diferente de Carneiro, que existem duas grandes linhas que atualmente definem a economia solidária: aquela que não acredita na possibilidade de convivência entre o capitalismo e a Ecosol e aquela que acredita ser possível tal convivência. Esse autor segue a última proposta e trabalha com a possibilidade de se constituírem *ilhas*, através de redes e circuitos de produção e consumo, diminuindo, assim, a influência do capitalismo.

1.3 PRINCÍPIOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

A economia solidária tem quatro princípios básicos que a regem e demarcam os seus modos de produzir, comercializar e trocar, tendo como ponto de partida o respeito aos seres

humanos e à natureza, garantindo, desta maneira, o bem viver de todos. Estrutura-se a partir de uma diversidade de práticas econômicas e sociais que vem gerando trabalho e renda de forma alternativa e criativa, diminuindo, assim, a exclusão social de uma parcela da população. Tendo isso em vista: “compreende-se por economia solidária o conjunto de atividades econômicas de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito, organizadas sob a forma de autogestão” (MTE, 2013). São quatro os seus princípios: 1) cooperação – que envolve responsabilidade solidária, a partilha de resultados, a propriedade coletiva de bens -; 2) autogestão – a gestão ocorre por meio do protagonismo de todos em se tomar as decisões e assumir as responsabilidades dos rumos e das estratégias dos empreendimentos -; 3) dimensão econômica – fundamenta a agregação para produzir, beneficiar, comercializar e consumir. Porém não deixa de lado os aspectos sociais e culturais. Respeitando-se a comunidade e os saberes -; e 4) solidariedade – engloba diversos aspectos, tais como o manejo adequado da natureza, permitindo a sustentabilidade dos meios naturais, dos processos de desenvolvimento territorial, local e regional, das relação com os movimentos sociais que trabalham pela emancipação, da garantia de bem estar dos trabalhadores e consumidores bem como da busca de produtos mais naturais, diminuindo, então, o uso excessivo de agente químicos -.

Em torno destes quatro princípios a economia solidária se estrutura, apesar da diversidade de visões que ela possa suscitar e das mais ampliadas polêmicas com relação a ser antagônica ou a coexistir ou a ter o papel de aniquilar com o capitalismo. Ainda em uma tentativa de esclarecer, uma ampliação da visão sobre economia solidária, que vai além da ideia de mecanismos de produção associados e alicerçados na solidariedade e/ou na economia popular, França Filho (2004) também nos diz que ela pode ser compreendida como uma visão renovada de gestão pública, uma vez que o caráter econômico está subordinado a outras demandas que garantam o bem estar social. Como essas associações centram seus ideais em problemas e demandas sociais concretos, acabam por interferir no espaço público, tornando cada cidadão ali presente ator tanto da identificação quanto da busca por soluções de suas próprias questões. Temos, assim, por essa visão, que, para além de gerarem renda, de forma solidária, auxiliam na construção de uma sociedade melhor, ao produzirem políticas públicas que emanam diretamente daqueles que serão beneficiados. Pensemos: uma política construída pelo e para o povo talvez seja mais adequada do que aquela construída por uma minoria que se diz porta voz da maioria, distante de suas realidades e necessidades.

Cunha (2012) também demonstra que a economia solidária se apresenta como organizações econômicas que se vinculam a ideia de solidariedade, autogestão e cooperação e que os mais variados empreendimentos passam a se enquadrar nesse sistema, tais como:

grupos de mulheres artesãs às fabricas recuperadas por trabalhadores e trabalhadores no campo, criando formas de se fazer outra economia, diferente daquela da qual estamos acostumados. Esse movimento aparece num momento em que não se acreditava mais em grandes utopias e nem na possibilidade de se escapar de fato do capitalismo, que se utilizou de todas as formas para atravessar a subjetividade humana. É justamente de fora da sociedade que grupos excluídos das políticas de estado - que se ajustaram para dar conta das questões fiscais e se esqueceram das questões sociais e humanas - passam a se organizar para sobreviver, sem se subordinar à lógica do lucro acima de tudo. Sem cair nas armadilhas da filantropia, conseguem se pautar por relações recíprocas capazes de produzir renda sem retirar a humanidade das pessoas. Nesta direção, Lisboa (2005, p.110) escreve:

Como a economia solidária incorpora a solidariedade, fazendo dela o centro da atividade econômica, a denominação socioeconomia solidária é mais adequada, pois explicita tanto o amálgama da economia na sociedade quanto sua subordinação a ela. A expressão socioeconomia aponta para a compreensão de que a economia não é o fim supremo, mas apenas um instrumento que tem por finalidade o sustento da vida e a melhoria da condição humana.

Dessa maneira, a economia solidária é vista como subjacente à solidariedade, que, apesar de trazer a questão da economia e ter, como tal, que gerar lucro, vem vinculada a outros fatores, como não explorar, diminuir os atravessadores, produzir produtos de boa qualidade, atender às expectativas do mercado, devendo, no entanto, sempre colocar a condição humana à frente da produção e gerar bem estar social. O capital tem compromisso somente com a acumulação do lucro, e perde a vinculação com os aspectos culturais, políticos e subjetivos do ser humano; é o fim em si mesmo, o lucro pelo lucro, enquanto que a economia solidária tem compromisso com os agentes humanos e a qualidade de vida de todos os envolvidos. “É o desafio ético, de construir novos estilos de vida, de assumir a prática do consumo solidário incorporando o valor da austeridade [...]” (LISBOA, 2005, p.110). Lisboa, ainda baseado em Aristóteles, chama a atenção para o fato de que a tentativa de comprar meios de vida infinitos destrói o bem viver. Lisboa (2005), assim como os demais autores já citados sobre este assunto, diz que o conceito de economia solidária é um aglutinador de diversas práticas que passam por organização de assentamentos, agricultura familiar, cooperativas diversas, incubadoras de cooperativas, finanças solidárias, clubes de trocas, organizações econômicas de comunidades tradicionais, entre outras. Comporta inúmeras formas de manifestação fragmentadas e, em muitos casos, isoladas, mas que podem ser compreendidas como um grande movimento social. Esse entendimento de Lisboa (2005) não

se desvincula de sua origem no cooperativismo, uma vez que oferece, mesmo que de forma dispersa e pouco articulada, os pressupostos do socialismo utópico, só que pela via mais da negociação do que da revolução.

A economia solidária enquanto movimento social é defendida também por outros autores. Carneiro (2007), por exemplo, nos diz que ela é um movimento social contestatório às práticas vigentes, uma vez que se pauta em valores éticos de produção, a saber, o grupo é responsável por decidir as formas de produzir e distribuir os bens e as decisões devem remeter a um debate democrático, cuja finalidade é sempre a sociedade e o bem coletivo. O autor a chama de economia ética, dado que as decisões econômicas devem superar o autointeresse e se filiar às características culturais e subjetivas do local, não impondo, portanto, um modo de ser e ter universal. Em suas próprias palavras:

A proposta neste sentido é radical, pois dá a sociedade e os diversos grupos e interesses que a compõe, o direito de organizar a vida social independente ao sistema de mercado, baseando suas ações no plano da moral e do consentimento coletivo (CARNEIRO, 2007, p. 629).

Freitas, Freitas e Cezar (2013) também defendem que a economia solidária deve ser compreendida como movimento social, uma vez que traz objetivos e ideologias para a mudança social e atua em diversos setores, criando redes de sustentação e garantindo sua inserção em espaços públicos e, além disso, tem uma identidade própria. Gaiger (s/d) coloca a Ecosol como uma forma contraditória ao capitalismo que se firmará como algo novo, como uma forma social de produção específica, produzindo relações sociais atípicas ao modo de vida capitalista. Defende também, o entendimento de uma transição histórica, lenta, gradual, mas que pode sim vir a sobrepujar o capitalismo, demandando, no entanto, que os fatores de suplantação dos problemas que aparecem frente às pressões capitalistas tenham de ser superados e as empresas e cooperativas autogestionárias tenham que se colocar aos poucos como promissoras no modo de produzir e gerir, alterando, desta maneira, as formas de trabalho.

No desenvolvimento das formas de trabalho, a partir da revolução industrial, percebemos uma reorganização, fazendo com que os trabalhadores no processo de industrialização perdessem o direito à concepção do que é produzido. Assim, uma divisão entre concepção e execução dos produtos se fez presente, surgindo uma heteronomia societal típica do trabalho. Na atualidade, com a crise que assola os sistemas gerenciais e de trabalho, as circunstâncias clamam por uma reformulação. Precisa-se de pessoas mais flexíveis, pró-

ativas e participativas, ou seja, busca-se uma autonomia societal, contudo ainda parcial, pois demarcada pela política e sistemas hierárquicos das organizações. Nos empreendimentos autogestionários temos ,então, a necessidade de pessoas que de fato exerçam sua autonomia, e que esta seja repleta. Contudo, a alteração nas formas de trabalho gera uma dificuldade posta, que é a remodelação da própria subjetividade a fim de se adequar as novas demandas do mundo do trabalho (CARVALHO e PIRES, 2001).

Lisboa (2005), talvez mais realista frente às possibilidades da autonomia, alerta que diante da atual complexidade do mundo do trabalho sempre haverá um grau de alienação intransponível, e que a heteronomia dificilmente será superada na totalidade, mesmo nos ambientes autogeridos e, por isso ele fala em *autonomia na heteronomia*, ressaltando uma autonomia dependente. Textualmente: “autonomia e heteronomia coexistem. A autonomia absoluta é autismo, anomia, e a heteronomia plena é alienação, impotência, servidão” (LISBOA, 2005, p.112). O autor defende a impossibilidade de se conquistar um mundo de liberdade quando esse depende do mundo do trabalho e alerta para a inconsistência e para a ingenuidade de se acreditar na utopia da relação de trabalho e vida e da autogestão social, pois, para isso, entre outras medidas, haveria a necessidade de se desvincular renda e trabalho. Ainda assim não nega a possibilidade de uma emancipação social, mas nega, isso sim, a crença na construção de uma sociedade perfeita, conforme se pode ver em suas palavras a seguir: “é preciso reconhecer a incompletude e os limites do humano”(LISBOA, 2005, p. 112).

Temos ainda em Lisboa (2005) uma visão diferenciada, dado que defende a possibilidade de uma economia solidaria sem autogestão, mas, para que isso se dê, demonstra que existem setores em que a autogestão se faz impossível, porém as relações solidárias não. Ainda discute, apoiado em Gaiger, que existem empresas autogeridas, que escondem relações hierárquicas e um não rompimento com a lógica capitalista, pois, apesar de existir um bem coletivo, as relações de classe continuam a se estabelecer na divisão das tarefas e das retiradas - pagamentos -. Para sustentar sua tese de que pode existir economia solidária sem autogestão, o autor propõe o estabelecimento de critérios para identificar se o empreendimento é solidário. Esses critérios se dividem em três níveis. O primeiro o ambiental, que se verifica através dos indicadores de sustentabilidade, de uso adequado da água e de adequação no descarte dos resíduos sólidos, entre outros; o segundo se refere ao social, que verifica valores com relação a empoderamento, etnia, gênero, desenvolvimento local, solidariedade e outros; e, o terceiro nível, o econômico, este é marcado pelas análises com relação às condições de trabalho, de divisão dos lucros, da presença ou não de trabalho infantil, do investimento em

qualificação e pelo desenvolvimento dos processos decisórios. Lisboa (2005), no entanto, figura praticamente como um solitário nessa defesa, pois os outros autores até colocam a autogestão como sendo um dos maiores desafios da economia solidária, acreditando, porém, na sua efetivação, assim como todos, de uma forma ou de outra, mantêm ainda uma esperança *utópica* nas mudanças sociais.

Alguns critérios definem a autogestão a partir de sua Rede Global: 1) não pode haver exploração de trabalho; 2) deve-se garantir a sustentabilidade ecológico-ambiental; e 3) garantir a expansão da rede usando seus excedentes de maneira solidária para fomentar a cadeia produtiva e propiciar melhoras nas condições sociais a um grupo maior da população. Carvalho e Pires (2001) colocam que a autogestão é um processo em curso viabilizado principalmente pelos movimentos sociais e sindicais, que cria uma alternativa ao modo capitalista e à globalização vigente. Ainda segundo esses autores, o objetivo maior seria conciliar o desenvolvimento humano com a organização socioeconômica e, com isso, a economia solidária se colocaria no lugar de *morada* das subjetividades e de um devir social utópico.

A participação na economia solidária e em empreendimentos autogeridos pede por uma (re)organização pessoal em que a autonomia deve se tornar o valor central, pois, caso contrário, impossibilitaria o funcionamento de fato. Insistimos, dessa maneira, na necessidade de que uma personalidade ética precisa se constituir, mesmo que durante a estruturação dos empreendimentos, uma vez que é ela que irá garantir, do ponto de vista da subjetividade individual e do grupo, o funcionamento de fato de tais empreendimentos. Pensemos: a autogestão pede por sistemas organizacionais complexos que permitam processos colaborativos entre seus membros, viabilizando a descentralização das decisões, garantindo autonomia decisória e gestão de forma coletiva. Ocorre, ou deveria ocorrer, um sistema de trocas contínuas, que permitissem superar as dificuldades das relações interpessoais e os interesses individuais, em prol do grupo, da empresa, da coletividade e do bem comum. Todas as características requeridas para esse modelo de gestão pedem por indivíduos que tenham representações de si valorativas do ponto de vista da moralidade, que consigam superar as relações de trabalho pautadas pela heteronomia e que tragam o bem comum como necessário à demarcação das relações sociais. Em outras palavras, a vida ética deve(ria) reger o comportamento e as decisões nos empreendimentos econômico-solidários.

Carvalho e Pires (2001, p.170) destacam a importância de se desenvolver a autonomia nas seguintes palavras:

Autônomo porque criado, sustentado e desenvolvido pelo homem, do qual participamos porque não se resume a uma pessoa, nem mesmo a uma época ou cultura, mas a um anseio da humanidade, em todos os tempos e lugares. A consideração da autonomia de uma instituição, de uma pessoa, de um projeto político pode (e deve) ser considerada nas suas singularidades, mesmo porque é através delas que a autonomia existe de maneira objetiva, mas sem perder a perspectiva de que estas singularidades estão inseridas em um projeto maior.

Esses autores definem autonomia a partir de Kant, o que nos permite relacionar às nossas proposições sobre desenvolvimento moral. Considerar que a autonomia é requerida como projeto de humanidade e não somente de empreendimentos econômicos solidários atende aos nossos anseios no que se refere a pensar que a personalidade ética não é essencial somente para o pleno funcionamento desses empreendimentos, mas também para se pensar o que queremos das futuras gerações. Nossa pesquisa não se propõe a analisar a economia solidária do ponto de vista da economia ou da administração, mas sim a partir daquilo que rege o homem em suas ações no trabalho e na vida, tendo em vista que, como dizem Carvalho e Pires (2001, p. 179): “o ator humano é, no entanto, fundamental para que essas empresas consigam se estruturar enquanto empresas autogestionárias e possibilitar um espaço de mudança social e mudança da organização do trabalho”. A compreensão do homem participante da economia solidária permite compreender melhor dois aspectos importantes para o êxito do trabalho. O primeiro relaciona-se à superação entre concepção e execução das atividades, considerando-se que todas as decisões precisam ser coletivas e, o segundo ponto, à transposição das vontades individuais, cedendo lugar à coletividade e ao bem comum durante os processos decisórios. A superação desses aspectos pode ser considerada como resultados de uma personalidade ética. Para Lisboa (2005, p.111), a economia solidária ou socioeconomia solidária “se reconfigura como um ‘modo de vida’, ajustando-se a uma nova perspectiva de mudança social na qual a dimensão dos valores tem um papel fundamental”. Para Carvalho e Pires (2001, p. 180),

essa busca pela autonomia na gestão de uma empresa só pode se dar, no entanto, com a autonomia tanto do sujeito trabalhador quanto do grupo, do conjunto dos trabalhadores donos da empresa. Essa autonomia conjunta tanto do grupo quanto do sujeito só será possível através da busca de uma autonomia voltada para o bem comum e o interesse geral.

Mesmo na visão mais contrastante que apresentamos, a de Lisboa (2005), que defende a possibilidade de uma economia solidária sem autogestão, ainda se pensa em uma superação do capitalismo como detentor e controlador da vida das pessoas e do *ethos* social, em prol de

uma sociedade em que a economia é utilizada para o bem viver, posto que, para utilizar os termos de Lisboa (2005, p.114), “permite expressar a economia não mais como o fim supremo, mas apenas como um instrumento que tem por finalidade o sustento da vida e a melhoria da condição humana.” Com tudo que tem de utópico e de ideológico na proposta da economia solidária, vemos nela uma possível saída de um mundo considerado no mínimo *errático*. A transformação da *cultura do tédio* em uma de sentido deve passar por valores que humanizam inclusive as relações econômicas e, nesse sentido, é bastante apropriado um trecho do Grupo de Trabalho de Economia Solidária para o debate sobre o tema no Fórum Social Mundial de 2002 (SHÜTZ et al, 2008, p.107):

a economia solidária está orientada apenas a mitigar os problemas sociais gerados pela globalização neoliberal, ou tem a vocação de constituir o fundamento de uma globalização humanizadora, de um desenvolvimento sustentável, socialmente justo e voltado para a satisfação racional das necessidades de cada um e de todos os cidadãos da Terra seguindo um caminho intergeracional de desenvolvimento sustentável na qualidade de sua vida.

É evidente que a participação nos empreendimentos econômicos solidários nos faz ver a distância entre realidade e utopia, uma vez que visualizar nas práticas exercidas e nos discursos propostos todos esses princípios e dinâmica é difícil. Em nosso trabalho conseguimos verificar três grupos distintos de pessoas vinculadas à economia solidária. O primeiro, como personalidade ética, que procurou o movimento até como forma de atender às suas buscas pessoais por um mundo melhor. O segundo, que se filiou ao movimento por ser essa a única opção de renda e sustento da vida, evidenciando, deste modo, toda a precariedade social e humana a que estão submetidos e, por último, o terceiro grupo, bastante interessante, pois procurou a economia solidária como forma de sobrevivência, porém nos parece que, após anos de trabalho educativo, vem incorporando os princípios da Ecosol em suas vidas. É importante salientar que não defendemos a ideia de que para participar de empreendimentos solidários haja a necessidade de ter desenvolvido todos os aspectos morais, mas que os projetos de educação cooperativista e intervenções nesses empreendimentos considerem esses fatores subjetivos da personalidade humana para elaborar seus planos educacionais e adequar suas metodologias a fim de colaborar com o desenvolvimento. E, quem sabe, esses ambientes mais cooperativos e a ação ativa e permanente do sujeito permitam re-estruturações cognitivas e tomadas de consciência, afetivas e morais, produzindo, então, um efeito promotor do desenvolvimento humano.

Cabe ressaltar que uma parcela significativa dos empreendimentos econômicos solidários se faz a partir da incubação realizada pelas ITCPs, vinculadas a Universidades, que são responsáveis pelo desenvolvimento das metodologias de incubação e pelo desenvolvimento e internalização dos princípios da economia solidária nos atores participantes. E, ainda, que tal metodologia deve possibilitar um aprendizado contínuo de como gerar solidariedade e igualdade, podendo se valer das pesquisas na área de Psicologia Moral tanto do ponto de vista do desenvolvimento quanto das propostas de educação moral, que interferem na práxis pedagógica, isso por estudar formas de desenvolver aspectos humanos condizentes com a formação de uma personalidade ética. A evolução dos aspectos que sustentam a economia solidária está diretamente vinculado ao de Educação, naquilo que esta palavra oferece de mais amplo, pois deve possibilitar a aprendizagem e o desenvolvimento em todos os aspectos humanos. E agora deixamos transparecer nossa utopia: para além de fomentar os empreendimentos solidários, que a economia solidária possibilite o despontar de um homem mais ético.

A economia solidária é um ato pedagógico em si mesmo, na medida em que propõe uma nova prática social e um entendimento novo dessa prática. A única maneira de aprender a construir a economia solidária é praticando-a. Mas seus valores fundamentais precedem sua prática (SINGER, 2005, p. 19).

Sobre essa questão, Gadotti (2009, p. 36) nos diz: “não se trata apenas de oferecer cursos. Trata-se de construir valores, uma cultura, juntos”. Tanto Singer (2005) quanto Gadotti (2009), cada um a seu modo, tem a mesma esperança, a de que é possível desenvolver o homem da ética.

CAPÍTULO 2

2 PSICOLOGIA MORAL E OS CAMINHOS PERCORRIDOS

Objetivamos com este capítulo realizar uma revisão na literatura a respeito da Psicologia Moral e alcançar o debate acerca da estruturação de uma ética da generosidade e do cuidado como proposto por Gilligan (1982). Para tal feito, partiremos daquele que é considerado o responsável por estudar a gênese da moral, a saber, Jean Piaget (1932/1984), e conferir aos estudos sobre a moralidade uma análise psicológica, extrapolando as explicações filosóficas ou as visões simplificadas de mera introjeção de valores e, depois, passaremos por Kohlberg (1987), que fundamenta seus estudos em Piaget, ampliando-os. Tanto Piaget quanto Kohlberg seguem uma visão kantiana, e fundamentam o desenvolvimento moral na justiça, ao passo Gilligan (1982) propõe uma ampliação da noção de desenvolvimento moral, demonstrando que, além da ética da justiça, existe a ética da generosidade e do cuidado e que ambas podem existir no ser humano como parte de uma personalidade ética. Nossa revisão permite caminharmos rumo à compreensão tanto da moral, a partir do desenvolvimento da noção de justiça, quanto compreender a abertura teórica para se chegar à integração de outras virtudes a esse arcabouço teórico. Esse caminho nos auxiliará na compreensão e nas discussões propostas por La Taille (2006) sobre moral e ética bem como nos fornecerá elementos significativos para se pensar a ética, do ponto de vista psicológico, como fator interveniente nos empreendimentos econômicos solidários.

2.1 O JUÍZO MORAL EM JEAN PIAGET

Jean Piaget (1896-1980), conhecido pela abordagem sólida sobre o desenvolvimento cognitivo do ser humano, centrou suas pesquisas no estudo com crianças, com o objetivo de descobrir a gênese da inteligência. Apesar de ter escrito apenas um livro sobre desenvolvimento moral, *O juízo moral na criança* (1932/1994), sua obra revelou-se um marco não somente pelas ideias inovadoras, como, também, por possibilitar uma articulação entre os planos cognitivo, afetivo e moral. Freitas (2003, p.21) faz uma análise da obra piagetiana e, mais especificamente do lugar do trabalho sobre moralidade, e conclui “[...] que seu projeto

relativo à moral é inseparável de sua teoria do conhecimento”. Por isso, explicitar a moralidade piagetiana faz falar diretamente das discussões acerca do desenvolvimento do intelecto. Piaget (1966/1993) tem como objetivo principal em sua epistemologia genética decifrar como o ser humano desenvolve a cognição a partir de seu nascimento e, para isso, compreende o Homem como um ser biológico e complexo que se adapta ao meio, como forma de sobreviver. O desenvolvimento da cognição, assim, faz parte dos inúmeros processos adaptativos solicitados pelo meio. Tal adaptação permite a constituição de estruturas, que não são inatas, porém são geneticamente possibilitadas e se deflagram na interação com o meio. Desta maneira, a psicologia genética nos auxilia a compreender como se formam as estruturas mentais em suas inter-relações, enquanto que a lógica das operações permite compreender o funcionamento destas estruturas.

Os estágios do desenvolvimento cognitivo, a saber: sensório-motor, pré-operatório, operatório concreto e formal, descrevem o percurso pelo qual (pode) se passar para a constituição da inteligência. Este caminho, que se inicia a partir dos reflexos do recém-nascido e (pode) chegar ao ápice com a possibilidade de pensar o próprio pensamento, diz de um desenvolvimento que descreve o sujeito epistêmico, ou seja, aquilo que demonstra o que é comum em todos os representantes da espécie humana quando passam por estes níveis de desenvolvimento (RAMOZZI-CHIAROTTINO, 1988). É justamente na possibilidade de saber o que é comum a todos que definimos aquilo que é particular, típico do sujeito psicológico. É o estudo do sujeito epistêmico que contribui para a compreensão do desenvolvimento psicológico do Homem. A adaptação do sujeito é, para Piaget (1970/1972), a ampliação das possibilidades estruturais na troca do organismo com o meio. A cada adaptação surge um novo equilíbrio estrutural que permite avanços significativos, escapando dos contatos aparentes e momentâneos e expandindo para relações estáveis e abrangentes. Desta forma, Piaget (1970/1972) postula que a formação da cognição resulta de equilibrações, que tem seu *start* provocado por conflitos cognitivos surgidos da interação com o meio, uma vez que os esquemas mentais já estabelecidos não dão conta do real, gerando, deste modo, novos patamares de inteligência que, por sua vez, integram informações anteriores às novas, constituindo, assim, cada vez mais as estruturas de pensamento, de forma a ampliá-la, dando-lhes novas qualidades que enriquecerão e possibilitarão uma adaptação mais adequada. Percebemos esta amplificação qualitativa na passagem da lógica das ações para ações interiorizadas e, posteriormente, para ações interiorizadas reversíveis. Para chegar ao ponto de se ter esquemas interiorizados e reversíveis, o ser humano já passou por sucessivos processos

de equilíbrações, tendo desenvolvido a linguagem, superado o egocentrismo e a irreversibilidade e adquirido a lógica do pensamento.

Será somente com Piaget e Kohlberg que o processamento da moral ganhará um enfoque cognitivo-evolutivo e dar-se-á ao ser humano o *status* de agente deste processo (BIAGGIO, 2002). Para Piaget (1932/1994), existe uma correspondência entre os estágios do desenvolvimento da inteligência e do desenvolvimento moral, este autor argumentando que o julgamento moral passa por estágios que se configuram como paralelos ao do desenvolvimento cognitivo. Piaget (1932/1994) parte em seu estudo das discussões acerca de que o respeito é fundamental na vida moral e demonstra que este pode ser compreendido como consequência da moral, como defendido por Kant e Durkheim, ou como pré-condição para a vida moral, como exposto por Bovet. Para Kant, a ação moral é aquela que respeita o dever, contudo nem todo respeito ao dever é moral, pois depende por quais razões se submete às regras. As ações morais são somente aquelas em que se segue o dever por ele em si, pelo sentimento de dever e não por outras razões, tais como o medo ou o prazer, posto que “a necessidade da ação por puro respeito à lei moral é o que constitui o dever, condição de uma vontade boa em si, cujo valor é superior a tudo” (BIAGGIO, 2002, p.63). Kant entende que a regra a que se deve seguir é aquela vinculada à máxima de que a ação realizada deve garantir que se queira que ela se torne lei universal e, ainda, considera a discussão acerca da felicidade confusa e complexa e distancia-se, então, desta. Para ele, a moral se baseia na *vontade boa*, no agir corretamente pelo bem. Assim, a moralidade harmoniza as vontades.

Quanto a Durkheim, o respeito para ele é consequência da participação social, uma vez que a moral é social e se origina na sociedade. Assim, uma ação moral é aquela que age de acordo com as regras morais e atende à coletividade. O pensador estabelece uma discussão acerca do dever, do bem e da desejabilidade do dever, demonstrando que o dever aparece em função da constituição da autoridade a qual a vontade se inclina, designando sua obrigatoriedade. O bem, por sua vez, aparece como indissociável do dever e resulta do cumprimento deste. Outra característica do ato moral é que ele tem que ser desejável. Para Durkheim, a autonomia da vontade resulta justamente da capacidade do sujeito de compreender as regras sociais e o bem que se alia a elas e, assim, passar a respeitá-las. Deste modo, a moral é dependente da sociedade, dado que “a autonomia moral significa querer deliberadamente, ou seja, com conhecimento de causa, o que a sociedade criou e nos impôs” (LA TAILLE, 1992, p. 57).

Em Bovet, vemos uma aproximação com Piaget, e, com relação ao respeito “na gênese do desenvolvimento moral, o primeiro passo será o respeito que a criança pequena sente pelo

adulto, sentimento este composto de amor e medo” (LA TAILLE, 1992, p. 62). A criança aceita a regra porque esta provém de alguém que ela respeita, e é justamente pelo respeito por alguém que uma regra ganha a legitimidade e a força de lei. Será, então, no processo de desenvolvimento que este respeito a alguém cederá espaço ao respeito por ideais sociais. Para Bovet, assim como para Piaget, a explanação sociológica sozinha não consegue explicar a origem do dever e nem auxilia na compreensão da conquista de uma autonomia moral, por abordar o dever como baseada no outro, exterior, e não na constituição interna de respeito às regras. Piaget (1932/1994), por sua vez, demonstra em suas pesquisas as relações entre respeito e lei moral, concordando com Bovet com relação ao fato de que é o respeito ao outro que insere o sujeito no mundo moral, porém amplia tal ideia ao perceber que, se o respeito funda a lei, é ainda necessário uma evolução com relação à constituição de uma consciência autônoma.

Em suas pesquisas com jogos de regras e com deveres morais, Piaget constitui a noção de duas morais: moral por heteronomia e moral por autonomia, precedidas, no entanto, por um outro momento, caracterizado pela anomia, em que as regras ainda não se estabeleceram. Essas duas morais - heteronomia e autonomia - se fazem importantes em nosso estudo, uma vez que a economia solidária pede por pessoas que tenham ou estejam em processos que permitam compreender o outro numa relação recíproca e que alojem o bem coletivo à frente do individual. Conhecer, portanto, os mecanismos psicológicos subjacentes à superação da heteronomia é adquirir ferramentas adequadas para o trabalho com esse público. Desta forma, percebemos que o desenvolvimento moral tem a tendência, conforme as relações sociais se estabelecem, de, partindo de um ponto demarcado pela ausência de regras – anomia -, passar por outro, em que a referência na relação com o outro é importante, por instituir o respeito às regras via respeito à própria pessoa – heteronomia -, chegar ao ponto cuja socialização, marcada pela cooperação, permite a troca de ideias, o desenvolvimento da noção de democracia e a aquisição da consciência moral pautada pelo bem comum – autonomia -.

Piaget (1932/1994) apresenta em sua obra sobre desenvolvimento moral um arcabouço fundamentado da gênese e da evolução da moralidade, estabelecendo diversas relações importantes para se compreender tal processo, como as relações sociais, a justiça e as sanções. No momento da anomia as crianças não seguem regras, pois não existe ainda o sentimento de obrigatoriedade, apesar de haver regularidades e hábitos nos quais se sedimentarão as normas futuras. A evolução deste ponto de desenvolvimento para o subsequente ocorre justamente pelo aparecimento de um *outro* significativo na vida da criança, e este outro aí ocupa um lugar especial, posto que a ele é atribuído determinado valor, que se faz qualitativo por instituir as

regras. Desenvolve-se, então, o respeito unilateral, que é a primeira forma de respeito no ser humano, brotando de relações sociais importantes e representativas para a criança, tal como as que se desenvolvem entre filhos e pais. A obediência às regras surge da obediência ao outro e a criança passa a adotar o sistema de valores utilizado pelos adultos que ela respeita, hierarquizando da mesma maneira que estes o fazem. O respeito unilateral, além de instituir a norma, é também o ponto de partida para o aparecimento de outros respeitos, como se pode observar da seguinte citação:

Porque é no ‘quadro preparado’ pelo respeito unilateral que formas superiores de respeito se tornam possíveis. Em outras palavras, o respeito unilateral é condição necessária (mas não suficiente) para que se construam outras formas de respeito. Além disso, se os adultos impõem à criança certos valores como devendo ser respeitados, ela pode compartilhar os valores de sua cultura e, mais tarde, organizar a sua própria tábua de valores (FREITAS, 2002, p. 306).

Por conta da natureza do respeito, na heteronomia moral a regra é considerada sagrada e inalterável, fazendo-se justiça quando se obedece à regra e quem mandou cumpri-la. Neste caso, o bem se vincula ao cumprimento do dever e qualquer ato discordante deste é considerado transgressão. Assim, a análise da regra é literal e não contextualizada e seu julgamento é feito pelas consequências e não pela intenção dos atos (PIAGET, 1932/1994). O lugar da autoridade é privilegiado neste momento do desenvolvimento, e os deveres ficam sujeitos às regras de quem assume o lugar de liderança; a criança acredita no valor da regra, e o sentimento de obrigação é decorrente do respeito unilateral. Percebemos neste momento uma evolução com relação à anomia, pois já existe um controle normativo, contudo a criança se torna submissa à vontade dos adultos. Temos ainda na heteronomia o dever prevalecendo sobre a moral, pois Piaget (1932/1994) considera que somente as normas submetidas pelo princípio da reciprocidade são morais. Em suma, na heteronomia a moral consiste em pura obediência ao outro e, por isso, os deveres devem ser cumpridos, o que acarreta em constante contradição entre pensamento e ação e numa análise descolada das circunstâncias sociais, ou seja, não importa os porquês e sim se houve obediência, como atesta as seguintes palavras:.

Se o respeito que a criança sente pelos mais velhos dá origem a uma primeira forma de obrigação – a obediência –, do respeito que os indivíduos sentem uns pelos outros provém a obrigação moral propriamente dita (FREITAS, 2003, p. 82).

O respeito, contudo, passará por mudanças com a idade da criança, que perceberá nas relações recíprocas com outras crianças a possibilidade de desenvolver também relações iguais com os adultos, surgindo, então, as relações de cooperação. A cooperação, por sua vez, não é completamente recíproca e aparece em graus variados. Nas relações sociais a coação é exercida e sofrida por alguém e não passa pela desejabilidade, já na cooperação sua operação ocorre pelo desejo do par, mesmo que não exista um grau perfeito de reciprocidade (PIAGET, 1932/1994). A mudança de respeito unilateral para respeito mútuo, gerado por relações cooperativas, será regulada a partir daí por aquilo que La Taille (1996) chamou de sentimento de vergonha, que é caracterizado pelo medo de sentir vergonha perante o olhar do outro e de si mesmo, já que o respeito é recíproco. Freitas (2003) questiona se o respeito mútuo é derivado do respeito unilateral e responde que, apesar de o último ser condição necessária ao primeiro, ele não garante o seu aparecimento, uma vez que o respeito mútuo depende de relações sociais cooperativas. Sabemos que o desenvolvimento da moralidade é uma possibilidade e não necessariamente um imperativo de que irá ocorrer, pois, para isto, requer a presença de alguns fatores.

Um desses fatores é o aparecimento do respeito mútuo, que surge das relações de cooperação, e um outro é o desenvolvimento da razão, o uso da reversibilidade e da abstração, que oferece instrumentos cognitivos essenciais para o uso da moral. Não podemos deixar de estabelecer relações novamente com as propostas da economia solidária, uma vez que, para seu pleno funcionamento, relações cooperativas e de respeito mútuo são necessárias. Essas relações nos fazem a princípio acreditar nas possibilidades de auxílio no desenvolvimento da moral pela via da participação nos empreendimentos econômicos solidários. O aparecimento da reciprocidade, (pode) permite a submissão da regra a essas relações e os deveres instituídos passam a ser compreendidos como um dentre várias possibilidades, ou seja, as regras podem ser criadas e alteradas, conforme os acordos estabelecidos nas relações cooperativas, pois o sujeito adquire um regulador interno que permite analisar as ações sociais. Assim no jogo, como demonstra Piaget (1932/1994), por volta dos 12 anos de idade, as regras deixam de ser imutáveis e são dignas de debate, podendo ou não ser modificadas conforme as relações que se estabelecem.

Na autonomia moral, conquistada pela cooperação oriunda das relações sociais, a pessoa adquire a consciência da regra e age de forma a tratar o outro conforme gostaria de ser tratado. Assim, o desenvolvimento moral avança, não somente porque o sujeito evolui, mas, acima de tudo, por ter conquistado um método importante de julgamento e de decisão sobre as ações. A crença não está nem na regra nem no outro, ela é livre, criativa, porém regulada pelo

controle mútuo. Desta maneira, autonomia moral é, para Piaget (1932/1994), a capacidade de elaborar normas e segui-las a partir de relações estabelecidas entre pessoas que se atribuem igual valor, gerando, então, a cooperação. Há um ganho qualitativo nos julgamentos das faltas morais, avaliadas a partir da intenção da pessoa na ação e não mais pelas consequências e, assim, as responsabilidades pelos atos cometidos passam de objetivos para subjetivos e a ideia de justiça só faz sentido se ela for superior a de autoridade. Há, ainda, um refinamento nos conceitos, que ocorre com o desenvolvimento, em que a noção de igualdade cede lugar à de equidade, evidenciando a especificidade das situações e dos envolvidos na análise efetuada.

A apresentação que Piaget (1932/1994) faz do desenvolvimento moral é inovadora e contribui para o nosso trabalho, uma vez que nos permite entender não a regra ou a norma existente, mas, acima de tudo, o porquê de o sujeito aderir ou não a elas. A função da Psicologia se mostra justamente aí, em demonstrar como frente à variedade de circunstâncias sociais as pessoas se estruturam, se organizam e se comportam ou deixam de se comportar; “à Psicologia não cabe avaliar as normas, mas explicar essa atitude normativa do sujeito” (FREITAS, 2003, p.108). A compreensão do desenvolvimento moral nos oferece uma estrutura de desempenho para as ações morais, apesar de sabermos que nem sempre o seu uso se faz coerente, principalmente quando fatores emocionais interferem no processo. É interessante, neste momento, retornarmos com nossa questão de pesquisa: pelo que vimos, ambientes em que as relações se pautam por reciprocidade e cooperação, em que as pessoas se atribuem valores equivalentes e em que o que se valoriza é a autoridade do argumento e não o argumento da autoridade (DEMO, 2005), é propício e condição necessária ao aparecimento da autonomia moral (PIAGET, 1932/1992). Logo, isso nos parece indicar que ambientes da economia solidária, cujos princípios também se pautam pela reciprocidade, cooperação, troca de ideias, democracia e equidade possuem as condições necessárias - mas não suficientes - para que os participantes desenvolvam aspectos relativos à moral e conquistem a autonomia.

Como demonstraremos nos resultados, apesar de termos fatores favorecedores, não encontramos um grupo significativo de pessoas cujas personalidades fossem marcados pela ética. Mas, ainda assim, esse grupo está presente em nossa pesquisa, junto com um outro que nos parece se favorecer dos processos de formação ofertados pelos empreendimentos, tendo seu discurso incorporado aspectos interessantes dos pressupostos da Ecosol. Nossa pesquisa considera tais fatores, e não conhecemos nenhum outro trabalho que tenha se interessado pelos sujeitos envolvidos nesses ambientes, apesar de encontrarmos vários trabalhos que ressaltam o quanto o ambiente das cooperativas é solidário. Nesta direção, podemos citar o trabalho de Oliveira (2006), que investigou a cultura solidária presente no ambiente de duas

cooperativas e demonstrou que nelas as pessoas constituíram uma cultura diferenciada baseada na convivência com o outro, na reciprocidade. Este autor vai mais além e afirma que esta cultura conseguiu manter a dimensão humana em primeiro plano sem se subordinar à lógica capitalista. O trabalho de Oliveira (2006) oferece informações relevantes sobre os ambientes de cooperativas e as relações que se estabelecem, contudo não investiga o sujeito, e não pode dizer com certeza se aquelas pessoas desenvolveram e tornaram-se éticas por conta do ambiente a que frequentaram. E é, pois, essa lacuna nas pesquisas sobre economia solidária que queremos minimizar.

2.2 A TEORIA DE JULGAMENTO MORAL DE KOHLBERG

A teoria de Piaget sobre desenvolvimento moral influenciou fortemente Lawrence Kohlberg (1927-1987) que, em 1958, em sua tese de doutorado, estudou e identificou estágios de desenvolvimento moral em entrevistas com o dilema de Heinz. Este dilema trazia a difícil decisão entre roubar ou não um remédio para salvar a vida da esposa doente. Assim como Piaget (1932/1994), Kohlberg (1985/2002) trabalha com a ideia de que a criança constituirá seu desenvolvimento moral gradualmente, colocando o ser humano como agente da construção moral e enfatizando a capacidade do julgamento moral e de decidir entre o certo e o errado. Também defendeu, como o fez Piaget (1932/1994), que existe uma sequência de estágios de desenvolvimento pelo qual uma pessoa passa, sendo eles hierárquico, universal e invariante, apesar de nem todos desenvolverem integralmente ou alcançar níveis mais elaborados de moralidade. Em seus próprios termos:

Usando dilemas criados por filósofos ou escritores, fiquei surpreso com o fato de que os adolescentes tinham padrões de pensamento distintos, coerentes e que eram próprio deles, da mesma forma em que Piaget tinha encontrado padrões distintos no pensamento de crianças mais jovens. Na minha tese, tentei caracterizar esses padrões como estágios qualitativos e acrescentei três estágios aos formulados por Piaget (KOHLBERG, 1985/2002, p. 96).

Kohlberg (1985/2002) demonstra que os estágios progredem passo a passo, numa sequência, e que os estágios finais são raros, sendo que o último necessita de melhores detalhamentos. Ravella (2010), em seus estudos, mostra que a obra de Kohlberg se fundamenta em alguns pilares: a) defesa da dimensão cognitiva, mostrando a importância de

como a criança analisa o mundo e a si mesma; b) a epistemologia moral é construída pelo sujeito, ou seja, noção de ética, de justiça, de dever passa pelas vivências individuais; c) o desenvolvimento moral ocorre a partir de estruturas mais simples para mais complexas; d) defende uma moral pós-convencional, que possibilita a maturidade; e) a moralidade se fundamenta na noção de justiça, e não no respeito às normas e é ela a virtude a ser estudada; f) os estágios formam um todo estruturado, que oferecem uma estrutura de pensamento que se revela nas análises de julgamentos morais; g) há uma universalidade dos estágios e de suas sequências, independente dos padrões culturais vigentes; e h) os estágios novos compõem com os anteriores, formando uma integração hierárquica. Kohlberg (1992) define seis estágios de desenvolvimento, divididos em três níveis, cada um comportando dois estágios, sendo o segundo mais evoluído que o primeiro em termos morais e cognitivos. A metodologia do autor (COLBY & KOHLBERG, 1987) consistia em entrevista semiestruturada baseada na análise de dilemas morais, definidos por haver valores competitivos. Ravella (2010, p. 26) diz que Kohlberg sugeria que estes níveis permitem “que se interpretassem em termos de esquemas dos diferentes tipos de relação entre as pessoas e a sociedade (suas regras e expectativas)”.

A análise dos níveis nos oferece um padrão apropriado de como as pessoas se relacionam com a sociedade a partir de seus pontos de desenvolvimento. O primeiro nível, pré-convencional, característico das crianças pequenas, de alguns adolescentes e de criminosos, se subdivide em dois estágios: no primeiro, orientação para o castigo e para a obediência, é considerado errado aquilo que é punido, ou seja, a definição do certo e errado é concebido a partir das punições sofridas pelo ator do ato. No dilema de Heinz, foram identificadas respostas que consideravam certo roubar desde que ninguém visse o ato. Nesse primeiro nível, as regras são consideradas como exteriores ao sujeito, ou seja, é justo aquilo que a sociedade considera como tal, o que seria o equivalente ao estágio da heteronomia. Nesse momento, os comportamentos são marcados pela necessidade de evitar o sofrimento e a dor. Quanto maior as consequências causadas pela ação, mais grave é considerado o ato e mais merecedor de um castigo pesado. A potência da punição é dada pelos danos gerados. O raciocínio, então, é mais intuitivo que lógico, e há uma predominância do realismo moral e o ato bom ou mal é definido a partir da regra e não de sua intenção (LOURENÇO, 1998). Há, portanto, uma incapacidade de se perceber as múltiplas facetas da situação, captando somente aquilo que é objetivo e definido pela autoridade e pela necessidade de se evitar o castigo.

Já no segundo - estágio 2 -, considera-se correto o comportamento que gera prazer – hedonismo -. Há um avanço em relação ao primeiro estágio, porém voltado para os interesses

personais. No dilema, aparece a necessidade de salvar a esposa, pois ela precisa fazer o almoço, ou ajudar em alguma tarefa. Neste estágio, a análise é marcada pela satisfação das necessidades pessoais, configurando, pois o egoísmo.

Cada indivíduo tem os seus interesses a satisfazer, o sujeito julga uma determinada ação como justa e correta na medida em que esta permite satisfazer os interesses, as necessidades e os desejos do próprio e do outro, sempre numa perspectiva concreta e individual (LOURENÇO, 1998, p. 88).

Neste estágio, o foco não é mais as ações, como no primeiro, mas as consequências que elas provocam numa nítida proporção de se ter mais satisfação e poucas punições. Trata-se de uma moralidade hedonista. No nível convencional, típico da maioria dos adolescentes e adultos da sociedade americana e brasileira (BIAGGIO, 2002), marcado pelo compartilhamento das regras e normas morais, é considerado certo aquilo que é aceito pelos outros. No primeiro estágio deste nível aparece o estereótipo, a aprovação social. A perspectiva ainda é egocêntrica e há uma dificuldade de se colocar no lugar do outro, contudo já se percebe uma interiorização das normas e a conformidade ao instituído; é o lugar do bom garoto. O bom é definido a partir do enquadramento social (KOHLEBERG, 1992), configurando-se como uma moralidade interpessoal, na qual “a tarefa principal consiste em ser uma pessoa bem comportada, agir em conformidade com as imagens estereotipadas do que é o comportamento mais apreciado” (RAVELLA, 2010, p. 37).

No segundo estágio, orientado para lei e a ordem, existe um respeito pela autoridade e pela manutenção do instituído socialmente. A justiça é marcada pela relação entre o indivíduo e o sistema. Esse estágio é o mais encontrado entre os adultos na população, e é caracterizado por haver uma necessidade de se sentir bem visto aos olhos dos outros e ser leal ao sistema para que ele se mantenha. A regra aqui é manter o sistema e a ordem, uma vez que a pessoa internalizou as regras sociais, porém não opera sobre elas. Como diz Ravella (2010, p.28):

O indivíduo sente-se membro da sociedade, partilha o ponto de vista daqueles que participam de seu mundo de relações, assume a lei como feita por e para toda a gente (Colby&Kohlberg, 1987). Por isso, o sujeito desse nível de moralidade procura viver com o que é socialmente aceito e partilhado, cumprir os seus deveres e respeitar a ordem estabelecida.

Já o nível pós-convencional, conhecido também como da autonomia ou dos princípios morais, somente um grupo pequeno de pessoas alcança este grau de desenvolvimento, cujo patamar normalmente só atinge após os 20 anos de idade ou mais. Neste período, predomina

uma visão ética que não pode estar subordinada às leis e aos padrões sociais convencionais, pois há um predomínio da visão de direitos universais, direito à vida, à liberdade, à justiça. Apesar da compreensão de que as leis podem representar a proteção ao Homem, elas não são seguidas pelo simples fato de serem leis. Ao passo que no primeiro estágio ocorre a predominância do contrato social, e o indivíduo procura as formas adequadas de modificar as regras por meio de contratos democráticos, no segundo estágio deste nível o sujeito atinge o mais alto grau de desenvolvimento, pois age conforme sua integridade seguindo princípios éticos e, mesmo que não tenha conseguido modificar as regras pelos canais democráticos, segue a sua consciência, desobedecendo a norma considerada injusta. “É a moral da desobediência civil, dos mártires e revolucionários pacifistas, e de todos aqueles que permanecem fieis a seus princípios [...]” (BIAGGIO, 2002, p.27).

Kohlberg (1991, p.100) escreve sobre algumas entrevistas que fez com adolescentes que se enquadravam no estágio 6 nos seguintes termos:

[...] decisões de consciência que pareciam englobar uma noção *kantiana* de dever categórico; a noção de universalidade de deveres básicos; a noção de valor moral intrínseco de certas normas, como a de salvar a vida humana e a de manter as promessas; e finalmente, uma noção da lei moral como sendo mais importante do que a *lei legal*, quando se percebe que as duas parecem em conflito.

Lourenço (2002) alerta que no último manual de Kohlberg (COLBY & KOHLBERG, 1987), o estágio 6 não aparece mais como estágio empírico, mas o autor o mantém como ideal moral. Este estágio prevê que cada qual tome o outro como livre, autônomo e igual, e o que rege os julgamentos morais são os princípios e a benevolência. Textualmente,

Em outras palavras, o objetivo do agente moral autônomo do estágio 6 é procurar resolver os problemas morais de tal modo que a promoção do bem de algumas pessoas não suprime o respeito pelo direito dos outros, e o respeito pelos direitos individuais não impede buscar a promoção do melhor para todos (KOHLBERG, 2002, p.106).

É interessante notarmos que os aspectos relacionados ao estágio 6, proposto por Kohlberg, são muito parecidos com aqueles defendidos pelos princípios da economia solidária - mais a frente nos deteremos um pouco mais neste ponto -. Seria interessante, porém, nesse momento questionarmos: será que os integrantes da economia solidária alcançaram o estágio 6 de desenvolvimento moral? Ou será que, assim como o estágio 6 - definido como um ideal moral -, não seria a economia solidária também um ideal ideológico? Estas perguntas

perpassam todo nosso trabalho, uma vez que o respeito ao outro, a capacidade de se colocar no lugar do outro e atribuir valor igual a todos os seres humanos, entre outros fatores, são essenciais para o funcionamento dos empreendimentos solidários.

2.3 ABERTURA DA ÉTICA: AS IDEIAS DE CAROL GILLIGAN

As ideias de Kohlberg sofreram grandes críticas de Carol Gilligan (1936-), filósofa, psicóloga e professora da Universidade de Harvard, que foi sua colaboradora e próxima e questionou a existência única da ética da justiça como norteadora dos comportamentos morais e, através de suas pesquisas, demonstrou a existência de outra ética: a ética do cuidado. Suas propostas se tornaram conhecidas pelo livro *Uma voz diferente* (1982), no qual a autora apresenta de forma clara e sistemática o aparecimento de outra forma de se relacionar, típica das mulheres: “comecei a ouvir uma distinção nessas vozes, dois modos de falar sobre problemas morais, dois modos de relatar o relacionamento entre o outro e o eu” (GILLIGAN, 1982, p.11). A autora demonstra-nos o quanto a Psicologia do Desenvolvimento está distante do desenvolvimento feminino, havendo disparidades entre as experiências das mulheres e aquilo que a literatura consegue demonstrar. Em suas próprias palavras:

O fato de que as mulheres não se ajustem aos modelos existentes de crescimento humano podem apontar para um problema de representação, uma limitação na concepção da condição humana, uma omissão de certas verdades sobre a vida (GILLIGAN, 1982, p.11).

Gilligan (1982) defende que as mulheres têm formas diferenciadas de se relacionar com os outros, e que suas análises e julgamentos são pautados pelo cuidado do relacionamento e não pela justiça. O justo, neste caso, é aquilo que garante a preservação das relações interpessoais, o cuidado e o respeito com o outro e, dessa forma, os conflitos morais são analisados de forma distinta da dos homens. O foco está nas análises das conexões nas relações estabelecidas, tentando detectar quais as implicações daquelas relações para a situação dada. Assim, o que seleciona os comportamentos, as habilidades e os modos de fazer é a ética do cuidado. É a ética do cuidado o fio norteador do comportamento e dos julgamentos morais. Gilligan (1982) atesta que as hierarquias e relações extraídas dos pensamentos dos homens e das mulheres demonstram diferentes maneiras de estruturar os

relacionamentos e, dessa maneira, aparecem modificações nas formas de apresentar suas perspectivas éticas:

A reinterpretação da experiência das mulheres nos termos de suas próprias imagens de relacionamentos aclara assim aquela experiência e também oferece uma visão não hierárquica da conexão humana. Uma vez que relacionamentos, quando vistos na imagem da hierarquia, parecem inerentemente instáveis e moralmente problemáticos, sua transposição para a imagem da teia muda uma ordem de desigualdade para uma estrutura de interconexão (GILLIGAN, 1982, p.73).

Uma das principais críticas feitas por Gilligan a Kohlberg está fundamentada no fato de que todos os elementos disponíveis para se analisar o desenvolvimento moral e se classificar a moral pós-convencional são baseados em critérios masculinos, o que justifica o fato de as mulheres terem dificuldades em se enquadrar nesse estágio e em serem vistas como desenvolvidas moralmente. Parece que, para Gilligan (1982), o problema não estava relacionado à incapacidade da mulher em chegar a níveis mais elevados de desenvolvimento mas sim na metodologia empregada por Kohlberg, uma vez que este repetiu os mesmos critérios machistas da sociedade vigente à época, na qual os aspectos masculinos eram considerados superiores e mais adequados à sociedade, impondo, inclusive à mulher, o modo masculino de operar no mundo. A falta de elementos alternativos, adequados às mulheres, demonstra a limitação dos estudos sobre moralidade que, acima de tudo, tiveram suas pesquisas desenhadas majoritariamente com homens e adolescentes do sexo masculino (GILLIGAN, 1982).

Em seus estudos, Gilligan (1982) demonstra que o homem firma sua identidade masculina justamente na autonomia das relações e na separação da mãe, já as mulheres estabelecem sua feminilidade na conexão com a figura materna. Assim, os homens seguem a vida procurando independência e formas de não tornar suas atitudes dependentes de outras conexões, enquanto que a mulher focaliza seus esforços justamente em garantir a preservação dos relacionamentos através do cuidado. Gilligan (1982) diz que a *separação* define a masculinidade e o *apego* a feminilidade. Quase como opostos, a masculinidade e a feminilidade, demonstram formas diferenciadas de encarar as relações e os perigos inerentes a ela e, assim, por esta lógica, a intimidade é considerada um perigo iminente para o primeiro e a separação o perigo para o segundo. Dessa forma, a contraposição à voz da justiça é a voz do cuidado e, então: “essa ética, que reflete um conhecimento cumulativo dos relacionamentos humanos, progride em torno de uma visão central, de que o eu e o outro são interdependentes”

(GILLIGAN, 1982, p.85). Com as ideias de Gilligan, características como sensibilidade para com os outros e julgamentos que incluem o ponto de vista do outro deixam de ser o ponto fraco na análise das mulheres e passam a residir como a força da personalidade moral, da ética do cuidado, uma vez que cuidar do outro, nessa perspectiva, é cuidar de si.

No final de seu livro, Gilligan (1982) esclarece que a ética do cuidado não é exclusiva das mulheres, assim como não o é dos homens a ética da justiça, mas que existe uma predominância, no discurso, do cuidado nas mulheres. Porém, mais recentemente, assumiu a perspectiva de que tanto a ética do cuidado quanto a ética da justiça estão presentes tanto nos homens quanto nas mulheres (LIMA, 2004). O interessante desta discussão é que o trabalho de Gilligan (1982) abre portas para incluir no debate sobre moral características que antes não eram consideradas como parte desse universo. Uma teoria centrada na importância da ética das relações expande as discussões e permite visualizarmos que um ser humano pode possuir características diferenciadas convivendo dentro de si e que essas somente serão percebidas se utilizarmos métodos adequados para captá-las. A ética do cuidado pode ser compreendida como um primeiro estudo sistemático sobre a virtude da generosidade.

A importância das teorias de Piaget (1932) e Kohlberg (1987) é indiscutível, contudo o estudo sobre a ética do cuidado se aloca justamente no espaço existente entre a condição necessária, mas não suficiente, de se ter desenvolvido a lógica para desenvolver a moral. Talvez um dos possíveis caminhos para compreender o que falta entre o necessário, mas não o suficiente, seja justamente o estudo de virtudes e sua integração na formação de uma personalidade ética, pois na ética do cuidado “está o exercício de muitas virtudes, certamente a do amor, mas também a da tolerância, compaixão, fidelidade, temperança, e sem dúvida, a da generosidade” (LIMA, 2004, p. 21). Nas pesquisas em Psicologia Moral percebemos uma complementação nas discussões que culminam nas propostas de La Taille (2006) sobre personalidade ética. Acreditamos que suas proposições, mais completas, visualizam um Homem mais integral do ponto de vista da formação da sua personalidade.

Em parte de seu texto, Gilligan (1982, p.178), ao discutir que os homens aos poucos ganham a consciência da existência de múltiplas verdades e passam a lidar com outras éticas, apresenta e iguala a *ética do cuidado* à ideia de generosidade: “[...] a consciência de múltiplas verdades leva a uma relativização da igualdade no sentido de equidade e enseja uma ‘ética da generosidade’ e do cuidado”. A autora demonstra claramente a importância da generosidade como fundamento dessa ética e, apesar de ser esta a única passagem explícita no livro de Gilligan (1982) sobre generosidade, suas ideias permitem avançar no sentido de extrapolar as análises sobre desenvolvimento moral. La Taille (2002) apresenta relações entre

generosidade e ética do cuidado, expondo que essa virtude, a generosidade, é típica desta ética, a do cuidado. É necessário pensarmos que a apresentação exposta sobre desenvolvimento moral em Piaget, Kohlberg e Gilligan, nos permite vislumbrar informações complementares que apoiam nossa discussão acerca das características de personalidade dos participantes dos empreendimentos econômicos solidários e daquilo que se faz necessário a um ambiente favorecedor de tal desenvolvimento. Mais especificamente, é Gilligan (1982) quem inicia um debate acerca das virtudes como parte desse processo e como integradas à personalidade ética das pessoas. Apesar de seu texto ter um caráter de defesa do feminismo, o que por si só não se manifesta como um problema, ela amplia as ideias e abre a possibilidade de alargamento da noção de ética, demonstrando que vários fatores convivem no ser humano e co-habitam seu modo de ser e fazer. Antes de adentrarmos as discussões acerca da personalidade ética, a elucidação de alguns conceitos se faz necessária, dentre eles a noção de valor, força de vontade e virtude, o que veremos a seguir.

CAPÍTULO 3

3 VALORES E VIRTUDES

Terminamos o último capítulo demonstrando com Gilligan (1982) a abertura dos estudos para a ampliação da noção de ética, de modo a não restringi-la somente àquela noção vinculada à justiça, como proposto por Piaget e Kohlberg, mas de expandi-la para abarcar uma outra, que possa se manifestar numa ética do cuidado, expressa nas relações que as pessoas estabelecem consigo mesma e com as demais. Compondo com a importância do desenvolvimento moral e do desenvolvimento de sujeitos autônomos e pós-convencional, vamos explorar o alargamento dos estudos sobre moral, a partir, especificamente, do estabelecimento de virtudes. Para tanto, falaremos sobre a formação de uma escala de valores como definidora de nossas ações e como essa se mantém apesar das condições adversas da sociedade bem como a força de vontade a regula no que tange à conservação e à manutenção, garantindo que projetos de vida possam se efetivar; posteriormente discutiremos o conceito de virtude e a necessidade dessa de compor a escala de valores do sujeito, formando, assim, uma personalidade ética que garanta a boa vida.

3.1 VALOR E ESCALA DE VALORES

Começaremos com as discussões propostas por Piaget (1953-54/1994) acerca de valores, que deriva de seus estudos sobre Psicologia da afetividade. Esse autor propõe que o desenvolvimento da afetividade tem uma correspondência com o desenvolvimento da inteligência, funcionando como motivação para as ações, sendo a energética dos comportamentos. Há, de sua parte, um interesse em entender não os valores em si, mas como o ser humano constrói uma escala de valores a partir de seu nascimento. É importante termos em mente a noção de escala de valores, pois é por ela que o indivíduo escolhe suas prioridades morais e fundamenta sua construção de personalidade moral, definindo que valores serão centrais e quais serão periféricos em sua constituição. Assim, compreender qual valor vem antes, numa escala, permite sabermos por quais caminhos e princípios são guiados os comportamentos do sujeito. O valor é dado pela relação afetiva entre a pessoa e o objeto,

ou seja, é a afetividade que define o valor das situações. A afetividade possui dois reguladores definidos: o primeiro refere-se às regulações energéticas, à quantidade e à intensidade das forças empreendidas; e o segundo diz respeito ao sistema de valores e é qualitativo. Enquanto o primeiro relaciona-se ao custo da ação, o segundo aponta à qualidade da ação. “El valor es lo que va a determinar las energias que deberán emplearse en la acción (PIAGET, 1953-54/1994, p.245). Isso é interessante pelo fato de que nem sempre se elege as condutas menos custosas, pois tal eleição depende do que é valorizado. Existem ações mais difíceis e dispendiosas do ponto de vista da energia, porém mais valorizadas para o sujeito. Assim os valores

[...] são construídos na experiência significativa que o sujeito estabelece com o mundo. Essa construção depende diretamente dos valores implícitos nos conteúdos com o que o sujeito interage no dia a dia, e da qualidade das relações interpessoais estabelecidas entre o sujeito e a fonte de valores (ARAUJO, 2002, p. 215).

Dessa forma, desde pequeno o ser humano desenvolve relações de trocas com o mundo, assimilando seus esquemas e constituindo sistemas de valorações sobre os objetos. Assim, temos funções psicológicas que são cognitivas, afetivas e morais. No processo de desenvolvimento da afetividade, o sistema de valores se constituirá de maneira a permitir que apareçam valores intraindividuais - sensório-motor - e interindividuais, atribuindo, assim, valor às próprias ações e às dos demais, e esse processo de valoração pode ser tanto no sentido da valorização quanto no da desvalorização. “El valor como una dimensión general da afectividad” (PIAGET, 1953-54/1994, p. 229) funciona como um sistema de regulação. Desse modo, no sensório-motor o valor ainda é flexível e não instituído, porém já no período das representações aparece alguma conservação de valores, que determina as ações. No pré-operatório os sentimentos são ainda seminormativos, demarcado pelo respeito unilateral e obediência ao outro, quando já é possível desenvolver classe de valores, ou seja, a união de pessoas que possuem uma escala comum de valores.

É também nesse momento de desenvolvimento de atribuição de valores aos demais que se estabelecem os sentimentos de simpatia e antipatia e, conseqüentemente, os sentimentos morais de respeito e dever (PIAGET, 1953-54/1994). Com o desenvolvimento cognitivo paralelamente se desenvolvem os sentimentos normativos, mas é somente no estágio operatório que falamos, de fato, em conservação de valores, em sentimento moral, todos eles derivados das relações cooperativas, como se pode constar da citação a seguir:

Estos valores atribuidos a las personas serán el punto de partida de los sentimientos morales, cuyas formas elementales son las de La simpatía y de La antipatía, y que constituirán poco a poco um sistema más amplio y a La vez más estable que el de las regulaciones energéticas (PIAGET, 1953-54/1994, p.229-230).

Se é a simpatia e a antipatia o ponto de partida dos sentimentos morais, é justamente o deslocamento dos sentimentos pelas pessoas para princípios que garantirá a passagem para uma moral mais desenvolvida. Na adolescência, com o ganho qualitativo do pensamento e a capacidade de pensar segundo hipóteses, o sujeito amplia sua noção e descobre os valores ideais coletivos. Sobre isso, Freitas (2003, p.105) escreve:

[...] ele realiza uma descoberta afetiva de que existe uma ‘coletividade mais geral que tem seus próprios valores, os quais são distintos daqueles do eu, da família, da cidade e das realidades visíveis ou concretas’ (Piaet, 1951/1977, p. 291). Estão dadas as condições para que o ser humano construa o que Piaet chamou de valores ideais coletivos. [...] as pessoas mediatizam valores ideais, tais como a justiça, a solidariedade, a paz, a liberdade [...].

Vemos uma ampliação significativa dos valores, e que ganham em qualidade ética, uma vez que passam a assumir ideais coletivos, podendo conjugá-los justamente na elaboração de uma personalidade ética. Será justamente a capacidade cognitiva, somada à autonomia moral, a constituição de uma escala de valores e é a força de vontade que garantirá, para Piaet (1953-54/1994), os aspectos necessários para a constituição de uma personalidade. Quando temos, idealmente, todos esses aspectos envolvidos, podemos dizer que estamos diante da possibilidade de um sujeito que pode esboçar um projeto de vida que inclua o outro em sua dimensão tanto quanto inclui a si mesmo. É, pois, a incapacidade de incluir os demais em nossos projetos de vida e de projetar a própria vida que demarca um dos motivos das crises de valores da atualidade (FREITAS, 2003; TOGNETTA, 2009), auxiliando na inauteração e/ou manutenção da cultura do tédio, discutida no primeiro capítulo.

Essas ideias são expressas por Cortella e La Taille (2005) em diálogo no livro *Labirintos da Moral*, no qual Cortella discute o quanto as políticas de tolerância ao outro são contraditórias, uma vez que tolerar é suportar e não incluir o outro na relação com o mesmo grau de valor: “no meu entender deveria se trabalhar de fato com políticas de acolhimento em que o ‘outro’ tem o mesmo status que eu” (CORTELLA, 2005, p. 29). A noção de tolerância não permite assumir valores ideais coletivos, e nem incluir o outro em nossos projetos de vida, “porque se eu apenas tolero uma pessoa, ela não está inclusa no ‘nós’ e, assim, sua opinião não me importa muito” (LA TAILLE, 2005, p. 30). A escala de valores que

desenvolvemos e especificamente a capacidade de desenvolver uma escala de valores ideais coletivos demarca nosso posicionamento social no mundo bem como que rumos daremos às nossas vidas. Os vínculos afetivos quando caminham de relações coercitivas para relações cooperativas permitem que o respeito unilateral se torne mútuo, mas para isso é necessário que haja um valor equivalente nas relações. É interessante lembrarmos que a economia solidária trabalha com princípios e não com regras, e que, para seu conteúdo, as pessoas precisam desenvolver ideais coletivos e incluí-los à frente em seu rol dentro da escala de valores; necessitam, portanto, atribuir igual valor às pessoas com as quais se relacionam, posicionando-se de forma cooperativa e descentrada.

3.2 FORÇA DE VONTADE

Para prosseguirmos, além da compreensão da importância da escala de valores, temos que abordar outro conceito piagetiano, que é o de força de vontade; mesmo porque é por este conceito que se estabelece uma escala de valores. Piaget (1953-54/1994), em seus estudos, demonstrou que, assim como as operações estão para a inteligência, a vontade está para a afetividade. A força de vontade atua justamente naqueles momentos em que situações tentadoras nos convidam, porém optamos por manter nosso dever. É no período das operações concretas, da moral normativa, com sentimentos de justiça e com a desvinculação da obediência a alguém que aparece a força de vontade.

Piaget introduz o conceito de força de vontade como regulação superior, isto é, como uma força que regula tendências de valências diferentes (fortes e fracas), organizando-as em sistemas de valores. Desta regulação superior resulta a priorização das valorizações, num sistema móvel, o qual também se relaciona à noção de dever (SOUZA, 2011, p. 254).

É pela força de vontade que se hierarquiza os sentimentos, os valores, o que permite, junto com a cognição, a tomada de decisões e o estabelecimento de metas. A força de vontade define as metas e a inteligência os meios de realizá-las. A força de vontade permite que superemos nossa vontade de fazer coisas mais prazerosas e imediatas em prol de outras mais consistentes com nossas crenças.

O ato de vontade consiste em conservar os valores anteriores e conduzir de forma coerente, isto é, não contraditória com esses valores. Em outras palavras, o ato de vontade consiste em descentrar o sujeito da situação atual para permitir um retorno aos valores permanentes de sua escala (FREITAS, 2003, p. 97).

O valor regula a intensidade de nossa energia e, deste modo, se é algo que valorizamos, investimos para realizá-lo, caso contrário, desistimos ou desinteressamos rapidamente. Já a força de vontade regula de forma a restabelecer a escala de valores quando o desejo supera o dever, fazendo com que o indivíduo se volte novamente àquilo que tem importância. A força de vontade garante que dediquemos nossas ações àquilo que planejamos e que tenha importância a longo prazo, fugindo, assim, do imediatismo da ação. Tognetta (2009, p.77) diz que Piaget utiliza o termo força de vontade para “designar um estado de luta de forças, em que um desejo possa vencer outro [...]. Como regulador de forças é como se a vontade introduzisse certa reversibilidade na vida afetiva”. A afetividade não é desregrada, ela é coordenada pela força de vontade e pela escala de valores. As escalas de valores vão se apresentando ao bebê conforme suas necessidades são atendidas, e ela se inicia no sensorio motor e segue até a conservação de valores e a formação de uma classe de valores.

A compreensão dos mecanismos envolvidos, a saber, valor e força de vontade, nos auxilia nesse processo de compreender as atitudes normativas do sujeito e a esboçar o porquê de ele reconhecer regras e as seguir ou o porquê de ele incorporar alguns princípios morais. Cabe lembrar que os sentimentos morais são, para Piaget (1953-54/1994), parte de um contexto maior de desenvolvimento, que é o da afetividade. A constituição de valores e da força de vontade permite se libertar do imediatismo e a conservar os valores, estabelecendo prioridades e constituindo planos de vida reais e ideais. A personalidade moral é, assim, a possibilidade de elaborar um projeto de vida fiel aos seus ideais e segui-lo de forma ética, ou, em outras palavras, de maneira autônoma, para Piaget (1932/1994). Entretanto, cabe lembrar que nem todos desenvolvem uma personalidade autônoma, pois para isso diversas condições precisam se estabelecer, entre elas as relações interindividuais cooperativas e o desenvolvimento da cognição e da afetividade; contudo, essas características são necessárias para a construção de uma personalidade moral autônoma, mas não são suficientes e nem determinantes para seu aparecimento. Não podemos, no entanto, deixar de enfatizar que alguns ambientes são mais favorecedores do que outros nesse processo de desenvolvimento humano, sendo os ambientes cooperativos aqueles considerados pelas pesquisas como os que mais colaboram com esses aspectos.

Notamos que, apesar de termos incluído Piaget (1932/1994) como voltado somente para uma moral relacionada à justiça, por um lado, cabendo aí a maior crítica de Gilligan (1982) a Kohlberg, por outro, Piaget (1953-54/1994) nos oferece uma amplitude de visão ao demonstrar que a afetividade interfere na configuração e formação da moralidade, demonstrando que os sentimentos se tornam morais pela constituição da escala de valores e pela regulação em manter essa escala frente a desejos momentâneos. Temos apresentado por Piaget (1953-54/1994, 1932/1994) uma visão interessante sobre desenvolvimento humano, uma vez que podemos visualizar a formação de uma personalidade perpassada por um sujeito cognitivo, moral e afetivo, que alcança seu auge de desenvolvimento quando fatores sociais interferem significativamente na construção de valores coletivos. Assim, temos que considerar que Piaget não fala somente de um desenvolvimento moral isolado, mas da construção de uma personalidade moral que envolve tanto aspectos cognitivos quanto afetivos e sociais e, neste sentido, “parece remeter-se ao estudo da identidade do sujeito e do conjunto de representações que esse estabelece de si mesmo” (TOGNETTA, 2009, p. 83).

3.3 VIRTUDES

Tognetta (2009) nos diz que com os trabalhos de Gilligan os estudos sobre a moral passam a incluir duas novas dimensões: a primeira refere-se ao deslocamento do eixo da moral - *pensar no outro* para o *pensar em si* - e, sem deixar de lado o outro, as mulheres inserem em suas avaliações a perspectiva de si mesmas, apresentando uma análise moral baseada na dimensão intrapessoal juntamente com a do interpessoal; a segunda nos leva a compreensão de que o ser moral não depende de uma obrigatoriedade, mas sim de uma disposição, de um querer, conquistado ao longo da construção biográfica do sujeito. No caso de nossa pesquisa, podemos considerar que as pessoas até vejam os princípios da Ecosol como regras e tentem segui-los, o que possivelmente não se concretizará. Seguir os princípios da economia solidária pede que as regras se transformem em princípios, ou, em outras palavras, em valores, e que as pessoas envolvidas em cooperativas e/ou associações e supostamente seguidoras da economia solidária tenham desenvolvido uma disposição para o bem viver. Os princípios da economia solidária, a nosso ver, precisam estar à frente na escala de valores das pessoas para que os empreendimentos tenham sucesso. Pensar no desenvolvimento do outro e da comunidade, ser solidário, utilizar da autogestão, trabalhar

pela ajuda mútua são algumas características que os princípios englobam. Abrir mão de si mesmo, numa sociedade marcada pelo egoísmo e interesses pessoais, para pensar o outro e a coletividade pede, ainda em nosso ver, por um desenvolvimento moral adequado que, por sua vez, se deve manifestar num ambiente hostil, que é nossa sociedade contemporânea, que, por suas características, tem tudo para impedir a personalidade ética.

Temos que considerar que as virtudes são partes importantes do desenvolvimento moral, pois participam dos afetos e deveriam compor a personalidade a partir da integração de valores e da formação de princípios pelos quais se pautar. Se, por um lado, Piaget (1932/1994) apresenta a moral como um conjunto de regras, por outro, a ética do cuidado de Gilligan (1982) amplia, abrindo caminho para os estudos sobre as virtudes, ou para a ética como estabelecida para o bem viver (LA TAILLE, 2006). A generosidade, como virtude, não é obrigatória, mas é desejada e depende de uma disposição interna do sujeito para ser generoso. O sujeito moral não é somente aquele que consegue analisar os contextos para julgar ou agir de forma justa, mas aquele que, além disso, consegue ser bom para consigo mesmo e para com os outros, pois “não se trata simplesmente de decidir como se quer viver no seio da comunidade, mas de decidir uma boa maneira de viver a própria vida no seio de uma coletividade” (PUIG, 1998, p. 27). Assim, compreender as virtudes como parte da moralidade permite definir a boa vida dentro do grupo social próximo e na sociedade como um todo. A virtude se faz presente quando a ela é dado um valor tal que a coloque no topo hierárquico na escala de valores. Comte-Sponville (1995, p.7) diz que a virtude é ensinada pelos exemplos de que dispomos e que ela “é uma força que age, ou que pode agir”. É um se dispor para fazer o bem ou, segundo o autor, é o próprio bem.

Um bom caráter corresponde ao termo virtude. Tugendhat (1996, p. 246) considera adequado trabalhar a moral da virtude como complemento da moral das regras, não como seu oposto. Deste modo, as virtudes são partes integrantes dos princípios e não de regras, posto que ser bom não se reduz a uma regra: “deve-se então observar que é perfeitamente pensável que sob o princípio não estejam regras ou não somente regras, mas virtudes”. Assim, virtude é uma atitude, uma disposição da ação, um preceito no qual se deve basear:

Para considerar moral um sujeito é preciso que ele mantenha uma linha de conduta virtuosa: que realize atos virtuosos e o faça habitualmente. Sem a formação de hábitos e a configuração do caráter não há personalidade moral, bem como se tais hábitos não são virtuosos, isto é, se não visam o bem e a felicidade que cada homem procura e que cada coletividade necessita para reproduzir suas tradições filosóficas (PUIG, 1998, p.62).

Puig (1998) e Tugendhat (1996) recuperam a tradição filosófica de Aristóteles e consideram outros elementos ao se discutir a virtude: o primeiro, a questão do hábito, e o segundo, a da felicidade. Para Aristóteles (2007, p. 67), a virtude é hábito, “a virtude moral é adquirida em resultado do hábito [...] nenhuma das virtudes surge em nós por natureza”. É o exercício, o treinamento, que gera a virtude, e a educação é o caminho adequado para adquirir as virtudes. Para Aristóteles, é justamente a falta de virtudes que gera a infelicidade. Assim, a felicidade é parte da vida virtuosa, e a virtude o caminho para se atingir a felicidade. Nessa perspectiva, a solidificação do hábito permite evitar os vícios, respeitar o intelecto e garante as virtudes morais. A felicidade é, para o filósofo, o que queremos da vida, e Tugendhat (1996) fala inclusive que Aristóteles fez uma teoria da felicidade. Ser virtuoso exige esforço e diz da disposição do sujeito de praticar o bem; é a justa medida do comportamento. Desta maneira, quanto mais virtuoso, mais felizes, e o caminho da felicidade é demarcado pelo trabalho de fazer da virtude um hábito. Contrária às práticas da vaidade, a virtude, como caminho para felicidade, acaba por parecer, junto com outras proposições desta tese, como algo ideológico, pois seu caminho não é fácil e nem imediato. E se apresenta como estranho às leituras apresentadas sobre o contemporâneo.

Em todos os autores apresentados a virtude está descrita como uma disposição para o bem, nem sempre fácil de alcançar e nem de se visualizar. A virtude não é um dever, é um querer: “[...] virtude e dever são duas coisas diferentes (o dever é uma coerção, a virtude uma liberdade), ambas necessárias [...]” (COMTE-SPONVILLE, 1995, p. 241). Será ela, a virtude, para Comte-Sponville (1995), que nos dará a possibilidade de sermos mais humanos, porém ela depende de uma hierarquia de valores e do aparecimento das virtudes como elencados entre esses valores. A virtude valorizada transforma-se em princípios e, como diz La Taille (2009, p. 225), “os princípios não dizem ‘como agir’, pois essa é a função das regras, mas dizem ‘em nome do que agir’”. Os princípios garantem as matrizes definidoras das regras que, por seu turno, derivam de princípios, e não o contrário. Dessa forma, uma vida virtuosa permite que o bem determine os deveres. O desenvolvimento moral e ético engendra outras características, e a primeira diz da mudança no *status* da necessidade, que sai do campo da individualidade e privacidade e adquire a característica de se vincular aos interesses dos demais e, nesta direção, o único interesse plausível é o de ser humano, “[...] de dar e receber o tratamento de humanidade sem o qual não pode haver ‘vida boa’” (SAVATER, 2004, p.131).

A segunda característica é que toda liberdade conquistada com o desenvolvimento moral e ético geram o seu reverso, a responsabilidade. Responsabilidade para consigo, para com o outro e para com a humanidade, configurando, então, um grau de liberdade demarcado

pelo grau de responsabilidade gerado. Assim, todo projeto ético parte da liberdade que garante a vida boa, e toda boa política desejável deve garantir os vieses dessa liberdade. La Taille (2000), em sua discussão acerca dos motivos em se estudar outras virtudes que não somente a justiça, expõe que: 1) as virtudes não derivam de um direito alheio, mas sim do valor dela em si; 2) a pessoa pode se sentir obrigada a ser generosa, porém a virtude generosidade não é uma obrigação; 3) a espontaneidade demarca o valor da virtude e da generosidade, é um ato livre do sujeito; 4) a generosidade está tanto no domínio pessoal, por depender da pessoa, quanto no moral, por beneficiar outra pessoa; 5) a generosidade desempenha um papel importante na conquista da autonomia; e 6) as virtudes muitas vezes são condições para o agir ético do ser humano. La Taille (2000) conclui que a Psicologia não pode se interessar somente pela moral que advém do direito alheio e contratual, mas também daquele que beneficia o outro e, assim, estudar as virtudes pró-sociais é o papel da Psicologia Moral, uma vez que permite entendermos melhor a constituição da personalidade ética e do estabelecimento da boa vida.

Ainda com relação às virtudes cabe lembrar que Comte-Sponville (1995) coloca a polidez como a entrada para outras virtudes e que La Taille (2000) apresenta sua importância em sua pesquisa como parte da gênese do desenvolvimento moral. Os estudos sobre virtudes vêm demonstrar que quanto maior o investimento afetivo numa virtude, maior o seu valor e esta passa a ocupar local privilegiado na escala de valores, integrando a personalidade do sujeito em questão (TOGNETTA, 2009). À guisa de síntese, a virtude é *uma força que age* ou uma disposição para o bem, aquilo que nos torna mais humanos e que garante a boa vida ou, ainda, a virtude está no processo de formação do homem a partir de seus aspectos biológicos e culturais: “nenhuma virtude é natural, logo é preciso tornar-se virtuoso” (COMTE-SPONVILLE, 1995, p.17); e, ademais, é praticando que se aprende a ser virtuoso, depende da prática que se torna um hábito. Assim, a justiça enquanto valor se desenvolve e evolui conforme a cognição ganha qualidade, pois a justiça pede mais pela objetividade e intelectualidade, ao passo que a generosidade é mais subjetiva, dependendo mais de fatores afetivos e, assim sendo, “ser generoso é saber-se livre para agir bem e querer-se assim” (COMTE-SPONVILLE, 1995, p.105).

La Taille (2006b) apresenta três características da generosidade que a torna singular: a primeira diz respeito ao altruísmo - quem se beneficia da ação é o outro e não a si mesmo -; a segunda refere-se ao sacrifício da pessoa que tem o ato generoso ; e a terceira, de que a generosidade para com o outro não advém de um direito alheio e sim de uma necessidade específica. Esse mesmo autor demonstra a importância da generosidade como participante da gênese da moral e, também, que estudar as virtudes, especificamente, tem seu lugar na

compreensão do desenvolvimento humano, da constituição da personalidade ética e no escopo teórico da Psicologia Moral. Em revisão bibliográfica, percebemos que o conceito generosidade aparece recentemente nas pesquisas publicadas, mas que, anteriormente, o que tínhamos era um roll de pesquisas que se referem à virtude solidariedade. Um exemplo disso é Aurea-Tardelli (2006), que estuda a manifestação da solidariedade em adolescentes. Percebemos, entretanto, que, apesar dessa autora utilizar o termo solidariedade, em sua revisão bibliográfica e em suas definições ele aparece quase como sinônimo de generosidade, tendo, inclusive, utilizado em sua metodologia dilemas morais que marcadamente verificam aspectos relativos à generosidade humana, pois possuem em suas características os mesmos requisitos daquelas requeridas para a generosidade descritas por La Taille (2006b) e já apresentadas. Independente da nomenclatura, vemos que os estudos sobre as virtudes vêm ganhando espaço acadêmico e nos auxiliando na composição dos estudos sobre personalidade ética.

Tognetta, apesar de em 2009 (TOGNETTA, 2009) trazer estudos referentes a generosidade, em 2003 estudou o sentimento de solidariedade em crianças com o objetivo de verificar se contextos cooperativos seriam favorecedores dessa virtude e, nesse caso, também as características exploradas para categorizar a solidariedade enquanto virtude se equiparam aos de generosidade, o que nos faz pensar que estamos tratando da mesma virtude, porém apresentada por nomes diferentes. Acreditamos que tanto Aurea-Tardelli (2006) quanto Tognetta (2003) tinham por objetivo estudar a generosidade, não a solidariedade, como definido. Mesmo porque, como escreve Comte-Sponville (1995, p. 99): “a solidariedade é demasiado interessada ou demasiada ilusória para ser uma virtude”; a solidariedade se manifesta em grupos que possuem interdependência e, assim, ela não é desprovida de ganhos, pelo contrário, ao ajudar, nesse contexto, a pessoa também se ajuda e é favorecida pelo seu ato solidário, não se enquadrando, desta forma, no conceito de virtude. Podemos, inclusive, relacioná-la ao conceito de economia solidária, que o é pela interdependência e reciprocidade entre seus membros; não é, portanto, uma economia virtuosa ou generosa, apesar de trabalharmos com a proposição de que para uma adequada adesão aos princípios da Ecosol se faz necessário uma disposição moral, cujos valores morais estejam alocados à frente na escala de valores.

Ainda neste sentido, Comte-Sponville (1995, p.168) nos diz que: “cada virtude só é ela mesma se livre da preocupação de parecer, e mesmo da preocupação de ser” e, assim sendo, a generosidade se enquadra bem na definição, pois o generoso o é pela vontade de ser e não pelo retorno que isso oferece; nessa última situação trata-se de solidariedade. Faz-se

interessante notarmos que a economia solidária é solidária e não generosa, uma vez que seus praticantes esperam retorno certo daqueles atos democráticos e cooperativos. Porém, se seguirmos a pesquisa de Tognetta (2003), em que demonstra que ambientes cooperativos são favorecedores do desenvolvimento da generosidade - lembremos que ela utiliza nessa pesquisa o termo *solidariedade* -, a economia solidária, por sua vez, pode - ou não - auxiliar na construção de pessoas mais virtuosas e generosas. Essa ideia é condizente com as de Comte-Sponville (1995), que dirá que a virtude ocorre pela educação, também com as de Kohlberg (1992), que acredita que é possível constituir ambientes educativos que promovam o desenvolvimento da moral pós-convencional, bem como com as de Piaget (1932/1994), que trabalha com a noção de cooperação como condição para o desenvolvimento da autonomia moral.

Da mesma forma que percebemos trabalhos que tratam da generosidade e utilizam a referência de *solidariedade*, encontramos outros que, pela sua conceituação, dizem da generosidade, porém apresentam-na com outros nomes. O primeiro a abordarmos, já explanado, foi o trabalho de Gilligan (1982), sobre a ética do cuidado, que pode ser compreendida como uma ética da generosidade e, neste sentido, percebe-se que a autora pensa em “ações que levam em conta as necessidades alheias” (LA TAILLE, 2006b, p.11). Os estudos sobre a ética do cuidado nos permitem pensar no cuidado como a virtude generosidade. É possível vermos na descrição de suas pesquisas o quanto o *bem* da ação e o *bem viver* pautam as respostas das mulheres estudadas por Gilligan (1982), uma vez que aparecem em suas falas sentimentos de simpatia, compaixão e altruísmo (Tognetta, 2009). Porém, cabe ressaltar que na ética do cuidado outras virtudes são requeridas além da generosidade (LA TAILLE, 2006b).

Outros trabalhos importantes são aqueles conhecidos como moral pró-social, que tem como principal representante Eisenberg (1982). Seus estudos referem-se aqueles comportamentos e ações que são em prol da sociedade no sentido da ajuda, garantindo benefícios aos outros sem a expectativa de retorno. Seus trabalhos mudam o foco das pesquisas sobre moralidade, que até então eram centradas nos comportamentos de transgressão e comportamentos socialmente indesejáveis, para outro, em que se quer avaliar os comportamentos pró-sociais. Eisenberg (1982) apresenta níveis de desenvolvimento pró-social, porém não os considera como estágios estruturados em sequência invariante, como o faz Kohlberg e Piaget e, nesta direção, veja-se a seguinte citação:

A escolha do raciocínio pró-social é influenciada pelos valores e objetivos do indivíduo que, por sua vez, constituem-se em parte da sua história de socialização e da formação de sua personalidade. Esses fatores incluem orientação para os valores, nível de autoestima e o grau de responsabilidade social do indivíduo [...] (KOLLER, BERNARDES, 1997, p. 230).

Podemos ver que essa autora inclui outros fatores como interferindo na conduta pró-social, tais como afetividade e aspectos sociais. Ela também considera, assim como Piaget e Kohlberg, que a cognição é condição para o desenvolvimento dos comportamentos pró-sociais. No entanto, insistimos, condição não suficiente. Em seus estudos, a pró-sociabilidade passa por cinco níveis de desenvolvimento, em que se sai de um nível mais autofocado, preocupado consigo mesmo e com os ganhos diretos, passa-se por outros, que se baseiam naquilo que é aceito socialmente, até alcançar o nível mais alto, “orientação para forte internalização”, em que a ajuda é baseada em valores e responsabilidade internalizados. Podemos inclusive perceber uma relação com os estágios de desenvolvimento em Piaget (1932/1994) e em Kohlberg (1992), pois ambos descrevem um nível introdutório e imaturo, passam por um que se preocupa com o convencional e com aquilo que é aceito socialmente até chegar ao ponto de se seguir princípios éticos baseados na consciência e na análise da situação.

Outros trabalhos que merecem destaque são os de Lourenço (1988, 1994). No primeiro trabalho, intitulado *Altruísmo: generosidade ou competência sócio-cognitiva?*, são apresentados dados que demonstram que o altruísmo, visto como um comportamento que visa o bem do outro, assim característico da generosidade, é manifestação muito mais de uma competência cognitiva para analisar os ganhos da ação do que necessariamente de uma ação generosa das crianças. Lourenço (1988), no mesmo trabalho, altera o foco da generosidade, que é considerada um comportamento muito mais afetivo-emocional, para outro que irá incluí-la no campo mais objetivo, da cognição e racionalidade. Em suas próprias palavras:

No meu entender, a conduta altruísta em tal ou tal idade ou situação é apenas parte de um processo envolvendo antecipações, atribuições, operações cognitivas e metacognitivas, percepção de custos e, fundamentalmente, construção de ganhos (LOURENÇO, 1988, p. 222).

Nessa perspectiva, o autor coloca o altruísmo como uma forma de inteligência social e cognitiva e o inclui numa perspectiva psicológica e não moralista, ou seja, ele atribui fatores cognitivos ao comportamento altruísta e não uma disposição para o bem. No dizer do próprio autor: “[...] os resultados obtidos podem ser interpretados como contrários à ideia de altruísmo

como generosidade e, portanto, relativamente favoráveis à sua conceptualização como forma de inteligência social e cognitiva” (LOURENÇO, 1988, p. 222). O trabalho de Lourenço é amplamente contrário à noção do altruísmo como generosidade e como virtude. Estamos certos de que o autor estuda a generosidade, apesar de utilizar o termo altruísmo, pois os dilemas que ele apresenta para as crianças durante as pesquisas possuem princípios semelhantes àqueles utilizados por pesquisadores da generosidade. Contudo, ele introduz uma outra perspectiva de análise que retira a generosidade das discussões acerca das virtudes e a introduz numa lógica novamente da objetividade e da racionalidade. Acreditamos que talvez Lourenço tenha captado uma parte do fenômeno, ao estudá-lo pela perspectiva da inteligência, contudo somos contrários à ideia de que a generosidade ou outras virtudes não sejam a expressão de si, somente da inteligência.

Uma das críticas de Lourenço (1988, p. 226) é que não é possível conceber a virtude, especificamente a generosidade, como algo pronto, ao passo que sua análise permite compreendermos a gênese do altruísmo e como ele é construído, o que é expresso da seguinte maneira: “[...] uma forma pouco adequada é exactamente defender a ideia de altruísmo como generosidade que uns têm e outros não, isto é, considerar a generosidade como dada e não construída”. Concordamos com Lourenço nesse aspecto, pois também não acreditamos que a generosidade seja algo com o qual nascemos ou não, mas acreditamos que Lourenço não incluiu em suas análises o aspecto afetivo da situação, e, apesar de ser piagetiano e se utilizar da fundamentação do funcionamento da inteligência para compreender o altruísmo, não somou os conhecimentos produzidos por esse mesmo autor no que tange ao desenvolvimento afetivo. Como apresentado, as virtudes não são consideradas características humanas genéticas e herdadas, mas sim parte da construção do desenvolvimento afetivo, algo que pode ou não ser desenvolvido por conta das contingências na formação da escala de valores pelo sujeito. Dito de outra forma, concebemos a generosidade como construída, e essa construção se dá a partir do desenvolvimento da afetividade proposto por Piaget (1953-54/1994) e, mesmo se seguirmos a vertente aristotélica, as virtudes serão vistas como hábito a se constituir.

Lourenço (1994) nos apresenta nesse livro a continuação dos estudos anteriores com o objetivo de compreender o desenvolvimento do altruísmo ou conduta pró-social na criança e, para tanto, apresenta uma sequência de cinco pesquisas que analisam a percepção de custos/construção de ganhos dentro de uma vertente piagetiana. Nas cinco pesquisas apresentadas ele parte de resultados de diversos outros trabalhos que demonstram que crianças mais velhas são mais generosas do que as mais novas, procurando demonstrar que

isso ocorre justamente pelo aumento da capacidade cognitiva da criança ao perceber os ganhos e perdas na análise da situação. Assim considera que as mais novas centram sua análise mais nas perdas do comportamento pró-social por se pautar pela aparência e não ter operações recíprocas, ao passo que as mais velhas são mais pró-sociais, justamente porque já adquiriram essa capacidade e conseguem analisar os ganhos do comportamento. Desta maneira, demonstra em suas pesquisas, a última, inclusive, foi feita em um contexto sociocultural diferente - com crianças africanas -, que existe uma evolução e que a construção de ganhos tende a aumentar conforme a idade, restando, pois, demonstrado o caráter tanto de gênese do altruísmo quanto o desenvolvimentista. Por conta de suas pesquisas, Lourenço (1994, p.223) reinterpreta a ética do cuidado:

Gilligan (1982) tem chamado a ética do cuidado, da benevolência e da responsabilidade social. Ou seja, alguma utilidade ao serviço da ideia de que não devemos abandonar os outros quando se encontram em necessidade. Kohlberguianamente, pode mesmo dizer-se que tal injunção decorre mais de imperativos de justiça que de preocupações de altruísmo e benevolência.

Verificamos que a proposta de Lourenço (1994) de fazer um retorno a Piaget, na tentativa de ir além, faz também com que ele refute as ideias de Gilligan (1982) e faça um retorno a Kohlberg, voltando a colocar a ética da justiça no centro dos estudos sobre moralidade, negando, então, a possibilidade de uma ética diferente e ampla, e abandonando, também, a abertura de estudos para outras virtudes. Lourenço (1988, 1994) acaba por sacrificar o sujeito psicológico, não abrindo possibilidades para se verificar fatores diferentes daquele em que se coloca a cognição e a moral da justiça como força da personalidade; aspectos afetivos e virtudes são, pois, esquecidas em sua análise, perdendo a possibilidade de entender a riqueza da personalidade moral humana. Cabe, ainda, para continuar debatendo com as pesquisas de Lourenço (1988, 1994), o trabalho de La Taille (2006b), que demonstra que a generosidade participa da gênese do desenvolvimento moral, restando claro que a virtude é parte do universo moral infantil e que compõe melhor a consciência moral: “a generosidade não somente é virtude presente no início da gênese da moralidade, como é melhor assimilada e, portanto, integrada à consciência moral, do que a justiça nesta mesma fase de desenvolvimento” (LA TAILLE, 2006b, p.16).

La Taille (2006b) faz algumas considerações interessantes sobre esse resultado, a saber: que a simpatia nesse momento precede o medo e a culpa, uma vez que a generosidade não é resultado de coerção e, seguindo esta direção, propõe que a noção de Kohlberg de que a moral em seu início está restrita ao egoísmo, ao medo do castigo e à referência à autoridade

deve ser revista e ampliada bem como que a conduta pró-social é parte do universo infantil. Vale (2012), em suas pesquisas, também defende que a simpatia participa da generosidade, bem como que, com a idade, tanto a reciprocidade quanto a justiça também participam das decisões generosas, demonstrando haver um desenvolvimento quanto à generosidade. Ainda, em contraposição a Lourenço (1988, 1994), temos o trabalho de Tognetta (2009), no qual argumenta que, uma vez que a pessoa tenha representações positivas sobre si mesma, ela apresenta avaliações mais generosas. Em outras palavras, quando virtudes morais passam a ter valor e compõem com a personalidade ética do sujeito essa demonstra ser mais generosidade. Vemos no trabalho dessa autora a generosidade vinculada à constituição da personalidade ética a partir de investimentos afetivos que oferecem valor a essa virtude.

Percebemos, assim, que: 1) devemos estudar outras virtudes, pois elas compõem o universo psíquico moral do ser humano; 2) que retornar a Kohlberg e propor somente o estudo da ética da justiça, como faz Lourenço (1988, 1994), é cair no reducionismo do desenvolvimento humano e negar partes importantes constituintes da formação psicológica; 3) que os estudos sobre as virtudes precisam considerar as teorias do desenvolvimento afetivo e, neste ponto, acreditamos que especificamente as de Piaget (1953-54/1994), pois conseguem nos apresentar um arcabouço que demonstra as relações entre afetividade, inteligência e moralidade; e 4) que, para além do estudo isolado das virtudes, a percepção dessas como parte integrante da personalidade ética permite uma compreensão mais global do desenvolvimento humano, diminuindo a fragmentação entre sujeito cognitivo, afetivo e moral.

CAPÍTULO 4

4 PERSONALIDADE ÉTICA E A CONSTRUÇÃO DE SI

Percorremos até aqui os estudos referentes ao desenvolvimento moral, pautados pela ética da justiça, em Piaget e Kohlberg, demonstrando que existe um processo que parte de pontos elementares do julgamento moral e avança até alcançar estágios superiores. Passamos também pela crítica de Gilligan a essa visão, considerada pela autora como limitada, que amplia o debate como a ética do cuidado. Verificamos as discussões acerca de valor e como a hierarquia de valores pode ser determinante de nossas ações, sejam elas morais ou não. Falamos também da força de vontade como aquela que regula nossos desejos e se preciso realoca nossos valores dentro de uma escala. Por fim, alcançamos as discussões acerca das virtudes e da necessidade desta compor nossa escala de valores e, conseqüentemente, nossa personalidade.

Na introdução de nosso trabalho já apresentamos brevemente a necessidade de se discutir a Psicologia Moral como parte da Psicologia da Personalidade, uma vez que o sujeito ético só o é se valores morais forem incorporados ao seu eu e à sua personalidade. Dito de outro modo, não podemos centrar nossos estudos somente em comportamentos morais, sejam eles da ordem dos deveres ou das virtudes, isoladamente, mas precisamos pensar num todo em que o ser ético seja visto como parte do sujeito e isso somente será possível se aspectos morais e éticos participarem da formação da personalidade e do eu da pessoa, pois “a moral pode e precisa ser entendida no domínio da personalidade, justamente porque essa última explica as diferenças de comportamentos humanos e mesmo como são integradas ou não as disposições para a moral” (TOGNETTA, 2009, p.51). Esta autora, baseada em Piaget, nos diz que o valor de si, o valor do outro e o valor moral irão se articular justamente na personalidade, e que esta, por sua vez, se processa desde o início da vida, tanto nos aspectos intelectivos quanto afetivos, intra e interindividuais, permitindo uma compreensão da formação da identidade dos sujeitos bem como das representações que estabelecem de si mesmo.

Apesar de Piaget (1932/1994, 1954/1994) não ter proposto uma teoria da personalidade, muito menos o estudo de uma personalidade ética, ele conseguiu apresentar três sistemas que compõem a formação da personalidade humana de maneira articulada e

correspondente. Seus estudos sobre a gênese da inteligência, da afetividade e da moralidade nos permitem visualizarmos um sujeito psicológico mais completo. Pensemos: nenhum outro teórico conseguiu fazer isso. A formação da consciência pela capacidade de descentração, da afetividade a partir da escala de valores regulada pela força de vontade e a moralidade oferecendo ordem a tudo isso nos permite vislumbrarmos a formação de uma personalidade com *quase* todas as suas facetas.

4.1 PLANO MORAL E PLANO ÉTICO

Para prosseguir com as discussões em torno da personalidade ética, temos que recorrer a uma distinção importante proposta por La Taille (2006, 2010) acerca de moral e ética. La Taille relaciona a moral ao domínio dos deveres e a ética à dimensão da *boa vida*, ou seja, da vida com sentido de viver. A moral, assim, se encontra no campo do dever, que reflete ações coerentes com seu plano ético e que garante a regulação da convivência humana. La Taille (2006) nos auxilia na ampliação desta compreensão quando diz que o *como agir* está diretamente relacionado ao *como quero viver*. Textualmente:

Para nós, portanto, falar em moral é falar em deveres, e falar em ética é falar em busca de uma ‘vida boa’, ou se quiserem, de uma vida que ‘vale a pena ser vivida’[...] mostrando que o papel da dimensão afetiva da ação moral tem suas raízes nas opções éticas dos indivíduos (LA TAILLE, 2006, p. 30).

Mais que compreender os deveres, o que esse autor propõe é que há a necessidade de verificarmos a posição ética dos sujeitos se quisermos compreender suas ações morais. Por conta disso, questões como: quem eu sou? O que quero da vida? O que espero do futuro? Tornam-se muito importantes do ponto de vista da formação da personalidade, pois demarcam a posição do sujeito frente à vida e à sua escala de valores. Responder tais questões define que *vida vale a pena ser vivida*, e é a partir desse lugar que se extraem as regras e os deveres a serem seguidos. A ética diz respeito aos princípios que devemos seguir, ao passo que os deveres derivam dela e, assim, a moral é fruto da ética, o que nos leva a afirmar que os estudos sobre a moral e a ética englobam uma dimensão importante na compreensão da formação do homem e na constituição de sua personalidade. O plano moral é demarcado pelo sentimento de obrigatoriedade, comum à moral, e a obrigatoriedade, por seu turno, possui dois vieses: o primeiro refere-se à pressão social pelo cumprimento do dever, e a

segunda, a autoimposição da consciência, confere ao Homem um plano moral em sua identidade. O plano moral psicológico, que inclui o sentimento de obrigatoriedade, confere o bem e o dever, pelo fato de as pessoas agirem por dever por acreditar estarem fazendo o bem (LA TAILLE, 2006).

Compreender o plano ético é entender a energética das ações morais, ou, a afetividade envolvida nesse campo. Para tanto, La Taille (2006) demonstra os elementos psicológicos invariantes que garantem uma vida boa ou a felicidade. Apoiando-se nas diversas discussões que o tema felicidade já suscitou e em sua importância, ele nos apresenta os quatro aspectos psicológicos invariantes fundamentais, a saber: primeiro, a experiência subjetiva de bem estar, “a ‘vida boa’ é da alçada da subjetividade, do ‘sentir’” (LA TAILLE, 2006, p. 37). Para ser feliz é preciso se sentir feliz, e a subjetividade demarca a sensação da experiência. Nesse caso, a avaliação pessoal das próprias experiências permite dizer sobre a vida e enquadrá-la numa vida boa ou não. Assim, o plano ético define a forma, que, por sua vez, pode receber diversos conteúdos conforme as experiências e as análises pessoais estabelecidas. O segundo aspecto psicológico da *vida boa* refere-se à felicidade e à temporalidade, pois há a necessidade de se transcender o aqui-agora e expandir a felicidade para o todo da vida ou para uma vida que faça sentido e, por isso, a definição de quem eu quero ser diz de meu plano ético e de minha conduta moral. Momentos fulgazes de prazer não definem quem eu sou e nem minha felicidade. La Taille (2006), ao fundamentar essa ideia, fala que Aristóteles considera a felicidade como resultado de um trabalho árduo de toda uma vida, ao passo que, para Ricoeur, a felicidade é dada pela consciência do caminho construído e planejado para a vida. Reiterando, a *vida boa* precisa trazer a sensação de bem estar e, consigo, a percepção de que essa acompanha a vida.

O terceiro ponto apresentado por La Taille (2006) para definir a experiência psicológica da *vida boa* refere-se à qualidade da experiência subjetiva de bem estar. Nesse caso, o bem estar não pode se ligar a ideia de prazer, pois este se configura como descontínuo e momentâneo e, apesar de o prazer permear a vida pelas necessidades naturais, ou corporais, ou pelos pequenos prazeres, ou pelos prazeres da alma, não se pode falar de felicidade, entre outros motivos, pela efemeridade da situação e pela impossibilidade de se viver permanentemente o prazer de forma que ele faça sentido e defina a vida. A qualidade da experiência subjetiva de bem estar aparece justamente pelo sentido que a vida faz, e, dessa forma, soma-se às perguntas anteriores uma nova: *para que viver?* É o sentido da vida que garante a qualidade da sensação de bem estar às experiências bem como a avaliação positiva dessas e a percepção da permanência ao longo da vida. O último ponto refere-se à expansão

de si próprio. Vemos a integração aí do sentido da vida com a formação da identidade pessoal do sujeito, ou seja, o sentido da vida, o plano ético, tem relação direta com a personalidade dos indivíduos, como se pode verificar na citação que segue:

Já sabemos que toda e qualquer resposta para a pergunta ‘como viver?’ deve ter valor subjetivo, relacionar-se ao fluxo da vida e ser portador de sentido existencial. Vamos acrescentar outro aspecto: a resposta para o ‘como viver?’ deve permitir a realização da ‘expansão de si próprio’” (LA TAILLE, 2006, p. 45).

A consciência de si é resultado da tomada de consciência das experiências e, assim, o eu se forma na vida vivida no tempo e no espaço social. É a vida concreta que permite a constituição de si mesmo e a sua expansão; refere-se, ainda, à capacidade de buscar novos caminhos para as ações, de superar a si mesmo e se ver como uma pessoa de valor. A expansão de si se articula com o plano ético, uma vez que os elementos invariantes dessa expansão dependem de: uma avaliação subjetiva, seguir o tempo da vida e se articular com o sentido da vida. Deste modo, “ver-se a si mesmo como alguém de valor, capaz de desenvolver-se e ter autorespeito por estar associado a valores morais (...)” (LEME, 2007, p.120) é essencial para o plano ético. Temos, pois, a ideia de que a perspectiva ética de alguém está diretamente relacionada ao plano ético pela *expansão de si mesmo*. Essa expansão necessariamente acontece quando se atribui valor a si próprio, porém esse valor somente auxiliará no plano ético se ele trouxer aspectos morais, dado que ter uma autoestima elevada por si só não é suficiente, posto que é possível desenvolver aspectos positivos de análise de si que são inversamente proporcionais à ética das relações. Contudo, o amor de si e a percepção das qualidades do eu são essenciais para o advento de uma personalidade ética.

La Taille (2006) diferencia autoestima de autorrespeito e, ao passo que a primeira se refere a representações de si, com valor positivo, a segunda relaciona-se a valorações positivas que contemplam aspectos morais. Posto isto, o que nos interessa é o autorrespeito, pois, segundo o autor, é ele o responsável pela integração dos planos ético e moral, o que se dá através dos sentimentos de justiça, generosidade e honra; é ainda o autorrespeito que, como integrante da personalidade, nos permite saber qual o plano ético do sujeito. La Taille (2006) nos diz que somente tendo autorrespeito é que se instala a possibilidade de respeitar os outros. Como vimos, o plano ético é a forma. La Taille (2006) diz também que é preciso de conteúdos para se definir uma moral e uma ética, e é nessa perspectiva que ele elege três virtudes: a justiça, a generosidade e a honra como conteúdos dessa forma. A justiça e a generosidade por auxiliar na busca da simetria das relações com ou outro e, por este prisma,

ser justo é dar ao outro o que ele não tem – generosidade -. Dessa forma, a generosidade complementa a justiça, garante a reciprocidade e a equidade, favorecendo a autonomia moral e alocando o bem à frente de tudo. A honra, por sua vez, é qualificada como o próprio autorrespeito, que corresponde ao “valor moral que a pessoa tem aos próprios olhos e a exigência que faz a outrem para que esse valor seja reconhecido e respeitado” (LA TAILLE, 2006, p. 62). A honra depende das ações e é norteadora da qualidade moral destas.

Uma vez que se incorporam valores morais ao eu, temos um querer no dever, e o sentimento de obrigatoriedade passa a ser fruto de uma vontade interna e não de uma coação social e do respeito unilateral. Assim “o sujeito moral é, por definição, livre, porque é ele mesmo que decide agir por dever” (LA TAILLE, 2006, p. 54). Para clarificar as ideias de La Taille (2006) temos que considerar que o plano da moral é o representativo do plano da ética, da busca pela vida boa, e, ainda, que as invariantes psicológicas desses remetem ao princípio de que a busca pela expansão de si mesmo possibilita ações morais coerentes com a personalidade ética estabelecida. As virtudes que preenchem os planos da moral e da ética são a justiça, a generosidade e a honra, sendo esta última responsável pela união entre moral e ética. Assim, o autorrespeito é a liga necessária para que estes dois planos - moral e ético - se integrem, revelando, então, uma personalidade ética.

4.2 REPRESENTAÇÕES DE SI E PERSONALIDADE ÉTICA

Apresentamos uma diferenciação entre moral e ética, demonstrando que existem fatores psicológicos que interferem na inter-relação destes dois planos e na constituição de uma personalidade ética, para o que é necessário, entre outros fatores, que haja a expansão de si próprio, ou, em outros termos, que as representações de si englobem aspectos valorativos da moral.

A personalidade relaciona-se com o conjunto de representações que a pessoa tem de si própria. Para que seja ética é imprescindível que valores morais estejam integrados a ela em suas representações centrais. Requer-se também que haja uma consciência autônoma – um regulador construído ao longo da vida – composta por instrumentos procedimentais, entre eles, o juízo moral, que estabelece critérios e propicia as reflexões que

atuação no modo de ser de cada um (VIDIGAL, 2011, p.19).

O conceito *representações de si* é utilizado por La Taille (2006), por empréstimo de Perron, e apresenta três características essenciais: a primeira é da ordem simbólica, o que nos leva a compreender que somente é possível pensar a si mesmo por ordem de imagens e símbolos; a segunda, na qual as representações de si passam necessariamente pela assimilação cognitiva, que criam representações diversas, e, possivelmente, até conflitantes de si mesmo. As interpretações sobre si formam um sistema que é hierarquizado pelos aspectos afetivo. E, em terceiro, e talvez a característica fundamental, é que as representações de si são um valor. Para definir valor, retomamos Piaget (1953-54/1994), que define valor como investimento afetivo e, assim sendo, as representações de si têm valor afetivo, que, por sua vez, pode ser ou não positivo. Segundo La Taille (2001), um valor pode ser moral, dependendo da posição ética do sujeito.

Quando os valores morais são associados a si temos uma personalidade ética e, dessa forma, virtudes podem compor o si do sujeito em questão. O seu inverso também se faz presente quando nas representações de si não há a presença de valores morais e, por esta linha se raciocínio, é possível dizer que estes não se integrarão à personalidade. Para termos uma personalidade ética, precisamos que

as representações de si são sempre valorativas, ou seja, são projeções de sentimentos que o sujeito tem por si, no contato com o outro e que, por conseguinte permitirá que os valores possam ser centrais, ou não em sua identidade (TOGNETTA, 2009, p. 91-2).

Temos então que considerar alguns aspectos importantes da representação de si: 1) as representações de si são marcadas pelo olhar de si mesmo e pelo olhar do outro, já que a forma como nos vemos está impregnada pelas relações interpessoais; 2) o valor é um demarcador importante das representações de si; 3) o valor moral compõe uma personalidade ética; e 4) a conservação de valores a partir dos sentimentos ideais que valoriza a coletividade permite vislumbrar a personalidade ética. Ao falar de representações de si, estamos abordando o tema da identidade e da formação do *self*, e por isso não podemos deixar de aludir a Taylor (2011a, 2011b), que considera que a identidade moderna se forma nos espaços de convívios, sendo as ações marcadas por valores. Para Araújo (2004, p. 13):

[...] os homens não agem simplesmente pelo caráter neutro da universalidade das leis, mas por valores que os motivam a realizar-se como um modo

possível de ser humano no espaço da convivência sociopolítico-cultural, onde as diferenças, nas formas da ação moral, tornam-se visíveis.

A tese central de Taylor é que as ações não são resultados da racionalidade, mas sim de sentimentos morais significativos que se almejam realizar sob a forma de bem no espaço público. Para sustentar sua tese, Taylor (2011a) desenvolve o conceito de avaliação forte:

[...] discriminações acerca do certo ou errado, melhor ou pior, mais elevado ou menos elevado, que são validadas por nossos desejos inclinações ou escolhas, mas existem independentemente destes e oferecem padrões pelos quais podem ser julgados (TAYLOR, 2011a, p.16-7).

É por meio dessas avaliações que o sujeito se guia nos dilemas que aparecem no convívio sociopolítico. A ação do sujeito é, assim, marcada pela configuração moral dada por suas avaliações fortes sob as articulações emocionais, distinguindo-se os valores que sustentam sua identidade moral, cabendo, então, ao homem uma interpretação de si mesmo que englobe entendimento, sentimento e significações para esclarecer as ações humanas. “É no horizonte do homem como animal que se autointerpreta que percebemos a vinculação entre o bem e a identidade” (ARAUJO, 2004, p.17). As discussões de Taylor caminham no sentido de demonstrar que são as avaliações do *self* que permitem estabelecer as relações entre si mesmo e o bem e agrupá-los hierarquicamente, definindo os hiperbens, que são os bens supremos. O hiperbem garante a busca pela ação moral e oferece dignidade à identidade existencial humana. Não podemos deixar de notar semelhanças entre as formulações de Taylor e de Piaget, posto que a noção de avaliações fortes proposta por Taylor nos remete à de força de vontade proposta por Piaget e, da mesma maneira, a escala de valores de Piaget aproxima-se muito da conceituação de hiperbens apresentada por Taylor, ao passo que, em comum, ambos apresentam a integração dos valores morais às representações de si. Feito estes esclarecimentos, acreditamos que tudo isso nos permite, com tranquilidade, utilizar estes referenciais apesar de apresentarem diferenças e objetivos diversos.

Ao buscar o bem pelas avaliações fortes, o sujeito não está atrás simplesmente do fazer moral, mas da consolidação do próprio *self* como agente moral: “a individualidade e o bem, ou, em outras palavras, a identidade e a moralidade, apresentam-se como temas inextricavelmente entrelaçados” (TAYLOR, 2011a, p.15). O interessante das investigações de Taylor é que suas discussões permitem pensar o sujeito no espaço público, tendo este, inclusive, como fontes do *self*. É, para esse autor, a moral que torna a vida digna de ser vivida e o respeito pela vida e pela integridade humana comparecem como próprios da autonomia

moral. É interessante notar que Taylor (2011a) apresenta a noção de que o respeito pela integridade humana passa pela proteção à liberdade, pelo direito de desenvolver suas próprias opiniões e construir seus próprios planos de vida e, nessas elaborações, que encontramos mais uma vez relações com as concepções por nós já apresentadas ao diferenciar moral e ética. Taylor (2011a, p.45) questiona: Por que existe esse vínculo entre identidade e orientação? Ou talvez pudéssemos formular a pergunta de outra maneira: o que nos induz a falar de orientação moral em termos da pergunta ‘Quem sou eu’?.

O próprio Taylor responde que perguntar *quem* remete a um interlocutor, a alguém que se situa entre outros numa sociedade de interlocutores e, ao assim se situar, ele precisa assumir seu próprio papel e falar por si mesmo. Porém, ele mesmo responde: *quem sou eu* é o interlocutor de si mesmo, demonstrando saber seu local no espaço e no tempo e o que deseja responder. Assim, a orientação está intimamente relacionada a quem eu sou: “perder essa orientação ou não tê-la encontrado é não saber quem somos. E essa orientação, uma vez conseguida, define a posição a partir da qual você responde e, portanto, sua identidade” (TAYLOR, 2011a, p. 46). A identidade é, assim, o orientador do que somos e daquilo que tem significado, oferecendo a estrutura que proporciona tal sentido, e, ao mesmo, clarificando o que é ou não importante para nós. Tal ideia se aproxima da do plano ético, que oferece princípios para os quais baseamos as ações morais, e é justamente a avaliação das ações morais que permite a constituição da identidade. Avaliar os desejos e decidir que direção tomar favorece a construção e a manutenção da identidade humana. Deste modo, avaliação e valor constituem elementos importantes da identidade e do agir do homem.

As preocupações de Taylor sobre a avaliação residem no que ele caracterizou como avaliações fracas, baseadas no utilitarismo e não no valor das coisas e dos sentimentos. Nesse caso, a avaliação ganha muito mais um sentido quantitativo do que qualitativo, não focando no sentido valorativo da situação e sim no plano do desejo pessoal. O uso de avaliações fracas não possibilita uma identidade que garanta ações responsáveis, pois, para isso são necessárias avaliações fortes (ARAUJO, 2004). As construções de Taylor sobre a formação do *self* se alicerçam nas avaliações fortes e na expressão identitária para uma existência plena, tendo em vista que as ações humanas não são resultados dos desejos ou de prazeres imediatos, mas sim da elaboração de sua humanidade. Uma vez demonstrada a relação entre ações morais e personalidade, através das discussões sobre o plano ético para La Taille ou da identidade para Taylor, temos que retomar as discussões acerca de uma personalidade ética.

Já havíamos apresentado aspectos necessários ao desenvolvimento de uma personalidade ética e, a partir de agora, daremos sequência retomando aquilo que La Taille

(2006) qualificou como sendo duas fases do desenvolvimento afetivo da moral. O primeiro deles, o despertar do senso moral, refere-se justamente àquele momento em que os sentimentos de medo e respeito, entre outros, introduz a criança no universo moral. O segundo, referente à personalidade ética, é aquele em que as primeiras noções morais foram introduzidas na personalidade e em que os planos da moral e da ética se articularam. No entanto, para completarmos essa noção falta abordarmos a importância do sentimento de vergonha para que tal articulação na personalidade seja possível. Para começar, lembremos, utilizando as palavras de La Taille (2006, p.133), que:

[...] o autorrespeito é o sentimento que une os planos moral e ético, pois ele é, por um lado, expressão da expansão de si próprio – portanto, elemento da ‘vida boa’-, e, por outro, causa essencial do sentimento de obrigatoriedade -, portanto motivação para a ação moral: respeita a moral quem, ao fazê-lo, respeita a si próprio.

O sentimento agente do autorrespeito, responsável pela junção entre os planos moral e ético, é justamente o de vergonha e, por isso, La Taille o coloca como sendo essencial para a constituição de uma personalidade ética. Os estudos sobre o sentimento de vergonha não invalidam a importância dos outros sentimentos, porém a sua apresentação e os trabalhos referentes a ele demonstram o quanto à *vergonha* participa do funcionamento psíquico e as inter-relações para compreensão da moralidade humana. Piaget (1932/1994) já havia percebido o lugar da vergonha ao colocar que o medo proveniente do respeito unilateral cede espaço para o de *decair* frente à opinião da pessoa respeitada. La Taille (2002) nos mostra que o termo vergonha recobre uma quantidade significativa de significados, contudo o sentido utilizado pelo autor está diretamente vinculado à compreensão da personalidade ética. Quando a moral é integrada à personalidade, juízo e ação se tornam a mesma coisa, mas, para isso, os valores morais precisam ser centrais. Na formação da personalidade se segue uma hierarquização de representações de si e, quanto mais centrais forem os valores morais, maior a vergonha quando se pensa ou quando se tem uma ação contrária a tais representações.

Araujo (s/d/2013, p. 4), apoiado em La Taille, diz que a vergonha “envolve uma autorreflexão baseada em valores pessoais e no de outras pessoas”. Há, nessa definição, um autoreferenciamento, dado que não se sente envergonhado somente pelo que o outro pensa, mas também pela forma como o sujeito se analisa a partir das representações de si. La Taille (2002, p.17) escreve: “quem sente vergonha julga a si próprio” e, dessa forma, o sentimento de vergonha participa como regulador das representações de si, pois ele é um controlador interno, resultado da consciência do ser para outro e para si. Portanto, “o decair perante os

olhos alheios deve corresponder a um decair perante os próprios olhos” (LA TAILLE, 2002, p.19), o que nos leva a entender que a vergonha ocorre justamente porque o sujeito se torna cúmplice da avaliação alheia e isso provoca sofrimento, uma vez que as representações de si são sempre valorativas, e se ver fazendo algo contrário ao que se é fere diretamente a existência humana. A vergonha atinge exatamente o valor que se atribui a si mesmo, dado que “quem experimenta a vergonha não julga tanto sua ação, mas sobretudo sua qualidade enquanto pessoa”(TAILLE, 2002, p.21).

A união entre juízo e ação moral e a integração entre os planos ético e moral nos permite dizer que a vergonha se qualifica como essencial. É impossível pensar em alguém cujos valores morais se tornaram centrais em suas representações e que não sinta vergonha de burlá-las. Sentir vergonha é a prova da capacidade moral do sujeito. A vergonha é, então, um sentimento moral que nos auxilia a pensar a personalidade ética. A personalidade ética nos permite ir além das discussões morais sobre justiça e dizer que a busca humana é pelo *sentido da vida* e que este é dado pela busca da felicidade. Assim, uma vida em que as virtudes participam das representações de si colabora para a boa imagem moral de si mesmo e auxilia na construção da *boa vida*. Os empreendimentos econômicos solidários buscam em seus princípios os caminhos para um viver mais ético, tendo em vista que defendem o respeito a si, ao outro e ao ambiente de maneira veemente. Será que esses ambientes colaboram para a construção da *boa vida*? Será que temos sujeitos cujas personalidades éticas se consolidaram a partir de valores morais?

CAPÍTULO 5

5 CAMINHOS PERCORRIDOS: MÉTODO DE TRABALHO

5.1 PRESSUPOSTOS DA PESQUISA: OBJETIVOS, PROBLEMA E HIPÓTESE

O objetivo de nosso trabalho foi verificar se os participantes da economia solidária têm aspectos morais como valor pessoal e quais representações de si apresentam. Temos como problema o seguinte: será que os participantes da economia solidária, por frequentar um ambiente pautado pela cooperação e troca de ideias, possuem aspectos morais como centrais em sua identidade que, por conseguinte, constituem uma personalidade ética? Apesar de termos na bibliografia em Psicologia Moral pensamentos relativos ao fato de que ambientes cooperativos são facilitadores do desenvolvimento moral, não sabemos se os participantes da economia solidária desenvolvem tais características, pois a adesão às práticas solidárias podem ocorrer somente por necessidade de adequação ao ambiente.

5.2 PRIMEIRAS PROVIDÊNCIAS

As preocupações metodológicas se iniciaram com a apresentação do projeto ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos – CEPH - do Instituto de Psicologia da USP, submetido via Plataforma Brasil – Ministério da Saúde -, que concedeu autorização à pesquisa (anexo). Concomitante a submissão ao Comitê de Ética, definimos o percurso metodológico, realizando um estudo piloto a fim de verificar a viabilidade e o alcance do instrumento utilizado na pesquisa, percurso que nos levou a optar por uma entrevista, com roteiro pré-estabelecido, a fim de verificar como os participantes da economia solidária percebem seu entorno e a si mesmo, com ênfase na valoração. Realizamos, então, a entrevistas com dez atores da economia solidária e, após análise, constatamos que o instrumento era adequado ao público e possibilitava alcançar os objetivos do trabalho. Após avaliação em qualificação, optou-se pela manutenção deste instrumento na pesquisa.

5.3 INSTRUMENTO DE COLETA – A ENTREVISTA

As entrevistas foram elaboradas com base no método clínico pois, segundo Queiroz e Lima (2010), as pesquisas sobre moral podem se valer deste método, uma vez que uma conversa aberta com o participante, tendo um tema como fio condutor, e o entrevistador intervindo sistematicamente a fim de esclarecer pontos, oferece informações significativas sobre o tema abordado. Veja-se, neste sentido, a seguinte citação:

Nesse tipo de entrevista existem perguntas básicas que são comuns a todos os sujeitos envolvidos na pesquisa, mas essas perguntas vão sendo ampliadas e complementadas de acordo com as respostas dos sujeitos. As respostas orientam o curso do interrogatório, mas se retorna aos temas essenciais estabelecidos inicialmente (QUEIROZ e LIMA, 2010, p.113).

Por este método Piaget (1926/1982) estudou o pensamento da criança, verificando como se constituem suas ideias sobre o mundo, a natureza, sua estruturação cognitiva, afetiva e moral. Não se fixou, no entanto, na padronização, mas sim nas justificativas que a criança dava às suas questões e nas suas reações frente a situações propostas, como mostra o seguinte trecho:

Dessa forma, o exame clínico participa da experiência, no sentido de que o clínico coloca problemas, realiza hipóteses, faz variar as condições em jogo, e enfim controla cada uma de suas hipóteses no contato com as reações provocadas pela conversa (PIAGET 1926/1982, p.10).

A entrevista clínica permite um encontro criativo entre entrevistador e entrevistado, conduzindo aos esclarecimentos sobre a produção do pensamento com relação a temas específicos. Em nossa pesquisa foi elaborada uma entrevista semiestruturada com oito questões norteadoras a fim de verificar a percepção que o participante tem de si, dos outros e dos participantes da economia solidária. Pretendíamos com a entrevista identificar se aspectos morais se tornaram um valor para a pessoa e se esta desenvolveu uma personalidade ética. As três primeiras questões da entrevista permitem verificar como ocorreu a entrada do participante nos empreendimentos solidários, por que permanece e como são suas relações dentro do grupo. As questões quatro e cinco possibilitam verificar o conhecimento dos participantes sobre os princípios da economia solidária e a sua adesão às ideias e, as questões seguintes, por seu turno, destinam-se à análise quanto a se aspectos morais se tornaram um

valor para aos entrevistados e em que lugar se encontra o outro e os valores éticos em sua percepção de vida. O roteiro da entrevista é o que segue:

- Como ocorreu sua entrada no grupo? Por que entrou no grupo?

Objetivo: verificar que fatores motivaram a entrada da pessoa e como foi a acolhida do grupo a um novo membro.

- Por que continua no grupo?

Objetivo: verificar a adaptação ao modelo, as motivações de permanência, a construção de princípios e as ideologias.

- Quais são os princípios do grupo?

Objetivo: averiguar se os princípios da economia solidária são de fato parte do empreendimento e como a pessoa lida com eles.

- Existe cooperação no grupo? Como é a relação? Como ocorre?

Objetivo: observar se as relações de cooperação fazem parte do cotidiano das pessoas envolvidas e analisar a percepção e a incorporação de valores morais no ambiente da cooperativa e na vida da pessoa.

- Existe cooperação fora do grupo? Como ocorre?

Objetivo: analisar a percepção e a incorporação de valores morais no ambiente do grupo e na vida da pessoa.

- Você aplica a autogestão - conceito pilar na economia solidária e que se refere a princípios democráticos e solidários - na sua vida?

Objetivo: investigar a incorporação de princípios e se estes se tornam um valor.

- Como ocorre a solidariedade entre as pessoas?

Objetivos: investigar a incorporação de valores.

- O que você espera para você na sua vida e no grupo? E com a economia solidária?

Objetivo: verificar os planos de vida e a dimensão ética do entrevistado.

Todas as entrevistas foram gravadas em mídia digital e transcritas pela pesquisadora. O roteiro foi utilizado como gerador da fala dos participantes, permitindo que estes se manifestassem livremente sobre o conteúdo solicitado.

5.4 SELEÇÃO DOS PARTICIPANTES PARA O ESTUDO

Inicialmente trabalhamos com a possibilidade de selecionar uma cooperativa específica a fim de entrevistar seus membros e, para isto, entramos em contato com algumas delas, presentes na cidade de Araguaína, localizada na região norte do Estado do Tocantins e distante 380 km da capital, Palmas. Contudo, apesar de se fazerem juridicamente presentes, sua estruturação não ocorre dentro dos moldes esperados para as cooperativas populares, não se estabelecendo, portanto, como representantes da economia solidária. Como objetivávamos trabalhar com atores da economia solidária, independente do modo de associação em que participassem, entramos em contato com uma pessoa atuante no meio da economia solidária, que se firmou como interlocutor principal para identificar cooperativas, associações e/ou grupos organizados que tivessem de fato relação com as práticas da economia solidária no município de Araguaína e, além disso, entrevistar membros da associação e da cooperativa de catadores de material reciclável na cidade de Palmas – TO.

Assim, selecionamos aqueles que concordaram em participar da pesquisa, tentando abarcar pessoas com os mais diversos graus de instrução formal. A pesquisa contou, então, com a seguinte configuração:

- Dois participantes, nível superior, membros da Cooperativa de Trabalho. A primeira entrevista foi realizada na sala da pesquisadora na Universidade Federal do Tocantins – UFT - e a segunda numa sala na Comissão Pastoral da Terra – CPT -, local de trabalho da entrevistada. Os dois participantes se afastaram da Cooperativa, por acreditar que esta perdeu seus princípios, que é o de defender o pequeno agricultor. Porém continuam atuando no fortalecimento político e emancipatório da população rural de Araguaína e região;
- Um participante de uma Organização não Governamental – ONG -, nível superior. Entrevista realizada na sala da pesquisadora na Universidade Federal do Tocantins - UFT -;
- Uma participante de uma associação de bairro, ensino fundamental completo. Entrevista realizada na residência da participante;
- Uma participante da Associação de Costureiras, com ensino médio completo. Entrevista realizada na sede da Associação de Costureiras, que é também o atelier de trabalho da entrevistada;

- Cinco participantes da Horta Comunitária, sendo duas alfabetizadas e três analfabetas. Entrevistas realizadas no salão da Pastoral da Criança existente no bairro onde moram as participantes;
- Cinco entrevistas com participantes da Associação de Catadores de Material Reciclável, no município de Palmas - TO -. Uma entrevista foi realizada na residência da entrevistada e as outras demais no galpão da associação. Essa associação passou por um trabalho realizado pela Incubadora de Cooperativas Populares da Universidade Federal do Tocantins, câmpus de Palmas/TO;
- Sete entrevistas com participantes da Cooperativa de Catadores de Material Reciclável na cidade de Palmas – TO -. As entrevistas foram realizadas no galpão da cooperativa.

5.5 DO PROCESSO DE COLETA DE DADOS

Todas as entrevistas foram autorizadas e gravadas em mídia digital, e cada participante recebeu uma cópia do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Cabe ressaltar que somente foi possível realizar o trabalho de coleta de dados por termos uma pessoa de confiança dos entrevistados que primeiro estabeleceu o contato e depois agendou cada entrevista na cidade de Araguaína e, também, por ter a intermediação de uma professora da Universidade Federal do Tocantins com os entrevistados de Palmas. Das vinte e duas pessoas entrevistadas, dezessete delas são pessoas com grande vulnerabilidade socioeconômica, que somente permitem a aproximação por via de conhecidos de sua confiança, uma vez que nessa região tais pessoas são utilizadas em momentos políticos específicos. Uma vez apresentada a pesquisadora, o contato se estabeleceu facilmente e as entrevistas transcorreram com tranquilidade, havendo, inclusive, um esforço no sentido de participarem das entrevistas, pois se adequaram ao local e horários pré-determinados pela pesquisadora. Com relação às entrevistas, o processo transcorreu com naturalidade, necessitando, apenas, em poucos momentos, de adequação de vocabulário.

5.6 DO PROCESSO DE ANÁLISE DOS DADOS

Todas as entrevistas foram gravadas em gravador digital e transcritas - transcrição gravada em CD, anexo -. As propostas das análises seguiram o caminho dos objetivos da pesquisa, considerando-se as falas para, a partir delas, se construir categorias e estruturas de análises.

CAPÍTULO 6

6 RESULTADOS

6.1 ANÁLISES E DISCUSSÕES

Realizamos, no total, vinte e duas entrevistas, o que contabiliza mais de trezentas páginas de transcrição, que possibilitaram um trabalho de análise focado em nossos objetivos, e outras tantas que extrapolam nossas discussões. O tratamento dado permitiu visualizarmos três grupos distintos, qualificados da seguinte forma: 1) *Personalidade Ética*; 2) *Necessidades Absolutas I*; e 3) *Necessidades Absolutas II*.

PERSONALIDADE ÉTICA	NECESSIDADES ABSOLUTAS I	NECESSIDADES ABSOLUTAS II
Fatores familiares e de origem de vivências comunitárias	Fatores que derivam do outro e das necessidades básicas de sobrevivência física e emocional	Fatores que derivam dos outros e das necessidades básicas físicas
Escolhas solidárias	Escolhas necessárias ou única escolha	Escolhas necessárias ou única escolha
Princípios solidários e sua incorporação a valores pessoais	Ausência de princípios solidários e de sua incorporação aos valores pessoais	Presença no discurso de princípios solidários, mas ausência de incorporação aos valores pessoais
Relações cooperativas	Relações individuais	Relações individuais, mas com discurso cooperativo
Futuro ético	Sem perspectiva de futuro	Futuro incerto

Quadro 1: Definição das categorias por tipos de personalidade
Fonte: Elaboração própria.

Percebemos, no quadro I, as categorias: 1) *Personalidade Ética*, a qual desdobramos nas seguintes subcategorias de análise: a) fatores familiares e de origem de vivências comunitárias; b) escolhas solidárias; c) princípios solidários e sua incorporação a valores pessoais; d) relações cooperativas; e) futuro ético; 2) *Necessidades Absolutas I*, da qual derivou as seguintes subcategorias: a) fatores que derivam do outro e das necessidades básicas

físicas e emocionais; b) escolhas necessárias ou única escolha; c) ausência de princípios solidários e de sua incorporação aos valores pessoais; d) relações individuais; e e) sem perspectiva de futuro; e 3) *Necessidades Absolutas II* resultou em cinco subcategorias: a) fatores que derivam do outro e das necessidades básicas físicas; b) escolhas necessárias ou única escolha; c) presença no discurso de princípios solidários, mas ausência de incorporação aos valores pessoais; d) relações individuais; e, e) futuro incerto.

Notamos que os entrevistados qualificados na categoria *Personalidade Ética*, trazem em seu discurso aspectos relativos a uma história de vida marcada por relações de solidariedade e de vivências familiares e comunitárias mais próximas e participativas, gerando, em suas escolhas e percursos na vida, opções que privilegiam o respeito ao ser humano, à comunidade e ao meio ambiente, com valorização das práticas e saberes locais. No entanto, nos grupos classificados como *Necessidades Absolutas*, esses aspectos não aparecem, vindo à superfície com mais intensidade fatores relacionados à precariedade em que vivem socioemocionalmente. A maioria dos entrevistados classificados, nesta categoria, participa de três empreendimentos solidários, a saber, uma horta comunitária, uma associação de catadores e uma cooperativa de catadores de material reciclável. Na horta comunitária, os cinco entrevistados foram qualificados nesta última categoria, o que nos possibilitou perceber uma incerteza social muito grande, demonstrada visivelmente pela pobreza do bairro, precariedade dos espaços urbanos e por um detalhe específico, um cartaz na porta da sala da Pastoral da Criança, local em que foram realizadas as entrevistas, dizendo que somente seria permitida a presença de mulheres grávidas e crianças, pois apenas esse público é beneficiado pela refeição diária servida na hora do almoço. Além disso, contou muito a descrição que fez sobre as demais a pessoa que abriu a sala, que sinaliza no sentido de que ficam esperando o fim do almoço para verificar no lixo o que restou para comer.

A vulnerabilidade econômica e social culmina numa fragilidade emocional, tornando as entrevistas revestidas de emoções e de lágrimas ao se falar da vida e das dificuldades que esta impõe. As necessidades absolutas - que podem ser definidas como aquelas consideradas básicas tais como dormir, respirar, comer, habitar, procriar, todas de caráter biológico, se acoplam a outras, também básicas, como ter relacionamentos saudáveis e estar bem emocionalmente -, estão bastante ausentes nesse grupo. Tanto os alimentos necessários à subsistência, quanto a moradia para se proteger das intempéries são precários, tal qual as relações desgastadas pelas dificuldades impostas pela vida e pela rudeza do trato humano, o que fica demonstrado nas descrições de abuso de substâncias químicas pelos familiares -

filhos e companheiros¹ - e pela violência doméstica. Nesse mesmo grupo se enquadram três entrevistados da cooperativa de catadores de material reciclável, além dos cinco entrevistados da horta comunitária.

Fizemos uma divisão nas análises em *Necessidades Absolutas I e Necessidades Absolutas II*, por entendermos que, apesar de termos uma população em condições sociais muito parecidas, os cinco entrevistados da Associação de Catadores de Material Reciclável trazem em seu discurso diferenças marcantes com relação à vida e ao grupo. Tal associação, apesar de ficar em um bairro de periferia na cidade de Palmas, é cercada por uma estrutura urbana adequada, com asfalto, creche, escola, supermercado, posto de saúde, posto policial e limpeza urbana, o que, por si só, já garante uma sensação maior de pertencimento, do que seria de se esperar se levarmos em consideração as condições do grupo da horta comunitária. Outro aspecto que os diferencia é a incorporação no discurso dos princípios da economia solidária, que evidenciam uma participação política mais organizada. Some-se a isso o fato de que esses atores da economia solidária frequentam encontros locais, regionais e nacionais de formação de catadores e de economia solidária, possibilitando viagens, vivências variadas e encontros com pessoas diferentes. Além disso, passaram por um processo bem sucedido de incubação com uma psicóloga que realizou, para seu trabalho de doutorado, encontros denominados como clínica do trabalho (GHIZONI, 2013), o que facilitou a dissolução dos problemas grupais, o assumir papéis e, mais ainda, provocou o empoderamento dos participantes para assumir a associação de forma solidária.

Todos esses aspectos permitiram verificar uma diminuição na fragilidade emocional, o que nos fez acreditar que as necessidades absolutas, nesse caso, ainda se fazem presentes, mas num grau menor que no outro grupo, o da horta comunitária. Também, que há um avanço perceptível na diminuição das precariedades emocionais, visível na forma como relatam os rompimentos amorosos, dando fim a violências psicológicas e físicas, como lidam com as dificuldades relacionadas aos filhos e como vêm criando redes de amigos que os auxiliam a se manter num patamar emocional mais adequado. Outro aspecto é que por conta da formação educacional proporcionada pela participação no empreendimento, os princípios da economia solidária se fazem presentes nos discursos, aparecendo, no entanto, em alguns momentos, como contraditório às práticas cotidianas e como forças invisíveis na tentativa de gerenciar a associação sem se perder de seus fundamentos. Temos, como hipótese, que, por conta das intervenções que esse grupo passou e vem passando, existe um caminhar para uma

¹ O gênero masculino é adotado por praticidade na escrita.

estruturação mais próxima de aspectos considerados éticos, porém que ainda necessitam de muito trabalho educativo. A associação de catadores parece ter se constituído para tal grupo como a *Ágora* proposta por Baumann (2000), o lugar de reencontro com o homem político e público, que consegue levar suas angústias pessoais para os debates coletivos de forma a tornar um motivador do fazer público em prol do bem coletivo.

Chama-nos também a atenção que o processo educativo, apesar de ser ainda errante, e sem muito planejamento, vem surtindo efeito no discurso dessa população e no resgate da identidade pessoal e social. Devemos considerar que esse grupo encontra-se nesse processo há mais de oito anos e alguns há mais de uma década. Apesar de não haver qualquer objetivo em sua formação de desenvolver aspectos morais, o fazer em torno dos processos democráticos e autogestionários criam um ambiente promissor de tal desenvolvimento. Leite (2014) também cita experiências bem sucedidas com adolescentes infratores que foram submetidos a um processo educativo de autogoverno, cujos princípios são muito parecidos com o da autogestão, funcionando por assembleias, debates e votos que possibilitam um assumir como ser plural e social:

a situação de autogoverno tem se mostrado como uma grande alternativa no sentido de representar um processo eficiente que garante a aprendizagem dos princípios sociais básicos para as relações humanas, como as questões dos direitos e deveres, o respeito às necessidades coletivas e aos direitos individuais, desenvolvimento da noção de justiça e a própria questão da necessidade da organização grupal para o enfrentamento dos problemas comuns (LEITE, 2014, p.19).

Assim como as pesquisas em educação moral vêm demonstrando, um processo educativo centrado na ação participativa das pessoas tende a favorecer o processo de desenvolvimento global. Dessa forma, parece-nos que metodologias de incubação de associações e cooperativas, ao privilegiar formas de aprendizagem colaborativa e de gestão democrática, pela via da autogestão, parecem auxiliar de certa forma no desenvolvimento moral dessas pessoas. No quadro 2 apresentamos as categorias e suas descrições. As categorias de número 1 referem-se ao grupo personalidade ética, a de número 2, ao grupo necessidades absolutas I e a de número 3 ao grupo de necessidades absolutas II.

CATEGORIAS CONSTRUÍDAS	DESCRIÇÃO
1) Fatores familiares e de origem de vivências comunitárias	Importância familiar e das vivências nas próprias comunidades como algo que marca a busca por uma lógica econômica alternativa e de respeito maior ao ser humano.
2) Fatores que derivam do outro e das necessidades básicas	A entrada no empreendimento ocorre porque alguém ofereceu ou por necessidades emocionais e/ou financeiras.
3) Fatores que derivam do outro e das necessidades básicas	A entrada no empreendimento ocorre porque alguém ofereceu ou por necessidades emocionais e/ou financeiras. Necessidade de <i>fazer</i> o próprio tempo, ou seja, não se vincular a nada que exija dedicação pautada pela hora/relógio e trabalho/produção, típico do sistema capitalista.
1) Escolhas solidárias	Derivam das escolhas pessoais ou profissionais que valorizam as relações interpessoais e a preocupação com outros seres humanos.
2) Escolhas necessárias ou única escolha	Não existe escolha nos afazeres da vida. Participar das atividades é consequência das contingências. Ainda assim é uma escolha, pois há a possibilidade de nada fazer.
3) Escolhas necessárias ou única escolha	Não existe escolha nos afazeres da vida. Participar das atividades é consequência das contingências. Ainda assim é uma escolha, pois há a possibilidade de nada fazer. Porém, estamos falando na falta de oportunidades de trabalho e de estudo.
1) Princípios solidários e sua incorporação a valores pessoais	Verificação se os valores da economia solidária foram incorporados aos valores pessoais.
2) Ausência de princípios solidários e de sua incorporação aos valores pessoais	Os aspectos da economia solidária não aparecem. Não existe referência ao outro. O outro aparece como aquele que auxilia fazendo doações.
3) Presença no discurso de princípios solidários, mas ausência de incorporação aos valores pessoais	Verifica-se que o discurso sobre a economia solidária está presente, com defesa da solidariedade, do meio ambiente e do outro, porém não foram completamente incorporados aos valores pessoais.
1) Relações cooperativas	Capacidade do entrevistado não só de perceber, como também de valorizar a decisão coletiva, o debate e as relações de cooperação como necessários nas relações do empreendimento e fora dela.
2) Relações individuais	Marcada pela individualidade. A coletividade ocorre somente para sanar necessidades individuais.
3) Relações individuais	Marcada pela individualidade. A coletividade ocorre dentro do empreendimento solidário, mas não se estende para as relações fora dele.
1) Futuro ético	Preocupação com o próprio futuro, assumindo-se como ator da própria vida e incluindo nas respostas elementos que nos permitem dizer que há uma preocupação com os outros seres humanos, com a

	coletividade e com a ética nas relações.
2) Sem perspectiva de Futuro	Baixa perspectiva e esperança de futuro. Busca das necessidades básicas. Respostas são focadas mais no tempo presente. Os relacionamentos quando aparecem se referem a relações próximas ou familiares.
3) Futuro incerto	Há referência ao futuro, porém ele é incerto. Mas já aparece perspectiva de crescimento do empreendimento e possibilidade de melhorias financeiras.

Quadro 2 – Apresentação e descrição das categorias de análise.

Fonte: Elaboração própria

O quadro 2 permite uma compreensão de como enquadrámos as entrevistas nas categorias, possibilitando uma visualização de quais fatores foram considerados ao se analisar as falas dos entrevistados. Para apresentar os resultados, optamos por primeiro analisar um trio de entrevistas, referente a cada categoria descrita, a fim de oferecermos um panorama da personalidade do entrevistado. Logo após utilizaremos trechos de outras entrevistas para demonstrar a recorrência nas entrevistas das características apresentadas. A primeira entrevista analisada, a de Antonio, refere-se ao grupo personalidade ética, e a segunda, de Maria, ao grupo de necessidades absolutas I, e a terceira, a de Edna, ao grupo necessidades absolutas II. Todos os nomes são fictícios.

6.2 GRUPO PERSONALIDADE ÉTICA: ENTREVISTA ANTONIO

Vejamos o que Antonio, 28 anos, técnico agrícola, estudante do último período do curso de Gestão de Cooperativas da Universidade Federal do Tocantins, câmpus de Araguaína, e natural de um povoado que fica a 40 km do município de Araguatins – TO - e distante 600 km da capital, Palmas – TO -. Membro da COOPTER, presta serviços de assistência técnica e extensão rural, e, no fragmento a seguir, fala-nos de sua comunidade de origem:

Fragmento 1

[...] esse pessoal de comunidades populares como a minha, às vezes eles não usam o termo economia solidária, como nós usamos aqui na universidade, mas eles têm solidariedade na economia, na vivência, isso eu coloco no meu trabalho que estou escrevendo. Eles já têm isso, eles não vão precisar aprender, eles já têm isso. Minha mãe, por exemplo, ela manda um bolo para

vizinha, ela manda de volta com um pouquinho de arroz, por exemplo, uma troca, é a teoria da dádiva como o professor Airton fala, a obrigação desobrigada, não é, e eles já têm isso lá nas comunidades, noventa por cento das comunidades já tem isso lá, e é natural. E não precisa de alguém ensinar, como na universidade aqui. Eles já vivenciam isso, é natural do ser humano, do povo daquela região (ANTONIO, 2013).

Fragmento 2

[...] a pessoa cria um vínculo sólido e isto dura por muitos anos, às vezes pela vida toda. E as pessoas vão se ajudando. Eu ajudo meu colega e ele me vai me ajudando. E aí forma uma comunidade em espiral. Às vezes a gente não consegue sozinho construir uma casa, mas a comunidade em grupo a gente consegue construir uma casa. Na minha comunidade eu vi muito isso, unindo pares. Chama mutirões ou agindo junto, aí eles quando era para construir casas sempre chamava os colegas e os vizinhos para ajudar né, e eu chamo isto de solidariedade, porque isto cria um vínculo. Toda vez que alguém vai fazer alguma coisa o grupo vai contribuir. Que nem ainda agora, a casa de uma pessoa extremamente pobre, em estado de miséria mesmo. A comunidade inteira foi lá e contribuiu, até deu uma casa para ele. E é comunidade pobre né e teve condições de fazer isso, juntou todo mundo e ajudou aquela pessoa (ANTONIO, 2013).

Acreditamos que esses primeiros fragmentos se inserem na subcategoria *Fatores Familiares e de Origem de Vivências Comunitárias* e possibilitam perceber o aparecimento de uma solidariedade para com o outro na comunidade.

Fragmento 3

Por causa dos meus pais. E da comunidade em que eu cresci lá. Da família [...] (ANTONIO, 2013).

A solidariedade para com o outro e extensiva à comunidade é enfatizada e recorrente nas falas de Antonio. Quando questionado sobre a origem de seu interesse pelos princípios de solidariedade, ele respondeu que desde a infância, pois seus pais sempre tentaram ajudar os outros, fato que fica demonstrado na descrição das relações comunitárias dos fragmentos 1 e 2 - tanto o dar o pedaço de bolo para a vizinha que retribui com arroz como a comunidade que se une para construir uma casa, em sistema de mutirão, para um membro da comunidade que perdeu a sua -. Parece-nos que o auxiliar a quem precisa se torna uma prática ao longo da vida de Antonio e acaba por vir a configurar como um valor necessário, que compõe o seu modo de fazer escolhas e de agir e, por conta disso, criamos uma segunda categoria - derivada também das questões 1 e 2 - que se relaciona às escolhas pessoais e profissionais, à qual

chamamos de *Escolhas Solidárias*. Observemos a descrição de como Antonio acabou por se enveredar profissionalmente na economia solidária:

Fragmento 4

[...] Eu estudei na Escola Técnica Federal de Araguatins e antes disso eu conhecia o pessoal de uma ONG de Augustinópolis, uma ONG que trabalhava com essa questão de economia solidária, um engenheiro agrônomo até. E eu como já tenho isso internalizado, a gente se identifica com aquela pessoa, com aquela maneira de trabalhar e aí, enquanto os colegas meus iam estagiar nas empresas de monocultura de eucalipto, eu quis estagiar na APATO, que é a ONG de Augustinópolis, porque eu conheci e admirava o trabalho que eles faziam. Porque economia solidária tem a variável ambiental, então o monocultivo é totalmente o contrário, aí lá, através da APATO, eu conheci o pessoal da COOPTER, na época isso em 2006. A gente foi conhecendo então [...] a minha tendência sempre foi trabalhar em trabalho alternativo, que fossem contrários a este modelo existente de tradicional e a COOPTER, eu vi isso na COOPTER, uma cooperativa que foi criada assim nos movimentos sociais, ligada ao MST, as ONGs que direcionam a política dela são respeitadíssima, a CPT, a própria APATO e o MST também, são entidades respeitadas assim nos movimentos sociais e aí eu acho interessante, por isso eu escolhi a COOPTER, por ser diferenciada e ter uma política diferenciada das coisas tradicionais que existem (ANTONIO, 2013).

No fragmento 4, Antonio nos apresenta uma sequência de decisões interessantes do ponto de vista das práticas alternativas. Primeiro a opção, ainda como estudante na escola técnica, de realizar um estágio diferenciado dos outros alunos, relatando que foi o único aluno que não estagiou nas fazendas que cultivam eucalipto. Além disso, apresenta, de forma muito articulada, uma crítica à monocultura e o quanto esta é contrária ao cuidado com o meio ambiente. Seu estágio, numa ONG que defendia a economia solidária, o fez não somente entender os seus princípios como também passou, a partir daí, a se ligar em atividades que tivessem relação com ela. Outra opção foi trabalhar na COOPTER, uma vez que esta surge do Movimento dos Sem Terra – MST - e tem apoio de diversos outros movimentos sociais, que se pautam por defender o homem. Vale colocar que a região de origem de Antonio, conhecida como Bico do Papagaio, foi, e ainda é, palco de disputas acirradas por terras por parte de grileiros que tentam se apossar de terras de camponeses. Além disso, infelizmente ainda é uma região marcada pelo trabalho escravo, e a Comissão Pastoral da Terra – CPT – é, na região, a organização que combate tais práticas. Interessante também é dizer que as escolhas profissionais de Antonio seguem o mesmo percurso: estagiou na APATO, membro da COOPTER, trabalhou numa ONG que estava incentivando a economia solidária na região e, atualmente, já formado em Gestão de Cooperativas, é funcionário da CPT e desenvolve o

trabalho de reabrir uma Escola Família Agrícola - EFA - em um povoado vítima da exploração da terra e de conflitos agrários severos.

Das questões 3, 4 e 5, analisamos se os princípios da economia solidária estão presentes tanto no empreendimento do qual a pessoa faz parte como também se coadunam com os valores pessoais do entrevistado. Com isso, elaboramos mais uma categoria a ser trabalhada: Princípios Solidários e sua Incorporação a Valores Pessoais. Vejamos o que Antonio diz dos princípios da COOPTER:

Fragmento 5

A COOPTER não visa o lucro, não visa só a renda. Por exemplo, ela quer trabalhar com o agricultor o desenvolvimento sustentável de forma que ele cresça e não agrida o meio ambiente, que a COOPTER tem uma maneira de trabalhar que respeite o trabalhador. Quando a COOPTER chega na Chácara, eu sendo da COOPTER, quando chego lá não sou dono do conhecimento, respeito os conhecimentos tradicionais do trabalhador. Isso é similar um pouco à metodologia de Paulo Freire, que você não é o dono do saber, que você respeita o que ele sabe e leva em consideração. Por exemplo, eles têm negócio de falar da lua, o trabalhador. Eu não vou chegar lá e falar desconsidera essa lua; não. Eu falo assim, quer plantar assim ou dessa forma. Isso aí tudo me chama atenção. Claro, nem todos que fazem parte da COOPTER trabalham dessa forma e o tempo que passei atuando quando eu pude defender isso eu defendi. Outra coisa também [...] a Ruraltins, pessoas da Ruraltins do Estado e outras cooperativas que não são de verdade, verdadeiras, como eu chamo, eles chegam na casa do agricultor e levam o máximo de coisa que ele puder, tem fruta no quintal ele pega. A COOPTER não trabalha dessa maneira, nós somos preparados para não fazer esse tipo de coisa, com o camponês, porque ele precisa do nosso conhecimento para fazer com que ele cresça. E aí você vai ver, se conhecer de fato as cooperativas vai perceber a diferença, por isso que a COOPTER tem grande dificuldade de crescer... grande dificuldade [...] ela podia trabalhar com os fazendeiros, pode, mas ela não trabalha com os fazendeiros, trabalha com o camponês, aquele que está em situação de miséria mesmo, por isso a diferença (ANTONIO, 2013).

Podemos ressaltar alguns princípios elencados por Antonio, que são, acima de tudo, valores pessoais. No fragmento 5: 1) a cooperativa não visa somente o lucro; 2) defende o desenvolvimento sustentável sem agressão ao meio ambiente; 3) respeito aos conhecimentos locais e do trabalhador rural; 4) não explora o camponês, levando seus produtos; e 5) opção de trabalhar com quem precisa. Esses princípios ressaltados já aparecem como valor para o entrevistado quando nos diz de sua opção de estagiar numa ONG, uma vez que a monocultura do eucalipto destrói o meio ambiente, ou quando descreve as relações de sua comunidade de origem. Parece-nos que não somente os princípios da cooperativa compõem com o

entrevistado como este também acaba por compor os seus valores como sendo os da cooperativa. No fragmento 6, Antonio é enfático quanto à necessidade de garantir tais aspectos:

Fragmento 6

Eu continuo na cooperativa porque eu quero que ela cresça. Cresça assim de uma forma diferenciada das demais, eu quero contribuir com isso, eu nunca quero sair dela, eu estou afastada no momento, mas não devo sair dela, porque assim tem que haver uma cooperativa de trabalho de uma forma diferente aqui no Estado, tem que haver. Porque eu vejo outras cooperativas trabalhando com o agricultor e ela suga o máximo assim do camponês, do agricultor familiar, o máximo mesmo. Faz um financiamento aí de vinte mil reais e três mil fica com ele. E a COOPTER não faz isso, não faz isso [...] (ANTONIO, 2013).

Fragmento 7

Economia solidária dentro da COOPTER é uma forma, é uma nova forma de trabalho de economia, onde você não quer levar vantagem diante do seu colega ou diante do trabalhador. A agricultura familiar quando se fala de associação que existe no assentamento, a gente talvez não seja economia solidária, na associação lá quando criada pelo INCRA, mas quando você vai olhar o programa da agricultura familiar, você percebe que há economia solidária nas famílias, porque nas chácaras existem as famílias que trabalham no mínimo cinco, seis, quatorze pessoas que ali eles dividem a renda e trabalham em forma de autogestão, quando a gente imagina associação não tem porque foi forçada a fazer isso, mas quando você olha pra família existe a economia solidária e na COOPTER a economia solidária, ela vem pra, assim, uma forma do trabalhador não fugir dos seus princípios, do que ele viveu a vida toda, a agricultura familiar é o que ela trabalha, o foco é esse, não foge disso, a agricultura familiar extrativistas, camponeses, quebradeiras de coco, às vezes, mulheres, e aí a pessoa trabalha a vida toda de repente ele vai ter que criar, por exemplo fazer, trabalhar com agronegócio, porque eu sou totalmente contra o agronegócio por que ele vai usar química, adubo químico na chácara, não vai se preocupar com o preço, com a qualidade do produto, por exemplo, e aí a COOPTER não quer trabalhar assim de uma forma que prejudique as pessoas, a sociedade e o próprio administrador (ANTONIO, 2013).

O interessante do fragmento 7 é a percepção de que as associações dos assentamentos não funcionam, uma vez que foram impostas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA -; contudo, as práticas dos camponeses nos assentamentos que o entrevistado conhece se pautam pela economia solidária e pela autogestão, posto que produzem juntos, decidem juntos e partilham a renda juntos. Assim, Antonio nos apresenta uma rede de princípios, os próprios, que compõem sua gama de valores, e os da cooperativa na qual trabalha bem como os dos camponeses. Ainda afirma que a cooperativa auxilia no

reforço dos valores construídos ao longo da vida dos camponeses. Temos, também, no fragmento 7, uma apresentação daquilo que não cabe como valor para Antonio: o agronegócio, que tem como característica o uso de agrotóxico em larga escala, a baixa preocupação com a qualidade final do produto produzido, com o preço final do produto, que deixa de ser justo, e as consequências disso para as pessoas e à sociedade em geral. Derivadas das questões 6, 7 e 8, temos a categoria *Relações Cooperativas*, que aborda a capacidade do entrevistado não só de perceber como também de valorizar a decisão coletiva, o debate e as relações de cooperação como necessários nas relações da cooperativa e fora dela, conforme fragmentos seguintes:

Fragmento 8

Autogestão é quando todos os envolvidos decidem, tomam decisões coletivas, todos os envolvidos realmente [...] (ANTONIO, 2013).

Fragmento 9

quando vai se fazer um projeto da agricultura familiar a família tem que decidir de forma coletiva, o pai tem que chamar, o homem ou a esposa tem que se reunir com os filhos, e lá decidir o que eles querem, onde eles querem investir, claro que tem famílias que não fazem isso, existe família, mas tem família que só decide de forma coletiva, então todos os envolvidos da agricultura familiar daquele grupo da unidade familiar eles decide o que fazer [...] (ANTONIO, 2013).

Nestes dois fragmentos percebemos a percepção de Antonio sobre o que é relação de cooperação e ele apresenta isso pautado na ideia de autogestão e decisões coletivas. Aponta, também, no fragmento 9, a cooperação nas relações de trabalho entre os cooperados e, no fragmento 10, o uso da autogestão no núcleo familiar, ao passo que, no fragmento 11, destaca a autogestão nas relações de estudo na faculdade. Essa sequência de falas nos permite pensar que existe uma lógica no agir de Antonio que se pauta por uma ética nas relações, e por que não afirmar que existe uma personalidade ética que apresenta o respeito mútuo, a defesa do ambiente, a cooperação, a solidariedade e a generosidade como parte de si, já que notamos uma linha condutora de seu modo de ser na família, no trabalho e no ambiente de estudos?

Fragmento 9

[...] os que trabalham com a formação, qualificação técnica ou superior, no meu caso sou técnico agropecuário, que se juntam pra conseguir um trabalho, juntos eles lutam para conseguir convênios, por exemplo, e pra ter

uma renda, então no ato de se juntar e de lutar juntos, isso pra mim é uma cooperação (ANTONIO, 2013).

Fragmento 10

Na minha família, somos três, só eu, meu pai e minha mãe. Tudo que nós vamos fazer é decidido coletivo, decidido, meu pai não fala você vai ter que fazer assim ou assado; não, nem minha mãe também e nem eu, a gente, se eu chego lá pai eu quero isso e isso e aí? Não vamos decidir o que você acha? Ele fala para mim, vamos fazer assim então, a gente decide isso de forma coletiva, todos os envolvidos da família. É assim. (ANTONIO, 2013).

Fragmento 11

[...] outros grupos também, até nos grupos da faculdade, eu sempre pautei por isso, na hora de fazer os seminários, por exemplo, eu sempre quis que todos participassem, que todos falassem, que todos decidissem. Na hora quem vai falar primeiro, quem vai falar por último, quem vai ficar com tal. Muitos diziam: decide, ninguém tá feliz, cara. Cadê a democracia? Além de democrático a autogestão? Porque na cooperativa democracia é uma pessoa, um voto, como o exemplo da Unimed. Por exemplo, a Unimed é uma cooperativa tradicional, e lá existe democracia, uma pessoa, um voto, só que todos envolvidos não participam das decisões, Os empregados não participam, então a minha vontade, e o que tem que ser que eu acho que tem que ser, que todos os envolvidos participem disso, das decisões no meu entendimento (ANTONIO, 2013).

A noção de relações cooperativas vem ainda para Antonio pautada pela de equidade, demonstrando, assim, uma compreensão diferenciada sobre as relações e sobre o nível de participação, e vemos isso quando ele comenta sobre a necessidade de cooperativas, como a Unimed, se remodelarem e permitirem que os funcionários se tornem cooperados e recebam proporcionalmente a sua participação - ver fragmentos 12 e 13 -, que seguem:

Fragmento 12

[...] equitativa sim, que é diferente de igual, de acordo com o que você trabalha, porque às vezes você não trabalha nada, você não pode ganhar nada, se você trabalha um pouquinho mais, você tem que ganhar um pouquinho mais (ANTONIO, 2013).

Quando solicitado a falar sobre solidariedade, Antonio a diferencia de filantropia e, nesse sentido, podemos dizer que, ao se fazer filantropia, não se faz justiça. Parece-nos que considerar a justiça como parte de uma personalidade ética se faz pela crença de que o outro precisa se desenvolver a ponto de não ficar dependente de alguém, o que requer ajuda qualitativamente, diferente da filantropia.

Fragmento 13

A solidariedade entre as pessoas ela ocorre quando se torna sólida a amizade ou a relação, a relação que perdura, a relação onde existe uma troca, existe ajuda mútua, quanto a isso pra mim é solidariedade [...] Tá ligada à solidariedade tem que ter confiança, tem que ter ajuda mútua, a troca, por que quando a gente fala de economia solidária, vamos fazer economia solidária, você imagina que seja filantropia, paternalismo, ou coisa parecida, claro até existe assim, às vezes acontece, geralmente os grupos populares precisa de alguém pra [...] Só que o objetivo principal não é isso, é que as pessoas não ficam ajudando os outros a vida inteira, pra eles ficarem esperando aquilo ali, não, mesmo tempo que ele contribui esse outro também contribui e os dois juntos crescem, e crescem de forma coletiva (ANTONIO, 2013).

Da questão 8 retiramos a categoria *Futuro Ético*, na qual incluímos aquelas respostas em que existe uma preocupação com o próprio futuro, assumindo-se como ator da própria vida e incluindo nas respostas elementos que nos permitem dizer de uma preocupação com os outros seres humanos, com a coletividade e com a ética nas relações, conforme percebemos no fragmento a seguir:

Fragmento 14

Eu penso em fazer um mestrado, quem sabe fazer um doutorado no futuro, não quero parar de estudar e trabalhar num ambiente que eu possa contribuir para os meus populares, assim dessa forma, por que a gente sabe que a economia capitalista essa que a gente vive, ela não abarca todas as pessoas, fica alguém fora dela, então não sabemos se um dia isso vai superar, talvez nunca vá, mas o que importa pra mim é que as pessoas tem uma alternativa de sobrevivência dentro da economia solidária, e assim eu levo isso pra minha vida, às vezes sou chato nisso de falar tanto em sala de aula de economia solidária, mais eu acho que é uma alternativa, claro que existe outro tipo de economia, mais eu acho que essa é uma alternativa pro mundo que estamos vivendo e para as pessoas que estão fora do tradicional, e ai vão fazer o que por aí, não tem emprego, estão fora, os idosos, por exemplo, algumas mulheres pouco qualificadas e aí vão fazer o quê, pra mim na verdade tem que existir. O meu futuro é isso, eu quero contribuir, contribuir realmente pra isso no futuro (ANTONIO, 2013).

Quando questionado sobre o que esperava para a cooperativa e para a economia solidária, apresentou seus anseios e receios quanto à dificuldade de conciliar princípios, autossustentação e crescimento e, ao mesmo tempo, sua expectativa quanto à possibilidade de expansão da economia solidária.

Fragmento 15

Eu espero que a COOPTER não fuja dos princípios, que é um medo que eu tenho, meu e de outras pessoas. Quando você precisa ser autossustentável você tem que vender um produto de qualquer jeito, teu produto pro cliente ou qualquer cliente, você não escolhe, e a COOPTER tem esse dilema enquanto estou aqui trabalhando na COOPTER, daqui a pouco estou sem trabalho, estou sem renda, estou sem nada, e aí vou fazer o quê, a minha família, por exemplo, então é um medo, como fazer a COOPTER crescer não fugindo dos seus princípios, como fazer? (ANTONIO, 2013).

Fragmento 16

[...] que a sociedade como um todo conheça a economia solidária [...] eu quando era meio radical mesmo, eu queria que banisse o capitalismo mesmo da face da terra ou do Brasil, mais agora eu vejo que tem que caminhar mesmo como vem caminhando e se fortalecendo, lutando com políticas públicas voltadas pra economia solidária e que os atores, os que participam, os envolvidos, eles tentam multiplicar isso, multiplicar isso pra parecer em forma de rede [...] (ANTONIO, 2013).

Quando perguntado sobre quem ele era, Antonio se autodefine da seguinte forma:

Fragmento 17

Eu acho que sou uma pessoa que tenho uma identidade, eu acho que é isso, que tenho uma identidade, que tenho um sentimento pelo Bico do Papagaio, um sentimento assim de melhorar aquela região, que não pensa só em mim, que pensa também na outra pessoa, no próximo, e que a vida não tem sentido se eu crescer deixando as pessoas ficar à margem disso, eu acho que é isso (ANTONIO, 2013).

Percebemos com a entrevista de Antonio que a procura por empreendimentos solidários tem origem no modo de ser de seus pais e de sua comunidade, parecendo-nos que suas vivências estabeleceram uma escala de valores que colocam a necessidade de crescer somente se ela vier atrelada ao crescimento do outro. A busca pelo bem comum, por práticas participativas, pela sustentação financeira de modo alternativo ao convencional, com a valorização da autogestão e do respeito mútuo, tendo, ainda, a percepção de que o seu futuro depende também do futuro do outro. Esta síntese nos leva a crer que estamos falando de uma pessoa com uma personalidade cujos valores éticos são centrais em seu modo de ser, e isso se reflete em suas relações pessoais, familiares e sociais bem como em suas escolhas vocacionais e profissionais. Destacamos que a cooperativa, da qual Antonio fez parte, pois já se desvinculou dela, vem sofrendo, ao longo do tempo, com um desvirtuamento de seus objetivos originais, resultando, então, na saída de participantes, como o Antonio, que não se

sente mais coadunando com os mesmos valores. Contudo, em seu trabalho na CPT, Antonio continua a defender os mesmos valores, mas com uma percepção mais real das características do camponês e das reais (im)possibilidades de reversão dos processos de exploração do homem simples da terra.

6.3 GRUPO NECESSIDADES ABSOLUTAS I: ENTREVISTA MARIA

Vamos à segunda análise, que nos permite ver as características daqueles atores da economia solidária que se enquadraram no grupo necessidade absolutas I. Apresentaremos a entrevista de Maria, que tem 44 anos, é analfabeta, trabalha meio período como doméstica e, na outra metade do tempo, se dedica aos trabalhos na horta comunitária. Conforme relatado, a estruturação social do bairro em que a horta e a moradia de Maria se localizam é desprovida de intervenções públicas adequadas, configurando-se o bairro como um local sujo, com a praça central destruída e sem serviço de coleta de lixo, uma vez que os caminhões não conseguem trafegar nas ruas, cujo asfalto foi destruído pelo tempo e pela omissão. A escola e a creche presentes ao lado da praça também se encontram sujas pela poeira e/ou pelo barro que se constitui nos períodos alternados de seca e chuva típicos do Tocantins, sem condições, portanto, de oferecerem acalento ao olhar e as vivências relatadas, por conta da disseminação da violência e do uso de álcool e *crack* desde muito cedo pelos adolescentes e, às vezes, até mesmo pelas crianças que ali moram. É a desolação convivendo com as vidas que insistem em aparecer nas meninas-mãe grávidas logo nos primeiros anos do aflorar da vida adulta. É nesse ambiente que se desenvolve, por incentivo da Pastoral da Criança e subsídios da Prefeitura, com terreno, água, sementes e adubo, um projeto de horta comunitária, com supostas bases na economia solidária.

Vamos à nossa primeira categoria apresentada, que se refere a *Fatores que Derivam do Outro e das Necessidades Básicas*, na qual se enquadram as falas que demonstram que a entrada no empreendimento solidário ocorreu porque alguém ofereceu ou implantou o trabalho ou foi por necessidades financeiras e/ou emocionais. Essa categoria foi pensada justamente porque a criação da horta comunitária surgiu a partir do esforço de uma freira católica que auxiliou na implantação de uma casa da Pastoral da Criança no bairro. É importante ressaltar que, com exceção de Maria, que entrou depois da implantação da horta, todas as demais entrevistadas receberam a horta como uma alternativa de renda criada por

essa irmã. O fato de a horta ter se constituído mais pelo interesse da freira do que das próprias pessoas envolvidas talvez explique a baixa adesão dessas ao projeto, pois somente sete mulheres participam, bem como o não aparecimento dos princípios da economia solidária. No momento, a prefeitura está realizando esforços para dobrar o tamanho da horta para que mais famílias possam se beneficiar, contudo, um dos problemas apresentados pelas mulheres para que isso se dê é que poucas pessoas querem trabalhar.

Fragmento 18

É, eu tinha vontade demais mermo [mesmo] de entrar na horta, aí uma colega tava lá, - não siá [sinhá] tu vem -, aí aí ela começou me dar um canteiro né, me deu um canteirinho lá, aí eu:- oia [olha] to animada né! aí comecei com um canteirinho aí. Depois a outra saiu aí disse:- M. eu vou sair e te dou os canteiros, eu disse: - oia tá começando né ham ham ficar mais, mais grande é porque comecei com um né, aí sempre eu falava com as menina: - ei deixa eu entrar, suas meninas; - aí não, num tem vaga, num sei o quê, aí a outra, vem que eu te dou um, aí desse um eu já me animou né [...] já plantava a couve, a cebolinha, o quento [coentro], já vendia aí já comecei me animar pegar nuns trocadinhos, o dinheirinho, eu digo oia tá bom [...] (MARIA, 2013).

Percebemos, nesta fala de Maria, que sua entrada ocorre depois que outras mulheres cedem espaço de alguns canteiros para ela. A participação no empreendimento fica sujeito ao outro e seu interesse à necessidade de ganhar algum dinheiro. Vemos, também, outra questão, que é o uso da horta por parte das mulheres, havendo um controle de quem entra e de quem sai e, apesar de ser um espaço público subsidiado, a adesão não é livre e a aceitação de novos participantes é tensa.

Fragmento 19

Eu to lá desde de dois mil e seis, depois que saí daqui aí fiquei na horta [...] to achando bom mexendo na horta com as colegas, animada lá a gente chega pra trabalhar as colegas, né, conversam, a gente conversa. Bom, to achando bom, maravilhoso, né [...] eu acho bom mexer com a terra. Animado, né. A gente planta a cebolinha, o [a] couve, o [a] alface. A gente vende [...], mas moço é bom demais!! a gente faz trinta, quarenta reais, né. Tira, bota no balde, faz uns dez quinze moi [molhos] e bota pro menino vender. Menino, é bom demais! O menino chega, né, a gente da um agrado também pro menino, menino, é bom demais, o menino se anima, sempre gente pergunta: tem, tem cheiro esses dias? Eu digo: não, esses dias num tem não, mais na hora que tiver eu chamo meu fie [filho], pro meu fie [filho] vender pra mim, tá bom? Mais moço, é bom demais, é animado lá, lá eu acho bom (Maria, 2013).

Este fragmento nos mostra a satisfação de Maria em trabalhar na horta, porém atribuímos isto ao fato de ela ter um espaço de convivência social. A noção de coletividade, de respeito mútuo ou de preocupação com o outro que apontamos na fala de Antonio não aparece em momento algum na de Maria. No fragmento 19 percebemos que as decisões sempre vêm do outro - a abertura da horta para mais famílias acontece porque a prefeitura solicitou, mas a aprovação final fica a cargo da coordenadora atual da casa da Pastoral da Criança -. Não existe uma consciência de solidariedade e de crescimento coletivo, e a divisão da horta faz com que, apesar de se estar trabalhando no mesmo ambiente, cada qual tenha seu pedaço de terra para plantar, como se fossem micropropriedades. Os canteiros são demarcados, e cada uma é responsável por produzir e vender aquilo que lhe cabe. Apesar de terem recebido cursos sobre economia solidária, não houve uma incorporação de seus princípios por parte dos sujeitos e não existe uma prática que se aproxime do que preconizam tais princípios. Não percebemos, nos entrevistados, qualquer conhecimento do que seja economia solidária, nem mesmo de organização que permita verificar suas práticas. O trabalho é feito individualmente em um espaço coletivo.

Fragmento 20

Ai a gente, eu tenho oito canteiro, se entrar eu concordo, né, dar os quatro, porque uma comade [comadre] minha saiu, ela arrumou um serviço o dia todo, ham, ham, ela me deu. - Comade [comadre] tu vai cuidar dos meus, né? Fica aí. Tá bom, aí as outra disse às outras: é M. tu fica aí, se aparecer alguém ham, ham, aí se aparecer alguém eu posso dar os quatro da frente, né, e ficar com os meus, né, botar outra família, ham, ham. Elas falaram que o homem da prefeitura falou que, se aparecer família, é bom botar. Quanto mais família é melhor. Aí, se aparecer a gente bota, né, a gente, com a outra, que é a Rose, né [...] a gente conversa com ela, a pessoa tá precisando, né. A gente vai lá e ajeita pra pessoa: - oh, cuida aqui, é daqui pra lá é seu, daqui pra lá é meu (MARIA, 2013).

Notamos que, quando comparamos as duas entrevistas, a motivação para o trabalho se faz de forma diferenciada, pois enquanto Antonio traz uma história de vivências solidárias e pauta as decisões de sua vida com base nisso, Maria parece fazer o que lhe é possível. A horta não é uma alternativa, é, antes, uma escolha sem alternativa, porque a capacidade de gerar renda e de sustentar a si mesma e manter a família é limitada por questões educacionais e sociais. Em outra entrevista foi relatado, inclusive, que parte das famílias do bairro não consegue acessar os recursos sociais, como bolsa família, por não ter ou não conseguir entregar os documentos requeridos para concessão do benefício. Ressaltamos, ainda, que é

comum se ver no Estado do Tocantins pessoas que não têm certidão de nascimento, e, mais que isso, que as políticas públicas para reversão do quadro são recentes. Chegamos, então, à nossa segunda categoria: *Escolhas Necessárias ou Única Escolha*, posto que, no caso de Maria, não existem escolhas. Participar da horta, ter sido cozinheira da cozinha da Pastoral da Criança, ser doméstica, todas as atividades que faz acabam por ser muito mais consequências do que uma escolha. Tanto a horta, o trabalho que realizou um dia na Pastoral, quanto ser doméstica foram oferecidos a ela por conta das contingências. O trabalho na horta se faz por necessidades pessoais de ordem financeira e emocional, conforme vemos no fragmento 21, tendo em vista que a venda das hortaliças se coloca como um recurso frente a tanta necessidade.

Fragmento 21

[...] mais é maravilhoso demais. Ai as muié [mulheres] chega: - oia [olha] tem quento [coentro], o quento [coentro] tá bonito, né, aí já compra. Chega é animado. Lá chega muita gente pra comprar. Lá a pessoa vai lá comprar, vixe, é animado demais, é bom demais quando a gente tem [...] sabe a pessoa vai leva o dinherim [dinheirinho] trocado, a gente já pega, bota no bolso. Aí já falta o sabonete em casa, a gente já compra, já passa ali na venda e compra, já leva um açúcar, um café. E eu mermo [mesmo] tem dia quando eu tenho coisa lá pra vender, eu passo aqui, num tem nenhum açúcar, nenhum café aqui em casa. Vou pra lá, quando eu chego, menina, oh! eu compro café, compro o açúcar, um sabonete, um Bombril. Posso num dá pra comprar o pacote, né, mais dá pra comprar uma bucha, duas. Já bota ali, já dá pra ir lavando, né. Não é verdade? Enquanto aquele outro dinheiro já sai né [...] Não, aquele lá que eu to que é por mês, né, já sai, menino! já dá pra, já dá pro gasto, né. Já dá pra ir gastando enquanto o outro chega, pra ir pro mercado comprar uma feira mais melhorzinha, né. Mais moço, é bom demais, eu adoro, eu gosto (MARIA, 2013).

Todas as entrevistadas da horta relatam conseguir retirar por mês aproximadamente entre quarenta e cinquenta reais e que esta renda complementa a renda principal por permitir suprir os artigos básicos da manutenção da casa. Como Maria diz, não dá para comprar um pacote, mas dá para comprar um ou dois itens e, com isso, mostra-se satisfeita. O bom é classificado justamente pela referência ao nada: ter dois é melhor que não ter nada, argumento que ilustra a lógica das entrevistas com esse grupo. Trata-se da conquista cotidiana do básico para sobrevivência, sem muitos planos para o amanhã e sem grandes expectativas de modificação. Parece-nos que a falta de possibilidades é delimitador da incorporação de valores solidários, uma vez que essas pessoas trabalham muito mais pela lógica do *ganhar* do que pela de obter doações de outras pessoas para minimizar seu sofrimento. Dessa forma, a

categoria Ausência de Princípios Solidários e de sua Incorporação aos Valores Pessoais aparece no discurso pela não menção a eles e pela referência constante da busca de ajuda aos outros para que façam doações. Em todas as entrevistas, a organização e a união das participantes ocorreram em prol de irem buscar junto aos vereadores e prefeitos a manutenção da horta, como se verifica no fragmento 22:

Fragmento 22

Nós chama, chama todo mundo e marca pra conversar, né. Pra conversar lá assim (...) quando é pra ir na prefeitura, negócio do óleo, pra buscar adubo, a gente vai duas, três. A gente vai lá, conversa negócio do carro. E o óleo, se eles dão o carro ou o óleo, né, aí a gente arruma o carro, se eles dé o carro, a gente ajeita o óleo. É assim, a gente já corre em outro lugar pra buscar o óleo, ham, ham. Eu, a Rose e as outras tudim [todas], né, quem puder ir e dizer não, não posso ir não, então nos vamos, né, a gente vai lá, né, e já parte pra outras. As outras chega e pergunta: como é que foi? – não, eles vão dar o carro. Então a gente já tem que ir pra outro lugar ou vereador, né, correr atrás daquele vereador pra ajudar no óleo. Aí o vereador diz assim: - eu dou um pouco, né. Aí nós já corre atrás do outro, pro outro ajudar, né. Que é pra num, né, que só aquele ali, né, só pra aquele pesa, né. É óleo demais! É fazenda, nós vamos, nós leva saco. É animado demais, vixe, a gente leva o saco, aí cada um leva ou leva uma pessoa pra ajudar, que é muito saco, é muito pesado. A gente fica o dia todo. A gente vem só a tardizinha, ham, ham, de noite mesmo com carro cheio [cheio]. Vixe, mais é animado demais! A gente adora! Tá, quando a gente chega, aquele tanto de esterco, menina, a gente fica animada demais! Quando a gente chega com aquele tanto de esterco! agora nós vamo ter um monte de esterco, porque só funciona com adubo de gado, né, ham, ham, aí a gente fica animado [...] agora nós vamos ter coisa mesmo, verdura é no verão (MARIA, 2013).

Quando indagada se existe solidariedade entre as mulheres da horta, a resposta é limitada ao ensinar como plantar ou fazer uma hortaliça, se desenvolver melhor. Não existe uma expansão dessa solidariedade para outras questões da vida. Maria não consegue identificar nenhuma ação solidária fora do ambiente da horta, e chega a colocá-la quase como que impossível fora daquele ambiente, demonstrando que, apesar da falta de solidariedade ainda dentro da horta, ela é neste espaço mais presente e visível, como se pode ver no fragmento a seguir:

Fragmento 23

[...] eu digo assim, comade [comadre] me ajuda ali pegar um saco de esterco, eu num dou conta, né, eu vou lá e ajudo, né. Comade como é que eu, comade, como é que eu planto aqui, aqui tá feio, né? Sempre tem, tem vez que ela diz pra mim: tá feio. Eu também, quando meu tá assim: não, tá ruim essa coisa! A Rose também vai lá e me ensina: é assim! A R., aquela que

mais veinha [velhinha], né, ham, ham, ela vai lá e ensina [...] quando a cebola dela tá bonita: Dona R. por que que essa cebola tá bonita? Me ensina a plantar? Ela me ajuda, e fica bonita que só, né, ham, ham. Acho que é minha mão que tá ruim, ela me ajuda: essa cebola fica bonita é assim. A gente se ajuda, a outra num dá conta de pegar uma coisa só, o esterco, o saco que fica uma casinha lá. Tu ainda num foi lá não, né? pois é, lá tem a casinha, tem o esterco que a gente chega, bota o esterco lá, aí nam, num dou conta de pegar só não, a gente vai lá, ajuda, quando vai buscar o esterco também a gente ajuda essa veinha, aí mermo [mesmo], sempre ela vai coitada [...] acho que não, né, porque, acho que é só lá dentro mesmo [referindo-se à solidariedade fora da horta] (MARIA, 2013).

A ausência de valores solidários acaba por nos conduzir a outra categoria que é a de Relações Individuais, marcada pela individualidade, pela falta de compartilhamento dos afazeres e dos pensares. Nos fragmentos apresentados, verificamos que não existem relações coletivas ou cooperativas, pois a união se faz somente pela necessidade individual de precisar de material para a horta. O grande aglutinador da união das mulheres é a busca pelo adubo, uma vez que aparece em todas as falas. Conseguir a doação do caminhão e do combustível para buscar o adubo nas fazendas da região é tido como o ápice do trabalho e se configura como o único momento em que aparece o trabalho coletivo. Superado esse momento, não aparece no discurso desses atores a consciência da necessidade da cooperação para melhorias ou para alteração das condições mínimas estabelecidas. Cabe ressaltar que a organização dessa horta em associação e a incorporação de princípios da economia solidária lhes permitiriam ampliar a venda da produção para além do bairro, expandindo-a aos estabelecimentos comerciais da cidade, valorizando, assim, o produto, de modo a garantir um preço justo pelas hortaliças produzidas e, além disso, poderiam participar do Programa Compra Certa, em que a prefeitura privilegia a compra de produtos para merenda escolar diretamente do produtor familiar.

Uma vez organizadas em associação, poderiam pleitear o selo de alimento orgânico e proveniente da agricultura familiar, já que se utilizam de técnicas de plantio que dispensam o uso de produtos químicos. Contudo, para isso seria necessário um longo trabalho de formação em economia solidária bem como a diminuição das crenças estabelecidas de que uma associação faria com que perdessem benefícios, impondo-lhes, ao invés, ônus, uma vez que passariam a pagar o Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU -, água e luz, taxas subsidiadas atualmente pela prefeitura. Acreditamos que as condições socioeconômicas impostas levem-nos à categoria Sem Perspectiva de Futuro, cujos integrantes não têm muita perspectiva quanto ao que esperar e as esperanças estão relacionadas aos familiares próximos e à conquista do presente via sustentação econômica dos produtos básicos. Quando

perguntada sobre o que quer da vida, Maria diz que quer paz e uma vida boa. Ao ser solicitada a explicar o que era ter paz, respondeu:

Fragmento 24

Aí eu queria assim que minhas meninas arrumassem serviço, né, pra mim ficar em paz. Elas tudim [todos], eu tenho cinco, né, tenho cinco filhos. Tudo já são grande. Já o mais pequeno tem dezesseis anos. Queria que elas arrumassem um serviço bom, arrumassem um serviço bom para ficar todo mundo em paz, ajudar, né, um ao outro, né, dentro de casa, por exemplo, comprar uma motinha [moto], né, porque lá em casa nós não têm. Estamos com bicicleta dentro de casa. Aí um dia desses tava falando pra elas, pra nós era bom se cada um ajudasse, trabalhasse [...] foi até uma pra Goiânia trabalhar lá. Vê se, aí mandou um dinherim [dinheiro] hoje pra mim. Aí eu falei pra ela se todo mundo trabalhasse, né, aí a gente comprava uma motinha pra gente andar, aí a outra falou: é mermo [mesmo], né, mãe, é ficar em paz, né, trabalhar pra num tá dependendo de coletivo, esperando coletivo, né, ficar em paz mermo mesmo. Ter as coisinhas da gente é bom. Minhas meninas num têm assim um serviço firme. Igual eu, tava parada, aí eu arrumei esse aí. Eu arrumei esse, agora até que ta bom, né, tava parada igual, eu tava só na horta, aí arrumei esse aqui, me deu mais uma esperancinha, né, siá [sinhá], é, é verdade (MARIA, 2013).

O futuro na fala de Maria limita-se aos cinco filhos arrumarem emprego para que, juntos, possam comprar o necessário e a moto. É importante dizer que, na região, ter uma moto é considerado um ápice, já que ela garante a mobilidade urbana e o acesso à cidade. O bairro onde Maria mora é distante do centro comercial da cidade e não dispõe de mercados, padarias, farmácias. Tem alguns bares, que vendem, além de bebidas, produtos alimentares e de higiene, básicos, além de uma escola pública, uma igreja católica e a casa da Pastoral da Criança, como também outras igrejas evangélicas e uma praça, destruída, localizada no centro do bairro. Os serviços de transporte público não funcionam e são considerados dispendiosos.

Fragmento 25

Eu nunca deixei passar fome fui à luta, né, eu digo. Minha mãe dizia – dá, minha filha [referindo-se a entregar a criança para adoção], - mãe, minha filha num é fie [filho] de cachorra não. Aí eu fui à luta, né, fazer a comida, deixa ali pra mais velha, a mais velha botava, eu fui à luta, ta aí, 22 anos, a outra com 20, uma com 19, a outra com 18 e o menino tá com 16, tá estudando, tá no segundo grau, em nome de Jesus, eu vou até pagar um curso pra ele. Uma hora dessa vou pagar um curso de computação pro meu fie, uma pessoa até já falou: investe nesse menino, ele tá no segundo ano, nunca ficou um ano, eu vou pagar um cursim [cursinho] pra ele. [...] quem sabe se ele, né, vai me ajudar mais tarde. Já ajuda aquele ali, - não, vou ajudar minha mãe, né, me ajudou, né, naquele curso que eu fiz. Pode ser que ele, né... (MARIA, 2013).

Não existe referência aos demais seres humanos ou à sociedade ou, quem dirá, ao próprio futuro. Parece que a necessidade e a luta pela sobrevivência diária não auxiliam na busca da coletividade. Entrega parte de sua esperança ao filho mais novo, que ainda estuda e, quem sabe, no futuro possa vir a ajudá-la em retribuição pela ajuda recebida. O sofrimento é marcado pela individualidade e limita a capacidade de buscar na coletividade a solução para os próprios problemas. A percepção da ajuda refere-se à filantropia: ajuda aquele que oferece alguma coisa: o combustível, o adubo, o carro etc. Vejamos o que Maria fala sobre o futuro da horta:

Fragmento 26

Na horta, siá [sinhá] eu queria que o prefeito ajudasse nós mermo [mesmo] né, lá, pra ficar mais bunito [bonito]. Lá os ‘malas’ tão roubando siá, têm muito ‘mala’ roubando, eu queria ficar em paz lá, né, sem num ter roubação, né. Pra gente plantar as coisinhas da gente chegar lá [...] tem vez que a gente lá até que agora aquietou mais, mas de primeiro muié [mulher] eu tava pra desistir. Nós, mais as meninas disse: - não vamo [vamos] borá [embora] desistir, não siá, num pode entregar assim não, aí eles acha bom. Ali também do mesmo jeito, ali no meio de gente eles mexia. Eu digo: - pois é muié, num é possível que um dia num vamos ter paz muié, aqui mais a menina dizia que o prefeito vai ajudar, né. Ele já paga água, já dá um ajuda pra nós, né, e assim se num fosse ele nós num já podia fechar as portas ali. Vem caro demais, num damo [damos] conta não. Ele já dá uma ajuda bom danado. Ele, o rapaz foi lá e disse: - é, aqui as mulher quer trabalhar mermo! porque lá, né, a gente chega com o rastel [rastelo], alimpa tudo, né, tudo limpim [limpinho]. Pega o lixo bota pra lá ou queima mermo, né, pra ficar tudo limpim mermo. Num pode ter chujeira [sujeira] não, mais eu espero que a horta um dia, né, fica bunita [bonita], que esse prefeito ajude nós mermo pra ficar bunita, né. Ficar em paz mermo. Lá eu espero que ele esteja em paz, lá, eles já falaram que na hora de buscar o esterco ele dá o carro. Ele sempre ajuda, sabe, no carro, se ele num ajudar no carro, ajuda no óleo, quando num ajuda no óleo, é no carro, ele sempre ajuda nós mermo. E ele disse que tem um bucado [bocado] de semente lá que eles deixaram lá também que a gente tava sem semente, né. Tem vez que a gente ta sem dinheirim [dinheiro] pra comprar, né, porque tudo é comprado, né. Aí eles vieram e trouxeram uma sacola de semente, daquelas latinhas, aí ta lá, nós tamo [estamos] plantando. Aí, né, junho ou agosto nós vamos buscar adubo, né, porque no tempo bom mermo a gente traz aquela carrada, vixe, é animado demais, todo mundo fica alegre, é bom, é gostoso mermo, tá lá no meio das muiésada [mulherada], a gente bate papo, né, é bom, eu acho animado lá (MARIA, 2013).

Neste fragmento, Maria relaciona o ter paz na horta a não ter roubo na plantação, fato que vem acontecendo constantemente, bem como à ajuda que o prefeito da cidade oferece, como a garantia do carro, do adubo, do óleo e das sementes. Não existe uma projeção de crescimento, ou uma expectativa de melhorias para que possam se autossustentar e, mesmo,

parece que isso não é visto nem como uma necessidade. A limitação socioeconômica, nesse caso, parece que limita a consciência e o acesso a aspectos relativos à moral. La Taille (2002) escreve que quando existem *necessidades absolutas* envolvidas, o valor moral muda de lugar e, por exemplo, roubar para sustentar a família não está relacionado à falta de honestidade, e sim à necessidade. O valor é o do sustento dessa família. Nesses termos, não estamos tratando de honestidade ou de vergonha, mas da ausência de valores solidários em uma pessoa que está em busca de sanar permanentemente suas necessidades absolutas: comer, beber, dormir, enfim, sobreviver é o valor. Ao final da entrevista, ao ser questionada sobre quem ela é, Maria se descreveu como uma pessoa alegre e guerreira, que lutou para criar os filhos sozinha:

Fragmento 27

Eu sou divertida, né, gosto de sorrir, eu sorrio, gosto de andar, brincar, né, gosto de dançar, né, sou animada. As meninas diz que eu sou até animada, danada, né, gosto de brincar, brincar, conversar, né, com as amigas, as colegas, sou divertida, eu gosto de ser divertida, né, ficar calada, eu me acho animada, divertida, né, brincar, assim minha vida, porque eu tive [...] Minha vida é assim, é coitada, né: meu marido me deixou, né, eu tinha quatro menina, eu fiquei grávida, o meu menino tem dezesseis anos hoje. E trabaiando [trabalhando], sabe, e os vizinhos tudim [todos] ali diz:- é, essa aí é guerreira mermo [mesmo], é guerreira, ficou com filho no bucho e o menino já ta com dezesseis anos, tá aí, to dando estudo. Dei estudo pra tudim, a mais velha não quis terminar, parou no terceiro. Diz que num queria mais. Eu disse, ou então, né, porque depois que faz vinte ano diz que a mãe, né, estuda se quiser (MARIA, 2013).

A descrição de si mostra a percepção de alguém que, apesar das adversidades da vida, conseguiu criar os filhos sozinha, sem ajuda de ninguém e ainda manter a alegria. Seu modo de ser e de encarar a vida, baseado mais no aqui-agora, por conta da necessidade de conquistar o presente a cada dia e garantir as refeições, é retratado, na expectativa de futuro, no que espera para a horta enquanto empreendimento e na definição de si mesma. Vemos uma lógica no modo de ser e de agir que se centra na luta pela sobrevivência e, por isso, os aspectos morais não se apresentam nesse momento e não aparecem como centrais na personalidade de Maria, que tem outras preocupações na vida, principalmente com a sobrevivência.

6.4 GRUPO NECESSIDADES ABSOLUTAS II – ENTREVISTA DE EDNA

Apresentamos neste tópico a análise da entrevista de Edna, que avaliamos ter as características do Grupo Necessidades Absolutas II. Edna tem 44 anos, é divorciada, mas tem um relacionamento estável, e é mãe de três filhos. Diferente da maioria dos entrevistados, concluiu o ensino médio e está inscrita no Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM -, pois pretende entrar na única Universidade Federal que há em sua cidade. Não sabe ainda o que curso deseja fazer, mas diz que precisa ter alguma relação com meio ambiente. Talvez até por conta de sua escolarização e por circular em um ambiente em que a maioria não sabe ler e escrever, Edna tornou-se articuladora política dos Catadores de Material Reciclável do Estado do Tocantins e participa, frequentemente, de encontros em outros Estados a fim de compreender a dinâmica e a mobilização nacional dos catadores. No dia da entrevista tinha acabado de chegar de Belém – PA -, e estava ansiosa por repassar a seu grupo as informações adquiridas sobre o Projeto Cataforte e sobre o repasse de recursos para associações e cooperativas de materiais recicláveis. A entrevista foi realizada em uma área coberta nos fundos de sua casa, local em que se encontra o sofá, a televisão e o tanque de lavar roupas. Na área sem telhado encontram-se diversos materiais amontoados nos cantos, separados pelo tipo: plásticos, papel, garrafas e dois carrinhos típicos de quem coleta lixo nas ruas da cidade.

Nossa primeira subcategoria *Fatores que Derivam do Outro e das Necessidades Básicas* parece ser a mais apropriada para caracterizar a situação de Edna, o que deriva de suas descrições de como se envolveu com o trabalho, o que foi feito em um longo relato dos problemas financeiros pela qual passava e das dificuldades de manter alimento para os filhos, para o pai e para a mãe, que, na época, residiam com ela. Porém, como demonstrado no fragmento 28, por volta do mesmo período Edna conheceu alguém que lhe falou da possibilidade de ganhar dinheiro vendendo lixo.

Fragmento 28

E aí, minha alimentação tava pifando, já pouquinho, só dava pra fazer só o almoço. Aí minha mãe foi no Maranhão, aí quando ela chegou as contas de água e de luz pra pagar, ela: Mais mulher tu não arrumou serviço ainda? Eu digo: Não, eu tô correndo atrás, tô correndo atrás. Porque tem o SINE, mas o SINE não atende a gente, né, ele bota a gente praquele mais ruim (EDNA, 2014).

No fragmento 29, Edna descreve as primeiras informações que recebeu sobre a compra de material reciclável. Vejamos:

Fragmento 29

[...] Olha, ela compra pet, qboa, essas coisas assim, nós nem sabia os nomes das coisas, só garrafa de qboa, né, litro de refrigerante, mas a gente não lia nada, fazia nada, cada produto tem um nome, aí tá bom [...] (EDNA, 2014).

Mesmo com a entrada nessa forma alternativa de renda, a dificuldade em se manter e a precariedade social em que vivia era visível, o que fica demonstrado pelo grau de melhorias na alimentação, conforme fragmento 30:

Fragmento 30

Aí, nossa, só dava um cuscuz e a água e luz pra pagar e o gás tava acabando e a alimentação também tava precariazinha, não tinha mais arroz, não tinha mais feijão. Aí, meu Deus do céu, e agora? E aí o que me prejudicava mais, que eu ficava preocupada era faltar alimentação pras crianças, né, porque a gente não pode tá todo dia pedindo essas pessoas né. [...] Olha, ela passou a pagar um pouquinho de dinheiro, aí ela comprava o sal, comprava a massa de milho, aí já começamos a alterar a comida, né, aí comprava um feijão, que aquilo que a gente já catava logo já vendia e já comprava o feijão, comprava o arroz, comprava a mistura da comida e eu com problema de agoniação que não tinha um trabalho fixo pra ganhar o dinheiro (EDNA, 2014).

Apesar de a preocupação e do trabalho não se configurarem como estáveis, Edna justifica o porquê de não ter procurado empregos fixos, como, por exemplo, de empregada doméstica ou babá, ocupações que, na região em que mora, a oferta é maior que a demanda e não exige qualificação. Suas justificativas referem-se à necessidade de controle do próprio tempo, não se sujeitando, portanto, à lógica do mercado, dada a necessidade de reservar tempo para algum grau de atenção aos filhos. Segue fragmento 31, em que demonstra *A Necessidade de Fazer o Próprio Tempo*, que é algo que se repete constantemente nessas entrevistas, demonstrando que esse é um fator importante no processo de escolhas pessoais, o que diferencia também este grupo do Grupo Necessidades Absolutas I.

Fragmento 31

Quando a gente trabalha de carteira assinada tem que sair de casa 5 horas da manhã, chegar 5 horas, mas eu sempre saía, mais depois que eles ía pra escola, eu saía, eu tinha que fazer faxina, não podia arrumar um serviço

diretão, diretão, tinha que fazer uma, eu fazia, mais era, fazia faxina e ter meu dia de ir na escola, levar pro médico, né, porque tenho filhos, eu tenho que fazer meu tempo (EDNA, 2014).

Além dos fatores econômicos, os fatores emocionais também colaboraram para a entrada nesse tipo de trabalho, pois, da mesma forma que indica em seu discurso as dificuldades financeiras, evidencia também seu sofrimento psíquico antes da entrada no empreendimento - identificamos esse fator também no Grupo das Necessidades Absolutas I -, como se pode observar no fragmento seguinte:

Fragmento 32

[...] porque eu tinha problema de tá preocupada e aquilo dali eu dava tremor no corpo, né, problema emocional, que como fica preocupada, aí aquilo dali vai juntando acumulação, né. Aí vai dando/tremendo, vai dando nervoso, aí, meu Deus, o que que eu faço? E eu ía pro médico, o médico dizia que eu tinha que tomar remédio controlado. Eu digo: Não, Jesus, eu não tou doida não, eu tô precisando de algo, mas não tomar remédio controlado. Ainda bem que Deus me deu sabedoria, esse remédio é pra você tomar, aí eu ía, chegava lá, remédio controlado. Hum, remédio controlado? Eu não preciso tomar remédio controlado, eu tava sabendo algo que eu tava precisando, era um trabalho fixo, uma coisa, né, não era tomar remédio controlado. Aí eu sempre abandonava essa receita, eu digo: Eu não vou. Aí foi umas três vezes, toda vez ele dava remédio controlado. Gente, isso não tá certo. Aí tá bom, e eu nervosa, preocupada e eu sei que tinha hora que eu ficava de cama, mais meu Jesus do céu, eu preciso trabalhar e crescer esses meninos, que eu não posso deixar esses meninos jogado no meio da rua desse jeito, que meu alvo sempre era trabalhar e cuidar deles, né, porque eu nunca quis assim, só se Deus levasse antes da hora, mas o meu sonho é trabalhar e cuidar deles como eu, né, porque [...] (EDNA, 2014).

A possibilidade de trabalhar, diminuir parcialmente as dificuldades, ter convívio social e poder cuidar dos filhos são fatores que tanto podem levar a um quadro de desânimo da vida como também pode possibilitar a saída dele. Assim, podemos considerar que um dos elementos que também levam a se entrar no empreendimento são os fatores emocionais. Verificamos nessas falas que a subcategoria *Escolhas Necessárias ou Única Escolha* também é contemplada, uma vez que não existem muitas possibilidades além daquela que se seguiu. O interessante nesta subcategoria, fatores emocionais, que a diferencia das Necessidades Absolutas I, é que nesta o controle do tempo é referido como escolha, conforme aparece no fragmento 32. Não precisar se empregar em um trabalho que exija cumprir um horário fixo se torna uma escolha dentro das poucas que existem, isso se considerarmos que deixar os filhos

pequenos sozinhos o dia inteiro fosse uma opção. Outro fator relevante é que existe a referência a outro emprego e à possibilidade de estudo. Diante da precariedade social e das dificuldades da vida, Edna foi se ajustando, e o que era um trabalho individual de catar lixo nas ruas da cidade de Palmas virou um empreendimento, a Associação de Catadores de Material Reciclável – ASCAMPA -, e, decorrido mais de uma década do início de seus trabalhos, hoje ela traz em sua fala o que categorizamos como *Presença no Discurso de Princípios Solidários, mas Ausência de Incorporação aos Valores Pessoais*. Nessa subcategoria identificamos o discurso da economia solidária, implantado através de anos de formação em participações de encontros na área, quase todos promovidos pelo governo. Vejamos no fragmento 33 a clareza com que Edna trata a questão da formação e da participação política no empreendimento:

Fragmento 33

Formação é dizer: eu sou capaz. Olha, fulano, nós somos catador, mas o negócio não é só catar, catar, nós tem que tá nos conselhos, nós tem que tá nas reuniões, nós tem que ir pros seminários, nós tem que conversar entre nós, nós tem que fazer estudo nós mesmo, isso tudo é formação entre nós e nós não sabia porque nós achava que nós só tinha que escutar as palestras dos grandes doutores que fazia a palestra (EDNA, 2014).

Ressaltamos que esses cursos e as organizações dos empreendimentos solidários foram incentivados a partir do momento que o país passou a ser governado pelo PT, com o Presidente Luís Inácio Lula da Silva, cuja política a atual Presidente deu prosseguimento. Podemos perceber, no fragmento 34, que Edna aponta as primeiras ideias de que nos empreendimentos eles aprendem a fazer, não a ganharem as coisas. Durante a entrevista, Edna explicou que ela levou vários anos para entender o que as pessoas falavam e que a palavra mais difícil era *vulnerabilidade*.

Fragmento 34

Assim, não nós tamos é ensinando a pescar, nós vamos ensinar vocês a pescar, nós não pode dar o material pra vocês na mão, nós estamos aqui pra ajudar a ensinar pescar. Aí disse: Não é porque tá muita vulnerabilidade, né, a palavra pobre não chamava pobre, meu Deus, como é vulnerabilidade? (EDNA, 2014).

Fragmento 35

Não, nós não somos menos vulnerável, menos/ nós somos vulneráveis de informação, não é porque a gente é pobre, pobre não, sabe. De informação,

porque as pessoas às vezes sabe os caminhos e não ensina, o que eu acho vantagem dentro dos movimentos sociais, por que se eu sei fazer um bolo eu vou lhe dizer essa receita pra você direitinho e o outro que tá vivendo de fazer o bolo ele não quer lhe dar a receita porque acha que eu vou tomar seu espaço de você vender o seu bolo (EDNA, 2014).

A explicação que Edna oferece sobre vulnerabilidade demonstra um grau avançado de formação, pois compreendeu que ser vulnerável não é ser pobre e sim não ter conhecimento para lutar pelos seus direitos. Aludindo a Demo (2006), a maior pobreza é a pobreza política. É possível notar, conferindo os próximos fragmentos, que Edna descobriu não somente o que é vulnerabilidade, como também adquiriu um discurso interessante com relação à limpeza urbana e ao meio ambiente.

Fragmento 36

essa Palmas era suja demais, muito suja, muito suja, hoje assim você ver a capital tá sebosa, ela já foi sebosa, que quem é sebosa não é a capital é nós sociedade que não tem noção, que acha que só limpou a casa dele e já joga no meio fio, né, não é essa, limpa a casa dele, a gente limpa a nossa casa, tem que ter cuidado na rua, tem que ter cuidado em tudo, né. Não, só limpou a casa, joga na rua. Tirar um pouco de jogava no meio fio e aquilo dali, aquilo dali tava virando uma coisa muito feia, né, coisa mais coisa, mais coisa (EDNA, 2014).

Fragmento 37

[...] tem tantos quilos de soja. Mas o brasileiro tem o hábito de comer soja? Eu já tentei comer soja, mas num vai, sabe, então eu acho erradíssimo, o agronegócio ajuda, mas não fica nada pra cá, não fica nada, quem mais bota alimentação na mesa nossa, os agricultores que são da agricultura familiar (EDNA, 2014).

Nesse último trecho Edna demonstra conhecimento, crítica o agronegócio e sai em defesa da agricultura familiar, mostrando novamente que sua *vulnerabilidade* diminuiu de forma considerável. A participante tem um discurso que se repete na fala dos atores sociais, como vimos no fragmento 9, que trabalham com coleta de material reciclável, que é o de diferenciar o que é lixo do que é matéria-prima, demonstrando conhecimento e, também, se autovalorizando frente aos preconceitos sociais a que são impostos por trabalharem nesse tipo de empreendimento.

Fragmento 38

[...] a gente discutia por que que você foi pra esse serviço, né, a gente era muito discriminado, as pessoas veem a gente catando material por que como as pessoas misturam tudo, aí ele achava que a gente era um indigente, era um maconheiro, né, assim, o pensamento. [...] Aí hoje nós já diz: fulano pra trabalhar na reciclagem tem gostar, agora nós já diz: olha, quem vai trabalhar na reciclagem é quem gosta e nós trabalha na reciclagem é porque nós gosta. Não é por que é lixo não? [...] Mulher, não é lixo, mulher, pelo amor de Deus, é matéria-prima. Aí todo mundo já me olhou assim com o olhão, que eu tava dando lição de moral na mulher [...] É, é lixo quando ele tá misturado, quando ele é separado ele não é mais lixo, é matéria prima (EDNA, 2014).

A consciência do material com o qual trabalha, inclusive com o discurso de que se as pessoas se organizarem em casa e separarem seus lixos deixarão o material adequado para não contaminar o catador. Esse tipo de conhecimento, bem como os relativos ao gerenciamento do empreendimento em que trabalha, Edna aprendeu nos cursos de formação, sabendo, inclusive, dizer do que se trata a economia solidária e a autogestão.

Fragmento 39

O autogestão é assim, nós trabalha na associação, nós não tem patrão não, o patrão somos nós. Então, o que é autogestão ou vulnerabilidade? Qual é a outra palavra que sempre o pessoal fala? Aí eu ficava, meu Deus! Não, mais ES é autogestão. Eu digo: Mas como? Não tem os artesão, o artesão não tem patrão, aí eu digo: Vocês também catador não tem patrão. Aí disse assim: É mesmo, nós que trabalha, nós é que cata, nós é que vende, nós é que vamos pra reunião, nós chega na nossa casa, nós é que vamos fazer as compras, nós é que faz o almoço, nós é vamos reunião, nós é que vamos lá na reunião dos filhos. Eu sei que é trabalho 10 vezes a mais, mas aquele que entende se desenvolve, o problema é esse. [...] A lógica não é essa, então isso tudo é ES, é o humano, a natureza, né, aí tudo é ES, eu tenho, preciso, mas não tenho que destruir [desperdiçar] porque o que foi feito vive fazendo. E aí, autogestão, a economia, os artesanatos, que assim, eu só acreditava que eu ganhava um recurso se você me pagasse, depois que eu passei, não vocês catadores que são os patrões, aí digo mas/ aí passei a entender. Quando nós vende nós separa, nós compra, né, e nós também dentro do processo nós que tem que fazer o autogestionários, não é um/ é assim, você tem que ajudar nós, mas você não tem que ficar lá dentro: Olha é desse jeito, vocês tem que fazer isso. Nós que tem que gerir, por isso que o grupo que vai pra frente quando ele entende que ele tem que gerir, é o que vai pra frente (EDNA, 2014).

O discurso da economia solidária é mais presente em Edna do que nos demais atores desse grupo, e isso se justifica pelo fato de ela ter mais acesso aos cursos e aos encontros de formação, pois é considerada pelo Governo a representante dos catadores no Estado. Caberia

a ela percorrer todas as associações e cidades do Tocantins, multiplicando seus conhecimentos, contudo esse trabalho não é feito, pois não existe organização e nem financiamento para que tal trabalho seja realizado nem tampouco percepção por parte da própria Edna de que ela teria que assumir tal papel. Notamos, nas falas e na história de vida desta atora social, que esses aspectos conhecidos via Ecosol se referem apenas a seu trabalho, não aparecendo como ideal de vida como também não pautam suas decisões pessoais, que nos leva a uma outra subcategoria, a de Relações Individuais, que torna possível percebemos que a coletividade aparece somente dentro da associação em que se trabalha, sem, contudo, se estender para fora dela, pois não conseguimos identificar nenhuma fala de cooperação nas relações fora aquelas de trabalho. No fragmento 40, verificamos uma cooperação no sentido de todos se unirem no trabalho com os filhos, uma vez que se vê a necessidade de incluí-los no cotidiano de trabalho, a fim de que possam valorizar o que a mãe faz.

Fragmento 40

a gente quando é mãe a gente não pode deixar o filho sozinho sem trabalhar, a gente tem que levar ele também no trabalho porque [se] não ele não vai entender, que se a gente deixar só em casa acomodado ele também não vai se despertar pro dia a dia, né, a gente tem que levar. Aí nos tinha 12 crianças, aí eu tinha os meus três, minha outra irmã tinha quatro, mais outra aqui tinha cinco, só que nós se reuniam e nós cuidava dos meninos, todo mundo trabalhava e uma que ficava/ e minha mãe sempre nós ajudou, ela ficava fazendo o almoço, lavava a roupa pra na hora de todo mundo ir pra escola de barriga cheia, tá bom (EDNA, 2014).

Há, também, no fragmento 41, a percepção de que foram exploradas, por conta da falta de conhecimento sobre os tipos de materiais e, por isso, venderam cobre e ferro pelo mesmo preço baixo de outros materiais:

Fragmento 41

[...] trabalhando, aí lá tinha cobre e a gente vendia tudo misturado porque não tinha noção, aí a mulher que comprava ela tinha noção, né, do que ela tava comprando, porque nós tava vendendo baratinho pra ela e eu sei que nós fiquemos trabalhando, sei que nós trabalhemos dois anos desse jeito com ela, [...] aí juntava ferro também, juntava muito ferro, tinha ferro (EDNA, 2014).

Nossa última subcategoria, *Futuro Incerto*, é outro ponto que se diferencia do Grupo Necessidades Básicas I, pois nele não há perspectiva de futuro e, neste, percebemos que, mesmo incerto, já há a referência a um futuro. Edna fala do futuro e da possibilidade de voltar

a estudar como uma alternativa de vida, o que é decorrente de ganhos alcançados ao longo dos anos, tanto em termos de conhecimentos, demonstrados no fragmento 41, através do aprender informática, como também de ganhos de bens como a compra de um *notebook*. Ainda mescla em suas falas a necessidade da população adquirir conhecimentos que protejam o meio ambiente e colaborem com o trabalho do catador, tais como não sujar, queimar e separar o material do lixo orgânico.

Fragmento 42

Eu me vejo assim, uma pessoa esperta, né, que tem capacidade, né, hoje, eu não tinha vontade de voltar mais estudar porque ficou sem fundamento, né, agora já tenho a necessidade de voltar a estudar, igual eu lhe falei, já tou desde 2010, já tou no excel, ainda não sei tudo, mais, mas já tenho meu *e-mail*, meu *facebook* e tenho o da ASCAMPA, que é o e-mail da ASCAMPA, eu já entro lá e não tinha o *notebook*, e agora já consegui comprar. Então, é um avanço da minha formação pra melhorar também com os outros (EDNA, 2014).

Fragmento 43

Então, o que eu espero que a sociedade entenda como é, a gente tem a formação, mas também tem que entender que ele tem que fazer a parte dele, não queimar, não poluir, porque nós que somos o poluidor (EDNA, 2014).

Fragmento 44

O que eu espero pra minha vida, assim, que eu possa voltar a estudar novamente, né, aprender a dirigir, que eu preciso, né, necessário, necessidade porque eu trabalho (EDNA, 2014).

Percorremos a entrevista de Edna demonstrando como suas necessidades básicas, qualificadas como II, demarcam seu modo de ser e de ver o mundo. É interessante ressaltarmos que a entrevista de Edna se diferencia da de Antonio, cujos princípios éticos pautam suas decisões na vida, ao passo que Edna não, cuja aflição existencial, social e econômica é verificada nas condições de vida e na impossibilidade de fugir da realidade e pensar em algo mais. Edna, apesar de todas as fragilidades vividas, encontrou no grupo social em que trabalha um espaço de pertencimento, de conquista de si e de participação política. Não demonstra em suas falas fragilidades emocionais ou impossibilidades de viver a vida, pois assumiu o destino como precursora da própria vida, mesmo frente às dificuldades financeiras, ou, como ela diz, às vulnerabilidades que a pobreza impõem. Na próxima parte

das análises dos dados apresentaremos as demais entrevistas, subdivididas nos três grupos apresentados: Personalidade Ética, Necessidades Absolutas I e Necessidades Absolutas II.

6.5 GRUPO PERSONALIDADE ÉTICA: DEMAIS ENTREVISTAS

Para elucidar melhor as categorias, apresentaremos os fragmentos dos demais entrevistados. Seguiremos primeiro na apresentação com as categorias que se relacionam com uma personalidade ética para, na sequência, apresentarmos as demais que não se enquadram naquilo que consideramos parte de uma personalidade ética, e sim que se estrutura a partir de necessidades. No primeiro grupo aparecem Antonio, Valquíria, Jorge e Dorival. Já foi analisada com maiores detalhes a entrevista de Antonio e, agora, voltaremos a atenção aos fragmentos das falas dos demais participantes.

6.5.1 Fatores familiares e de origem de vivências comunitárias

Valquíria tem 31 anos, é graduada em Administração Rural e Agroindustrial e fez especialização em Geografia. Assim como Antonio, traz em sua história de vida uma participação permanente com a comunidade. Diferente de Antonio, que relata histórias de convivências solidárias, ela relata histórias de militância e da luta dos camponeses de sua região, já que seus pais são trabalhadores rurais assentados. Desde cedo frequentou as assembleias do Sindicato Rural e, aos quinze anos, passou, por ordem do pai, a secretariar as reuniões. Ela traz em seu discurso a necessidade de participação coletiva e de luta por melhorias para toda a população excluída.

Fragmento 45

Então isso vem de família, meu pai é sindicalista desde 18 anos, ele tem 60 anos, então quando eu comecei, já desde minha adolescência, já foi participando de reuniões do sindicato pra ajudar a fazer ata, relatório. No início eu achava muito chato, né, porque tinha final de semana ao invés de ficar me divertindo eu ia pra reuniões do sindicato pra ajudar ele, ele fazia parte da diretoria, então assim, dentro de casa já vinha [...] A gente já tinha essas ideias, esse trabalho (VALQUÍRIA, 2013).

Fragmento 46

Essas de organização, de que as pessoas só conseguiam ter força se fossem juntas pra conseguir alguma coisa, as pessoas que são mais pobres, principalmente do campo, que falta tantas coisas, teriam que se unir. Então isso eu fui ouvindo desde muito cedo [...] (VALQUÍRIA, 2013).

As mesmas características aparecem em Dorival, porém, durante a entrevista de Jorge, não conseguimos identificar os fatores que o levaram a buscar por um caminho mais solidário.

6.5.2 Escolhas solidárias

Fragmento 47

Porque eu, depois que eu saí do sindicato, eu tinha vontade de estudar, tal, fui pra Palmas, daí me envolvi no MAB [...] me envolvi no movimento dos atingidos por barragem [...] Então não é que eu saí do sindicato, foi uma sequência, por exemplo, o sindicato era em Nova Olinda, e que queria estudar. Eu queria fazer faculdade, Nova Olinda era muito difícil e aqui em Araguaína também não era fácil naquele tempo, era naquele período da Unitins, aquelas greves. Aí eu falei: eu quero fazer faculdade, aí eu fui pra Palmas, isso, eu inclusive eu fiquei sendo militante da Federação que é da Agricultura Familiar e trabalhando na APATO, trabalhando mais como secretaria, e atuando como funcionária da federação, como o público é o mesmo, a gente fazia um trabalho de militância em todas as áreas. E depois conheci o MAB que veio com essa proposta de estudar, e aí foi uma coisa conversada entre a APATO, como eu tinha tido esse interesse, seria bom investir, inclusive a APATO foi quem pagou as primeiras passagens pra ir [...] (VALQUÍRIA, 2013).

As escolhas de Valquíria começaram cedo e, ao decidir que queria estudar, não seguiu o caminho da maioria, que seria ir para Araguaína e cursar nas Faculdades que haviam disponíveis à época, a saber: uma estadual e uma particular. Ela foi para Palmas, capital do Estado, trabalhar em uma ONG que incentiva a economia solidária, ser militante da Federação da Agricultura Familiar e, ainda, se envolveu com o Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB -, que, assim como os trabalhadores rurais, sofriam com a retirada indiscriminada de suas terras. Seu empenho lhe rendeu o investimento dessas organizações que, não somente financiaram suas idas ao Rio Grande do Sul, para estudar na Universidade Estadual, como também a auxiliaram no período da graduação.

Fragmento 48

[...] já conhecia a mesma, a gente já acompanhava, inclusive quando eu trabalhava no sindicato a gente sempre defendia muito que os assentamentos fossem, tivessem a assistência da COOPTER, porque tem uma prestação de serviço diferenciada. Diferenciada que leva mais em conta não só essa questão de querer fazer projetos, financiamentos, mais trabalhar a questão da família, a questão da produção ligada numa lógica mais agroecologia, e essa é a proposta da COOPTER, de ter uma assistência técnica diferenciada onde as pessoas também possa ser autônoma de suas terras, não essa coisa do pacote que a gente chama de pacote verde, da gente jogar lá para os agricultores, mas discutir a produção ligada às questões sociais, às questões da família (VALQUÍRIA, 2013).

Valquíria acompanhou e conhecia os membros da COOPTER, cooperativa da qual faz parte e, neste sentido, entende que sua entrada se deu por acreditar que a cooperativa atende seus anseios de trabalhar com movimentos sociais e de valorizar mais a família do que o pacote de técnicas imposto pelos governos. Assim, suas escolhas se pautam pelas suas vivências. Participar do Sindicato Rural, da ONG, do MAB e da COOPTER fazem parte de uma sequência de escolhas fiéis aos seus princípios. Atualmente Valquíria é funcionária da CPT e atua com o movimento dos trabalhadores rurais. Dorival, por sua vez, tem 48 anos, é formado em Letras e em Direito e trabalha em uma ONG que incentiva os trabalhos de economia solidária no Tocantins, atuando principalmente na região do Bico do Papagaio. Dorival tem um discurso articulado e, assim como Antonio e Valquíria, traz uma clara opção por trabalhar com pessoas de forma coletiva e cooperativa. Em seu caso, não aparece na entrevista uma referência à família ou à criação como precursora de seus interesses, contudo, em determinado momento - fragmento 49 -, fala da dificuldade de os outros entenderem suas opções de trabalho, porém reitera que compreende, pois, para ser o que é, levou a vida inteira, demonstrando que suas vivências solidárias vêm desde cedo.

Fragmento 49

O emprego, se for olhar pelo ponto de vista econômico, não compensava pra mim, não compensa assim da ótica capitalista, eu tenho uma profissão que eu posso abrir um escritório aqui em Araguaína e ganhar dinheiro mais do que eu ganho. Mas assim, o que me fez continuar é porque eu acredito muito na formação das pessoas, é por isso que eu também nessa atuação na sala de aula, até meus alunos me questionam: ah, professor, quando eles descobrem que eu tenho um curso de direito, mais o que você está fazendo aqui? Aí eu falo assim: eu gosto de ficar com vocês, gosto de conversar com vocês, gosto de trocar ideias com vocês, e espero que vocês saiam daqui com uma outra mentalidade, uma mentalidade um pouco diferente do que vocês chegaram

aqui, e é com essa fé, com essa crença, que eu continuo até hoje, de poder atuar com pessoas, com grupos (DORIVAL, 2013).

Jorge, outro participante, é casado, não tem filhos, tem 42 anos, é formado em Administração de Empresas e trabalha com assessoria empresarial. Já foi funcionário público e compunha o quadro efetivo de um Instituto Federal do Tocantins, mas se decidiu pela exoneração por acreditar que o trabalho não se adequava a seus anseios e o limitava em termos de trabalho. É voluntário na COOPERAM, mas se sente como se fosse um cooperado, apesar de não ter acesso a nenhum benefício financeiro.

Fragmento 50

eu não conhecia o grupo da COOPERAM, passando aí em frente à rua eu achei aquilo interessante, eu não identificava como cooperativa, eu identificava como extensão do aterro sanitário de Palmas. E eu tive curiosidade de entrar e perguntar o que era e quando as pessoas falaram que era uma cooperativa de catadores que vinha já executando há um bom tempo o projeto, eu me interessei logo de cara, aí imaginei no outro dia: como que eu posso entrar e executar com eles o projeto? A única forma que eu vi foi voluntariado. Então eu me aproximei, comecei criar perspectivas de novas ideias. A princípio, o grupo ele é um pouco fechado com relação às questões de aproximação da sociedade, é difícil você vir, estar dentro, se relacionar e entender, você tem que viver, então hoje eu vivo como se fosse um cooperado, tá. Eu me relaciono com eles da mesma forma como eles relacionava desde quando iniciou o projeto (JORGE, 2014).

Fragmento 51

Então, eu comecei a dar importância pra isso, eu me sacrifico, eu me dedico pra isso, eu crio projetos, eu tento buscar recursos fora pra melhorar essa condição interna, mas, ao mesmo tempo, eu me preocupo com essa questão da gestão (JORGE, 2014).

Jorge se aproximou do grupo por curiosidade, e considera que a cooperativa precisa dele, pois é ele quem resolve todos os problemas burocráticos e de busca de recursos para o empreendimento. Acredita, ainda, que deve ter uma vida simples, e diz que tenta manter um *custo de vida baixo*, para não adoecer e se entregar às mazelas do capitalismo. Considera que sua vida faz sentido porque realiza trabalhos como esse, como se pode comprovar no trecho a seguir:

Fragmento 52

O sonho às vezes é tão pequeno que a nossa parcela de culpa é muito maior do que isso, então, às vezes com 10 reais você realiza um sonho. Então, dentro desse grupo e dentro da minha filosofia de vida eu procuro realizar isso, eu tenho satisfação e prazer em realizar esse trabalho. Então, vinculado ao meu trabalho externo, que esse eu não vou abandonar, eu tenho essa preocupação, então pra mim se uma pessoa chegar, poxa, por favor, me leva ali que eu não [estou] me sentindo bem. Eu vou fazer com o máximo prazer. Olha, por favor, eu preciso que faça isso aqui. Eu vou fazer. Então assim, sabe, a carência é tão grande que o sonho fica tão pequeno que você coloca na palma da tua mão e fala: poxa, é só isso que você quer? Tá aqui o seu sonho realizado. Então, dentro desse contexto e às vezes eu volto algumas vezes pra reafirmar isso, eu me sinto bem, a minha filosofia é essa, eu gosto de me sentir bem aqui. Tenho os meus relacionamentos fora, é claro, o meu grupo, o meu ciclo de amizade, enfim, mas aqui parece que a coisa ela requer um pouco mais de atenção, na hora de falar, na hora de você conduzir a situação, às vezes você tem que fazer algumas provocações pra tirar de dentro um sentimento que às vezes aquela pessoa nunca teria coragem de falar nem pro psicólogo. Continuo por sonho (JORGE, 2014).

Esta última fala Jorge mostra a sua satisfação em estar na cooperativa e ressalta o quanto é fácil realizar os sonhos e anseios dos participantes do empreendimento, pois seus sonhos são pequenos e de fácil acesso. Jorge demonstra um interesse pelo outro e coloca isso como objetivo de vida.

6.5.3 Princípios solidários e sua incorporação a valores pessoais

Vemos, nos três fragmentos de Valquíria, expostos a seguir, que os princípios da economia solidária são seus também, e que respeitar o outro e trabalhar pela cooperação é para ela um valor pessoal, que aparece como central em sua personalidade. Esses valores pautam a entrevista e o posicionamento de Valquíria do começo ao fim da entrevista.

Fragmento 53

Então, eu acredito muito nessa questão da agroecologia que a gente tem que trabalhar, aí eu falo que a partir dessa visão de trabalho, da economia solidária, das relações com as pessoas, de que nós, a gente tem um dever muito grande com as comunidades, e aí pra mim eu tenho um compromisso muito grande e eu acho que um compromisso de obrigação, não só um compromisso assim: ah, eu me comprometo, mas eu acho que uma carga de obrigação com a comunidade pela formação que eu tive, por tudo que eu passei, pelas pessoas que investiram, que acreditaram, e que eu preciso dá um retorno de qualquer uma forma, mesmo que seja pequeno, mais eu

preciso dar um retorno, então por isso que eu sempre tenho essa coisa do comprometimento. Comprometimento com todas as pessoas do campo, principalmente na área onde a gente atua e de que todas as comunidades ela é possível de se desenvolver e que nós que temos um pouco de formação técnica, a gente tem que saber trabalhar, buscar formas de trabalhar o conhecimento das pessoas porque todas pessoas elas têm conhecimento e elas sabem o que elas querem [...] (VALQUÍRIA, 2013).

Fragmento 54

[...] eu não acredito que eu pensar apenas na empresa e não pensar lá nas famílias seja solidário, seja um trabalho solidário, pra mim solidariedade dentro do trabalho é a gente pensar a partir deles e não a partir do que eu quero, inclusive aqui na CPT, mesmo a gente também tem a nossa missão dentro dessa questão da solidariedade [...] porque uma coisa que eu sempre acreditei desde quando eu comecei iniciar o processo de formação, é que o nosso papel é tornar as pessoas autônomas, protagonistas da sua história, eu V. não tenho que ser protagonista da história, quem tem que ser são eles por que nem sempre eu vou está no mesmo cenário, eu não quero minha vida ficar sempre no mesmo cenário, então se eu fico deixando as pessoas dependentes de mim, quando eu sair desse cenário as pessoas ficam perdidas (VALQUÍRIA, 2013).

Fragmento 55

[...] eu acho que é um processo gradual, de formação que tem que partir deles, não tem que nós ou qualquer cooperativa chegar dizendo que tem que ser uma associação porque tem que ter um CNPJ pra fazer isso, aquilo ou outro, mas eu acho que tem que partir deles, aí sim, eu acredito que não vai perder os valores, agora quando é aquela coisa que vem de cima para baixo colocada como uma obrigação, aí você quebra os valores porque as pessoas vão começar a se relacionar a partir daquela estrutura ali que foi imposta [...] (VALQUÍRIA, 2013).

Nos fragmentos que apresentaremos a seguir, vai ser possível percebermos que os princípios da economia solidária foram incorporados por Dorival, reforçando o quanto se tornam valores e práticas cotidianos. Na fala dos três entrevistados, Antonio, Valquíria e Dorival, existe referência ao direito, à autonomia, a alimentos saudáveis, ao manejo adequado dos recursos naturais e aos conhecimentos tradicionais típicos de comunidades rurais. Dorival é um propagador de sonhos, acredita na juventude e na capacidade desta de mudar a ordem vigente pela compreensão de que os valores imputados pelo capitalismo são contrários à vida e ao bem estar social. Cita, inclusive que, à revelia da opinião de outras pessoas, utiliza seus horários de lazer para incentivar práticas cooperativas, uma vez que isso está à frente em sua escala de valores.

Fragmento 56

[...] a economia capitalista esta voltada para o lucro, para o consumo, para a destruição da natureza, a economia solidaria não, ela está preocupada com as pessoas, com o desenvolvimento do ser humano como um todo, com redes, formação de redes, formação de laços, de cooperação e preocupada também com a sustentabilidade da vida, com a perspectiva da vida, então assim se pensa quando a gente trabalha com grupos solidários, de economia solidaria, a gente não trabalha com essa ideia da riqueza, de enriquecer por enriquecer, não, a gente trabalha com a ideia de você ter o seu barco, o seu rendimento, o seu desenvolvimento. Eu tenho falado muito isso com os grupos de jovens na região do Bico, e aqui também sempre quando tenho uma oportunidade com meus alunos da escola [...] (Dorival, 2013).

Fragmento 57

[...] então acho que estudar é bom, embora a situação nossa não reforça muito essa ideologia, essa maneira de pensar, mas os movimentos ajuda a gente pensar um pouco por essa lógica de que é possível você se desenvolver, crescer, mais crescer pensando no seu grupo, pensando na sua comunidade, pensando no ambiente que você está vivendo, pensando em ter uma saúde boa, em ter alimento bom, alimento não contaminado, você ter uma renda que seja constate mesmo que seja pouco, mas que lhe garanta uma sobrevivência boa (DORIVAL, 2013).

Fragmento 58

[...] porque é uma confrontação, eu acho que o modelo econômico ele leva também a uma quebra de muitos valores, de valores solidários, até ético mesmo, de valores como de cooperação. Enquanto a economia capitalista ela reporta o individual, quando você foca no coletivo isso cria outros embarços, então a economia na verdade e as práticas que se tem elas são animadores de outros valores que vão se agregando a essas práticas, por isso que é muito mais difícil o jovem entender, por exemplo, que é importante ele fazer um grupo de jovens pra ele começar a compartilhar as ansiedades deles e os sonhos deles, quando ele saca isso, quando ele percebe que ele, que tem uma força muito forte, que quer ele mesmo é sozinho, isolado, é ele na depressão, ele no álcool, é ele na droga, existe uma força que empurra ele pra isso, quando ele percebe que existe outra força que traz ele pra uma outra dimensão do que é a vida e do que se quer da vida, ele passa a ser um propagador também dessa nova ideologia, dessa maneira de ver o mundo (DORIVAL, 2013).

Fragmento 59

porque existe uma escala de valores que as pessoas até questionam, por que isso? Por que você se importa com isso? Por que você que deixa de se importar com isso? Então, eu, por exemplo, não tenho preguiça de ir em uma comunidade dia de domingo, dia de sábado, no feriado, me dar prazer de ir reunir com os jovens, reunir com os adultos, reunir com as pessoas, quando as pessoas me chamam pra ir pra uma reunião às vezes sacrifico o meu lazer em função, às vezes ate um lazer familiar em função desse desejo meu de

contribuir com desenvolvimento de alguém ou de um grupo (DORIVAL, 2013).

Assim como os demais entrevistados desse grupo, Jorge também defende valores que foram acoplados a seu modo de ser, pois fala sobre sustentabilidade, defesa do meio ambiente, cuidado urbano, reciclagem e auxílio ao próximo por medidas simples, como a separação de lixo em casa.

Fragmento 60

foi criado na prefeitura passada, nos primeiros meses da prefeitura passada, um projeto chamado coleta seletiva, que todos nós sabemos e conhecemos bem como deve funcionar. Então, passaram-se 8 anos e não funcionou, fizeram um projeto piloto em duas quadras e tal, só que não se faz coleta seletiva dentro do projeto que eles propuseram, sem educação não consegue realizar o processo. Então, por que que eu citei a coleta seletiva dentro dessa argumentação? Porque também faz parte da cultura. Então, nesse exato momento, passado mais de 14 meses de uma nova prefeitura, não funciona a coleta seletiva também e não funciona os projetos do meio ambiente voltado pra essa questão da sustentabilidade, então, quando você vai argumentar não existe resposta (JORGE, 2014).

Fragmento 61

O importante é que você tenha esse entendimento, tenha esse conhecimento e faça a pulverização dele dentro da sociedade, é esse trabalho que eu faço. Olha, a cooperativa existe só que vocês que estão de fora, vocês precisam ajudar. De que forma você pode ajudar? Se não pode contribuir com valor, que faça o mínimo, pegue a sua garrafinha em casa de óleo, pega sua caixa treta, pega sua sacolinha plástica e embala, limpa e leva pra cooperativa. Você tá fazendo um trabalho social adequado. Então é essa filosofia que eu procuro falar sempre e buscar fazer com que as pessoas entendam, né, essa minha filosofia de vida (JORGE, 2014).

Fragmento 62

Engraçado, ninguém quer ver o lixo na rua, né? Mas será que você parou pra fazer a separação, a reciclagem na sua casa do lixo? Que é o que dar sustentabilidade pra cooperativa, que dar a sustentabilidade pros catadores, que leva o alimento até às casas dessas pessoas. Será que a gente para pra pensar o quão é importante isso e por que então que o projeto não sai do papel? Então, a pergunta que se faz é essa, dentro dessa perspectiva de consumo, de capitalismo existe espaço pra esse grupo atuar de forma digna dentro desse ciclo que fatalmente não vai acabar tão cedo? É isso (JORGE, 2014).

Jorge demonstra ainda a percepção da importância do trabalho do catador para a sociedade e o quanto a falta de educação e uma cultura de reciclagem dificultam a vida dessas pessoas. Pois existe um ciclo de funcionamento, e cada pessoa, em sua residência, que participa desse ciclo, separando em sacolas diferenciadas aquilo que vai para reciclagem, colabora com o processo todo.

6.5.4 Relações cooperativas

Valquíria valoriza a cooperação, o respeito mútuo e a troca de experiências, porém questiona a forma como isso vem aparecendo na cooperativa, já que é muito mais resultado da obrigação. Reconhece sua importância e identifica essa forma de cooperar nas comunidades tradicionais. Ela mesma é proveniente de uma comunidade rural tradicional, e valoriza essas questões. Por conta disso, apresenta, ao longo da entrevista, que irá se afastar da cooperativa, já que esta vem perdendo gradativamente seus princípios.

Fragmento 63

Então, pra mim o grande problema da COOPTER hoje é esse, muitas pessoas não têm perfil e não têm vontade de cooperar, estavam preocupada com o emprego e o resultado é esse, o resultado é não ter cooperação e as famílias não entender, as famílias que recebem esse acompanhamento acaba nem sabendo o que que é cooperação, então é complicado, né, uma cooperativa que não transmite os seus princípios para as pessoas que recebem o trabalho, o seu público (VALQUÍRIA, 2013).

Fragmento 64

Tem pra mim eu sempre digo assim que existe vários níveis de cooperação, dentro do cooperativismo existe essa coisa de um nível de cooperação que a gente fala mais, como é que eu diria? Muito mais de obrigação, por exemplo, se juntou você vai prestar um serviço, então você tem uma meta a ser cumprida dentro da cooperação, dentro das comunidades e de outras entidades existe um nível de cooperação que é muito mais voluntária, né, voluntária mais a partir das necessidades [...] Já entre as comunidades essa cooperação é muito mais voluntária, é forte, principalmente nas comunidades tradicionais é muito forte essa cooperação entre as famílias, entre as lideranças (JORGE, 2014).

Fragmento 65

São os quilombolas, os indígenas, os posseiros, essas comunidades que vivem há muito tempo, há séculos naquele lugar onde desenvolve várias atividades e uma delas que é muito forte é a cooperação. [...] Ainda cultiva muitos valores, essa coisa do acreditar, da confiança, ainda cultiva, é muito forte isso [...] Então, é tanto que eu diria assim que a cooperação voluntária é muito mais forte do que a cooperação quando ela se torna jurídica, associação, por exemplo, nas comunidades que nós acompanhamos, as associações não funcionam, do tanto que nós da CPT a gente não incentiva muito essa coisa de criação de associação porque os grupos informais, a cooperação entre eles é mais forte, é muito mais verdadeira porque a associação fica uma pessoa pra fazer por todos (JORGE, 2014).

Dorival demonstra um interesse nos grupos, principalmente nos mais isolados, e insiste na possibilidade de trabalhar com planos de vida e ética a partir dos sonhos dos jovens, podendo, assim, analisar o que eles desejam da vida, o que a coletividade oferece e quais são seus problemas. Sua prática é voltada para a conquista da autonomia dos participantes e para a busca da independência financeira, social e emocional, através da cooperação e da coletividade. Fala de sua experiência também como professor e como vem tentando despertar em seus alunos essa consciência de que, juntos, podem mais.

Fragmento 66

E eu prefiro grupos que estejam bem distante de qualquer tipo de desenvolvimento, qualquer tipo de informação ou formação que seja, que exista por aí, então eu gosto muito de chegar na comunidade e encontrar com jovens que não conheço e começar a perguntar pra eles sobre a vida deles, o que eles pensam sobre a vida, o que eles pensam dos problemas que eles vivem, como eles veem as soluções dos problemas deles. Assim, a parte deles como que eles conseguem visualizar o futuro deles, o sonhos pra vida deles. Então a ideia minha é um pouco trabalhar essa dimensão com as pessoas, as dimensões dos sonhos deles, e aí nessa dimensão dos sonhos vários componentes se incluem aí, a identidade, a ética, plano de vida, vida social, vida em sociedade, os conflitos que existe na sociedade, os interesses que existem dentro das sociedades, tudo isso entra nesse trabalho que tem quer ser discutido com eles (DORIVAL, 2013).

Fragmento 67

Esse é outro princípio também interessante, a gente trabalha muito com essa ideia da participação e da autonomia também de quem atua [...] uma das característica que diferencia até a nossa atuação das de outros países é que a gente aqui trabalha muito com parceiros, com parcerias, com organizações locais, esse é um princípio interessante que a gente adota, que é o princípio da confiança na comunidade, que ela tem capacidade de gerir seus recursos, tem capacidade de tomar decisões, de fazer gestão e isso em alguns países da América Latina não, a própria Visão Mundial vem e gerencia os recursos e trabalha com as comunidades. Esses modelos são mais tranquilos. No

nosso caso, dá muito mais trabalho. Porque você tem que fazer todo um processo de formação de quem vai ser os parceiros, para que aquele parceiro ou um conjunto de parceiros de um determinado local possa fazer uma gestão compartilhada, cooperativa, coletiva dentro do processo de desenvolvimento local que quer desenvolver (DORIVAL, 2013).

Fragmento 68

Então, tem muitas experiências que a gente incentivou e continua até hoje, desde produção, de pequenas produções, cultivos, por exemplo, na região do Bico do Papagaio o pessoal tem trabalhado muito a questão da agroflorestal, produção de mel, produção de remédios naturais, cultivos de coisas nativas, extrativismo e uma afinidade de coisas, artesanatos a partir do babaçu e de outras plantas que existe, então eu vejo que muitas experiências que estão resistindo, eu acho que é um trabalho de resistência mesmo (DORIVAL, 2013).

Fragmento 69

[...] em qualquer ambiente social existe também atitudes que não contribuem muito com isso, tipo inveja, espírito competitivo e tal, eu tento quebrar isso, mostrando o contrário, que quanto mais eu colaborar com o outro eu vou crescer junto com ele e junto com as pessoas que estão ali e começar criar essa ideia de grupo, porque é muito fácil você criar qualquer atitude, qualquer prática competitiva, basta ligar um programa de televisão você ver lá o programinha lá dizendo: oh, você vai competir com ele, você tem que fazer isso, é fácil você encontrar, agora encontrar atitudes que sejam cooperativa você vai encontrar muito pouco, você vai encontrar em algumas ONGs, em alguns movimentos sociais, você vai encontrar em algumas práticas. E eu tento mostrar para as pessoas que quando você faz essa atitude colaborativa você ganha mais do que perde, aliás, você ganha muito com isso porque você colabora e o outro ganha a confiança sua (DORIVAL, 2013).

Jorge percebe a cooperativa como um ambiente aglutinador e que permite que os mais isolados e que se encontram à margem da sociedade possam, de alguma forma, participar. Faz, ainda, uma análise crítica, mostrando que pouco adianta investimentos financeiros se estes não vierem acoplados a um projeto maior de resgate humano e de cidadania.

Fragmento 70

Eu percebo que o histórico tá assim voltado muito pra esse lado. Então quem se ancora dentro de uma cooperativa e dentro do associativismo são pessoas que estiveram ou estão na margem de risco, com problemas psicossociais, com problemas de relacionamento, de trabalho, dificuldades em se enquadrar no mercado tradicional, no mercado de trabalho tradicional, não tem competências profissionais, nem habilidades, a gente quer, mas não tem oportunidade, não teve oportunidade. Então, são pessoas que estão resgatadas nesses polos, quando você entra nesse meio, que começa sentir

isso aí a gente começa enxergar o outro lado da moeda. Agora a pergunta que se faz é o seguinte: de que adianta fazer tantos investimentos físicos, estrutural? De que adianta criar programas maravilhosos. ES, é, sei lá, minha casa, minha vida, meu vale compra? Sendo que você não dá as condições humanas e psíquicas pra aquela pessoa falar: Olha, eu gosto do que eu faço, faço com prazer e quero melhorar a situação (JORGE, 2014).

6.5.5 Futuro ético

Identificamos nas falas de Valquíria elementos que nos permitem dizer de uma personalidade ética, pois suas expectativas para o futuro incluem continuar trabalhando com comunidades rurais, que seu marido volte a trabalhar em prol dos assentados rurais e que sua filha cresça valorizando as crenças que os pais e avós cultivam. Assim, demonstra uma preocupação com a coletividade, consigo própria integrada ao grupo e com a possibilidade de agir conforme seus valores pessoais. Ainda com relação à cooperativa, espera que esta volte a buscar os princípios pelos quais ela foi criada, valorizando e respeitando as comunidades tradicionais, sem ceder à pressão do governo com investimentos direcionados somente para o agronegócio e para a pecuária.

Fragmento 71

Então a gente espera tanta coisa, mais o que eu acredito é continuar com esse trabalho beneficiando, que hoje estou com 30 anos, ou seja, já tem 15 anos que a gente trabalha dentro disso, que a minha família, também o meu esposo era do MST, hoje ele não está atuando, na questão de decepção, né, não atua mais nesses movimentos, mas a gente acredita e dentro da nossa família a gente acredita nessa questão da contribuição nas comunidade, eu espero fazer o meu mestrado dentro dessa área da gestão, e, aí, que eu penso pra contribuir mais com as comunidades no sentido da gestão das pequenas propriedades [...] Tenho uma filha, a gente acaba esperando muita coisa, que cresça com saúde, que possa conhecer o trabalho e possa valorizar. Que o medo que a gente tem, nós que somos militantes, é os filhos passar a não gostar do nosso trabalho (VALQUÍRIA, 2013).

Fragmento 72

Mesmo que não entre, mas que valorize, eu não quero que ela vai fazer uma coisa que não gosta, mas que valorize, porque você trabalhar toda sua vida e você ter um filho que [...] é toda uma história, assim como eu valorizo o meu pai que teve no sindicato. Então assim, o que eu espero é isso, que ela tenha sensibilidade assim como eu espero que o meu marido continue tendo essa sensibilidade e possa voltar a contribuir, que hoje ele ficou na dele, ele

acredita, mas também não contribui, mas ele pode contribuir porque os pais dele também é assentados. Então [...] E que eu possa vir, mesmo que no futuro eu não esteja diretamente inserida, mais que eu possa continuar porque eu acho que acaba impregnando a gente, eu acho assim que [...] Eu não consigo me ver totalmente fora, totalmente, porque aí é você mudar radicalmente (VALQUÍRIA, 2013).

Fragmento 73

[...] que a COOPTER voltasse a trabalhar com grupo menor e desenvolvessem experiências com as comunidades, experiências pra depois servir de exemplo para outras comunidades, coisas que já foi feito no passado. Então, pra mim, eu espero que a COOPTER volte, volte ao tempo em algumas coisas e possa, e também que ela consiga se relacionar mais com os movimentos, que é uma coisa que se perdeu [...] agora uma coisa que não abro mão é dos meus princípios e dos valores, isso eu não abro mão, até mesmo porque eu sempre acho que é uma coisa que eu devo a muita gente, não é só uma coisa minha mais a minha família, que é uma coisa que valorizo muito, trabalhadores rurais, o meu pai tem uma história de sindicalismo e tudo, e das pessoas que acreditaram em mim, então pra mim é muito forte, por isso que eu vou sempre estar como voluntária, como militante em qualquer lugar, mesmo trabalhando de carteira assinada, como eu trabalho aqui, mas a gente é voluntária o tempo todo [...] (VALQUÍRIA, 2013).

No caso de Dorival, ele articula também suas expectativas pessoais, como estudar, às possibilidades de continuar atuando em movimentos sociais e afirma que sua personalidade levou uma vida toda para se formar segundo os princípios que agora professa e, por ter esta compreensão, não pode exigir dos outros que tenham seus próprios valores de respeito ao ser humano e à vida. Espera que os ideais da economia solidária proliferem, permitindo uma resistência ao agronegócio, que não valoriza a vida e o ser humano.

Fragmento 74

Meu plano de vida são muitos, eu pretendo, muitos planos meu é fazer um curso de mestrado, de doutorado, não sei, eu estou muito distante do acadêmico, eu fiquei muito tempo no movimento social e agora eu fiquei com vontade de voltar [...], esse é um dos planos meus, e o outro é continuar com o desenvolvimento social, dando a minha contribuição, com a minha experiência, com a minha história de vida e os conhecimentos que tenho acumulado e do que eu estudo também, eu leio muito sobre esse assunto (DORIVAL, 2013).

Fragmento 75

Elas não adquiriram esse valor que eu acredito e isso é um processo muito lento, e eu levei diria que uma vida inteira pra assumir isso e viver isso e eu até entendo quando as pessoas confrontam e quando as pessoas não aceitam às vezes, porque elas precisam também fazer uma caminhada e entender isso, e isso leva tempo, não se constrói do dia pro outro. Olha, é esse valor mesmo de respeito à vida, de respeito à pessoa, pessoa ser humano, de valorizar o ser e não o ter, de valorizar pelas práticas, pelo espírito que as pessoas adquirem, assim, se for olhar pelo ponto de vista espiritual, seria os valores cristão que são o amor, justiça, paz, respeito ao ser humano e assim cultivar essa coisa que mais aproxima as pessoas do que afasta (DORIVAL, 2013).

Fragmento 76

Pra Economia Solidaria eu espero que as organizações que hoje desenvolvem ações, como cooperativas, como os pequenos agricultores que resiste lá ao agronegócio, resiste em toda questão da economia capitalista, ela ganhe força, ganhe espaço e ela ganhe divulgação também, eu acho que a pouca divulgação desse modelo de desenvolvimento, acho que a universidade é um campo aí de disseminação dessa ideia, desse modelo, ela não é uma opção neutra, não acho que seja, ela é uma opção política mesmo [...] (DORIVAL, 2013).

Dorival oferece diversos elementos sobre futuro ético, demonstrando a esperança de crescimento pessoal com o crescimento dos grupo sociais e da necessidade de se assumir como política a disseminação dos princípios da economia solidária. Jorge por sua vez, demonstra desconhecer o que seja economia solidária, e os conceitos relativos a ela não aparecem no seu discurso, contudo percebemos da mesma forma que nos demais entrevistados uma preocupação com o crescimento pessoal e o coletivo.

6.6 GRUPO NECESSIDADES ABSOLUTAS I: DEMAIS ENTREVISTAS

Apresentaremos agora as falas relativas às entrevistas que alocamos como tendo características pertinentes ao grupo Necessidades Absolutas I. Cabe lembrar que foram cinco entrevistas, todas elas provenientes de sujeitos que trabalham em uma horta comunitária implantada pela Pastoral da Criança num bairro periférico da cidade de Araguaína – TO -, e seis cujos participantes pertencem a COOPERAM, da cidade de Palmas – TO -, totalizando, assim, onze pessoas, cujas semelhanças na forma de lidar com a vida e problemas por que passam nos permitem dizer que trazem em si necessidades muito profundas do ponto de vista

emocional e essenciais para a sobrevivência humana. Já apresentamos detalhadamente as falas de Maria, e mostraremos, de agora em diante, fragmentos de algumas entrevistas. É importante relatar que a linguagem utilizada por esse grupo para emitir as respostas aparecem de forma menos articulada que nas outras entrevistas, tanto do ponto de vista da argumentação quanto da explanação das ideias, dificultando e limitando as entrevistas em termos de tempo e de conteúdo, às vezes até mesmo em termos de compreensão do que gostariam de dizer. Das onze entrevistas realizadas, duas se limitaram a responder pontualmente o que era solicitado, utilizando-se, para tanto, de monossílabos.

6.6.1 Fatores que derivam do outro e das necessidades básicas

Meire tem 53 anos, é casada, sabe ler e escrever, mas não terminou os anos iniciais do ensino fundamental. É voluntária da Casa Pastoral da Criança e trabalha na horta comunitária de seu bairro. Renata, por seu turno, de 78 anos, é analfabeta, tem uma filha de 48 anos e trabalha como voluntária na Casa Pastoral da Criança e na referida horta. Já Janice, de 60 anos de idade, é semianalfabeta. Partes de suas falas são relatadas nos fragmentos que seguem:

Fragmento 77

O nosso trabalho começou através desse projeto aqui, dessa casa, porque como nós é [...], participamos da pastoral da criança, aí venho o padre da Itália, aí ofertou uma ajuda pra nossa comunidade, aí a irmã veio e perguntou: vocês aceitam essa casa no setor ou não? Aí como a irmã viu nosso esforço, nossa boa vontade de se doar voluntariamente para a comunidade, ela disse: não meninas, eu vou caçar meio de dá uma geração de renda pra vocês, porque vocês precisa e a pastoral não tem como pagar pra vocês. Aí foi onde surgiu a nossa horta, aí ela deu nossa hortazinha, aí a horta foi assim: 50% pra nós e 50% pra casa (MEIRE, 2013).

Fragmento 78

[...] chegava o momento de fazer alguma coisa na horta, o nosso troco era pouquim, ela ajudava, ía sempre monitorando, ajudando sempre a gente, ajudar é (...) tipo assim: educar a gente, trabalhar e usar o nosso trabalho, saber aproveitar o nosso trabalho, né [...] aí assim, daí por diante nós fomo mexendo, trabalhando, tomando gosto e hoje tamo com 14 anos na nossa hortazinha, e aí quando troca de prefeito a gente já fica assustada, ai, meu Deus, será que vai bolir com nós?! (MEIRE, 2013).

Fragmento 79

[...] é de lá que nós tira a nossa geraçãozinha de renda, num dá de sustentar a casa toda, mas forra um pouco, inclusive meu esposo adoeceu, ele ficou, desviou a coluna no serviço dele, né, [...] ele ficou 4 anos e 8 meses no INSS, quando tava dentro dos 4 anos eles seguraram sempre o benefício, quando foi, quando entrou por 8 mês eles foram e cortaram, ficou 8 mês cortado e quem segurou meu gás foi os meus canteiro, meu gás e minhas panelas [...] (MEIRE, 2013).

Nos fragmentos de Meire, Renata e Janice, verificamos que o trabalho na horta se inicia porque a irmã organizou e ensinou o trabalho, cuja adesão se deu por conta das necessidades de se sustentar. Não percebemos em nenhuma fala a entrada ou a participação com vistas a auxiliar o outro ou como parte de uma lógica de vida, e inclusive Meire chega a dizer que em determinado momento foi o dinheiro da horta que sustentou a alimentação da família. É importante ressaltar que a benesse da horta foi feita por conta do trabalho voluntário dessas mulheres junto a Casa Pastoral da Criança, que, além de manter a casa funcionando, percorria as residências acompanhando as gestantes e as crianças até dois anos de idade, na tentativa de diminuir a desnutrição.

Fragmento 80

Começou com a irmã, irmã Florim, que eu não sei chamar direito o nome, minha língua na dá, ela que arrumou esse pedacinho de chão bem aqui, nós tava trabalho aí e nós já tamo dentro de 15 anos, nós trabalha nessa hortas (RENATA, 2013).

Fragmento 81

A pastoral da criança é voluntária, vocês têm muito a ganhar sim com o desempenho de vocês, aí disse que ía dar a horta pra nós, pra nós ter a nossa renda, pra ajudar no bem estar, no dia a dia, nas coisinha que nós precisar, porque às vez quem tem esposo tinha e quem não tinha? No começo a horta dá, tinha esposo, mas quando foi na outra já não tinha, meu esposo já tinha falecido, eu disse: glória a Deus porque isso aí já vai me ajudar mais, porque eu na tinha mais ele pra me ajudar, aí foi assim (JANICE, 2013).

Nas falas de Janice é perceptível que sua participação ocorreu porque foi convidada pela irmã a entrar no empreendimento. As condições precárias de vida acabam por produzir, entre outras coisas, uma dependência na qual, a saída para os próprios problemas só vem pelas

mãos de outros. É como se a precarização da vida imputasse a incapacidade individual de achar alternativas de superação dos problemas.

Fragmento 82

Foi, foi por questões financeiras porque eu tenho meu salário, mais não dá, a renda não dá pra sobreviver só no salário, né, e tem outra também, que a gente fica em casa fazendo nada, tem que vim pra distrair, né, pra fazer alguma coisa porque não pode ficar quieta dentro de casa o tempo todo, isso daí a gente fica é doente se ficar quieto, né. (DORA, 2014).

Fragmento 83

Eu vim de fora pra cá e quando eu cheguei as mulheres trabalhava na rua catando ferro, cobre. Aí eu disse: Pra que vocês quer isso? Disse assim: Pra vender, que aqui é dinheiro vivo [...], eu tenho um carrinho daquele ali, aí eu andava com ele e não dei conta, aí eu procurei essa cooperativa. Eu digo: Eu vou trabalhar com eles porque eu não dou mais conta de carregar esse carrinho aqui, porque é muito altos e baixos. Aí, eu entrei com eles, hoje faz seis anos que a gente trabalha junto (HELENA, 2014).

Tanto Dora quanto Helena procuram o trabalho como única opção de renda. Helena justifica ainda mais a questão, dizendo que não tem mais condições físicas para ficar andando pelas ruas recolhendo material; trabalhar, então, na separação de material dentro da Cooperativa, sentada, é uma melhor opção. Nas duas falas, assim como nas anteriores, é nítido que a procura pelo empreendimento ocorre por falta de opções, pois não existe, a procura por um trabalho que atenda aos anseios pessoais, tal como encontramos no grupo de personalidade ética.

6.6.2 Escolhas necessárias ou única escolha

Fragmento 84

Eu digo meu: véi [velho – referindo-se ao marido], nós vamos ser forte, mas não vamo esmorecer não, não vamo se desesperar não, nós têm que manter a nossa casa, a nossa família é com o que nós têm e graças a Deus ajudou, tamo bem beneficiada e a gente ama porque aquilo ali é uma fisioterapia pra gente, às vez a gente tá assim carregada de problema, porque todo mundo tem problema, né [...] às vez você tá tão pra baixo, mas na hora que a gente

chega lá, que você entrou lá na horta, parece que aquilo ali saiu da gente, aí você vai mexer, muda uma planta, alimpa um canteiro, planta uma coisa e aquilo ali o tempo passa que você não ver e quando a gente vem de lá vem super leve, eu digo: ê, menino, aqui é o campo do descarrego. É bom demais (MEIRE, 2013).

Tanto no fragmento 84, quanto no 85, a seguir, é possível notar que a participação na horta não chega a ser uma opção entre outras: ela é a única escolha de renda, e uma escolha certa, pois não se é demitido ou retirado do empreendimento. Não existe, nesse caso, uma escolha de vida, pautada por princípios, ou talvez não existam nem escolhas. A horta aparece, ainda, como uma possibilidade de saúde mental, pois é lá onde as coisas se acalmam e se abre espaço para diminuir o sofrimento. Várias entrevistadas dizem que a horta é uma *fisioterapia* para elas, mas em todos os casos o termo fisioterapia tem o sentido de *terapia*, pois aparece vinculado à ideia de que é o local onde se recobra o bem estar emocional.

Fragmento 85

É porque eu acho bom tá lá, brincando mais as outras, contando piada por lá, mexendo nos canteirinho, lá é bom pra gente trabalhar devagarzinho, eu trabalho divagazinho, mas levando a vida pra não tá paradinha porque eu não sei fazer outra coisa, eu não sei costurar, eu não sei bordar, não sei fazer um crochê, aí eu tando lá já fica mais, enterte mais, eu já tô meia ruim da cabeça, e se eu ficar sem trabalhar, fico pior (Meire, 2013).

Vemos também em Janice a mesma questão, o espaço da horta como um lugar de alívio de tensões emocionais. Tivemos a sensação de que o tempo gasto na horta servia como um momento de intervalo dos problemas da vida, ou seja, uma distração para não se perceber a vida.

Fragmento 86

[...] eu gosto assim, às vezes até me ajuda muito, assim às vezes eu to preocupada assim com alguma coisa, quando eu chego lá esquece tudo. Esquece tudo, aquilo que a gente tava angustiando na cabeça, martirizando, quando mexe na terra também ver a planta crescendo, colhendo, regando lá todo dia, limpando, é muito gostoso, por isso é que faz a gente ir pra lá (JANICE, 2013).

Nas entrevistas realizadas na COOPERAM também notamos essas mesmas duas características: primeiro que não existem escolhas a serem feitas, posto ser aquele trabalho a única opção. Inclusive um dos responsáveis pela Cooperativa traz em seu discurso, conforme

se pode conferir no fragmento que segue, que o empreendimento é de inclusão social, uma vez que ali se aceita de tudo, dependentes químicos, idosos, e que são complacentes com faltas e atrasos, pois cada um tem a liberdade de estabelecer o seu próprio tempo.

Fragmento 87

A gente não pode fazer nada porque é um projeto de inclusão social, nas cooperativas empresarial aquele que não comparece nas assembleias, que não comparece nas reuniões, que não participa da cooperativa é cortado, né, mas na nossa não, apareceu aqui tamos com os braços abertos (ODILON, 2014).

No caso da COOPERAM e da Horta, as pessoas que chegam até ali não têm escolhas, pois foram, de alguma forma, banidos da sociedade, e não trabalham, não estudam e não têm perspectivas de mudança de vida; quase tudo se restringe ao presente e à capacidade de sobreviver.

6.6.3 Ausência de princípios solidários e de sua incorporação aos valores pessoais

Nos fragmentos de Meire percebemos que os princípios da economia solidária, de solidariedade, produção e venda conjunta, partilha do lucro, coletividade e decisões conjuntas não aparecem, uma vez que a entrada de outras pessoas é entendida como algo que possa trazer benefícios pessoais, e a organização interna, por sua vez, ocorre de maneira a se dividir o mesmo espaço, porém com trabalhos individualizados.

Fragmento 88

[...] a prefeitura vem que é pra crescer pra nós, aí a gente vai botar duas ou três famílias lá dentro porque o meu pedacinho que eu tenho já chega, eu num vou abraçar o mundo se eu não dou conta só. Então nós têm que botar pessoas porque quanto mais e no dia que nós precisar de pedir uma ajuda quanto mais pessoas lá dentro mais a força é grande pra nós receber o que nós vamo atrás, né [...] porque se for uma sozinha e aí ele chega lá, aí ele vai dizer: eu vou ajudar só uma pessoa, aí no dia que eu precisar só essa pessoa às vez nem vai tanto me socorrer e o grupo sendo grande é melhor, né [...] (MEIRE, 2013).

Fragmento 89

Lá nós vende, cada qual tem seu canteiro, eu tenho o meu, elas, cada uma, têm o delas e cada qual trabalha do seu jeito, planta o que você quer e vende, agora o preço é normal, do jeitinho que eu vendo todas têm que vender, porque nenhuma pode vender mais caro ou nem mais barato que aí dá bagunça, né [...] (MEIRE, 2013).

Nas entrevistas das demais participantes a lógica da ausência dos princípios da economia solidária se faz constante. As relações que fazem com solidariedade em muitos momentos se resumem a esperar a outra chegar ou a vender o produto alheio quando ela não está presente e lhe entregar o dinheiro depois. Não existem sequer conhecimentos teóricos acerca da economia solidária, o que era esperado, pois passaram por cursos sobre o tema. É verdade que não sabemos da qualidade e da adequação dos cursos que foram oferecidos, o que conseguimos constatar, no entanto, é que foram inócuos para essas mulheres.

Fragmento 90

[...] que nós planta é pra isso mesmo, nós vende um pouquinho pra nós fora, à parte, pra ir comprando nosso café, nosso pedacinho de carne, só pra isso mesmo, e eu adora trabalhar lá na horta, acho bom [...] (RENATA, 2013).

Fragmento 91

[...] chega, vai chegando uma, vai chegando outra, vai chegando outra, cada quem tem sua chave, às vez uma num tem, às vez fica até esperando a outra chegar pra entrar, aí é assim, e cada quem que chegando vai cuidando do seu canteiro (JANICE, 2013).

Renata e Janice mostram o quanto o trabalho é individualizado e como as ideias são centradas na conquista do dia a dia, pois descrevem a possibilidade de comprar o café ou um pedaço de carne. Nos próximos fragmentos, de Helena e Mariana, participantes da COOPERAM, outro aspecto se sobressai, o fato da Cooperativa funcionar como empresa, apesar de ter subsídios do governo com a compra do terreno, das benfeitorias, como muro, galpão, mezanino, maquinário - prensas, picador -, caminhão etc. A gestão não se pauta pelos princípios da economia solidária, pois, embora a Cooperativa tenha uma equipe gestora, formada por quatro pessoas, que, após pagarem as despesas e os funcionários, que ganham

por porcentagem, dividem os lucros². A forma de gerência pode ser comprovada sobretudo na fala de Mariana, que é a presidente da Cooperativa, apesar de não saber a ler e a escrever e na fala de Helena:

Fragmento 92

As pessoas que trabalha no grupo, que eles trabalha junto com a gente, aí, que eles são/ não são donos porque a cooperativa, a gente não pode dizer assim: esse é o dono, sabe. Mas eles têm a parte melhor, aí ele faz/ quando vende as coisas, faz todo o pagamento, e o dinheiro que sobra eles repartem entre ele, entendeu? (HELENA, 2014).

Fragmento 93

É assim, tem essa turma da separação, eles ganham por porcentagem, né. Então, a gente/, o que a gente faz? A gente pega, tira da despesa, de tudo, do caminhão, da despesa da cozinha, da água e luz, essas coisas todas, a despesa em geral. Aí, paga primeiro as meninas que separam e os preneiros, né, o que sobra reparte entre o grupinho que tá aqui dentro, que agora no momento só tá quatro, né, quatro aqui que faz a parte da gerência (MARIANA, 2014).

A forma de gerir o empreendimento não é compatível com os princípios defendidos pelo movimento de Catadores e nem com a forma de conceber uma cooperativa popular. Ela se assemelha mais a uma empresa privada, que se beneficia do fato de ser cooperativa não pagando impostos, ou mesmo direitos trabalhistas. Configurando como o absurdo da precarização do trabalho já precarizado.

6.6.4 Relações individuais

No fragmento de Meire, o objetivo era falar de cooperação, e seu exemplo mostra que mesmo a cooperação é individualizada. Não existe o trabalho de unir a cebolinha de uma com o coentro de outra para, então, vender o cheiro verde e dividir os ganhos. Na verdade, o que se faz é o favor de uma vender para a outra na sua ausência. As relações, mesmo em casos assim, continuam pautadas pela individualidade e pelo respeito ao espaço privado do outro. Não há, portanto, coletividade.

² Quando se trata de cooperativas o termo apropriado é “sobras”, contudo, no caso em questão, mantivemos “lucro”, pelo fato do empreendimento funcionar mais como uma empresa.

Fragmento 94

[...] vamos, eu tenho a cebolinha, você tem o coentro, aí você ajunta o seu com o meu, nós vende e ali nós divide, a cebola sua com o coentro meu, nós divide, aí se chega uma pessoa e eu não tenho e só você tem, eu pego do seu canteiro e vendo, mas na hora que você chega seu dinheirinho já tá lá. Eu já falo logo, porque às vezes você chega sem assuntar e fala: mexeram no meu canteiro. Nam, foi eu que tirei, porque alguém queria e a gente vendeu. (MEIRE, 2013).

É possível ver, com base nos dois seguintes, que a lógica se mantém, quer dizer, as relações são individualizadas e a cooperação ocorre somente quando é necessária do ponto de vista individual. Conseguir adubo ou arrumar a cerca não se faz pensando no outro, apesar de se fazer com o outro.

Fragmento 95

As regras de lá da horta, tem a chefe mesmo, é essa baixinha aí, o que ela combina com nós, nós têm que combinar com ela. Mas aí já na horta, no canteiro de cada um, ninguém dá ordem, pra pegar no canteiro dos outros, cada um só pega no seu mesmo (RENATA, 2013).

Fragmento 95

[...] assim, cada quem tem o seu canteiro, a gente cuida do canteiro da gente assim, mas quando é pra ver a cerca, a limpeza aí é todo mundo junto. O que tem que fazer, a gente pega um [...] um tipo assim, um trecho da cerca um grupo daqui pra cá, o outro já limpa daí pra lá, e aí a gente vai juntando assim, e se ajuda umas as outras (JANICE, 2013).

Retomamos, então, a forma de funcionamento da COOPERAM, que também se pauta por relações individuais, em que cada um é responsável pela quantidade de material separado e/ou prensado, recebendo o equivalente ao realizado. Não aparecem nas falas referências a algum tipo de cooperação ou companheirismo.

6.6.5 Sem Perspectiva de Futuro**Fragmento 96**

[...] sei lá, tem medo de ficar adoentada, não ter a alegria de viver, porque quando a gente tá doente é tão ruim, né? Esses dias atrás mesmo eu fiquei

ruim eu já passei dois anos com depressão, e aí quando foi uns dias atrás eu senti que parece que ela quase quis voltar, né? [...] eu, meu Deus do céu, não deixa eu sofrer, porque já pensou: você tando de bem com a vida, você não pode ter nada, mas se você ter saúde, você ter a alegria de viver. Se você tem tudo, mas se você não tem saúde, você não tem nada, porque aquilo ali, você [...] ah, gente! é ruim, é ruim, eu não quero isso, sempre eu peço a Deus: Senhor, não deixa que eu seja uma pessoa doente, que eu seja dependente de um medicamento pra viver (MEIRE, 2013).

Fragmento 97

[...] eu só espero saúde até o dia que Deus conservar minha vida, no dia que Deus quiser me levar, já quero ter perdoado todos os meus pecados. (RENATA, 2013).

Fragmento 98

Mas eu espero assim, que eu chegue mais à frente com saúde, alegre com as pessoas, eu saber tratar as pessoas, entender isso que eu quero daqui pra frente e quanto mais a gente tá chegando na idade, aí que a gente precisa mesmo da solidariedade uns com os outros, ser amiga, vizin [vizinho] bom, graças a Deus com meus vizim eu me entendo, graças a Deus (JANICE, 2013).

Fragmento 99

O que eu quero pra vida? Saúde mesmo, paz, só isso mesmo (DORA, 2014).

Fragmento 100

Rapaz, aí isso tá difícil, porque da idade que eu tou, eu só espero cada vez mais ir fracassando até [...] Aí eu não espero assim fazer/ eu espero um projeto, ainda vou fazer isso, não. Enquanto eu viver e aguentar, eu tô feliz e no dia que não der mais, eu tô feliz também (HELENA, 2014).

Fragmento 101

Ah, minha filha, o que eu espero pro fim da vida é conseguir me aposentar e viver o resto dos dias em casa, até eu morrer (MARIANA, 2014).

Nos seis fragmentos mencionados, não existe perspectiva de futuro. Há a referência à morte e à saúde. Nas onze entrevistas apresentadas nesse grupo não existem perspectivas de melhorias, ou planos de estudos, viagens ou relacionamentos. Acaba por se fazer do dia a dia, o cotidiano, a sobrevivência. Não se pensa ou planeja o futuro.

6.7 GRUPO NECESSIDADES ABSOLUTAS II: DEMAIS ENTREVISTAS

No Grupo Necessidades Absolutas II encontramos algumas diferenças com relação ao Grupo I, dado que, nas entrevistas desse grupo temos, no discurso, alguns elementos como a tentativa de controle do próprio tempo entre os fatores que fizeram os sujeitos se vincularem ao empreendimento; há, também, a presença no discurso dos princípios da economia solidária e a menção a um futuro, mesmo que este pareça incerto. Nesse grupo classificamos todas as entrevistas realizadas na Associação de Catadores, uma, realizada com a presidente de uma Associação de Bairro, membro do Conselho do Centro de Direitos Humanos da cidade e militante da economia solidária e, outra, com a presidente da Associação de Costureiras. Vale ressaltarmos que todos passaram por cursos de formação em economia solidária e frequentam fóruns e encontros que permitem ampliar conhecimentos e se apropriarem dos princípios da economia solidária. Os participantes da ASCAMPA, além da forte participação política no movimento nacional de catadores, passaram por um processo de incubação. Além disso, tanto a presidente da associação de bairro como a de associação de costureiras frequentam cursos de economia solidária e fóruns em todo o Brasil, inclusive participaram do Fórum Social Mundial, em Porto Alegre.

6.7.1 Fatores que derivam do outro e das necessidades básicas

Neste fator, assim como no grupo das necessidades básicas I, prevalece a procura e a participação no empreendimento por necessidades econômicas e sociais. O que os diferencia é que, neste, há uma referência à possibilidade de se ter emprego e renda sem comprometer completamente o tempo, pois o empreendimento solidário permite a participação sem a necessidade de cumprimento de horário, conforme vemos nos seguintes trechos:

Fragmento 102

Por que igual eu, igual outras pessoas que é chefe de família, a gente não tem, não tem como a gente cumprir esse horário. Às vezes como nós estamos aqui, tem dia que eu tô aqui 7 horas, tem dia que eu tô 8 horas, tem dia que eu vou chegar tarde que eu vou resolver outra coisa na rua, mas eu sei que aqui é meu local, qualquer hora que eu chegar aqui eu sou bem vinda (TERESA, 2014).

Fragmento 103

A importância é que eu gosto do trabalho e o trabalho dá pra gente trabalhar, né, porque a gente tem o dinheiro da gente, né. E é um trabalho que ninguém fica massacrado por patrão, né, ninguém é massacrado por patrão, de jeito nenhum, porque isso aí é um trabalho que ele é da gente, né, ele é um trabalho da gente, o patrão não pode tá mandando (FERNANDO, 2014).

Não é somente a referência ao tempo que aparece, como vemos na fala de Fernando, o trabalho na associação também permite que ele não esteja submetido a hierarquias trabalhistas nem submisso a um patrão. Existe, portanto, uma valorização da liberdade de ir e vir.

Fragmento 104

Eu não tive um estudo suficiente pra mim ter um emprego melhor, nunca trabalhei de carteira assinada, né, e hoje com essa idade já é bem mais difícil, né, e uma coisa que eu me encaixei, que me chama atenção, a reciclagem, eu gosto do trabalho (TERESA, 2014).

Fragmento 105

Eu, quando eu comecei a trabalhar, eu não gostava, a gente se sentia assim, pior do que os outros, sem valor, muita gente mesmo chegava na gente chamando a gente de lixeira e que achava que a gente tava nesse serviço por que nós passava fome e muitas vezes eu falava pras pessoas que eu tava trabalhando não era por que eu tava passando fome, era porque eu não queria passar fome, eu nunca tinha passado fome (TERESA, 2014).

Fragmento 106

Eu tava lá no meu cantinho, né, assim meio deprimida, muito deprimida, muito acontecimento na minha vida, né. Meu marido faleceu, um filho foi preso, o outro ficou/entrou no mundo das drogas e ficou vingando em mim, né, então eu tava daquele jeito, um caco. Aí as duas irmãs que são as líderes aí da situação, que é a E. e a S. passaram na minha casa e fizeram um convite, no caso foi a Edileuza primeiro, né, pra mim ir na associação (EDNAURA, 2014).

Na fala de Teresa notamos a consciência da relação entre baixa escolaridade e dificuldades de emprego e, ainda, demonstrado que a associação era uma possibilidade de garantia de que não faltaria

o alimento em casa, apesar de, no início, considerar que era uma humilhação, pois as pessoas não respeitavam e havia uma percepção de ser um trabalho inferior, pois mexia com lixo. Teresa resolveu permanecer, uma vez que suas necessidades financeiras e emocionais eram altas. Em outro momento de sua fala, Teresa relata o duro processo de depressão pelo qual passou e como a união no empreendimento a auxiliou a sair do adoecimento psíquico. Ednaura, por sua vez, traz em sua fala as necessidades emocionais, causada pela morte do marido, por um filho estar preso e o outro ser usuário de drogas, como um dos fatores que a levaram a entrar para a associação, demonstrando, novamente, que as necessidades absolutas se fazem do ponto vista físico, como se alimentar, bem como pela busca de proteção e estabilidade emocional. Frei Beto, em palestra proferida em 2014 na Universidade Federal do Tocantins, disse que não lutava por direitos humanos, mas sim pelos direitos animais, uma vez que comer e se proteger do tempo era direito de qualquer animal. Afirmou, contudo, que espera o dia em que lutará, de fato, por direitos humanos.

6.7.2 Escolhas Necessárias ou Única Escolha

Também aqui não vemos diferenças com relação às Necessidades Absolutas I. Participar da associação foi uma condição imposta pelas dificuldades da vida e pela impossibilidade de acesso a algo melhor. No entanto, esse grupo de entrevistados começa a ter escolhas a partir do momento em que passa por um processo de formação, que promove o emponderamento. No caso das participantes da ASCAMPA, isso aparece claramente quando relatam que destituíram a pessoa que assumia o papel de dono da associação e assumiram para si a responsabilidade da gestão, implantando uma lógica pautada pela economia solidária. As falas já apresentadas, bem como as próximas, demonstram a falta de opções, mas já com a valorização tanto do controle do tempo quanto do próprio empreendimento.

Fragmento 107

Então é um serviço que não dava pra mim, de eu ser mandada pelos outros, porque assim, quando você vai trabalhar assim, você tem o horário de chegada e de saída, então já pra mim não dava [...] (TERESA, 2014).

Fragmento 108

eu já disse pro próprio companheiro que tá comigo: Moço de Deus, se eu não tivesse naquela associação! Aí ele fica triste, aí fica decepcionado que ele queria que eu sentisse isso era com ele (EDNAURA, 2014).

Nesta última fala, Ednaura demonstra o quanto engrandece a associação, ao reconhecer que foi pelo trabalho na associação que passou a se manter financeiramente bem como foi esse mesmo trabalho que, por possibilitar espaços de trocas, diálogos e resolução de conflitos, a ajudou a superar o sofrimento e a depressão. Por esta razão, como ela diz, a associação é mais importante do que o companheiro.

6.7.3 Presença no discurso de princípios solidários, mas ausência de incorporação aos valores pessoais

Olhando sob o prisma desta categoria, vemos que, nesse grupo, os atores envolvidos adquiriram o discurso de seus cursos de formação, demonstrando, então, conhecimento político e cuidado com o ambiente e com a sociedade, porém não conseguimos identificar essas mesmas características quando falam de relações do cotidiano e pessoais. Parece-nos, assim, que, apesar de haver um avanço com relação ao grupo Necessidades Absolutas I, ainda não houve uma incorporação desses mesmos princípios aos valores que regem a vida cotidiana, como bem demonstram os seguintes fragmentos:

Fragmento 109

O ar que nós respira quando se queima uma coisa ele fica poluído, então assim, na área da reciclagem, do catador, eu acho que o catador ele tem/ ele faz um trabalho muito importante, tanto pra ele como pra sociedade e pro meio ambiente, pro ar que nós respira, que hoje nós protege o nosso meio ambiente, e assim, é um serviço que ainda a gente faz voluntario, que nós não temos retorno como muita cidade aí pra fora tem do poder publico, do município, do estado, ajudar a gente, né (TERESA, 2014).

Fragmento 110

Porque a gente sabe que hoje é lei, a gente sabe que eles têm condições de ajudar a gente. Como ajudar? Trazendo seu próprio material pra dentro da associação, pra dentro da cooperativa, é uma grande parte que ele vai poder ajudar o catador e dar apoio pra gente, que nós precisamos muito, nós não vive sozinho, a gente depende um do outro. Então assim, a pessoa dentro da sua casa separasse o material, organizar ele dentro de uma sacolinha ou que seja dentro de um saco de lixo, deixar separadinho, levar pra cooperativa ou pra associação, ou doar pra um catador que tá passando na rua, eu acredito que ele tá fazendo um grande trabalho social, que mesmo que o vizinho dele

não enxergue, mas o catador vai enxergar que ele tá fazendo a parte dele, que é um dever de todos nós (TERESA, 2014).

Nestas duas primeiras falas, Teresa mostra princípios relativos ao cuidado com o ambiente, como não poluir o ar, ou com as ruas e, ainda, da necessidade de vivermos coletivamente, de forma a nos ajudarmos, sendo solidários. Contudo, relaciona isso a cada pessoa em sua residência separando o lixo em sacolas plásticas para, posteriormente, entregar em associações ou cooperativas ou, até mesmo, para o catador que passa recolhendo pelas ruas da cidade.

Fragmento 111

[...] já entrei em oficinas de vários tipos, tem outra também abrindo os olhos da gente pra bolsa reciclagem, né, que já, né, não sei quando que vai existir, mas já é/ já tem lugar aí que tá existindo, que nós têm que ganhar um benefício do prefeito, né. Ele bota a gente pra fazer a coleta, no caso nós tira o bom e ruim, ele leva pra lá, vai beneficiar ele, né, vai ajudar ele (EDNAURA, 2014).

Fragmento 112

[...] é muito grandioso. Grandioso porque não tem nem explicação, sério mesmo. Nós faz um trabalho muito bonito e limpo, porque as pessoas acha: Ah, lixo! Não limpo, nós seleciona o que gera dinheiro, né, o que vai ser transformado novamente pra ser usado novamente, então é uma coisa, enquanto isso nós tamos diminuindo a sujeira da cidade, né. É muito bonito esse trabalho, muito bonito pra quem tem entendimento e compreensão, isso aqui é muito bonito e valiosíssimo, cada coisa tem o seu valor aí, né, começa por nós ser humano, cada um de nós temos um valor e aí cada coisa tem um valor (EDNAURA, 2014).

Em suas falas, Edna também demonstra conhecimento e respeito pelo meio ambiente. Ressalta, também, o quanto o trabalho do catador colabora para a limpeza urbana e para o meio ambiente, uma vez que os produtos têm valor e são reciclados. Demonstra, ainda, consciência política e cita um dos direitos que vem sendo discutido nos fóruns de catadores, que versa sobre a possibilidade de se receber por parte das prefeituras algum benefício, posto os catadores participarem da limpeza urbana sem receber nada do poder público e, assim como as empresas de limpeza recebem para trabalhar, os catadores teriam também direito a alguma remuneração como contrapartida pelo trabalho que prestam.

6.7.4 Relações individuais, mas com discurso de cooperativo

Percebemos que nas falas existe um predomínio das relações individuais, mas, em diversos momentos, mascarado pelo discurso cooperativo, comum nesses ambientes. No grupo personalidade ética havia um predomínio tanto no falar quanto no relatar ações da vida que permitiam dizer de uma preocupação com o coletivo, porém, neste grupo, até existe uma valorização do coletivo, haja vista que pelo empreendimento essas pessoas melhoraram sua vida, contudo, o grupo serve para alavancar, não configurando a cooperação e/ou coletividade como um valor.

Fragmento 113

Eles ficam discutindo sobre cooperativismo. Ah, as mesmas coisas de sempre, sobre associativismo, sobre o relacionamento do povo aqui, se tem alguém brigando aqui ou como é que tá o andamento da administração. Aí tem uma certa parte aí que eu acho chata, mas eu geralmente eu gosto das viagens porque as viagens é pra São Paulo, é pra BH, é pra Brasília, pra Porto Alegre, pra Manaus, eu gosto das viagens. Agora mesmo em agosto tem uma pra BH e em setembro tem pra São Paulo, dia 23 de setembro. Eu gosto é das viagens (DIOGO, 2014).

Fragmento 114

Então veio um pessoal dar uma palestra sobre cooperativismo e associação, no dia desse semi/foi um seminário, né. No dia desse seminário nós se juntamos aqui e decidimos criar a associação, aí foi daí que nasceu a associação. Nós fomos se juntando e convidamos os companheiros daqui da região norte e criamos a associação [...] (TERESA, 2014).

Vejamos que a fala de Diogo evidencia os interesses pessoais, demonstrando, assim, que o grupo é bom porque permite viajar pelo Brasil e, quanto à fala de Teresa, mostra que o conhecimento sobre associação e cooperativas levou o grupo a se firmar oficialmente, o que, a princípio, demonstra um interesse coletivo.

6.7.5 Futuro Incerto

A subcategoria Futuro Incerto se diferencia das outras, pois, por um lado, não apresenta uma perspectiva de futuro em que o outro e si mesmo apareçam com sinais de uma personalidade ética e, por outro, diferente das Necessidades Absolutas I, neste se verifica uma

perspectiva de futuro, porém sem elementos que garantam uma descrição mais adequada. Vemos, na fala de Teresa, uma descrição do futuro pautado na reforma da associação e no crescimento do empreendimento.

Fragmento 115

E assim eu tenho esperança, sempre eu brinco com as meninas aqui que eu tenho fé de ver essa área aqui coberta, um galpão bem grande, bem bonito, bem organizado, os maquinários tudo trabalhando aqui, os funcionários, todo mundo trabalhando alegre com o trabalho que ele tá fazendo e com o ganho que ele tá ganhando. Assim, eu sempre falo assim, que minha esperança é de ver pelo menos 50 funcionários aqui dentro trabalhando, mesmo que eu esteja aqui/ que eu não quero deixar a associação, eu sempre brinco as meninas assim, que eu quero viver 100 anos e quando eu não puder tá trabalhar aqui eu quero passar pra área de artesanato aqui dentro, junto com o pessoal aqui, porque nós tem esse projetinho de nós montar um localzinho pra nós mexer com artesanato aqui dentro, então, quando tiver tudo organizadinho, aí eu vou passar pra área do artesanato, aqui dentro eu quero viver aqui dentro [...] (Teresa, 2014).

Fernando também limita seu futuro a dois fatores: o primeiro à compra de maquinário para a associação, para que esta tenha os trabalhos facilitados e, como exemplo de entraves, menciona a dificuldade de carregar o caminhão sem uma empilhadeira. O segundo fator relaciona-se a ir bem nos negócios para poder *futurar*, ou seja, ter dinheiro para as necessidades.

Fragmento 116

O sonho da gente que mais tarde nêgo [trabalhador] ganhe bem, ganhe dois mil porque tem locais aí que o povo já ganha, tem locais aí que o povo ganha ate três mil, Gurupi mesmo, não vou longe, Gurupi mesmo, o pessoal devido à união e entendimento eles já tão conseguindo isso e material bastante, né, porque tudo depende. Eu digo pra eles mais na frente prospera que neguinho ganhe bem, que neguinho teja batendo aí no portão pra trabalhar aqui dentro, sabe (EDNAURA, 2014).

Fragmento 117

O que eu espero pra minha vida, primeiro lugar bons negócios, bom trabalho, né, porque todo mundo gosta disso, e eu também, que vá em frente, eu ganho alguma coisa, né. Por que também só pro cara não trabalhar futurando na vida porque tem gente que trabalhar e não futura na vida dele, só trabalha e pega o trabalho dele e joga fora, e eu não sou desses não, o meu trabalho é bem aproveitado, só vai gastado com aquilo que tem necessidade. Isso é o que posso fazer e todos têm que fazer desse jeito se quiser viver melhor, né, tem que ser assim (FERNANDO, 2014).

Fragmento 118

Eu espero pra associação um bocado de coisa porque primeiro pra senhora ver que nós tamos precisando mais de quê? De máquina, eu espero nós alcançar essas máquinas porque nós têm muitos produtos que nós vamos vender barato por causa do maquinário, porque se nós tivesse o maquinário nós vendia caro, né. Eu espero tudo isso, eu espero uma [...] Como é que chama? A [...] empilhadeira que nós não têm, que nós precisa de uma empilhadeira aqui, nós é maior luta pra nós fazer uma carrada aqui, carregar o caminhão, né, que os materiais é pesado, sem empilhadeira é ruim. Mas eu espero tudo isso, espero mais máquinas, espero máquina de moer PVC, que ele moído é um preço e ele a granel é outro, nós espera a picatadeira de papel que é aquela que corta tudinho assim, óh, porque nós tamos perdendo muito papel por causa disso, porque muita empresa, ela não quer aceitar entregar assim, sabe (FERNANDO, 2014).

Da mesma forma, Ednaura relaciona o futuro à possibilidade de terem retiradas financeiras na associação que permita uma renda próxima de dois mil reais ao mês. Quando questionada sobre o futuro pessoal, ela não soube responder, e disse que a vida já se encarregou. Novamente vemos que, para Ednaura, o futuro tem valor, mas somente vinculado à associação, fato que é complementado em sua fala já apresentada, quando diz que valoriza mais seu trabalho do que seu companheiro.

6.8 OUTRAS POSSÍVEIS ANÁLISES

Apresentamos a seguir uma tabela com o nível de escolaridade dos entrevistados e sua distribuição entre os três grupos que construímos, a saber, Personalidade Ética e Necessidades Absolutas I e Necessidades Absolutas II.

Tabela 1: Distribuição da população nos perfis construídos

Perfis	Total
Personalidade Ética	4 (18,19%)
Necessidades Absolutas I	11 (50%)
Necessidades Absolutas II	7 (31,81%)
Total	22 (100%)

Fonte: Elaboração própria

Na tabela 1 vemos que a maior parte da população estudada, 18 no total, encontra-se no grupo Necessidades Absolutas I e II, demonstrando, assim, que os fatores morais não

participaram da decisão de entrada e permanência nos empreendimentos de economia solidária. Pelo contrário, a maioria teve acesso às ideias e aos princípios da Ecosol somente após participar de formações específicas. As entrevistas demonstraram que esses empreendimentos solidários serviram, por um lado, para garantir um mínimo de sobrevivência àquelas pessoas que já se encontravam à margem da sociedade e, por outro, para também garantir continuem a permanecer à margem, pois não conseguem renda adequada para o sustento de suas famílias. Uma expressão que se escuta bastante nos debates acadêmicos - *uma economia pobre para gente pobre* - parece fazer algum sentido. No entanto, vemos, também, que o grupo Necessidades Absolutas II é formado justamente por aqueles que tiveram acesso à formação política e aos princípios da economia solidária, demonstrando alguma alteração no discurso e na forma de pensar dessas pessoas.

Talvez fosse interessante, em outras pesquisas, se trabalhar com grupos que saíram de condições sociais parecidas, mas que estejam mais estabelecidos, para, então, verificar se essa tendência de desenvolvimento se confirma. Acreditamos que exista uma possibilidade de desenvolvimento com um trabalho educativo e de longo prazo com esses grupos de economia solidária, contudo ainda muito longe do que algumas bibliografias apontam, no sentido de se formar uma nova cultura, ou de se criar uma contra-hegemonia capitalista com vistas a um novo modelo societal, com construções de novas utopias como afirma Moraes *et al* (2011).

Na tabela 1 também podemos verificar que 4 pessoas se enquadraram no grupo personalidade ética, dado que procuraram a economia solidária justamente porque os princípios desta são condizentes com os seus próprios, demonstrando, desta forma, uma valorização pelo ser humano, pela coletividade, pelo meio ambiente bem como também uma procura por formas de se inserir economicamente sem exploração dos outros. Nesse caso, cabem duas ressalvas: a primeira é que em um universo de 22 pessoas, 4 acabam tendo alguma representatividade, uma vez que foi ainda possível identificar nesse universo pequeno pessoas cujos valores morais são centrais em sua personalidade. A segunda é que, apesar de termos considerado todos como atores da economia solidária, posto que o próprio Ministério do Trabalho, através da Secretaria Nacional de Economia Solidária e das leis vigentes nos estados, define como atores do ambiente da economia solidária empreendimentos, consumidores, entidades de apoio, assessoria e fomento, fóruns e o poder público, faz-se necessária uma diferenciação com relação a esse público, tendo em vista que quem presta assessoria tem ou deveria ter uma formação específica em economia solidária e cooperativismo popular.

Dessa forma, dos quatro entrevistados do grupo personalidade ética, três têm algum nível de conhecimento dos princípios que regem a Ecosol, pois participam de grupos de fomento à economia solidária, mais precisamente um tem uma formação forte em economia solidária, tendo feito o curso de Gestão de Cooperativas da Universidade Federal do Tocantins. O outro tem algum conhecimento sobre, por trabalhar numa ONG que incentiva esses princípios, mas não trabalha diretamente com eles. A terceira, apesar de ter participado de uma cooperativa que fomenta a economia solidária, conhece pouco sobre o assunto. O quarto ator é voluntário na cooperativa de catadores e não tem nenhum conhecimento específico sobre. Então, o que poderia ser uma possível explicação para as diferenças de personalidades, acaba por não se configurar, uma vez que podemos ter formadores em economia solidária sem personalidade ética. E as histórias de vida reveladas nas entrevistas nos fazem crer que participar do movimento de economia solidária veio como opções que se adequam aos seus modos de ver o mundo. Assim, a procura por um empreendimento de economia solidária ocorreu por uma escolha ética, tal como outras que foram apresentadas ao longo da análise.

Na tabela 2 apresentamos a distribuição da população por nível de escolaridade e perfil. Vejamos:

Tabela 2: Nível de escolaridade e perfis

Escolaridade	Personalidade Ética	Necessidades Absolutas I	Necessidades Absolutas II
Analfabeto ou Ensino fundamental incompleto		10 (45,45%)	3 (13,63%)
Ensino fundamental completo		1 (4,54%)	
Ensino médio			4 (18,18%)
3º grau	4 (18,18%)		
Total	4 (18,18%)	11 (50%)	7 (31,81%)

Fonte: Elaboração própria

Evidentemente que, por termos uma amostra pequena, não consideramos adequado estabelecer análises estatísticas, mas podemos, entretanto, notar que há uma tendência no sentido de que, quanto maior a escolaridade, maior o desenvolvimento. Os quatro entrevistados do grupo personalidade ética possuem ensino superior completo, assim como dos 7 do grupo Necessidades Absolutas II, 4 terminaram o ensino médio e do grupo Necessidades Absolutas I quase todos são analfabetos. Essa tendência vem corroborar com outras pesquisas que mostram existir uma relação entre variáveis cognitivas e

desenvolvimento da moralidade e, mais ainda, que esse desenvolvimento pode ser aprimorado pela ação educativa. Piaget (1994) também trabalha com a noção de que o desenvolvimento cognitivo é condição, porém não garante o desenvolvimento da moralidade.

Apesar de não termos o objetivo de analisar os empreendimentos e sua atuação, uma vez que nosso foco são os atores da economia solidária, acreditamos que uma breve análise sobre o grupo auxilia no processo de compreensão das pessoas individualmente. Verificamos, então, na tabela 3, a distribuição da população estudada pelo empreendimento:

Tabela 3 População pelo tipo de empreendimento

Tipo de Empreendimento	Personalidade Ética	Necessidades Absolutas I	Necessidades Absolutas II
Horta Comunitária		5	
COOPERAM – Cooperativa de Catadores -	1	6	
ASCAMPA – Associação de Catadores -			5
Associação de Bairro e Conselho de Direitos Humanos			1
Associação de Costureira			1
ONG Apató	1		
COOPTER – Cooperativa de Trabalho -	2		
Total	4	11	7

Fonte: Elaboração própria

A distribuição demonstrada na tabela 3 permite visualizarmos que, no caso do grupo Personalidade Ética, parece que o empreendimento não teve influência, uma vez que eles estão distribuídos por três programas, a saber: COOPTER, ONG e COOPERAM, com propostas diferentes. Assim, nesse grupo as características vêm de fatores alheios ao ambiente da Ecosol, ao passo que, no grupo Necessidades Absolutas I, que envolve dois empreendimentos, Horta e COOPERAM, parece que o trabalho educativo e de formação não tiveram influência, uma vez que não existe no discurso dos entrevistados referências aos princípios da economia solidária. Por último, as cinco pessoas entrevistadas da ASCAMPA apresentam-se no grupo Necessidades Absolutas II e, as outras duas, da Associação de Bairro e de Costureira, parecem ter sofrido influência da formação que receberam em economia

solidária, dado que seu discurso vem impregnado de conceitos, ideologias e utopias próprios do movimento.

Especificamente na ASCAMPA aparece que o trabalho em grupo, as reuniões coletivas de decisões, vem criando uma sensação de pertencimento e de identidade, provocando, dentre outras coisas, a valorização do espaço, do grupo e a melhoria das condições emocionais relatadas por todos os entrevistados através da descrição da saída de uma depressão profunda. A tabela 3 permite novamente discutir a ideia de que um processo educativo auxilia na promoção do desenvolvimento e que o trabalho efetivado pelas Incubadoras de Cooperativas pelo Brasil não só fomentam o empreendimento, gerando trabalho e renda, como, indiretamente, acabam por provocar alterações, mesmo que pequenas, no discurso das pessoas envolvidas e na forma de ser e se ver.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nosso interesse em estudos relativos à moralidade remonta à formação no período de graduação em Psicologia, ao passo que a captura pelas discussões acerca da economia solidária se fez mais recentemente, pelo encanto por suas ideias e pela vontade de estabelecer relações entre essa área e a Psicologia. Tanto a economia solidária quanto a Psicologia Moral, em determinados momentos, parecem se encontrar, propondo a interlocução entre o plano individual, da personalidade, com o plano do coletivo, com a possibilidade de culminar em valores humanos fundamentais à manutenção da sociedade e do eu. As argumentações propostas pela economia solidária permitem, em princípio, de forma até ingênua e utópica, acreditar que é possível construir um mundo pautado pela solidariedade, sustentado por trocas econômicas responsáveis e éticas de modo a garantir a participação coletiva, a formação humana e política e a construção de um *mundo melhor*. Essa *outra economia*, como costuma ser chamada, acaba por oferecer aos olhos e ao pensamento a crença nas virtudes, na qualidade humana e na possibilidade desta vir acoplada a um sistema político e econômico.

Como não estabelecer relações com os debates acerca de desenvolvimento moral, hierarquia de valores, virtudes e personalidade ética? Nas primeiras relações que estabelecemos, ainda nas proposições do projeto de pesquisa, estava justamente a noção de que, para participar desse tipo de proposta e comungar das práticas da economia solidária, como cooperação, debate, construções coletivas, autogestão, solidariedade, produção e comércio justo, bens coletivos e tantas outras, era necessário ter desenvolvido características de personalidade compatíveis com tais princípios. Dessa forma, tínhamos como questão saber se aspectos morais eram centrais ou não na personalidade dos atores envolvidos nos empreendimentos de economia solidária, ou, ainda, se a participação nesses empreendimentos ocorria por outros fatores que não a busca por um *mundo melhor*. Assim, localizamos pessoas envolvidas com a economia solidária nos municípios de Araguaína e Palmas, no Estado do

Tocantins, o que nos permitiu tanto a elaboração dos instrumentos de pesquisa quanto a realização de suas adequações necessárias para que pudéssemos alcançar nossos objetivos.

Após o trabalho realizado, algumas considerações se fazem presentes. A primeira delas é que a busca por grupos pautados pela Ecosol no Tocantins, até o momento, se faz difícil, uma vez que o movimento, apesar de ter chegado ao Estado, ainda é muito frágil e delicado e, muitas vezes, é feito por pessoas ou instituições distantes da realidade e da possibilidade de encontrar os seus possíveis atores. Cabe ressaltar a fala de uma das entrevistadas ao dizer que a Universidade procura as pessoas para levar formação, utilizando-se de *lamparina durante a escuridão*, ou seja, que quem poderia se aproximar e auxiliar no processo de formação e conhecimento também não conhece os caminhos e não consegue encontrar os grupos que necessitam de apoio. Deste modo, se existe a possibilidade de disseminação da economia solidária, é preciso ajustar os seus promotores. Outro aspecto verificado em nossa pesquisa relaciona-se ao fato de que a procura pelo movimento de economia solidária ocorre mais pelas contingências degradantes da pobreza, pois a falta de emprego ou de condições mínimas para se conseguir um, a dificuldade de garantir o alimento para a família, a falta de educação e saúde, entre outros fatores, impedem o acesso a conhecimentos de planejamento familiar, levando, conseqüentemente, a um número alto de filhos por família e, tudo isso, juntamente com abuso de substâncias lícitas e ilícitas, violência doméstica e criminalidade, produz uma depreciação social, que impede qualquer vivência que não esteja à margem da sociedade.

Resta, a tais sujeitos, somente serviços considerados fora da sociedade, como de catador de lixo, por exemplo. A economia solidária nesse caso é estratégia de sobrevivência e, como tal, cumpre sua função de duas maneiras: por um lado permite ao sujeito manter-se vivo e, por outro, auxilia a sociedade na manutenção de sua invisibilidade. A miséria humana permanece excluída e, supostamente, amparada. Neste percurso dentro dos projetos de economia solidária uma frase sempre aparecia, dita por parte daqueles que tentam minimamente analisar o movimento: *uma economia pobre para pobres*.

As análises das entrevistas nos conduziram a dois tipos de personalidade: Personalidade Ética e Necessidades Absolutas, e esta última, por sua vez, foi dividida em outras duas categorias, Necessidades Absolutas I e II. Na primeira identificamos um grupo em que os valores morais aparecem como centrais, como o de respeito à vida e ao outro, a defesa do meio ambiente, da busca pela saúde mental através de relações mais humanas e respeitadas, da valorização pela autonomia e do direito de exercer a cidadania a partir das crenças e heranças locais. Percebemos, ainda, nesta primeira categoria, que suas decisões na

vida se pautam pelos princípios professados, definindo o que e como estudar e no que e como trabalhar. Esses mesmos elementos apareceram em seus planos futuros, apresentando esperanças com relação às melhorias das populações com as quais trabalham, sejam elas comunidades rurais ou catadores de material reciclável bem como pela construção de uma sociedade menos desigual.

Por outro lado, no segundo grupo, na categoria Necessidades Absolutas I, não conseguimos identificar tais características. No entanto, não consideramos adequado falar em ausência de princípios, uma vez que lidamos com uma população extremamente fragilizada do ponto de vista econômico, social e emocional. Quando se entrevista populações tão sensíveis, o que vem primeiro é a expressão de completa ausência de recursos de sustentação para a sobrevivência humana e, talvez por conta disso, em suas falas não apareçam referência aos outros, ao futuro e aos sonhos. A coletividade não é um valor central em suas personalidades, contudo, a luta pela sobrevivência, a tentativa de trabalhar e conseguir recursos financeiros, mesmo que mínimos, permitem nos dizer de pessoas que ainda optaram pelo bem e não pela busca de caminhos mais curtos, como o da criminalidade, também muito presente nos ambientes em que moram. Esse grupo representa bem o retrato daquilo que a sociedade finge que não existe e prefere manter à distância. É a demonstração clara da miséria humana e da nossa incapacidade de reconhecer o sofrimento do outro.

Quando analisamos o grupo Necessidades Absolutas II, alguns aspectos nos chamam a atenção, dentre eles o fato de que as diferenças, mesmo que pequenas, mostram um avanço no desenvolvimento da personalidade, demonstrando, talvez, que grupos mais organizados e que tenham acesso a um projeto de educação e até de incubação do empreendimento tenham mais possibilidade não somente de estruturação econômica do grupo, mas também de alterações em seus modos de ser, resultando em uma (re)alocação na hierarquia de valores dos sujeitos que o compõem. Seria importante que pesquisas futuras centrassem esforços em associações e cooperativas cujas estruturas de funcionamento condizentes com a economia solidária estejam mais amadurecidas, para verificar se essa tendência se mantém. Temos relatos de trabalhos desenvolvidos por incubadoras que focam em desenvolver territórios, não apenas empreendimentos isolados, e afirmam produzir alterações significativas nos modos de vida. Pesquisas com grupos como esses acrescentariam muito em termos de conhecimentos sobre as relações de personalidade ética e economia solidária e, isso, por sua vez, auxiliaria na produção de novos conceitos e fatores relacionados aos trabalhos de fomento à economia solidária e ao desenvolvimento de metodologias de incubação de empreendimentos solidários.

Os resultados de nosso trabalho apontam para alguns pontos importantes: 1) este primeiro diz da dificuldade de desenvolver outras características quando as necessidades básicas para sobrevivência estão ausentes, ou seja, precisamos sanar primeiro os aspectos imediatos de manutenção da vida para, então, podermos pensar no refinamento da personalidade; 2) quando se diminuem minimamente as fragilidades, parece brotar novas características de personalidade como resultado de trabalhos de intervenções educativas; 3) a formação em economia solidária e o ambiente democrático nos empreendimentos parecem facilitar a promoção do desenvolvimento; e 4) o ambiente de economia solidária hospeda bem o *peregrino*, pois o grupo personalidade ética encontrou nesse ambiente um lugar em que seus ideais possam ser desenvolvidos. Outro ponto é que a construção de vida pautada pelos elementos que garantem uma vida mais ética levou essas pessoas a procurar relações econômicas e de trabalho que lhes permitissem manter suas personalidades afirmadas. Assim, consideramos que, apesar de todas as mazelas encontradas nesses ambientes, eles oferece duas características relevantes: uma é a de receber aqueles que procuram por formas econômicas alternativas que se adéquem a seus padrões de desenvolvimento moral e, a outra, que esses ambientes podem promover de forma sistemática relações recíprocas promotoras de desenvolvimento e esse fator deve ser considerado como parte dos planejamentos de incubação desses empreendimentos.

As análises que apareceram em nossas pesquisas nos conduzem a pensar assim como pensam Doyal e Gough (1994), que consideram moral trabalhar em prol da conquista das necessidades absolutas, defendendo, inclusive, que o básico não é somente aquilo que permite a sobrevivência física, mas também a conquista da autonomia moral, haja vista que estar vivo é muito mais que alimentar o corpo humano. Ter acesso ao sustento, à dignidade humana e à responsabilidade por si e pela própria vida é condição humana que sana as questões das necessidades básicas, mas, para irmos além, seguimos esses autores, que defendem que devemos ter um padrão ótimo de necessidades atendidas. Eliminar a fome e a submissão é somente a diminuição do sofrimento brutal, precisamos, também, garantir a participação plena na vida pública e privada e, para tanto, o desenvolvimento psicológico se faz necessário. Assim sendo, consideramos que a Psicologia Moral oferece elementos relevantes que, juntamente com as propostas da economia solidária, permitiriam a ampliação das políticas públicas na área, incluindo em seus objetivos o desenvolvimento ético como subjacente a todo o processo.

Ao estudarmos os elementos morais característicos dos participantes da economia solidária e ao traçar perfis que contribuem, por um lado, com os estudos na área específica da

Psicologia Moral e, por outro, com elementos psicológicos capazes de fomentar as discussões acerca da educação cooperativista e em economia solidária, que, até o momento, não considerou esses fatores como sendo intervenientes nos processos de fomento à outra economia, conseguimos dois feitos interessantes: primeiro aproximamos a Psicologia do Desenvolvimento de uma área que é comum ser visitada apenas pela Psicologia Social e do Trabalho e constituímos, desse modo, as primeiras análises de perfis psicológicos individuais dessa população específica e, de forma breve, podemos enumerar alguns aspectos ainda não destacados de nosso estudo com relação a:

- a) Personalidade Ética – os atores da economia solidária que parecem ter desenvolvido tal personalidade demonstram que sua origem vem de relações familiares pautadas por respeito pelo outro e pelos direitos da coletividade. São pessoas de origens humildes, mas com formação política e social resultantes da luta pela terra, pela agricultura familiar e pelos trabalhadores em geral. Assim, consideramos que seus modos de ser sofreram influência formativa da família e das comunidades em que cresceram, com forte interferência de movimentos sindicais e sociais. Nosso estudo contribui com a Psicologia Moral ao demonstrar que espaços educativos não formais têm relevância no desenvolvimento humano, necessitando, porém, de pesquisas que focalizem esses ambientes -;
- b) Economia Solidária – a percepção de que a economia solidária depende do desenvolvimento de aspectos afetivos, morais e cognitivos para acontecer deve ser considerado por quem trabalha com a população que opta por esta outra economia, posto que notamos, nos resultados, que intervenções, ainda que não tenham esse caráter e mesmo ao largo do conhecimento por parte daqueles que o fizeram, acabam por interferir no processo de desenvolvimento da moral. Desta maneira, as discussões e os conhecimentos produzidos pela Psicologia precisam ser incorporados por essa área, uma vez que transformações de personalidade que permitam a percepção do outro, o respeito e a ética só têm a contribuir com os avanços da economia solidária -.

A educação é o sustentáculo para as organizações que se pautam pela economia solidária, pois precisam desenvolver e garantir a manutenção da autonomia das decisões e do bem comum como objetivo final. A compreensão da personalidade ética e dos fatores que a atravessam permite estabelecer objetivos educacionais e até referências de trabalhos desenvolvidos em educação moral que auxiliem na promoção tanto do desenvolvimento moral quanto das práticas pautadas pelos princípios da economia solidária. Singer (2008) faz algumas considerações no sentido de alertar que a economia solidária para se firmar precisa

ser multidisciplinar, pois somente assim teremos elementos sociais, antropológicos, educativos e psicológicos capazes de modificar os padrões econômicos existentes. O autor ainda enfatiza que, como em sua maioria os empreendimentos são formados por pessoas que vivem à margem da sociedade e que quem fomenta o trabalho está acostumado com uma gestão heterônoma, com disputas sociais e uma lógica neoliberal, seus atores precisam passar por profundas transformações de hábitos, de comportamentos e de valores para, então, desabrochar uma *nova cultura* e uma *nova personalidade*.

Singer ainda diz que, apesar da economia solidária ser coletiva, seu êxito depende de transformações íntimas e pessoais, permitindo, assim, o aflorar de valores opostos àqueles em que nossa sociedade vem se pautando. Nas palavras do autor:

A referida construção depende, não apenas das decisões do movimento da economia solidária e dos que lhe dão apoio, mas também, e sobretudo, do êxito da mudança de personalidade de cada mulher e cada homem que participa dessa construção (SINGER, 2008, p.16).

Isso posto, devemos considerar que os estudos de Psicologia Moral e, especificamente de personalidade ética, precisam ser ampliados, no sentido de verificar ambientes que se pautam por regras e princípios diferentes do da sociedade vigente. Acreditamos que assim como temos muito a contribuir para a compreensão da economia solidária, esse ambiente pode, também, nos trazer muita informação e colaborar com os estudos referentes à educação moral. Para finalizarmos, de forma quase utópica, recorreremos a Bauman (1999), precisamente a seu livro *Modernidade e Ambivalência*, no qual discute que não podemos concordar com dois planos diferentes na sociedade: o dos indivíduos e o dos excluídos e, para isso, questões sociais precisam entrar na pauta. O autor afirma que essa degeneração social poderia ser diminuída por um processo socialista, não totalizador e nem revolucionário, e, ainda, que o caminho estaria no fortalecimento de valores morais como gentileza e generosidade bem como esse processo poderia ocorrer a partir da constituição de espaços de inserção social como *formação de comunidades solidárias*, diminuindo a acumulação destrutiva e preservando as liberdades e individualidades. Do que o autor fala senão do fortalecimento de iniciativas similares a da economia solidária e do desenvolvimento de pessoas éticas?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDION, Carolina. A gestão no campo da economia solidária: particularidades e desafios. In: **Revista de Administração Contemporânea – RAC**, ANPAD. Rio de Janeiro: Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração, vol. 9, n.º 1, p.79-101, jan/mar 2005. Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/rac/v9n1/v9n1a05.pdf>>. Acesso em: 18 jul. 2013.

ARAUJO, Paulo Roberto M. de. **Charles Taylor: para uma ética do reconhecimento**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

ARAUJO, Ulisses F. **O sentimento de vergonha como regulador moral**. Disponível em: <<http://www.uspleste.usp.br/uliarau/textos/artvertentes.pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2013. Sem data.

_____; ARAUJO, Valéria A . A. O cotidiano escolar e a construção de personalidades morais. In: SANTOS, Gislene. **Estudos sobre ética**. A construção de valores na sociedade e na educação. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. Livro II. São Paulo: Martin Claret, 2007.

_____. **Ética a Nicomaco**. São Paulo, Edipro, 2009.

BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da pós-modernidade**. Tradução de Mauro Gama. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

_____. **Modernidade e Ambivalência**. Tradução Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

_____. **Em busca da Política.** Tradução de Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

_____. **Vida para o consumo:** a transformação das pessoas em mercadoria. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

BIAGGIO, Angela Maria. B. **Lawrence Kohlberg:** ética e educação moral. São Paulo: Moderna, 2002.

BRASIL. Ministério do Trabalho. Secretaria Nacional de Economia Solidária. **Termo de referencia para o mapeamento da economia solidária e sistema nacional de informações em economia solidária.** Brasília, 2004.

CANÇADO, Airton Cardoso. **Autogestão em Cooperativas Populares:** os desafios da prática. Salvador: IES, 2007.

_____. A construção da autogestão em empreendimentos da economia solidária: uma proposta metodológica baseada em Paulo Freire. In: SILVA JÚNIOR, Jeová et al (Orgs). **Gestão Social:** práticas em debate, teorias em construção. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2008.

_____; TENÓRIO, Fernando G.; PEREIRA, José R. Gestão Social: reflexões teóricas e conceituais. In: **Cadernos EBAPE.BR.**, Rio de Janeiro, vol. 9, n.3, artigo 1. set. 2011.

CARNEIRO, Vanderson Gonçalves. O movimento social da economia solidaria. In: Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia, 2, 2007, Florianópolis. **Anais...**:UFSC, 2007. Disponível em: <http://www.sociologia.ufsc.br/npms/vanderson_carneiro.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2013.

CARVALHO, Ricardo A. Alves de; PIRES, Sanyo Drummond. Em busca de novas solidariedades: os empreendimentos da economia social em questão. In: **Sociedade e Estado.** Brasília, v.16, n.1-2, p.159-85, dez. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69922001000100008&script=sci_arttext>. Acesso em: 05 jul. 2013.

CATTANI, Antonio D. et al. **Dicionário Internacional da Outra Economia.** São Paulo: Edições Almedina, 2009.

COETERGOSO, Ana Lucia; CIA, Fabiana; LUCAS, Miguel Gambelli. Economia solidária: o que é e como se relaciona com a Psicologia. In: Ana Lucia Cortegosos (Org). **Psicologia e economia solidária: interfaces e perspectivas**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008.

COLBY, Anne.; KOHLBERG, Lawrence. **The measurement of moral judgment**. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

COMTE-SPONVILLE, André. **Pequeno Tratado das Grandes Virtudes**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

CORTELLA, Mario S.; LA TAILLE, Yves. **Nos labirintos da moral**. Campinas: Papirus, 2005.

D'AUREA-TARDELI, Denise. **A manifestação da solidariedade em adolescentes: um estudo da personalidade moral**. 2006. Tese (Doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

DEMO, Pedro. **Éticas multiculturais: sobre convivência humana possível**. Petrópolis: Vozes, 2005.

_____. **Pobreza política: a pobreza mais intensa da pobreza brasileira**. Campinas: Armazém do Ipê; Autores Associados, 2006.

DOYAL, Lean; GOUGH, Ian. O direito a satisfação das necessidades. **Lua Nova** (online), vol.33, p.97-121, 1994. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-64451994000200008&script=sci_arttext>. Acesso em: 02 ago. 2013.

EISENBERG, Nancy. (Org.). **The development of prosocial behavior**. New York: Academic Press, 1982.

FRANÇA FILHO, Genauto. A problemática da economia solidária: uma perspectiva internacional. In: **Sociedade e Estado**. Brasília, Vol. 16, n.º 1-2, p.246-75, Jun/dez. 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/se/v16n1-2/v16n1-2a11.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2013.

_____. Terceiro setor, economia social, economia solidária e economia popular: traçando fronteiras conceituais. In: **Bahia Análises e dados**. Salvador, v.12, n1, p.9-19, 2002. Disponível em: <<https://cirandas.net/cfes-regiao-sudeste/economia-solidaria-conceito/economiasolidaria-fronteirasconceituais.pdf>>. Acessado em: 15 jul. 2013.

_____. A problemática da economia solidária: um novo modo de gestão pública? In: **Cadernos EBAPEBR**. Vol. 2, n.1, p. 1-18, mar. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cebape/v2n1/v2n1a04.pdf>>. Acesso em: 13 jul. 2013.

FREITAS, Alan Ferreira de; FREITAS, Alair Ferreira de; CEZAR, Layon Carlos. A economia solidária como movimento social. In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social – ENAPEGS, Territórios em Movimento: Caminhos e Descaminhos da Gestão Social e Ambiental, 7., 2013, Belém: **Anais eletrônicos**. Belém: UNAMA, 2013. Disponível em: <<http://www.anaisenapegs.com.br/2013/dmdocuments/1578.pdf>>. Acessado em: 16 jul. 2013.

FREITAS, Lia. Piaget e a Consciência Moral: um Kantismo Evolutivo?. In: **Psicologia: Reflexão e Crítica**. Vol. 15, n. 2, p. 303-8, 2002.

_____. **A moral na obra de Jean Piaget**: um projeto inacabado. São Paulo: Cortez, 2003.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA - FBES. Disponível em: <http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=7620&Itemid=62>. Acesso em: 18 jul. 2013.

GADOTTI, Moacir. **Economia Solidária como Práxis Pedagógica**. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2009.

GAIGER, Luis Inácio. A economia solidária diante do modo de produção capitalista. In: **Economia Solidária**. vol 1. Rio de Janeiro: UFF – Incubadora, s/d. p. Disponível em: <<http://www.uff.br/incubadoraecosol/docs/ecosolv1.pdf>>. Acesso em: 17 jul. 2013.

GHIZONI, Liliam Deisy. **Clinica Psicodinâmica da Cooperação na Associação de Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis da Região Norte de Palmas – TO (ASCAMPA)**. 2013. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Programa de Pós-graduação em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

GILLIGAN, Carol. **Uma voz diferente**: Psicologia da diferença entre homens e mulheres da infância a idade adulta. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1982.

KOHLBERG, Lawrence. **Psicologia Del Desarrollo Moral**. Bilbao/ES: Desclée de Brower, 1992.

_____.; BOYD, Dwight R.; LEVINE, Charles. O retorno do estágio 6: seu princípio e ponto de vista moral. In: BIAGGIO, Angela M. **Lawrence Kohlberg: ética e educação moral**. São Paulo: Moderna, 1990/2002. p.100-31.

KOLLER, Silvia H.; BERNARDES, Nara M. G. Desenvolvimento moral pró-social: semelhanças e diferenças entre os modelos teóricos de Eisenberg e Kohlberg. In: **Estudos de Psicologia**. Vol. 2, n. 2, p. 223-62, 1997.

LA TAILLE, Yves. **Piaget, Vygotsky, Wallon: teorias psicogenéticas em discussão**. São Paulo: Summus, 1992.

_____. Prefácio. **O juízo moral na criança**. Piaget, Jean. São Paulo: Summus, 1994.

_____. Para um estudo psicológico das virtudes morais. In: **Educação e Pesquisa**, São Paulo, vol. 26, n. 2, p.109-21, jul/dez. 2000.

_____. Desenvolvimento moral: a polidez segundo as crianças. In: **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 114, p. 89-119, nov. 2001.

_____. **Vergonha, a ferida moral**. Rio de Janeiro: Vozes, 2002a.

_____. O sentimento de vergonha e suas relações com a moralidade. In: **Psicologia: Reflexão e Crítica**. Porto Alegre: UFRGS, vol. 15, n. 1, p. 13-25, 2002.

_____.; CORTELLA, Mário S. **Nos Labirintos da moral**. Campinas: Papirus, 2005.

_____. **Moral e ética: dimensões intelectuais e afetivas**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

_____. A importância da generosidade no início da gênese da moralidade na criança. In: **Psicologia: Reflexão e Crítica**, vol. 19, n. 1, p.9-17, 2006b.

_____. **Formação ética: do tédio ao respeito de si**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

_____. Moral e Ética: uma leitura psicológica. In: **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília: Instituto de Psicologia, UNB, vol 26, número especial, p.105-14, 2010.

LECHAT, Noëlle, Marie P. As raízes históricas da economia solidária e seu aparecimento no Brasil. In: **Economia Solidária**. Vol 1. Rio de Janeiro: UFF – Incubadora, s/d. p. Disponível em: <<http://www.uff.br/incubadoraecosol/docs/ecosolv1.pdf>>. Acesso em: 17 jul. 2013.

LEITE, Sérgio Antonio da Silva. Autogoverno: uma alternativa educacional. In: **Psicologia: Ciência e Profissão** [online]. Brasília, vol.8, n.1, 1988.

LEME, Maria Isabel da S. Resenha: Moral e ética: dimensões intelectuais e afetivas. In: **Boletim de Psicologia**, São Paulo, vol. LVII, n. 126, p. 119-22, jun.2007.

LIMA, Vanessa A. A. de. De Piaget a Gilligan: retrospectiva do desenvolvimento moral em psicologia um caminho para o estudo das virtudes. In: **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, vol. 24, n.3, setembro de 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pcp/v24n3/v24n3a03.pdf>>. Acesso em: 05 de maio de 2013.

LISBOA, Armando de Melo. Pensata: Economia Solidária e Autogestão: Imprecisões e Limites. In: **RAE – Revista de Administração de Empresas**. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas – FGV, vol. 45, n.3, p. jul./set. 2005. Disponível em: <http://rae.fgv.br/sites/rae.fgv.br/files/artigos/10.1590_S0034-75902005000300009.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2013.

LOURENÇO, Orlando. **Além de Piaget? Sim, mas devagar**. Lisboa: Ana. Psicologica, 1998.

_____; FONSECA, Estela; SILVA, Cristina. Valores Morais em Televisão: análise de uma série televisiva de grande audiência. In: **Análise Psicológica**, vol. 4, n. 20, p. 541-53, 2002.. Disponível em: <<http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/aps/v20n4/v20n4a01.pdf>>. Acesso em: 05 de maio de 2013.

MORAIS, Edson Elias et al.. Propriedades coletivas, cooperativismo e economia solidária no Brasil. **Serv. Soc. Soc.** [online]. Vol. n.105, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101->. Acesso em: 04 set. 2014.

NASCIMENTO, Cláudio. Autogestão: palavra e ideia. In: **Economia solidária e autogestão: encontros internacionais**. São Paulo: NESOL – USP, ITCP – USP, 2007.

OLIVEIRA, Paulo de Salles. **Cultura Solidária em Cooperativas: Projetos Coletivos de Mudanças de vida**. São Paulo: USP, 2006.

PIAGET, Jean. (1970). **Epistemologia Genética**. Rio de Janeiro: Vozes, 1972.

_____. (1926). **A representação do mundo na criança**. Rio de Janeiro: Record, 1982.

_____. INHELDER, Barbel. (1966) **Psicologia da Criança**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993.

_____. (1932). **O Juízo Moral na Criança**. São Paulo, Summus, 1994.

_____. (1953-54) Las relaciones entre la inteligencia y la afectividad en el desarrollo Del niño. In: DELAHANTY, G.; PERRÉS, J. **Piaget y el psicoanálisis**. México: Universidad Autónoma Metropolitana, 1994.

PUIG, Josep M. **A construção da personalidade moral**. São Paulo: Ática, 1998.

QUEIROZ, Kelly Jessie M.; LIMA, Vanessa A. A. Método Clínico Piagetiano nos Estudos sobre Psicologia Moral: o uso de dilemas. In: **Schème** – Revista Eletrônica de Psicologia e Epistemologia Genéticas. Vol.3, n. 5, jan-jul/2010. Disponível em: <www.marilia.unesp.br/scheme>. Acesso em maio de 2013.

RAMOZZI-CHIAROTTINO, Zélia. **Psicologia e epistemologia genética de Jean Piaget**. São Paulo: EPU, 1988.

RAVELLA, Gerald J. R. **O Pensamento moral em Jovens: o juízo moral em Lawrence Kohlberg**. 2010. Dissertação (Mestrado em Filosofia Política) - Universidade de Coimbra, 2010.

SAVATER, Fernando. **Ética para meu filho**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SATO, Leny. **Autogestão possibilidades e ambiguidades de um processo organizativo peculiar**. São Paulo: CUT – Central única dos Trabalhadores, 2002.

SHÜTZ, Rosalvo et al. **Desafios da Economia Solidária**. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2008.

SINGER, Paul. **Uma utopia militante: repensando o socialismo**. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. **Uma Introdução a Economia Solidária**. São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo, 2002.

_____. A economia solidária como um ato pedagógico. In: KRUPPA, Sonia M. P. (Org.). **Economia Solidária e Educação de Jovens e Adultos**. Brasília: Inep/MEC, 2005. p.15-20.

_____. É possível levar desenvolvimento a comunidades pobres? In: **Economia solidária e autogestão: encontros internacionais**. São Paulo: NESOL – USP, ITCP – USP, 2007.

_____. Prefácio. In: **Psicologia e economia solidária: interfaces e perspectivas**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008.

SOUZA, Maria Thereza C.C. As relações entre afetividade e inteligência no desenvolvimento psicológico. In: **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, vol 27, n 2. p.249-54, abr-jun 2011.

STRAPAZZON, Ironilda; MACHADO, Ana Maria Netto. Como promover autonomia numa sociedade capitalista regida pelo consumismo? Mais uma missão impossível para os educadores? In: ANPED Sul - Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul, 9. Florianópolis. **Anais eletrônicos**. Florianópolis - ANPED Sul. disponível em: <http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/1709/922> . Acesso em: 26 jun. 2014.

SVARTMAN, Bernado Parodi et al.. Reflexões sobre as condições psicossociais do exercício da autogestão. In: Ana Lucia Cortegosos. (Org). **Psicologia e economia solidária: interfaces e perspectivas**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008.

TAYLOR, Charles. **As fontes do self: a construção da identidade moderna**. São Paulo: Edições Loyola Jesuítas, 2011a.

TAYLOR, Charles. **A ética da autenticidade**. São Paulo: É Realizações, 2011b.

TOGNETTA, Luciene R. P. **A construção da solidariedade e a educação do sentimento na escola**. Campinas: Mercado de Letras/Fapesp, 2003.

_____.; LA TAILLE, Yves. A formação de personalidades éticas: representações de si e moral. In: **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília: Instituto de Psicologia, UNB, vol. 24, n. 2, p.181-88, 2008.

_____. **Perspectiva ética e generosidade**. Campinas: Mercado das Letras, 2009.

TUGENDHAT, Ernst. **Lições sobre ética**. Petrópolis: Vozes, 1996.

VALE, Liana G. do. **Desenvolvimento moral**: a generosidade relacionada à justiça e a gratidão sob a ótica das crianças. 2012. Tese (Doutorado Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano) - Instituto de Psicologia da USP, São Paulo, SP, 2012.

VINHA, Telma Pileggi. **O educador e a moralidade infantil**: uma visão construtivista. São Paulo: Mercado das Letras, 2009.

ANEXOS